

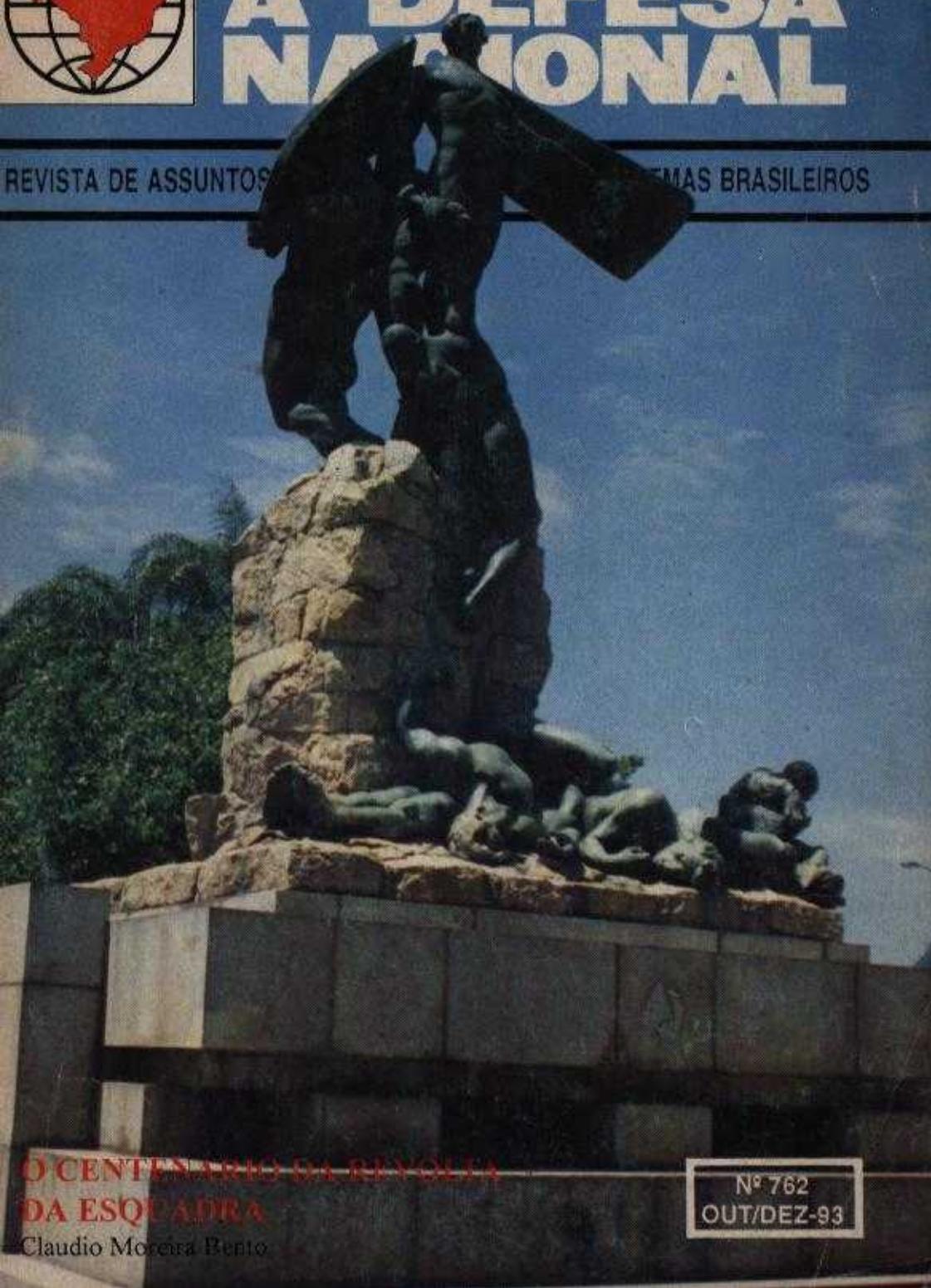


ISSN — 0011-7641

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS

ESPECIAIS
SÉRIE
TEMAS BRASILEIROS



**O CENTENÁRIO DA REVOLTA
DA ESQUADRA**

Claudio Moreira Bento

Nº 762
OUT/DEZ-93



Titulo: A Defesa Nacional : revista de assuntos militares e estu

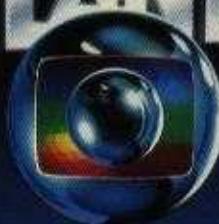


320786

290637

v.76, n.762, out./dez. 1993 BFD

PLANTÃO



GLOBO E VOCÊ. 24 HORAS SEM PARAR.

O seu trabalho só é visto nas horas de emergência. Você, profissional do perigo, que está sempre pronto para salvar vidas e cumprir o seu dever.

Nestas horas, a Globo está com você, documentando o fato, transmitindo a notícia, acompanhando os acontecimentos. O jornalista da Globo também é um profissional da emergência que, como você, aceita desafios e dedica seu talento e seu trabalho a toda população.

Globo e você. Toda hora. Tudo a ver.



A DEFESA NACIONAL

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	7
SEMANA DO EXÉRCITO — HOMENAGEM A CAXIAS.....	11
COMENTÁRIOS.....	15
O CENTENÁRIO DA REVOLTA DA ESQUADRA.....	25
Cláudio Moreira Bento	
O "HEARTLAND" MUÇULMANO.....	59
Therezinha de Castro	
A LEI DA GUERRA — LEGISLAÇÃO SOBRE CONFLITOS ARMADOS	73
Judilson Ribeiro Gomes	
A INFLUÊNCIA DA MISSÃO NAVAL AMERICANA PARA O BRASIL.....	81
Dino Willy Cozza	
O ORIENTE MÉDIO HOJE E AMANHÃ	93
Vasco Mariz	
MEIO AMBIENTE: UM ENFOQUE RACIONAL	109
Ugo Kawamoto	
AS COMUNICAÇÕES NA ÉPOCA DA MISSÃO FRANCESA	141
Antonio Sérgio Geromel	
FUZIL DE ASSALTO PARA FORÇAS AEROMÓVEIS	151
Marco Antonio dos Santos	
O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL	161
João Ribeiro da Silva	
O ESTUDO-DE-SITUAÇÃO DO COMANDANTE TÁTICO —	
METODOLOGIA ATUAL E UMA NOVA PROPOSTA	167
Raul José de Abreu Sturari	
A CONFERÊNCIA SOBRE PROIBIÇÃO DE ARMAS QUÍMICAS	187
Jean Compagnon	
INFORMAÇÕES.....	195
DESTAQUES DA IMPRENSA.....	207

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Editora - PINTOROS TOSSETTO - EDITORIAL MARQUES, AVENIDA JUVENTINIANA 1-3, 22.000-0000

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I.

Grupo fundador: Bernardo Krieger, Enriques Lello da Cunha, Joaquim da Motta Ribeiro (intelectuais); Francisco de Paula Góis, Maria Conceição Lima e Costa, Paço e Rodrigues, Jorge Moreira, Joaquim Coelho, Euzebio Figueiredo, Tavares, Amaro, Vila Nova, Mário da Cunha.

(Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1 - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)



NOSSA CAPA

Monumento ao Pai da Aviação na Praça Senador Salgado Filho, Rio de Janeiro, RJ. Homenagem a Alberto Santos Dumont, no ano do centenário do seu nascimento.

Foto: 1º Sgt Jorge Tadeu

MENSAGEM

Ao deixar a direção da Biblioteca do Exército, agradeço a valiosa e desinteressada colaboração dos articulistas e assinantes que me prestigiaram, sem os quais nada poderia ser feito, desejando que assim continuem contribuindo para o êxito da gestão do meu substituto.

Ao ensejo, formulo sinceros votos de um próspero Natal e de um Ano Novo repleto de felicidades, ao lado de suas distintas famílias.

Cel Arismar Dantas de Oliveira

**SEJA ASSINANTE DA BIBLIEC
E RECEBA SEMPRE BONS LIVROS!**

Tels.: (021) 253-4637 e 253-7535

Uma iniciativa da maior competência



Lucram seus 200 mil acionistas, porque a Petrobrás é uma empresa bem administrada, que dá lucro.

Lucra o mercado de trabalho, já que a Petrobrás oferece 50 mil empregos diretos e mais de 1,5 milhão de empregos indiretos.

Lucra a economia brasileira, já que 85% de todas as compras da Petrobrás são colocadas junto a grandes, médias e pequenas empresas nacionais.

Lucra o desenvolvimento regional, já que a Petrobrás leva seu apoio a áreas longínquas, onde a outras empresas petrolíferas não interessa chegar.

Lucra o consumidor, que tem na Petrobrás a garantia de abastecimento de combustíveis, lubrificantes e outros produtos, com qualidade internacional.

Lucra a tecnologia brasileira, que encontra no CENPES, Centro de Pesquisa da Petrobrás, um apoio para sua evolução.

Lucra o Brasil, que tem na Petrobrás um fator de segurança contra as oscilações do mercado internacional do petróleo.



Quem lucra com o lucro da Petrobrás.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual *A Defesa Nacional*

Diretor-Presidente:	Gen Bda Alvaro Henrique Viana de Moraes
Diretor-Secretário:	Cel Anismar Dantas de Oliveira
Diretor-Administrativo:	Ten Cel Marco Antonio Cunha
Diretor-Tesoureiro:	2º Ten Francisco Luiz de Siqueira Bittencourt
Conselheiros:	Cel R/1 Celso José Pires Cel R/1 Adrulab Esteves
Conselho Fiscal:	Cel Cav Salim Negri Ten Cel Inf João Vicente Barboza Cap Gil Faria
Suplentes:	Ten Cel Paulo Roberto Monteiro Araujo Maj Décio Coelho 1º Ten Francisco de Assis Carvalho Vilanova

Revista *A DEFESA NACIONAL*

Redator-Chefe:	Gen Bda Reynaldo Paim Sampaio
Redator-Executivo:	Cel R/1 Virgílio da Veiga
Conselho Editorial:	Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis CMG José Correia de Sá e Benevides Cel R/1 Cláudio Moreira Bento Cel R/1 Luiz de Alencar Araripe Ten Cel João Roberto de Oliveira Prof. Jorge Boaventura

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

Assinatura anual (4 números) exterior e número avulso, ligar para *A Defesa Nacional* Tel.: (021) 253-4628
As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

REDAÇÃO: Pça Gen Tibúrcio, 125 — CEP 22290-270, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Tel.: (021) 542-5646 r 204/205 — FAX/ECEME 5425454

ADMINISTRAÇÃO: Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25 — CEP 20221-260, Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel.: (021) 253-4628

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados, que não necessariamente refletem a opinião da ECEME e do Exército Brasileiro.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos originais ou notas publicadas em *A Defesa Nacional*, desde que citada a fonte.

ACEITA-SE intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Editoração e Produção Gráfica: PENELUC — Telefax (021) 533-0625



DICOM

**O TEMPO PASSA,
O TEMPO VOA
E A POUpança BAMERINDUS
CONTINUA NUMA BOA.**

P O U P A N Ç A



BAMERINDUS



EDITORIAL

A AMAZÔNIA, OS MILITARES E "A DEFESA NACIONAL"

Em 1669, para garantir a posse da desembocadura do rio Negro, foi construído o Forte de S. José do Rio Negro, origem da cidade de Manaus. A partir de então, militares, primeiro portugueses, depois brasileiros, foram presença ativa na defesa e na preservação do que viria a ser a imensa Amazônia brasileira.

Até meados do século XVIII, a diminuta população do vale amazônico era constituída de índios, missionários e contingentes de militares portugueses. Após a expulsão dos jesuítas, foi adotada, em 1759, a colonização militar, a qual perdurou, expressiva, até a ocorrência do boom da borracha, na segunda metade do século XIX. Comele, as potencialidades econômicas da Amazônia abandonaram o mundo da ficção, atraindo migrantes de todo o País e mobilizando interesses comerciais de várias partes do mundo. Desde então, o alargamento da presença militar na área tem-se feito constante, como imperativo de afirmação da soberania nacional sobre ela.

Na segunda metade dos anos 50, a vontade política do governo Kubitschek e os avanços da tecnologia permitiram dar partida à real ocupação dos grandes vazios demográficos do oeste e do norte do País — velha aspiração nacional que encontrou, em Brasília e na rodovia que a liga a Belém, dois marcos ao mesmo tempo simbólicos e efetivos. A floresta amazônica, o equivocadamente chamado inferno verde, dava os primeiros passos para deixar de ser obstáculo à penetração e à permanência de contingentes populacionais expressivos.

Durante as duas décadas de presidentes militares, o binômio desenvolvimento e segurança, essência doutrinária de sua ação política, encontrou, na Amazônia, o espaço ideal para ser aplicado. Sob o lema integrar para não entregar, corolário da idéia nele contida, realizou-se o esforço de que resultaram importantes

mudanças na estrutura econômica da região e na ampliação de suas perspectivas de tornar-se parte ativa do território nacional.

A implantação de projetos de desenvolvimento, que iniciou o aproveitamento racional dos recursos do subsolo amazônico, e os resultados da observação por satélites artificiais — ainda que não divulgados integralmente — fizeram reacender o interesse do mundo por uma área do planeta até então só conhecida através da lenda e da fantasia.

De início, esse interesse não se manifestou de forma preocupante para a soberania nacional. Por duas razões: de um lado, os freios e contrapesos existentes em um mundo ainda bipolar induziam prudência nas manifestações de cobiça na cena internacional; de outro, o País vivia um período de extraordinária afirmação nacional, em grande parte resultante do acelerado desenvolvimento econômico, que teve seu ápice nos anos 70. Ao invés de pressões, o Brasil recebeu provas de respeito e substanciais ajudas econômicas, na esfera internacional.

Os dois choques do petróleo e a consequente crise econômica mundial viriam, porém, interromper o acelerado ritmo do crescimento do País, confrontando-o com uma sucessão de crises que o tempo só tem feito agravar. Aos presidentes militares, ciosos de sua autoridade, sucederam presidentes civis, menos rigorosos e sujeitos a maiores controles de diversas origens. Ao lado positivo dessa evolução, correspondeu, o que é injustificável, a reação exacerbada à autoridade, como forma equivocada de manifestar não conformismo com o regime político anterior. A crise econômica gerou a de governabilidade, passando ambas a compor uma terceira, a de credibilidade, de efeitos nefastos, dentro e fora das fronteiras do Brasil. Criava-se, pois, um quadro favorável aos desvios de conduta ética e moral, no plano interno, e ao exercício das pressões externas.

Trata-se de pressões inerentes, lembre-se, à ordem política, tanto nacional como internacional. Os Estados sempre a exerceram diretamente, e hoje elas são reforçadas via organizações internacionais e organizações não governamentais — as atuantes ONG, quase sempre descompromissadas com o racional na perseguição dos seus objetivos. Como é óbvio, sua eficácia é inversamente proporcional à capacidade de resistência com que se deparam, e elas, não raro, recebem apoio, mesmo que involuntário, de dentro das fronteiras do país-alvo. Explorando temas de conteúdo emocional — como direitos humanos e meio ambiente — tratados de forma sensacionalista, divorciados da verdade dos fatos e do interesse do Brasil, conseguiram conquistar fatias expressivas da opinião pública mundial em seu favor.

Enquanto as políticas de governo levaram em conta posições defendidas pelos militares no equacionamento das questões da Amazônia, a capacidade de

resistência conseguida foi capaz de manter as pressões dentro de níveis que poucos resultados práticos permitiram. Porém, quando isso deixou de acontecer, o Brasil começou a comprometer sua soberania, como indica a definição dos limites das terras ianomânis.

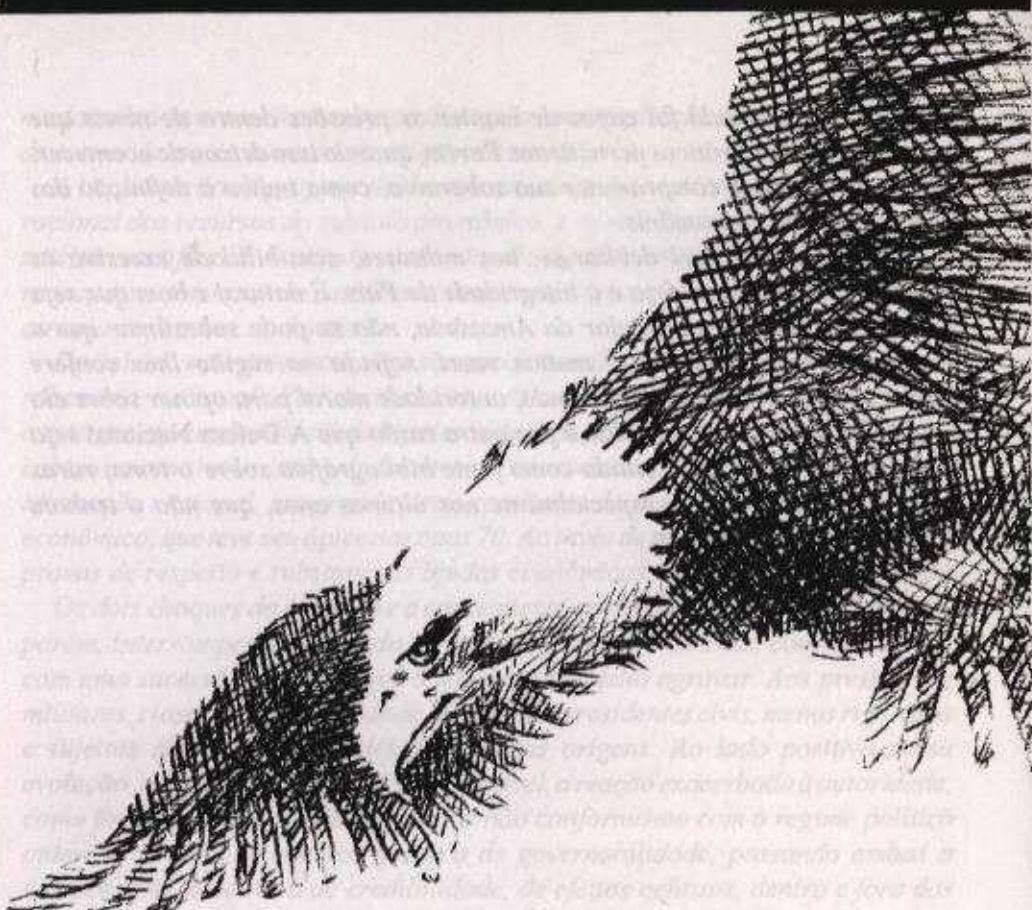
Será sempre possível debitar-se, aos militares, sensibilidade excessiva às questões referentes à defesa e à integridade do País. É natural e bom que seja assim. Mas, no caso particular da Amazônia, não se pode subestimar que a presença antiga, continua e, muitas vezes, sofrida na região lhes confere conhecimentos objetivos e, sobretudo, autoridade moral para opinar sobre ela e defender pontos-de-vista. Não é por outra razão que A Defesa Nacional seja talvez a publicação mais citada como fonte bibliográfica sobre o tema, raras tendo sido suas edições, especialmente nos últimos anos, que não o tenham debatido em suas páginas.

... é muito que narrar! Só a natureza da questão, a sua complexidade, unida à dureza das pressões, pode explicar a consternação que pode ter gerado. Só a natureza das pressões de longa data, não há recordes de eloquência capaz de fazer com que os ianomânis, camponeses da selva, sejam capazes de se expressar, de se manifestar, de se defender. Só a natureza da questão, a sua complexidade, unida à dureza das pressões, pode explicar a consternação que pode ter gerado. Só a natureza das pressões de longa data, não há recordes de eloquência capaz de fazer com que os ianomânis, camponeses da selva, sejam capazes de se expressar, de se manifestar, de se defender.

BANCO DE BOSTON
Uma grande empresa de investimento



... é muito que narrar! Só a natureza da questão, a sua complexidade, unida à dureza das pressões, pode explicar a consternação que pode ter gerado. Só a natureza das pressões de longa data, não há recordes de eloquência capaz de fazer com que os ianomânis, camponeses da selva, sejam capazes de se expressar, de se manifestar, de se defender. Só a natureza da questão, a sua complexidade, unida à dureza das pressões, pode explicar a consternação que pode ter gerado. Só a natureza das pressões de longa data, não há recordes de eloquência capaz de fazer com que os ianomânis, camponeses da selva, sejam capazes de se expressar, de se manifestar, de se defender.



Banco de Boston. Uma espécie em expansão.

Há mais de 200 anos, no tempo em que os Estados Unidos da América eram mais um ideal do que um grande país, o Banco de Boston despontou como a primeira instituição financeira a garantir o valor da recém-criada moeda chamada dólar. Foi apoiando iniciativas vitais ao desenvolvimento dos negócios e dos interesses comunitários que o Banco de Boston tornou-se um dos mais importantes bancos norte-americanos. Buscando novas maneiras de realizar cada atividade e novos mercados para desenvolvê-las, criou soluções inéditas, cruzou fronteiras,

tornou-se cidadão do mundo. Estabeleceu-se em outros países, acumulou experiências, construiu um formidável know-how internacional. Em 1947 chegou ao Brasil. Cresceu com ele, formou gente, expandiu sua rede, criou novas empresas. Constituiu um Grupo - o Grupo Banco de Boston - composto de Banco, Empresa de Leasing, Financiadora, Distribuidora e Corretora. Está presente hoje nas principais cidades brasileiras. Apoiando iniciativas vitais ao desenvolvimento dos negócios e dos interesses comunitários. Como há 200 anos.



BANCO DE BOSTON



SEMANA DO EXÉRCITO — HOMENAGEM A CAXIAS

Alocução proferida pelo Coronel de Cavalaria QEMA SÉRGIO ROBERTO DENTINO MORGADO*, por ocasião da solenidade comemorativa do Dia do Soldado, em 25.08.93, na ECEME.

“Há muito que narrar! Só a mais vigorosa concisão, unida à maior singeleza, é que poderá contar seus feitos. Não há pompas de linguagem, não há arroubos de eloquência capazes de fazer maior essa individualidade, cujo principal atributo foi a simplicidade na grandeza.”

Assim falou o Visconde de Taunay à beira do túmulo de Caxias.

Para dar cabo ao alvitre de Taunay, nessa reverência que perdura por mais de um século, é que hoje estamos aqui reunidos para lhe dar seqüência. Pretendo vos falar com a concisão que o tempo impõe e com a singeleza que se reco-

mendam às falas de soldado, para ressaltar a grandeza desse homem providencial através da lembrança de seus feitos, pois como já disse alguém, “não são os homens que se tornam imortais, são as suas atitudes”.

Duas imagens escolhi para fazer parte desse tributo.

A primeira é a do jovem tenente de dezenove anos que, por graça de D. Pedro, fora escolhido para pertencer ao Batalhão do Imperador, “onde só oficiais de excepcional valor poderão gozar dessa mercê”.

Estamos em 10 de novembro de 1882. Postado à porta da Capela Imperial, em primeiro uniforme, destaca-se um oficial pelas feições serenas e pelo porte altivo. Naquele dia realiza-se a cerimônia da benção e da entrega das primeiras ban-

* O coronel Sérgio Roberto Dentino Morgado é coordenador do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAE/CEME).

deiras brasileiras aos batalhões que irão sustentar o Império que nascia. E lá está ele, Luis Alves de Lima e Silva, pronto para portar a primeira de nossas bandeiras.

O tonitruar de cento e um tiros de canhão em harmonia com o retumbante badalar dos sinos selam o compromisso do coração do tenente com a fala solene de seu Imperador, naquela tocante cerimônia.

Disse D. Pedro: "Soldados de todo o Exército do Império! É hoje um dos grandes dias que o Brasil tem tido; hoje é o dia em que o vosso Imperador, vosso Perpétuo e Generalíssimo desse Império vem vos mimoscar, entregando em vossas mãos aquelas bandeiras que em breve vão tremular entre nós, caracterizando a nossa Independência, que apesar de todos os revezes, será sempre triunfante!"

A trajetória militar do maior dos nossos generais, nos leva a meditar quão profundamente aquele momento terá determinado as suas atitudes ao longo de sua gloriosa caminhada. O perpassar dos anos tornou a sua espada invicta fiadora do compromisso assumido.

Pois nas mãos ou sob o comando de Caxias, aquela bandeira cobriu-se de glórias, instigando à glória os seus generais e fez sombra às cabeças altivas dos heróis, em Pirajá; e drapejou ao vento nos quatro cantos do Brasil, lembrando a quantos mal sonhassem, a indissolubilidade da unidade da Pátria, e andou por terras que não eram nossas, a impor os nossos interesses, a

desagravar a nossa honra ameaçada, a derrotar e a destruir tiranos, a repor a integridade do nosso território. Rôta das refregas, salpicada da fuligem do fogo das batalhas ou condecorada com sangue generoso de seus filhos, sempre altiva, jamais caiu, servindo de guia e inspiração aos nossos bravos.

Transportemo-nos para o dia 15 de fevereiro de 1869. É noite. Um navio mercante aproxima-se da entrada da barra da Baía de Guanabara. Da Fortaleza de Santa Cruz sinais indagam se a bordo está o nosso general. A bordo, Caxias manda que respondam evasivamente. O navio entra no porto. Ali está a "Espada do Império", aos sessenta e seis anos, regressando de Assunção, doente, após ocupar a capital paraguaia, pondo fim, praticamente, à Guerra da Tríplice Aliança. No cais, apenas uma pessoa o aguarda. É Anica, sua esposa.

A pena do cronista destaca a singeleza do momento: "Uma sege roda tristemente para a Tijuca, dentro da noite imensa e silenciosa. Lá se vão os dois velhos, vendo compensados na grandeza íntima do amor, única felicidade do mundo, todas as amaridades dos homens e da vida."

Caxias é o Patrono do Exército pelo conjunto de virtudes que ornamentam o seu caráter. Integridade, probidade, serenidade, bravura, bondade, altivez, justiça, crença, educação e firmeza são as qualificações que o imortalizaram e o transformaram no paradigma do

soldado.

A segunda imagem é a do Pacificador que se confunde com a do Estadista, e cujos contornos começam a se formar a partir do episódio da Abdicação de D. Pedro. O germe da desintegração põe em risco a unidade da Nação. Focos de sublevação aparecem em todo o território nacional. Ainda maior, é encarregado de formar o Batalhão Sagrado, composto só de oficiais, para dar segurança à cidade do Rio de Janeiro.

Com determinação, cumpre a sua missão e pacifica a cidade. Começa a surgir o homem providencial.

A desorganização, o interesse pessoal, a corrupção, o banditismo, o caudilhismo, a politicagem são as fagulhas que ameaçam incendiar o Brasil e estimulam o fracionamento do Império.

Caxias será o símbolo da unidade nacional.

Desde o Maranhão, onde chega como coronel, até o Rio Grande do Sul, de onde sai como marechal-de-campo, sua atitude terá sempre a mesma magnanimidade. Acumulando o cargo de Comandante das Armas com o de Presidente da Província conflagrada, inicia sempre suas ações como exortação à paz e à concórdia. O segundo passo é colocar a casa em ordem, buscando principalmente, acabar com as causas da rebelião e estabelecer um governo

justo, organizado e legal. Volta-se então para a preparação militar, onde sobrelevam-se a magia do cabo de guerra e sua insuperável vocação para a vitória. Arremata a sua ação com a anistia e a união em torno do Brasil.

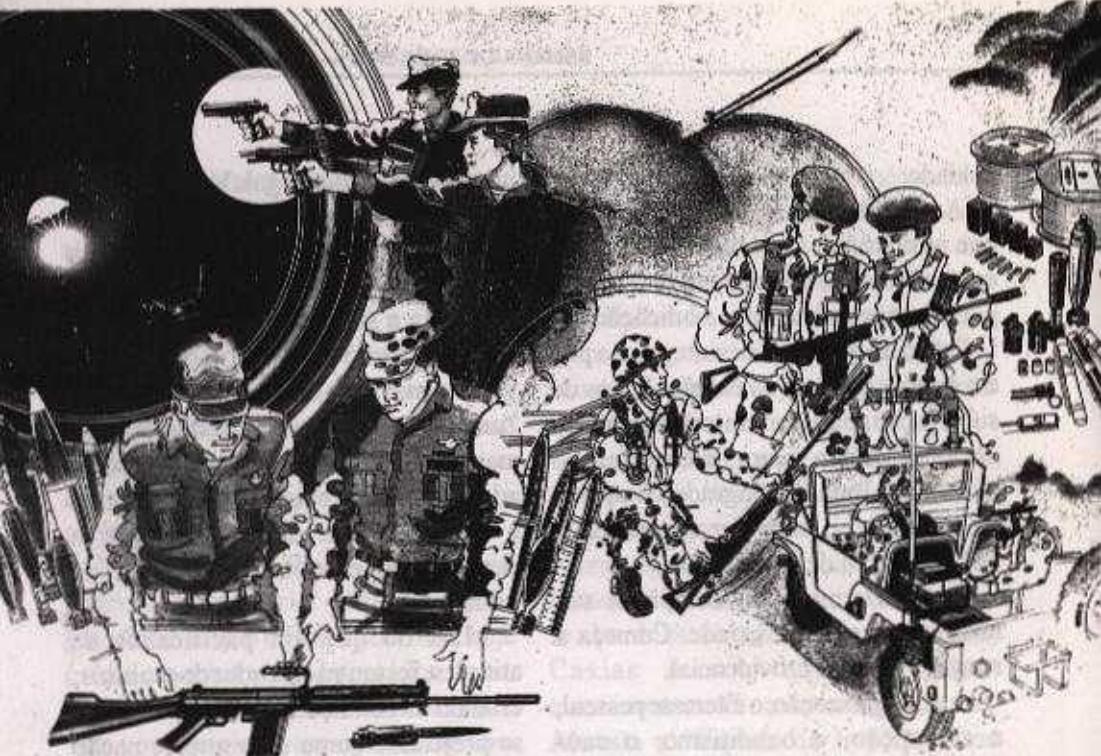
É, como diz Afonso de Carvalho, "um conjunto raro de condições num mesmo homem. A orientação segura do administrador, a elasticidade do político a complacência do magnânimo, a elevação do patriota e a energia do soldado".

Mais do que um pacificador de atitudes, foi um pacificador de espíritos, criando as condições para que o Brasil se projetasse como uma grande nação no continente sul-americano.

Meus senhores, há, realmente muito que narrar! Narrar para meditar!

A simplicidade do nome CAXIAS se projeta na grandeza do seu significado como um vocábulo que inspira além da caserna e distingue os homens que, assim como o soldado, se projetam no círculo de seus pares pela retidão do seu comportamento.

Que os exemplos e a história de Luis Alves de Lima e Silva, cidadão e soldado, inspire-nos a todos os brasileiros, como forjadores das atitudes que venham a manter o Brasil íntegro e uno, transformando-o em uma nação desenvolvida, respeitada e feliz!



IMBEL: presença marcante no dia-a-dia das Forças Armadas

Na arma da sentinela, nas aplicações militares, na ordem unida,

na pistola "de serviço", está a presença da IMBEL,

através do fuzil FAL e sua versão para tropas especiais e da

tradicional pistola 9mm M974. Nos exercícios de campo a

IMBEL está presente através de rádios e telefones nas

comunicações entre unidades. Além da pólvora, que carrega

a munição de armamentos leves, morteiros e canhões,

propulsiona mísseis, aciona iniciadores e artifícios, até as

grandes cargas de arrebentamento e fragmentação.

Esta é a IMBEL que cumpre a sua missão na atividade da

Fábrica Presidente Vargas, Fábrica de Material de

Comunicações e Eletrônica, Fábrica de Itajubá e

Fábrica da Estrela.

Esta é a IMBEL presente no seu dia-a-dia.

Há 184 anos na ativa.



Indústria de Material Básico do Brasil - IMBEL
Vinculada ao Ministério da Defesa

Rua São Joaquim, 329 - Liberdade - CEP 01508

Tel.: (011) 270-5622 - Telex: (011) 33238 IMBEL BR - Fax: (011) 278-7581
São Paulo - SP - Brasil

COMENTÁRIOS



O EXÉRCITO E O PROBLEMA DO ÍNDIO

Carlos de Melra Mattos(*)

"Morrer se necessário, matar nunca" — (lema do general Rondon, o maior sertanista brasileiro, ao enfrentar a reação violenta das tribos selvagens).

A política do Exército em relação ao problema do índio, inspirada no profundo humanitarismo do general Rondon, é a mais generosa e compreensiva que se pode desejar. Mas, também é realista.

Nesse realismo é que surgem as divergências. As tribos indígenas devem ser integradas à massa da população brasileira ou devem ser preservadas isoladas, conservando sua língua, seus hábitos e costumes, fechadas ao progresso?

Considerando que a nossa população hoje se eleva a mais de 140 milhões de habitantes e que os índios, vivendo em tribos primitivas, são cerca de 100.000,

não resta dúvida que a política de manter quistas selvícolas insignificantes em uma sociedade 1.400 vezes maior, seria condená-los, conscientemente, ao atraso do primitivismo; seria obrigar-los a renunciar a todos os benefícios dos progressos da civilização.

O general Rondon, desde cedo, percebeu os fundamentos e as controvérsias que o problema encerra.

Servindo na "Comissão de Construção de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso e Amazonas", desde 1890, e chefiando essa mesma Comissão, de 1907 a 1915, o nosso grande sertanista teve que enfrentar, durante 25 anos, os terríveis tropeços impostos à construção das linhas por inúmeras tribos selvagens hostis ao contato com os estranhos.

Aprendeu a amar o índio, como prova de maneira inquestionável o lema que impôs aos membros da Comissão — *"morrer se necessário, matar nunca"* e deixou traçada a política da República para o trato da questão indígena.

É extraordinário que, em 1915, o general Rondon já tenha percebido as ameaças à política de integração social

(*) General-de-divisão reformado.

do índio por associações religiosas e leigas que se opunham à orientação que preconizava.

Vamos reproduzir as suas palavras, em conferência que realizou, em outubro de 1915, promovida pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro:

"Os indios devem ser considerados pupilos da nação enquanto não atingem o grau de civilização que lhes permita confundirem-se com o resto da população e serem absorvidos; não pode ser um ideal da política hodierna promover ou simplesmente consentir que associações religiosas ou leigas tratem de os fechar no âmbito de seus interesses e dos pontos-de-vista especiais."

Com as palavras acima, o general Rondon completou o seu pensamento sobre uma política brasileira para o índio, na qual se destacam três pontos:

- o princípio humanitário — matar nunca;
- o princípio integracionista — paulatinamente ir integrando, pela educação, os habitantes das tribos;
- o princípio antagônico — rejeitar as tentativas de manter as tribos segregadas, fechadas à marcha da civilização.

O próprio general Rondon foi executor de seu pensamento integracionista; criou uma escola de telegrafistas para os índios e os foi aproveitando como operadores da linha telegráfica.

A tese segregacionista é defendida, hoje, principalmente pelas sociedades de antropologia dos países europeus e

dos Estados Unidos, que pretendem preservar as tribos primitivas como "laboratórios vivos", à disposição de sua curiosidade científica.

Essas associações, que já ensaiavam suas reivindicações no começo do século, como assinalou o general Rondon, na Conferência acima citada, hoje atuam com muito mais força junto aos seus governos, que têm interesse eleitoral ao atendê-las, e transformaram essas reivindicações em pressão política sobre o nosso governo.

Outro aspecto que levanta o problema é a questão das terras indígenas. É ainda no general Rondon que vamos encontrar a orientação para a política brasileira. Defende o general Rondon que as terras ocupadas pelos índios, em caráter permanente, onde desenvolvem suas atividades produtivas necessárias à manutenção da comunidade, devem lhes pertencer.

O questionamento que existe hoje em nosso país, com orquestração internacional, é sobre as dimensões das terras consideradas pela nossa Constituição, Art. 231, como "terras tradicionalmente ocupadas pelos índios". Mas esse mesmo artigo constitucional esclarece:

"...as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e às necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

Todos esses requisitos constitucionais, face à pequena população das tribos amazônicas e às suas limitações naturais de locomoção, podem ser atendidas com áreas de reservas indígenas muito menores do que aquelas que lhes foram concedidas pela legislação aprovada no governo Collor, submiso às pressões internacionais.

É inconcebível que se tenha concedido ao grupo Ianomâni, cuja população se aproxima de 9.000 indígenas, uma área de 94.000 km², maior que o território de Portugal, duas vezes maior que o território do estado do Espírito Santo. Não há argumento lógico e lúcido que justifique esse exagero. A não ser que seja revogada a legislação que superdimensionou as reservas indígenas, não haverá como criar um clima de paz e concórdia na região amazônica. Ninguém de bom senso, morador daquelas paragens, pode aceitar os imensos patrimônios mortos, invioláveis para a exploração econômica, para o progresso regional. A história de outros países nos ensina que a expansão geográfica da economia não respeita obstáculos absurdos, nem resistências fracas.

Veja-se o que foi a "marcha para o oeste", no século passado, nos Estados Unidos. Não houve força capaz de conter a fúria dos exploradores em busca de metais e de novas terras; enorme população indígena foi dizimada.

Não resta dúvida que as linhas mestras de nossa política indigenista foi traçada por militares, os generais Rondon e

Couto de Magalhães, este último, além de sertanista, autor do melhor dicionário da língua tupi.

Traduziríamos, assim, os fundamentos na nossa política indigenista baseada nos três princípios deixados por Rondon e acima tratados: princípio humanitário, princípio integracionista e princípio antagônico. Em volta desses princípios fundamentais giram teses menores sobre as quais não há divergência, a não ser de extensão, de limitação.

Destacamos, por exemplo, a questão de preservar costumes, línguas, crenças, tradições. Não há porquê as tribos, cujo efetivo já é bastante reduzido, não preservem, enquanto vivas, esses valores. A política integracionista leva à tendência de ir diminuindo ainda mais esse efetivo, em face do processo de aculturação progressiva de seus membros à sociedade nacional. O problema do aproveitamento dos recursos das "reservas" perderá substância com a redução dessas "reservas" a dimensões realísticas. A questão da tutelagem (que Rondon se referiu como pupilo), também, não há porquê constestá-la, enquanto existirem tribos nativas vivas.

No que se refere à *defesa da fronteira*, preocupação inerente à consciência de nacionalidade, a política brasileira tão zelosa durante toda a nossa existência como nação independente, retroagiu para o campo das concessões perigosas e perversas, com a legislação do

governo Collor, que estendeu as resevas dos ianomânis à faixa de fronteira.

Mais uma vez a pressão internacional acolhida por um governo pusilâmine.

Para justificar essa medida não faltaram os argumentos de rabulice, tentando ignorar o objeto principal da pressão internacional — dar unidade e continuidade às regiões reivindicadas pela tribo ianomâni no Brasil e na Venezuela; assim, dar o primeiro toque de consistência à tese de criação de uma nação ianomâni, proposta por ocasião da última Conferência sobre Direitos Humanos, realizada em Genebra, e defendida por outras organizações internacionais.

O estabelecimento da reserva ianomâni sobre a faixa de fronteira contraria o Art. 20 parágrafo 2º, da Constituição, que diz:

“...a faixa de até cento e cinqüenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território nacional e sua ocupação e utilização serão reguladas por Lei”.

É incrível que, ao permitir a sobreposição à faixa de fronteira, da reserva indígena, às autoridades do governo Collor não tivessem percebido que estavam alimentando o fortalecimento da tese internacionalista da nação ianomâni. É o que estamos vendo, caciques ianomânis monitorados por estrangeiros viajando ao exterior, na qualidade de cidadãos não brasileiros,

pedindo apoio e propondo alianças contra o Brasil. O jornal *Herald Tribune* de New York, de 27 de agosto último, publica artigo do antropólogo Terence Turner, artigo também publicado no *New York Time*, no qual informa que o cacique Davi Kopenaua, da tribo ianomâni teve entrevistas com o Secretário do Interior Bruce Babbit e com líderes do Congresso Americano, pedindo ações contra os invasores da reserva. Afinal, esse cacique é brasileiro ou não? Nós não temos dúvidas que é, mas as autoridades de um governo estrangeiro já o estão recebendo como membro de uma comunidade não brasileira. É assim que vai se engrossando a onda da “nação ianomâni” que a legislação brasileira alimentou.

No que tange aos outros aspectos de nossa política de fronteira, não há o que alterar. Os pontos de fronteira viva, geralmente pontos de trânsito terrestre ou fluvial, devem ser vigiados e povoados. Isso, hoje mais do que nunca. Sempre tivemos esse cuidado. De acordo com a época, construimos fortões, instalamos colônias militares e agora tentamos a Calha Norte. A Calha Norte é uma tentativa de atacar o problema de forma mais ampla, a fim de ocupar esses pontos de passagem por núcleos civis-militares, com a participação de vários ministérios civis.

Até agora só quem se interessou pela vigilância e ocupação de nossas fronteiras foram os militares — Exército, Aeronáutica e Marinha. Mas, não se

pode continuar assim, o espírito do Projeto Calha Norte deve vingar, e as organizações civis devem, também, vir a participar dessa missão de sacrifício.

O PODER DO JUIZ

R. Reis Friede (*)

Muito embora, Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga, historicamente conhecida por Princesa Isabel, tenha acreditado haver encerrado, de forma definitiva, o capítulo da escravidão em nosso País, com o advento da última lei da abolição, a denominada Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, continuam, sem a menor sombra de dúvida, os *Magistrados*, mais do que qualquer outro Agente Público, efetivamente, aprisionados à absoluta servidão da *lei*, em seu sentido mais amplo.

Não obstante o fato de possuir o Juiz uma determinada condição, em princípio, acima da própria autoridade pública, de modo geral, por exercitar-se mais diretamente — agindo como Estado em nome do próprio Estado — o poder estatal, através da jurisdição, em ne-

nhuma hipótese, tem o Magistrado uma autoridade e um poder que não estejam nitidamente previstos e limitados pela Constituição Federal e pelas leis infra-constitucionais que com ela convergem.

Por essa razão não podem os Juízes — como erroneamente supõem os menos avisados — realizar o que se convencionou atecnicamente denominar-se de *Justiça*, de forma ampla, subjetiva e absoluta, considerando que o verdadeiro e único poder, outorgado legítima e tradicionalmente aos Magistrados — desde o advento da tripartição funcional dos poderes — é a prestação da tutela jurisdicional, com o consequente poder de interpretação e aplicação do ordenamento jurídico vigente, majoritariamente criado — em sua vertente fundamental — pelo Poder Legislativo, rigorosamente limitado à observância de regras próprias e específicas que, forçosamente, restringem o resultado final a sua acepção básica, objetiva e concreta de *Justiça*, irremediavelmente dependente da efetiva preexistência de um denominado Direito Justo.

Esta é exatamente a *prisão* e a consequente *servidão* a que estão vinculados todos os membros do Poder Judiciário, sem qualquer exceção, em sua missão última e derradeira de — ao dizer o direito a ser aplicado —, realizar, em última análise, o verdadeiro anseio do jurisdicionado, no sentido de alcançar o que ele mesmo ousou definir como *Justo* ou, em termos mais amplos, como *Justiça*.

(*) Juiz Federal, Mestre e Doutor em Direito, Professor Titular e Coordenador-Geral dos Cursos de Pós-Graduação em Direito da UNESA.

Imperioso ressaltar que é, de fato, muito difícil para o Magistrado compreender e, principalmente, manter-se nesta limitada condição de *humilde servo* da lei *lato sensu*, realizador, portanto, de uma *Justiça* adstrita (e, por efeito, limitada) irremediavelmente dependente da criação de um *Direito Justo* (material e processual) por um outro poder, absolutamente soberano e independente, mas, por vezes, distante e divorciado da realidade social e dos verdadeiros anseios dos integrantes do povo, na qualidade de permanentes potenciais jurisdicionados.

No entanto, a condição do Magistrado é, em princípio, absolutamente imutável — por sua própria vontade em eventual comunhão com uma das Partes do Processo — ou, até mesmo, com ambas as Partes e com o próprio Ministério Público. Assim é que — não obstante a eventual insistência de um ou outro Juiz em procurar realizar o denominado “Justo” —, a grande totalidade dos Magistrados se vêem conscientes na inafastável obrigação de ter que aplicar, independente de sua livre vontade, a lei objetiva adequada ao caso concreto, ainda que esta possa produzir um resultado que aparentemente o julgador possa, em seu juízo particular de valoração, entender como objetivamente “injusto”.

Essa virtual limitação, é conveniente frisar, atinge a todos os espectros de pronunciamentos judiciais positivos ou negativos, ou seja, por ação ou omissão,

na efetiva aplicação de um dado dispositivo legal que, por qualquer motivo, deva ser observado em um caso concreto, levado ao conhecimento do Magistrado.

É por essa razão que, independente da simples vontade, derivada da valoração particular e subjetiva do Juiz, não pode o mesmo conceder, por exemplo, qualquer tipo de *medida liminar* sem a comprovada presença de seus requisitos condicionadores (*Periculum in mora*, *Fumus boni iuris*, ausência de insuportável gravame, *periculum in mora inverso* ou “grave lesão à ordem pública”) derivada do deferimento da medida e observância do disposto no art. 804 do CPC (no caso de antecipações liminares de Medidas Cautelares), como também, não pode deixar, por outro lado, de conceder a mesma, quando efetivamente provocados os seus pressupostos autorizadores.

Por todas essas razões e considerações, é forçoso concluir que a Magistratura apresenta-se como uma carreira que, além de ser especialmente difícil (por exigir um vasto conhecimento legal, jurisprudencial e doutrinário), importando em grandes sacrifícios de ordem pessoal, exige uma perfeita consciência das limitações impostas ao julgador e, por consequência, uma postura compatível do mesmo com este espírito, fundado em elevada maturidade e serenidade não sendo, portanto, em nenhuma hipótese, lugar adequado para aqueles que almejam simplesmente o

prestígio fácil, a popularidade irresponsável, buscando afirmar, através de suas decisões o “justo agradável”, absolutamente divorciado do império da Lei e da ordem jurídica vigente.

A QUALIDADE NO EXÉRCITO E A BUSCA DE UM NOVO PARADIGMA

João Alberto Neves dos Santos e Waldemar Barroso Magno Neto(*)

Paradigma é todo o modelo de compreensão pessoal dos fatos, que criam limites ao nosso comportamento e à nossa análise, muitas vezes sem que tenhamos explicações do porquê o utilizamos. Existe um lado bom do paradigma, pois ele estabelece limites para as pessoas, entretanto algumas vezes se caracterizam por atitudes e comportamentos arraigados em nós, que prejudicam tanto o nosso desempenho, como os nossos relacionamentos, não apenas no local de trabalho, mas também em nossa vida privada.

Certamente a maior barreira para a implantação das mudanças, tão necessárias nas organizações modernas na busca da *qualidade* são os *paradigmas*. Muitos são capazes de enxergar os problemas; alguns podem estabelecer, sem embasamento científico, uma solução, fundamentados em experiência pessoal; poucos são aqueles que acreditam que precisam realmente de uma abordagem científica, sistemática, planejada e direcionada, para solucionar de forma permanente seus problemas. Este já é o primeiro paradigma.

“Para que mudar?” É a primeira pergunta. Muitas pessoas são incapazes de perceber as mudanças radicais do mundo atual. Estão muito fechadas em seus próprios problemas, não conseguindo enxergar a catástrofe que se aproxima. São pessoas, na maioria das vezes, despreparadas para os cargos ou funções que exercem, que não têm “visão do futuro”, que não conseguem posicionar a organização com o objetivo de sobreviver e, se possível, crescer, aumentando a sua área de atuação. É importante, nesse ponto, destacar a frase de Bernard Shaw: “É impossível haver progresso sem mudanças, e quem não consegue mudar a si mesmo não muda coisa alguma.”

Toda mudança traz uma certa dose de desconforto às pessoas que serão envolvidas e, por isso, elas tendem a desanimar e a não querer iniciar o processo de mudanças. Além disso, no inicio, os envolvidos não têm ainda a

(*) João Alberto Neves dos Santos e Waldemar Barroso Magno Neto são oficiais (majores), do Quadro de Engenheiros Militares (QEM) do Exército (engenheiros de armamento).

convicção de que as mudanças trarão benefícios significativos, ou sejam, resultados que justifiquem todo o esforço.

Mas o que *qualidade* tem a ver com tudo isso? Bem, a qualidade tem um compromisso permanente com as mudanças, e mudar para melhor. A organização deve responder à seguinte pergunta: quem é o meu cliente? Deve mudar o foco de sua atuação para atender a esse cliente, adequar sua estrutura de forma a atender às suas expectativas, e ainda estar atenta ao relacionamento com os funcionários, com os fornecedores e com a sociedade, no cumprimento de sua função social, que é muito mais do que gerar empregos, mas também o desenvolvimento técnico, cultural, econômico e político de todos, devendo favorecer, assim, o seu crescimento como pessoa.

Vemos que não é uma tarefa das mais fáceis a implantação da *qualidade* numa organização. Analisando o ambiente que nos cerca, vemos, porém, que muito mais perigoso é não implantar, pois a competitividade entre as organizações está cada vez maior e a competição não perdoa a incompetência e o imobilismo. É natural que surjam algumas resistências a um *programa da qualidade* dentro de nossa organização, pois isso é algo que ocorre em diversas empresas e instituições no início do processo, porém é necessário o entendimento de que aqueles que acham que não é possível atingir a "qualidade total" devem "sair da frente" dos que acreditam.

Vencida a primeira etapa, a da identificação da necessidade de mudanças, poderemos fazer ainda algumas perguntas: "O que mudar? Quem liderará o processo? Quem será diretamente envolvido? Onde começar? Quando será dado o inicio ao processo? Por que devo enfocar algumas áreas com prioridade? Como implantar o processo?"

Essas perguntas são fundamentais para o desenvolvimento do *processo de qualidade* na organização, mas para respondê-las deveremos estar conscientes dos nossos paradigmas. Devemos, não apenas aprender coisas novas, mas também desaprender todos aqueles maus modelos que se encontram arraigados em nós e que são percebidos através dos nossos comportamento, atitudes e decisões.

Mas como iremos responder a todas essas perguntas, sem paradigmas? Somente estaremos aptos a isso, se resolvemos adotar uma nova abordagem gerencial que permita à organização acompanhar essas rápidas mudanças, ou melhor, antecipar-se às necessidades e justas expectativas do cliente. Para isso, precisamos romper com práticas ultrapassadas. Desse modo deveremos, por exemplo: comprar um produto ou serviço tendo em vista a sua qualidade, e não apenas o preço; enxergar uma pessoa em cada cliente, e não um cliente em cada pessoa; utilizar e desenvolver todo o potencial do funcionário, ao invés de apenas usar seu conhecimento; trabalhar em equipes constituídas, e não

individualmente, utilizar julgamentos baseados em fatos e dados, ao invés de "achismos" sobre determinado assunto; colocar a qualidade como o centro dos negócios da organização.

Neste momento far-se-á necessário um diagnóstico da organização, pois só assim teremos condições de compreender os fatores que influenciarão a estratégia da busca da "excelência". Teremos condições também de ver o quanto as pessoas estão abertas à implantação de um *processo de qualidade* na Organização.

No diagnóstico, é de suma importância identificarmos a voz do cliente, não apenas o interno, mas principalmente o externo, pois é este que deverá ser diretamente impactado pelas ações da

organização, sendo ainda quem apontará a direção das mudanças a serem implementadas. As necessidades e expectativas do cliente é que irão alavancar todo o processo de mudanças. Lembramos ainda que, para a organização moderna, nada é mais permanente do que a mudança.

Após a verificação das forças e fraquezas, assim como das ameaças e oportunidades, estaremos em condições de posicionarmos a organização para a busca da melhoria continua, fornecer condições que motivem o cliente interno, identificar necessidades de capacitação e aperfeiçoamento, mapear os pontos falhos nos processos, identificar as barreiras que impedem os funcionários de participar do processo de decisão etc.

**SEJA ASSINANTE DA BIBLIEC
E RECEBA SEMPRE BONS LIVROS!**

Tels.: (021) 253-4637 e 253-7535

COM A VEROLME A MARINHA DO BRASIL
GANHOU MAIS UM TRIPULANTE:
MODERNIDADE



*Através da entrega da Corveta "Júlio de Noronha",
a Verolme se orgulha de ter contribuído para a
modernização da nossa Esquadra.*

VEROLME



O CENTENÁRIO DA REVOLTA DA ESQUADRA (1893-94)

Cláudio Moreira Bento

Produto de pesquisa histórica básica, o artigo apresenta o estudo e apreciação de um episódio centenário que marcou o alvorecer da República, produzindo equívocos que se propõe sejam agora reconsiderados.

Faz um século que teve curso, na baía de Guanabara, a Revolta de 1/5 da Esquadra. Ela visava a depor o vice-presidente no exercício da presidência do Brasil, marechal Floriano Peixoto, confirmado na função pelo Congresso, com base nas Disposições Transitórias da Constituição Federal.

Na baía de Guanabara, a Revolta durou 6 meses e 6 dias. Teve inicio em 6 de setembro de 1893 e terminou em 12 de março de 1894, quando os revoltosos depuseram as armas e foram acolhidos, como asilados políticos, a bordo das corvetas *Mindelo* e *Afonso d'Albuquerque*, de Portugal, fato que provocou azedo e tenso rompimento de relações diplomáticas entre o Brasil e Portugal.¹

1. As notas trocadas entre as legações de Portugal e do Brasil, em Lisboa, foram publicadas por Vilalba (*A Revolta da Esquadra*, págs. 163-186). O comandante da Força Naval de Portugal no Rio era o

Em âmbito nacional a revolta só teve fim em 17 de abril de 1894, quando, em

comandante Augusto Vidal Castilhos Barreto, que acumulava o cargo de comandante das forças navais estrangeiras. A decisão de asilar os revoltosos foi dos comandantes das respectivas forças. A escolha dos navios de Portugal foi dos revoltosos. Os navios portugueses ao deixarem o Rio, foram escoltados pelos navios ingleses *Racer* e *Beagle*, até fora da barra. Portugal, ante o protesto brasileiro, declarou que iria internar os revoltosos em instalações militares de Peniche e Elvas. No entanto, em Buenos Aires, eles conseguiram em maioria fugir dos navios, inclusive Saldanha da Gama, vindo depois reforçar as forças federalistas. Os restantes foram transportados para Portugal, a bordo do D. Pedro II. Esse fato provocou veemente protesto diplomático do Brasil, seguido de rompimento de relações diplomáticas, só restabelecidas após um ano, em 16 de maio de 1895. A maior vítima teria sido o comandante Castilhos. Ele foi preso por 89 dias, além de perder sua modelar e digna carreira, conforme se conclui de Heitor Lyra, em *Diplomacia Brasileira na 1ª República* (Rio, IHGB, 1992 — Coleção Pedro Calmon).

Santa Catarina, o almirante Jerônimo Gonçalves, após torpedear e neutralizar o couraçado revoltoso *Aquidabã*, com apoio na esquadra legal e o retomar, após abandonado por sua tripulação, então comandada pelo comandante Alexandrino de Alencar, que viria a ser, mais tarde Ministro da Marinha de três governos da República.²

Durante a revolta, as cidades do Rio de Janeiro e de Niterói tiveram suas populações submetidas ao pânico, sob efeito de ações psicológicas em confronto, desenvolvidas pela esquadra e pelo governo, diante da possibilidade de serem vítimas dos bombardeios trocados entre os navios revoltados, as fortalezas e baterias de artilharia de terra, em apoio ao governo, além dos canhões de navios de guerra estrangeiros surtos nos portos do Rio e Niterói,³ conforme ameaçaram, caso não fossem atendidos em suas imposições, pelo go-

verno e pela esquadra, no afã de protegerem negócios, patrimônios e vidas de súditos de seus países.

Os bombardeios foram violentos sobre Niterói e não foram dirigidos sobre o Rio, mas a população carioca padeceu os feitos dos boatos de que a esquadra "abriria uma ampla avenida com seus canhões do litoral até o Palácio do Itamarati, sede do governo da República".

O combate à Revolta da Armada foi feita com as cidades do Rio de Janeiro e Niterói sob estado-de-sítio, aprovado pelo Congresso em 10 de setembro de 1893, o que deu, ao governo, a faculdade de adotar medidas excepcionais.

A intervenção inicial de navios de guerra estrangeiros surtos no porto impôs, à esquadra e ao governo, sob pena de recorrerem ao uso da força, o Acordo de 5 de Outubro de 1893, que vigorou por dois meses e meio, até 25 de dezembro, pelo qual a cidade do Rio de Janeiro foi considerada "cidade aberta" e poupada de bombardeio naval, desde que as fortalezas e baterias do governo no Rio não hostilizassem os navios da esquadra. O acordo foi respeitado.

Ao contrário, a cidade de Niterói, bastante fortificada e guarnecida por forças do governo, foi bastante bombardeada, em resposta da esquadra às hostilidades deste. Pesados bombardeios navais foram despejados sobre as fortificações ou baterias do governo de Santa Cruz, Gragoatá, Armação, Ponta da Areia, Maruá, Imbuí, Praia de Fora, e ruas perpendiculares à baía, além de

-
2. As circunstâncias do torpedeamento do encouraçado *Aquidabã* "o leão de aço", pelo caça-torpedos *Gustavo Sampaio*, em 16 de abril de 1894, em Santa Catarina, no combate do Desterro, bem como a saga dos seus tripulantes oficiais, em terra, após abandoná-lo, consta dos doc. 111-113, págs. 202-226, em E. Villalba, *A Revolução Federalista do RGS*, e na obra de seu comandante Alexandrino de Alencar, *Aquidabã, o combate de 16 de abril de 1894* (Montevideu, s/ed., 1895). O almirante Gonçalves o rebatizou de *16 de Abril*, mas o nome não pegou. Uma parte de combate de *16 de Abril* o chama de "alto vaso de guerra da marinha brasileira".
3. Os navios de guerra estrangeiros que atuaram na intervenção que declarou o Rio "cidade aberta" e depois impuseram o fim do Bloqueio Naval do Rio e Niterói constam do Apêndice 1.

ataques navais vigorosos sobre a Armação e a ilha de Mocanguê Grande, para controlá-las, por sua importância logística. Niterói ficou isolada do Rio por paralisação das barcas, por ruptura dos cabos telefônicos submarinos e, ainda, por interferência na ligação ferroviária Rio—Niterói, só normalizada quando a esquadra perdeu o seu último apoio em terra, em Magé, em 15 de fevereiro de 1894.

A esquadra, desde o inicio da Revolta, submeteu o Rio de Janeiro e Niterói a rigoroso bloqueio naval, aos poucos relaxado, por imposição de navios de guerra estrangeiros surtos na baía, que não consideraram a esquadra beligerante, e sim, revoltosa.

O bloqueio naval terminou por intervenção, à força, dos Estados Unidos, em 29 de janeiro de 1894, quando o almirante Benham, comandante de uma divisão naval de 5 cruzadores, usando a "diplomacia das canhoneiras", autorizada pelo presidente Cleveland, impediu, após um tiro de advertência do cruzador *Detroit*, que o navio *Trajano*, da esquadra, impediscesse um barco americano de desembarcar sua carga, antes de ser inspecionada. Declarou-se, então, que qualquer ato da esquadra revoltada contra navios americanos seria tomado como pirataria, por não considerá-la beligerante.⁴

4. O desempenho de Salvador Moreira e os resultados de sua ação diplomática junto aos EUA constam do apêndice 3. O secretário de estado dos EUA era o general Walter Gresham. Salvador de Mendonça teve a seu cargo a aquisição, nos EUA, dos navios *Niterói*, *Andrade* e *Piratini*, para a esquadra legal do almirante Gonçalves.

A intervenção estrangeira, da qual resultou o Acordo de 5 de Outubro, foi bem recebido pela esquadra, pelo governo e pelos interventores. Para a esquadra representava a economia de já escassas munições, poupava danos em seus navios e baixas em suas tripulações nos duelos de artilharia, nos quais o governo levava nítida vantagem, além de lhe dar maior liberdade de manobra próximo às praias junto ao Rio de Janeiro. Para o governo, o Acordo o tornou inatacável em sua sede política, dando-lhe tempo para organizar a resistência em todo o Brasil e ordenar, tranquilamente, às suas representações em Nova Iorque, Londres, Toulon e Montevidéu, visando à formação da esquadra legal, receber, do exterior, armamentos e munições necessários, mobilizar forças no restante do Brasil, em especial no norte e nordeste. Para isso, mobilizou o cabo submarino e os telégrafos, e obteve recursos abundantes. Para a intervenção estrangeira, o Acordo pouparia o trabalho difícil, e talvez cruel, de assegurar proteção aos interesses comerciais e às vidas de compatriotas, como ocorreu com a Itália, que forneceu a primeira vítima da Revolta: um marinheiro seu foi morto, à bala, por forças do governo, acidentalmente, tendo este de pagar, à Itália, pesadíssima indenização.

A intervenção estrangeira se completou na organização e operação da esquadra legal, ao comando do almirante Jerônimo Gonçalves e, em grande

parte, formada com navios, equipamentos, armamentos e munições adquiridas dos Estados Unidos e Europa (Prússia e Inglaterra) e guarnecida expressivamente por marinheiros americanos, ao lado de alunos das escolas militares de Fortaleza, Rio e Porto Alegre, mobilizados para a emergência, na falta quase absoluta de marinheiros brasileiros não revoltados.

O apoio americano ao governo deveu-se, em grande parte, na frente diplomática, à ação do embaixador brasileiro em Washington, Salvador de Mendonça, que habilmente procurou demonstrar que as nações europeias eram simpáticas à revolta, a qual era, inclusive, apoiada pela Inglaterra, que oferecia munições aos revoltosos, para que o Brasil fosse a segunda monarquia a ser restaurada nas Américas, depois do Haiti.

Para procurar junção com a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a Revolta da Esquadra estabeleceu, em Santa Catarina, que se havia desligado da União, o governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil que, em vão, procurou reconhecimento internacional. Presidiu-o, de 14 de outubro de 1893 a 12 de março de 1894, de forma unitária e com caráter militar, o capitão de mar-e-guerra Frederico Guilherme de Lorena, que fora despatchado da esquadra do Rio, no comando da Divisão Naval Expedicionária, para tentar juntar-se aos federalistas no sul e, com eles, compor o governo provisório

do Brasil. Esse infiusto governo, em desestabilização progressiva, enfrentou grandes dificuldades, por haver se pronunciado contra o manifesto de Saldanha da Gama, considerado como de sentido restaurador da Monarquia e por apresentarem, seus integrantes, ideologias diversas sobre o verdadeiro sentido de República, darem demonstrações de vaidades e ciúmes e, por não terem feito Gaspar Silveira Martins, líder da Revolução Federalista, exilado em Montevidéu, embaixador do governo provisório junto a Argentina e Uruguai, fato que provocou ser taxado, pelos federalistas, por seu caráter militar, de "um arremedo do governo federal de Floriano Peixoto". Em represália, Silveira Martins foi taxado de "o maior mal que assolava o Estado do Rio Grande do Sul".⁵

Lorena, após substituído por um triunvirato civil, ao qual não compareceu o representante federalista do Rio Grande do Sul e que durou só um mês,⁶ terminou

5. Segundo Vilalba, em *A Revolução Federalista no RGS*, Lorena não se entendia com Alexandrino de Alencar, comandante do *Aquidabã*, que fora imediato de Saldanha da Gama. Com este, se entendia bem, e não com Custódio de Mello. Alexandrino acusou Lorena de, em Santa Catarina à frente do governo provisório, só cuidar de política e pouco ou nada da defesa de Santa Catarina. Alexandrino e Lorena foram dos poucos oficiais da Marinha que aderiram à Proclamação da República e conspiraram bastante nesse sentido. Alexandrino no comando de forças navais que apoiaram a derrubada do Gabinete, em 1889, no quartel-general do Exército.

6. A esquadra legal, batizada de "esquadra de papelão", é focalizada por E. Vilalba, em a *Revolta da*

sendo preso e humilhado publicamente, por ordem do governo local legal, representado pelo coronel Moreira Cezar, ao qual se atribui seu fuzilamento, como represália aos federalistas, que haviam praticado atrocidades contra republicanos governistas em Santa Catarina e no Paraná.⁷

A intervenção estrangeira de que resultou o Acordo de 5 de outubro, foi solicitada e estimulada pelo governo, que dele muito se beneficiou, por ganhar tempo em sua estratégia de domínio da Revolta, e por usar forças navais estrangeiras em seu benefício, até que pudesse dispor de meios navais, em mobilização.

Por outro lado, a esquadra beneficiou-se, diretamente, da intervenção de navios de guerra portugueses, que receberam os revoltosos após deporem as armas, na condição de assilados políticos e, indiretamente de início e

após diretamente, da intervenção do Uruguai e da Argentina. Esses dois países serviram de asilo e, mesmo, de base de operações de quatro invasões federalistas ao Brasil. Na 4^a e última, feita por Uruguaiana, o almirante Saldanha da Gama,⁸ no comando de tropa federalista e remanescentes da Revolta da Esquadra, sob a denominação de Exército Libertador, encontrou a morte em Campo Osório, em 24 de julho de 1895. Foi perda de um grande brasileiro,⁹ que até hoje muitos patrícios justamente lamentam tal como a morte do marechal Floriano Peixoto, vítima de moléstia insidiosa, ocorrida 5 dias após, na localidade de Floriano, em Barra Mansa.

As intervenções dos nossos vizinhos trouxeram, para as fileiras federalistas, combatentes uruguaios e argentinos. A

7. Vilalba, 3^a ed., págs. 171-185, e a sintetizamos no apêndice 2, com a incorporação de outras fontes. Vilalba destaca a procedência e características técnicas dos navios adquiridos nos EUA e na Prússia, e faz uma defesa do almirante Jerônimo Gonçalves, cujas ordens-do-dia ele publica. Na obra *Revolução Federalista no RGS*, Vilalba demonstra que os federalistas não se entendem com os revoltosos. A respeito do governo provisório em Santa Catarina, publica os doc. 81, 84, 87, 88, 90, 93, 100, 101, 103, 104 e 106. O entendimento revolta-revolução chegou muito tarde.

7. Vilalba, op. cit, nota 6 — Rev Fed RGS, publica o doc. 116, que nomeia Moreira Cezar governador provisório civil e militar de Santa Catarina.

8. Vilalba, op. cit nota anterior, doc. 116, refere-se ao sítio de Bagé com a participação de "500 desertores, bandidos orientais" (uruguaios). Wenceslau Escobar, historiador federalista insuspeito, em seus *Apontamentos Rev 93*, refere que os executores do massacre ou genocídio de Rio Negro, em 28 de novembro de 1893 foram o uruguaião Adão Latorre e auxiliares correntinos (argentinos). Outros referem a facilidade com que Zeca Tavares, responsável por haver ordenado o referido genocídio de civis republicanos em número de 300, de mobilizar uruguaios para lutarem contra o governo do Brasil e do Rio Grande do Sul, em 1893-95. Júlio de Castilhos em sua correspondência, sempre denuncia o apoio uruguaião e argentino aos federalistas. É uma questão que necessita um aprofundamento.

9. Osvaldo Aranha fez antológico discurso, em 1940, junto ao monumento de Saldanha da Gama, inaugurado em seu centenário, no Jardim de Alá. Frederico Vilar, em trabalho biográfico sobre Saldanha, *Revolução que eu vi*, o transcreve. Merece ser lido e meditado pelos brasileiros.

elas se atribui a introdução do triste costume de degolar prisioneiros inermes, como o ocorrido no massacre do Rio Negro (Estação de Hulha Negra), em Bagé, onde argentinos correntinos se encarregaram de matar, por degolamento, cerca de 300 civis integrantes de um Corpo Provisório do Governo do Estado, composto de bageenses, pira-tinienses e canguçuenses, ao comando do coronel Manoel Pedroso, também degolado na ocasião. Gaspar Silveira Martins tomou conhecimento desse massacre por intermédio do general Joca Tavares, que comandou a vitória federalista em Rio Negro, em 28 de novembro de 1893.¹⁰ Nessa ocasião, no Rio, a Revolta procurava apoio dos federalistas, sem êxito, e Saldanha da Gama era pressionado, pela Revolta e pelo governo, a definir-se. A comunicação feita a Gaspar Silveira Martins por Wenceslau Escobar assim se expressava: "Do inimigo ficaram no campo 200 mortos, contando os que em grande

número foram exalar o último suspiro num mato próximo. Queria dizer que todos foram degolados por mercenários platinos e por ordem superior, não por iniciativa própria."¹¹

A Revolta da Esquadra foi funesta para a economia do Brasil, para a unidade e harmonia da família brasileira e de suas forças armadas, e desastrosa para a nossa marinha de guerra que, ao invés de impor e consolidar os objetivos que a levaram à revolta, segundo o abalizado, sério e isento historiador naval contemporâneo, almirante Leônio Martins, "se desfez moral e materialmente, criando cisões e provocando feridas que só não foram mais graves e profundas, graças a anistia concedida, em 1895, pelo presidente Prudente de Moraes".

O almirante Leônio, aliás, vem procurando desmistificar a interpretação do episódio que, de longa data, vem sendo passada à posteridade militar naval e terrestre brasileira, para que, eliminada a ótica corporativista, em nome de um falso espírito-de-corpo, ela não venha causar maiores males às relações Marinha e Exército, por responsabilizá-las por esse desencontro lamentável. A responsabilidade deveu-se, sim, às suas lideranças, à época, que

10. Produzimos trabalho sob o título "Centenário do Massacre do Rio Negro" para *Antologia da Revolução de 93*, do Círculo de Pesquisas Literárias de Porto Alegre, em 1993. Ampliamos expressivamente esse trabalho, para publicação na RIHGB, por tratar-se de um massacre civil, por degolamento, de 300 civis republicanos que se renderam sob garantia de vida a tropas revolucionárias federalistas. O genocídio não tem precedentes na História do Brasil. Por motivos que desconhecemos, vem sendo escondido, silenciado e distorcido contribuindo, assim, para a falsa ideia do brasileiro cordial. O comandante, em Rio Negro, foi o general João Nunes da Silva Tavares. Sobre ele recai a responsabilidade moral desse evento cruel.

11. O federalista Germano Hasslocher em, *A Verdade sobre a Revolução de 93* (Palegr, s/ed., 1894, 69 págs.) condena Gaspar Silveira Martins, por não haver censurado seus partidários responsáveis pela carnificina de Rio Negro, a qual descreve com detalhes e não deixa de apontar os responsáveis.

ambas instituições tiveram que seguir, em nome da hierarquia, da disciplina e da lealdade aos chefes.¹² Essas autoridades, sim, devem responder por seus atos no tribunal da História, dentro do princípio castrense de que "o chefe é responsável pelo que acontece ou deixa de acontecer em sua jurisdição de comando".

A Revolta da Esquadra traz preciosas lições, visando a manter a unidade e integração das Forças Armadas do Brasil, responsáveis por sua segurança, e não por sua insegurança, como foi o caso, ao ponto de atrair a intervenção estrangeira. Essa intervenção inclusive, planejou desembarcar 750 homens na Praça 15 de Novembro, no Rio, para proteger súditos de seus países, caso o Rio fosse bombardeado pela Esquadra. A intervenção foi recusada pelo governo de forma energica, sob o argumento que tinha condições de proteger os interesses estrangeiros no Rio. O fato originou a lenda de que, perguntado como seria recebida a intervenção estrangeira naquelas condições, Floriano teria respondido: "À bala!"¹³

As novas dimensões dos estudos de História Militar fornecem lições preciosas que isolam os mecanismos responsáveis pela eclosão de revoluções e guerras, e os coloca a serviço dos líderes, para evitar que elas aconteçam. A obra pacificadora do duque de Caxias é rica nesse tipo de ensinamentos, mas parece foi esquecida por lideranças do Exército e da Marinha, após a Proclamação da República, ao se empenharem em disputa pelo poder, após haverem estado juntas na Proclamação da República. É um caso para estudo mais profundo e isento, a ser feito mais tarde, longe das paixões que ainda se fazem sentir e das pressões corporativistas. Esse dia está chegando e, com ele, preciosos ensinamentos serão retirados da história crítica do episódio.¹⁴ Ele envolveu lideranças exponenciais do Brasil, que hoje ocupam um lugar merecido no *panteon* dos heróis da nacionalidade. Ai chegaram por consagração popular, em razão das preciosas lições que deram aos pósteros, na

12. Alexandrino Faria de Alencar, revoltoso comandante do *Aquidabá* e, depois, combatente federalista, veio a tornar-se mais tarde ministro da Marinha de três governos. A ele se atribuem possíveis injustiças praticadas com os legalistas da Marinha, no combate à Revolta da Armada, e a pedra que foi colocada em cima da memória, vida e obra do almirante Gonçalves.
13. O marechal Floriano recusou tentativas dos EUA de intervir, diretamente ou em conjunto com forças navais das nações europeias, para fôr sim a Revolta da Armada. Ao contrário, fez questão de organizar uma esquadra legal, para tratar do problema, conforme abordamos no apêndice 3.

Floriano, ao organizar a esquadra legal, deve ter se inspirado em sua experiência pessoal, quando comandou, como capitão, expressiva flotilha fluvial, com a qual combateu os paraguaios que invadiram o Brasil ao longo do rio Uruguai e, depois, realizou o cerco fluvial dos paraguaios em uruguaiana, onde se renderam, em presença de D. Pedro II.

14. Ver nota 12. Veja-se como Alexandrino de Alencar, no doc. 116 de Vilalba. *A Revolução Federalista de 93 no RGSP*, doc. 113, pág. 281, julgou mal a esquadra legal e o almirante Gonçalves, não poupando elogios ao comandante da contratorpedeiro *Gustavo Sampaio*.

paz e na guerra, como os marechais Deodoro e Floriano, general Gomes Carneiro, almirantes Jerônimo Gonçalves, Custódio de Mello, Wandenkolk, Saldanha da Gama, comandante Lorena, Júlio de Castilhos, Silveira Martins, Gumersindo Saraiva, que atuou com brilho como general federalista, além de outros.

É de se lamentar que não tenham eles encontrado, na época, um denominador comum para impedir a eclosão da revolta e permitir a aplicação de suas capacidades de liderança na solução dos graves problemas enfrentados pelo Brasil, em transição da monarquia para a república. A república necessitava, para sua consolidação, de grande esforço de cooperação, além de renúncia temporária de posições, não de autoritarismos, imposições e, por fim, da revolta que tantos males causou, e ainda causa, ao Brasil. A revolta foi um desperdício de energias e de oportunidades. Seus líderes, em maioria, comprometeram a própria saúde, desaparecendo precocemente, ou imolando suas vidas preciosas. Que seus sacrifícios e vidas sirvam de reflexão às lideranças, para que, pacífica e democraticamente, saibam procurar e encontrar os melhores caminhos para a construção do futuro do Brasil.

• O governo do marechal Floriano Peixoto era constitucional por decisão do Congresso, que lhe conferiu poderes para combater a Revolta sob estado-de-sítio.

• Não foram as instituições permanentes Exército e Marinha que se confrontaram, mas sim suas lideranças eventuais, que devem responder, no tribunal da História, pelos erros, equívocos e excessos praticados no envolvimento político dessas instituições na época em foco.

• As intervenções estrangeiras que beneficiaram o governo e, em menor grau, a esquadra, são uma constante na História Militar dentro da máxima de que "não existe amizades entre nações e sim interesses".

• Não fora a intervenção estrangeira, com o Acordo de 5 de Outubro de 1893, é bem possível que o Rio de Janeiro e sua população fossem alvo da retaliação incontrolável dos revoltosos *versus* governo.

• Ainda é cedo, por não existir, ainda, um clima isento, para um estudo crítico da atuação do governo e da Revolta, a fim de que dele se tirem lições. As fontes disponíveis, em maioria, são parciais, as barreiras corporativistas ainda se fazem sentir, bem como as pressões de mistificações e preconceitos. Mas dia chegará em que do episódio se retirarão preciosas lições para a manutenção da unidade entre as forças armadas. É um

REMISSAS DA PRESENTE INTERPRETAÇÃO

estudo que deve ser feito e que não deve ser omitido à posteridade, para que a História não se repita.¹⁵

15. Observo uma preocupação política de esconder-se, ou minimizar-se, os episódios trágicos de degolamentos de civis inermes em Rio Negro e Boi Preto. Em alguns casos, tenta-se justificar a violência, recorrendo a verdades populares sem base histórica. Observo a preocupação da historiografia de não abordá-los, ou camuflar a responsabilidade de ambos, o general Joca Tavares e o coronel Firmino de Paula. Rio Negro foi uma traição à causa federalista e, sobre esse tristíssimo evento, é difícil obterem-se fontes. Até hoje não se sabe os nomes das vítimas e a intimidade do massacre. Dados têm sido substituídos por estórias, lendas e versões de natureza partidária. Impõe-se que os maragatos (federalistas) e os pica-paus (republicanos) exorcismem, condenem Rio Negro e Boi Preto, e peçam desculpas à humanidade, ao Brasil e à sociedade sul-riograndense por aqueles crimes, de igual forma como o Papa reconheceu, publicamente, o equívoco do Tribunal da Inquisição, condenando Galileu Galilei, e os alemães, pedindo desculpas aos judeus pelo genocídio que os nazistas cometeram contra eles na última guerra. Este seria o comportamento ideal. Por oportunista, aqui traduzo o pensamento do historiador Tarcisio Taborda na *Revista Militar Brasileira*, nº 1, jan/mar 1970 a respeito do massacre do Rio Negro: "Rio Negro, terrível episódio que dizimou os governistas e por isto se tornou símbolo de traição e da deslealdade para com o inimigo rendido." Ou, então, o do coronel João Cezar Sampaio, que comandou a Divisão do Sul que libertou Bagé, ao passar por ali e deparar, mais de mês após, como tétrico cenário do massacre de 300 civis que permaneciam insepultos: "Ante o horrendo quadro, ao mesmo tempo que sentia confranger-me o coração, ao contemplá-lo e às vítimas da ferocidade de seus semelhantes, lamentei não dispor de uma máquina fotográfica, para perpetuar esta ação execrável. Hoje porém (1920) dou-me parabéns por não tê-la encontrado, pois me sentiria envergonhado, humilhado mesmo, se em outros países pudesse ver reproduzidos este quadro que só encontraria similar entre canibais (SAMPAIO. *O Cel Sampaio e os apontamentos do Dr. Wenceslau Escobar*. Palegr, Liv. Globo, 1920). Já o citado Dr. Wenceslau assim se manifesta, embora federalista: "Perante a civilização e as leis humanas nunca os assassinatos praticados em Rio Negro poderão justificar-se."

- O governo provisório da República do Brasil que a revolta estabeleceu, não teve nenhum reconhecimento internacional.

CAUSAS DA REVOLTA

- Divergências sobre a forma de governo republicano¹⁶ a ser implantada no Brasil, entre lideranças do Exército e da Marinha que participaram da Proclamação da República.
- Posição política dominante de lideranças do Exército no governo, após

16. Uma causa remota, a concluir-se de *As revoluções que eu vi*, do almirante Frederico Vilar, foi a recusa do presidente, marechal Deodoro, em aprovar o muito oneroso projeto do senador Glycério que consistia na concessão de 100 mil contos de ouro como garantia de juros à Companhia Hidráulica, à qual seria entregue "o vasto e precioso local do Arsenal da Marinha no Rio, cujas oficinas e outras repartições navais ali existentes seriam transferidas para outro local que o governo deveria adquirir para tal fim." O veto de Deodoro provocou a renúncia do ministro da Marinha, almirante Wandenkolk, e do restante do Ministério que o apoiava. Aí, o Congresso, de maneira inconstitucional, passou a derrubar, ditatorialmente os vetos de Deodoro. Isso seria uma das motivações para Deodoro fechar o Congresso e dissolvê-lo, em 3 de novembro de 1891, fato que provocou a Revolta de 23 de novembro e a renúncia de Deodoro em favor de Floriano. O evento teve muitas trágicas consequências para a sociedade do Rio Grande do Sul, ao ser deposto Júlio de Castilho e, em seu lugar, assumir o "governinho de triste memória". No fundo, havia uma mágoa pelo incidente ocorrido em 15 de novembro de 1889, no qual o ministro da Marinha, barão de Ladário, duelou à bala com a escolta de Deodoro, terminando por sair ferido. Wandenkolk foi estudado por Dino Willy Cozza nos *Anais do Congresso ... Proclamação da República* (Rio, IHGB, 1989).

proclamada a República. Essa posição era almejada e pleiteada por lideranças da Marinha, como os almirantes Custódio de Mello e Eduardo Wandenkolk, que haviam se arriscado, ao tomarem parte ativa na vitória do movimento. Eles contavam ter maior participação política e administrativa, ou ter voz e vez na condução dos destinos da República. Não atendidos, ou ouvidos, em suas aspirações, pelo que classificavam de militarismo exercido por lideranças oriundas do Exército no governo, passaram a fazer oposição ao governo do marechal Deodoro, que obrigaram, inclusive, a renunciar e, depois, ao de Floriano Peixoto, contra o qual os almirantes citados foram até à revolta armada.

• Bloqueio, da parte de lideranças do Exército, à maior efetividade na participação de lideranças da Marinha no governo, por acharem que havia sido pouco expressiva a participação de lideranças da Marinha na Proclamação, ao contrário do Exército.

• Reação armada da esquadra, em 23 de novembro de 1891, liderada pelo almirante Custódio de Mello, ao ato de dissolução do Congresso, decretada com apoio dos governadores, em 3 do mesmo mês, como protesto do marechal Deodoro a oposição que lhe era feita, impedindo-o de concretizar "o que era o melhor para o Brasil". Custódio de Mello, almirante e deputado, a bordo do encouraçado *Riachuelo*, intimou o marechal Deodoro, presidente da

República, muito doente, com um tiro disparado na torre da Candelária, a que renunciasse, o que conseguiu. O ato não contou com o aplauso do almirante Saldanha da Gama, que viu Deodoro atuar no sentido de afastar lideranças expressivas do Exército da política, o que explica a falta de apoio da instituição ao Presidente, deixando-o só.¹⁷

• Influência de Custódio de Mello, homem forte do governo do marechal Floriano Peixoto, com o qual pouco a pouco passou a divergir, até abandonar

17. O almirante VILAR, op. cit, págs. 35-37, informa que "em pouco tempo o almirante Saldanha da Gama, pelo encanto de seu magnetismo pessoal, pela sinceridade de seus propósitos, pelo seu nobre caráter e pelo calor de sua lealdade, tornou-se o amigo devotado, o colaborador íntimo, o homem de confiança do generalíssimo proclamador da República, em cuja defesa empunharia sua espada, resolutamente como o fez, em 23 de novembro de 1891". E prossegue: "Estoura a revolução de 23 de novembro de 1891. Saldanha da Gama, pessoa de confiança e particular estima do presidente Deodoro, foi convidado para exercer o cargo de ministro da Marinha... Recusou. Preferiu e aceitou o cargo de chefe do estado-maior da Armada e preparou a resistência aos revolucionários. E os teria batido, se Deodoro, doente, cansado e enojado da política, não lhe houvesse enviado ordens terminantes para não agir, pois mandara chamar Floriano e renunciava em suas mãos a presidência da República. Saldanha da Gama obedece a Deodoro exatamente quando Custódio de Mello encalhara o *Riachuelo* nos baixos de Niterói e o *Aquidabé* não podia mover-se senão a reboque, podendo assim Saldanha, chefe do estado-maior da Armada, atacá-lo com o *Solimões*, que se achava na Armação recebendo munições e cuja guarnição foi reforçada com destacamentos levados de Villegaignon". Saldanha deixou o *Solimões* e, face à ordem de Deodoro de não resistir, retirou-se para a fazenda de seus avós em Colégio, Campos, até ser nomeado comandante da Escola Naval, em 7 de abril de 1892.

o ministério em 23 de abril de 1893, por não conseguir impor seus pontos de vista, inclusive o de Floriano fazer uma intervenção federal constitucional no Rio Grande do Sul, para pacificar a Revolução Federalista. Custódio de Mello havia participado do combate às revoltas das fortalezas de Santa Cruz lideradas por um sargento, da repressão ao manifesto dos 13 generais, incluídos aí 4 almirantes e, entre eles, Wandenkolk, intimando Floriano a convocar eleições para substituir o marechal Deodoro, em contradição com o Congresso que o confirmara, e ordenado a destituição dos comandantes da canhoneira *Marajó* e da flotilha do Rio Grande, que haviam feito intervenção, do lado da oposição, contra o presidente do Rio Grande do Sul, Dr. Júlio de Castilhos.

• Apoio velado que o presidente Floriano Peixoto dava ao governo de Júlio de Castilhos no combate à Revolução Federalista, liderada pelo Dr. Gaspar Silveira Martins, suspeito de pretender restaurar a monarquia, e com o qual lideranças do Exército haviam se desentendido em passado recente.¹⁸

• Reação de lideranças da Marinha ao presidente Floriano Peixoto. Quando os almirantes foram consultados para exercerem o cargo de ministro da Marinha, declinaram o convite, inclusive o almirante Saldanha da Gama, que respondeu de forma pessoal e insultuosa, em nome de sua contrariedade pelo predominio político de lideranças do Exército no governo, o que ele classificava de militarismo.

• Eleição, para a presidente do Clube Naval, por quase maioria dos sócios, do almirante Wandenkolk, signatário do manifesto dos 13 generais e 1º ministro da Marinha na República, quando se encontrava em Buenos Aires, onde declarou que iria organizar ações navais em apoio aos federalistas gaúchos, em protesto por sua prisão e exílio.

• Tentativa frustrada do almirante Wandenkolk de, liderando os navios *Júpiter*, frigorífico mercante que armou, e o mercante *Itália*, desembarcar em Estreito e São José do Norte e fazer junção com Gumersindo Saraiva, que lá não pôde comparecer.

18. Gaspar Silveira Martins não era benquisto no Exército. Tivera divergências com Osório que muitas vezes degostaram suas palavras antes de morrer, "morro e esqueço as ingratidões" referiam-se as ingratidões de Silveira Martins. *O Perfil Parlamentar* de nº 14 (Brasília, Câmara dos Deputados, 1979) mostra que ele desejou seguir a carreira militar, mas foi impedido, por problemas de visão. Estudioso de História Militar da Europa, com base nesses conhecimentos, Silveira Martins fazia críticas ferinas a chefes militares, como a

Deodoro, por pretensa corrupção à frente do governo do Rio Grande. Consta que, nessa época, ele teria disputado as preferências de uma bela dama gaúcha, o que veio a acirrar a inimizade entre os dois. Segundo versão difundida, Deodoro só aceitou proclamar a República, ao saber que o possível chefe do novo gabinete seria Silveira Martins que, em consequência, foi preso em Santa Catarina e desterrado por dec. nº 78 de 21 de dezembro de 1889 para a Europa. Intervenção do marechal Câmara junto a Deodoro abrandou-lhe os castigos.

- Captura do *Júpiter* e prisão incommunicável, na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio, do almirante e senador Wandenolk, acusado, junto com seus oficiais, de pirataria, o que mereceu protestos da opinião pública e uma argumentação favorável ao almirante, de parte de Ruy Barbosa.

- Clima de conspiração aberta que passou a lavrar na Marinha, julgando, muitos oficiais, que a única manobra de desagravar a honra da Força seria a rebelião clara, com a deposição do presidente Floriano Peixoto, e fazer suas lideranças partilharem, junto com lideranças do Exército, das responsabilidades políticas e administrativas do governo.¹⁹

O PLANO MILITAR DA REVOLTA

19. Alvaro R. Vasconcelos, em *O Almirante Custódio de Mello e a Revolta de 93*, RJHGB, v. 175, 1940, páginas 339-559 e ano de 1949, páginas 347-378, defende Custódio de Mello das acusações de haver arrastado a Marinha à revolta em 6 de setembro de 1893, de assim ter procedido por ambições políticas e pessoais, pela incapacidade de bem conduzir a Revolta à vitória, de haver desamparado o almirante Saldanha e de nada haver feito após deixar o Rio e ir para Santa Catarina. Segundo o almirante Leônio, em *Anais Congresso Nacional Proclamação da República*, v. 2, página 109: "o almirante Custódio era considerado tecnicamente o oficial mais completo de sua geração. Habil artilheiro... Não encontrei nenhuma referência sobre sua capacidade como estrategista naval. Era corajoso."

De um complexo de operações, previstas para durar 4 meses, constava:

- rebelar a esquadra brasileira, então chamada *Armada*, e reforçá-la com navios mercantes armados e material e munições retirados dos depósitos navais da Marinha, em Armação (munições) e Mocanguê (carvão combustível),

- embarcar o Batalhão Naval (fuzileiros navais da ilha das Cobras) e o Corpo de Marinheiros (ilha de Vilegaignom) para atuarem em apoio à esquadra, como força de desembarque;

- forçar, com a esquadra, a barra do Rio de Janeiro, defendida pelas fortalezas de Santa Cruz, Lage e São João e, a seguir, ocupar Santos, onde se esperava fossem recebidos reforços;

- apossar-se da cidade de São Paulo, que se transformaria em quartel-general ou possível sede do governo provisório, a ser estabelecido;

- irradiar a revolta para o norte, nordeste e sul do Brasil;

- com força terrestre poderosa, transportada por mar, desembarcá-la em Sepetiba e, com ela, conquistar o Rio de Janeiro e depor o governo;

- bloqueio naval dos portos sob controle do governo, privando-o de comunicações marítimas com o exterior. Foi o caso do Rio de Janeiro e de Niterói, que foram bloqueados, até os americanos intervirem e anular o bloqueio.

EXECUÇÃO DO PLANO

O plano era cheio de condicionantes. Consegiu-se revoltar a esquadra e apossar-se de munições no Laboratório Pirotécnico, na Armação, e de carvão de pedra combustível da ilha Mocanguê, pertencente a firmas privadas nacionais e estrangeiras. Consegiu-se contornar a falta de uma peça essencial do encarregado *Aquidabã*, que estava com o governo, por medida preventiva.²⁰ Não se previu a possibilidade de intervenção de navios estrangeiros e não poder sair barra afora, em razão de o almirante Saldanha da Gama e seus comandados terem permanecido neutros, na antevisão do que iria acontecer de funesto para a Marinha, cujo futuro o almirante procurou preservar, evitando que os aspirantes da Escola Naval e o Corpo de Marinheiros, bem como as fortalezas das

ilhas das Cobras, Willegaignom e das Enxadas tomassem parte na revolta. Pressionado²¹ a fazê-lo, pelo governo pela Revolta, ele e seus alunos, Saldanha aderiu à revolta 3 meses mais tarde, fazendo um manifesto entendido como restaurador da monarquia.²² Isso atraiu contra si o repúdio de expressiva parte da opinião pública, da intervenção americana, que pôs fim ao bloqueio naval do Rio e de Niterói, do presidente do governo provisório da Revolta em Santa Catarina, o comandante Lorena, além de colocar nas mãos do presidente Floriano Peixoto, a bandeira de "consolidador da República".

20. O almirante Frederico Vilar, op. cit. aponta o que, a seu ver, fora imprevidência de Custódio de Mello: "abandono da ilha das Cobras, posição estratégica dominante da baía de Guanabara, com diques, oficinas navais, depósitos de combustíveis e de suprimentos vários, hospital, laboratório, quartéis, presídio, baterias e subterrâneos; da Armação, com vasto depósito de carhões torpedos, munições, e oficinas de armamento; das ilhas Mocanguê, Viana e as da enseada São Lourenço, com oficinas e diques; vastos paíóis de pólvora do Matoso, na ilha do Governador, que voaram, após, pelos ares. Parece que em tudo ele se baseava na certeza displicente de que Floriano "não reagiria". Saldanha é que foi ocupar a ilha das Cobras, "onde encontrou setenciosos famintos, sedentos e furiosos, ao ponto de um deles investir armado de faca contra Saldanha, que o dominou pessoalmente".

21. Saldanha da Gama enfrentou o seguinte dilema: "obedecer o Governo que, inicialmente o prestigiou e apoiou sua neutralidade e, tão logo teve forças, o pressionou a definir-se, através de diversas manobras, ou cumprir o compromisso moral de preservar os aspirantes e os marinheiros e, assim, o futuro da Marinha e, finalmente, impedir por todos os meios que eles aderissem à Revolta. Para Frederico Vilar, op. cit. pág. 65, "a neutralidade de Saldanha era sincera", não conseguindo impedir evasões de aspirantes, os quais, em determinado momento, foram aderir a Custódio, de onde os trouxe após cena histórica patética, digna de um filme, e de um tratado de liderança, que Vilar descreve às páginas 69-71.

22. Frederico Vilar, op. cit. págs. 75-80, nega a intenção de Saldanha de restaurar a Monarquia, e afirma que o manifesto explicativo a respeito não teve guarida na imprensa. FROTA, Guilherme Andréa, publica interessante estudo biográfico sobre Saldanha nos *Anais do Congresso do Centenário da Proclamação da República do Brasil* (Rio, IHGB, 1989), v. 3.

Custódio de Mello ficou inativo esperando, talvez, que se repetisse, com o presidente Floriano Peixoto, o que impusera ao presidente Deodoro da Fonseca: a renúncia, para evitar derramamento de sangue. Mas aconteceu o que se atribui a previsão do almirante Saldanha da Gama: "Se o Custódio espera jantar hoje no Palácio Itamarati (sede do Governo) engana-se, pois o 'major' Floriano é duro e resistirá!" E não deu outra coisa!

Nem toda a oficialidade, além de Saldanha da Gama, aderiu à revolta. Muitos eram devotados ao presidente, por acharem que ele encarnava a própria República, e grande parte se manteve em posição de neutralidade. Só 1/5 foi à revolta.

A Esquadra, para não ficar imobilizada, despachou uma divisão expedicionária, chefiada pelo comandante Frederico Lorena, que deixou o Rio entre 17 e 18 de setembro de 1893, rumo a Santa Catarina, onde instalou o governo provisório do Brasil. A divisão era composta do cruzador *República*, da torpedeira *Marcelio Dias* e do cruzador auxiliar *Palas*. Em 1º de dezembro de 1893, foi a vez de Saldanha da Gama rumar para o sul, ao comando da "esquadra de fora", composta dos encouraçado *Aquidabã* e do cruzador auxiliar *Esperança*, com os quais manteve, junto com Lorena, o domínio das rotas navais costeiras do Brasil, até a chegada, em 10 de março de 1894, da esquadra legal no

Rio, proveniente de Pernambuco.²³ Ficou no comando da "esquadra de dentro" o comandante Eliezer Tavares e, a seguir, Saldanha da Gama, que ficou apoiada no navio escola *Liberdade*, no cruzador *Tamandaré*, nas corvetas *Trajano* e *Guanabara*, na torpedeira *Araguari* e no monitor *Javari*, sem propulsão, que seria o único afundado, além de mercantes armados.

A esquadra disputou ferozmente a posse das ilhas do Governador, que o governo conquistou em 15 de dezembro, da Armação, que o governo conquistou em 5 de fevereiro, após encarniçado e mortífero combate, e de Mocanguê. Custódio perdeu a oportunidade de atacar a esquadra legal quando ainda em formação em Recife, e não dispôs de tropas de desembarque, com as quais pudesse conquistar e manter, em terra, posições estratégicas para a esquadra.

23. Vilar, cit nota anterior, sobre a não atuação de Custódio de Mello, que dominava as rotas no litoral do Brasil, sobre a esquadra legal, escreve, à pág. 83: "Por motivos que nunca chegamos a conhecer — segredos da nefasta República Nova instalada em Desterro (atual Florianópolis) — a nossa força naval do sul não foi ao norte combater os navios pacificamente reunidos pelo almirante Gonçalves, em Pernambuco e Bahia, portos abertos indefesos, de fácil acesso, e onde a revolta francamente contava numerosos partidários e recursos. Não impidiu também a concentração da esquadra legal em Salvador." Recorde-se que Custódio era baiano e lá muito prestigiado e que a Revolta da Armada possuía pleno domínio no mar. Seguramente é possível que exista uma explicação logística.

O Governo agiu rápido. Colocou em prontidão o Exército, convocou a Guarda Nacional e mobilizou 4 batalhões patrióticos com estudantes. Consegiu autorização do Congresso para decretar estado-de-sítio, o que lhe conferiu poderes ditatoriais. Solicitou, e obteve, apoio internacional dos EUA para pôr fim ao bloqueio naval e dar o *status* de "cidade aberta" ao Rio de Janeiro, para que não fosse bombardeado e não bombardasse a esquadra. Nomeou o almirante Jerônimo Gonçalves, herói da Guerra do Paraguai, que estava inativo, para comandar a defesa do litoral da baía da Guanabara e, após, organizar e comandar a esquadra legal, com a qual, em 16 de abril de 1894, conseguiu, através da torpedeira legal *Gustavo Sampaio*, neutralizar, com um torpedo, o couraçado *Aquidabã*.²⁴

O presidente Floriano Peixoto, consolidada a República, presidiu na época

certa sua sucessão, vencida por um adversário político. Passou o governo democraticamente, sem nenhuma manobra visando a perpetuar-se no poder. Tornou-se um ídolo popular e os aniversários de sua morte, por muitos anos, foram comemorados junto a seu túmulo, com enorme afluxo popular.

APÊNDICE 1: Navios de Guerra que Participaram da Intervenção Estrangeira na Revolta da Armada (1893-94)

Os navios de guerra que apoiaram a intervenção estrangeira na transformação do Rio de Janeiro em "cidade aberta" e que, após, impuseram o rompimento do bloqueio naval pelos revoltosos foram os seguintes: americanos-cruzadores *New York*, *Detroit*, *Charleston*, *São Francisco*, e *Nova York*; ingleses-cruzador *Sirius* e canhoneiras *Beagle* e *Racer*; francês-cruzador *Aréthuse*; italiano-cruzador *Giovanni Bausan*; portugueses-corvetas *Mindelo* e *Afonso de Albuquerque* e alemão-cruzador *Ancona*, que não aceitou participar da intervenção mas que, em Santa Catarina, intermediou a entrega do *Aquidabã* e do *Marcílio Dias*.

24. Vide notas 2 e 12. Aliás, Alexandrino reconheceu o valor, a coragem e competência do comandante da *Gustavo Sampaio*, ao escrever: "Honra seja feita ao sr. 1º tenente Altino Correia, comandante da torpedeira *Gustavo Sampaio*. A ele, somente a ele, deve-se ter sido utilizado o *Aquidabã*. Quanto aos outros, que sejam julgados por seus companheiros (E. Vitalba, *Rev. Federalista RGS*, pág. 215)". E prossegue, mais adiante: "Esta torpedeira cumpriu o seu dever antes de fugir, lançando um torpedo na proa do *Aquidabã*, enquanto as outras desapareciam no horizonte, deixando de secundar o seu bravo companheiro que, se fosse auxiliado, teria escrito uma página gloriosa para a Marinha de Guerra Brasileira, e que serviria de lição às marinhas de outras nações."

pelos revoltosos, em 1º de abril de 1894.²⁵

No início da revolta participaram da intervenção: os três navios ingleses, o francês e o italiano acima citados, e mais a corveta *Mindelo*. Deflagrada a revolta, os EUA enviaram 5 cruzadores, os 2 últimos após a adesão de Saldanha da Gama à revolta, e Portugal mais uma corveta que, com a acima referida, interveio a favor dos revoltosos ao recebê-los como asilados políticos, transportando-os para Buenos Aires e, após, para Portugal, a bordo do *D. Pedro III*. Foram os cinco cruzadores americanos que impuseram o fim do bloqueio naval dos portos de Niterói e Rio à Revolta.

O Governo comprou dos EUA, armados e parcialmente guarnecidos por marinheiros americanos contratados pelo Brasil, os navios *Niterói* e *Andrade* adaptados como cruzadores, e as cañoneiras *Pedro Ivo*, *Pedro Afonso*, *Silvado*, *Piratini*, *Silva Jardim* e a *Gustavo Sampaio*, que atingiu o encouraçado *Aquidabã*, na noite de 1º de abril de 1894, com um torpedo na proa.

A intervenção estrangeira teve origem no seguinte documento por elas enviado para conhecimento, ao governo do Brasil: "Pedimos dizer ao senhor marechal que a esquadra estrangeira está autorizada a opor-se, pela força, à toda a tentativa do senhor contra-almirante Mello dirigida contra a cidade, e isto não por desejo de imiscuir-se nos negócios do Brasil, mas por causa dos interesses superiores da humanidade, relativamente a uma população sem defesa, da qual tão grande parte é composta de estrangeiros, cuja segurança a esquadra tem o direito de garantir. Pedimos, como consequência, ao senhor marechal, queira tirar ao senhor contra-almirante Mello todo o pretexto de hostilidade contra a cidade, retirando as baterias que o marechal fez colocar nela e que a esquadra julga inúteis para a sua defesa. Temos a honra de comunicar ao senhor marechal que, para cobrir a responsabilidade de nossos governos e a nossa perante eles, publicaremos a sua resposta, se ele julgar não dever aquiescer ao nosso pedido. Voltando-nos para o lado do senhor contra-almirante Mello, nós lhe diremos que a cidade achando-se desprovida de qualquer meio de exercer hostilidade contra ele, estamos autorizados a opor-nos, pela força, a toda a tentativa de sua parte sobre a cidade. A bordo do *Aréthuse*, 1º de outubro de 1893."

Esse documento foi entregue aos agentes diplomáticos acreditados dos EUA, Inglaterra, França, Itália e Portu-

25. O comandante do *Aréthuse* era De Barbevrac; o do *Sirius* era W. M. Lang; o do *Bausan* era Alberto de Libero; o do *Charleston* era Henry Picking, segundo G. A. Frota, com *Anais Congresso Nacional, República* (Rio, IHGB, 1989). VILALBA estuda a Esquadra Legal ou "esquadra de papelão, in: *A Revolta da Esquadra*, 3ª ed, pág. 171-187, onde trata de detalhes técnicos da mesma, bem como de suas unidades e procedência elogio e foto do almirante Jerônimo Gonçalves.

gal, que o passaram ao ministro do exterior do Brasil, Dr. João Felipe Pereira que agradeceu a colaboração".

O ponto-de-vista dos revoltosos foi abordado pelo almirante Frederico Villar em *Revolução que eu vi* (Rio, Bibliex, 1951). Ele foi revoltoso e acompanhou Saldanha da Gama, cuja memória defende, inclusive com o magistral discurso de Osvaldo Aranha na inauguração de monumento a Saldanha, em 14 de abril de 1940, no Jardim de Allah. Através dele, se entende a significação histórica daquele ilustre chefe. Por isso deve ser lido e meditado por todos os brasileiros.

O almirante Villar atribui, como uma das causas do insucesso político e militar da revolta, o fato de o almirante Custódio não ter atacado a esquadra do almirante Gonçalves, que pôde ser organizada calmamente em portos abertos e indefesos do nordeste. Ele revela que o almirante Custódio aprovou o Acordo de 5 de Outubro de 1893 nos seguintes termos — "como homem e brasileiro meus aplausos à medida"; que a intervenção das forças navais estrangeiras declarou em 1º de janeiro de 1894 não ter mais condições de garantir o Acordo de 5 de Outubro, por ter sido desrespeitado pelo governo, ao montar baterias no Morro do Castelo, e que, em 11 de março de 1894, o governo, sentindo-se forte, mesmo frente à intervenção estrangeira, avisou ao Rio que, dentro de 48 horas, romperia fogo contra os revoltosos e, logo após, entraria em ação a esquadra legal do almirante

Gonçalves. Isso precipitou a capitulação dos revoltosos, atingidos, inclusive, pela beri-beri, obrigando-os a procurar asilo nas forças navais estrangeiras. Escolheram, para isso os navios de Portugal, comandados pelo capitão-de-fragata Augusto Vidal de Castilhos Barreto, também comandante das forças navais estrangeiras no Rio. Por isso ele foi perseguido, preso 89 dias, processado e absolvido, perdendo sua digna e modelar carreira, como bode expiatório, ou siri, na luta entre o mar (rei D. Carlos) e o rochedo (marechal Floriano).

APÊNDICE 2: A "Esquadra de Papelão" no Combate à Revolta de 1/5 da Armada (1893-94)

A Revolta de 1/5 da Armada, obrigou o governo a mobilizar uma esquadra legal que passou à História, penso que injustificadamente, como a "esquadra de papelão". Ela chegou a dispor de 14 unidades navais. Seu comandante foi o almirante reformado Jerônimo Francisco Gonçalves, herói da Guerra do Paraguai, onde, jovem oficial, comandou um dos encouraçados que forçaram o rio Paraguai, em Curupaiti.

A "esquadra de papelão", no seu auge, possuía as seguintes unidades: cruzadores *Niterói* (ao comando do capitão-tenente Alexandre Baptista Franco) e *Andrade* (ao comando do capitão-

tenente João Baptista das Neves);²⁶ o vapor armado *Itaipú* (ao comando do capitão-tenente Rodolfo Lopes da Cruz); corveta *Parnaíba* (ao comando do capitão-tenente João Augusto Soares Dutra); e torpedeiras comandadas por tenentes da Armada²⁷ — a *Gustavo Sampaio*²⁸ (comandada pelo 1º tenente Altino Flávio de Miranda Correia), a *Pedro Ivo* (comandada pelo 1º tenente Julio Alves Brito), a *Pedro Afonso*²⁹ (comandada pelo 1º tenente J.M. Paiva e, mais tarde, pelo 1º tenente Amynthas José Jorge); a *Silvado* (comandada pelo 1º tenente Américo Brasílio Silvado), a *Grenhalgh* (comandada pelo citado tenente Amynthas), a *Piratini* (que era semi-submarina) e a *Silva Jardim* (que foi a pique, após abalroada, entre o Recife e o Rio, pela *Gustavo Sampaio*). Comonavio hospital e oficina funcionou o *São Salvador* (ao comando do 1º tenente José Americano Freire).

Em Montevidéu, foi formada a 3ª divisão da "esquadra de papelão"

constituída pelo cruzador *Tamandaré*, que havia sido enviado para reparos, a fim de enfraquecer a esquadra, o *Riachuelo* que, de igual forma, havia sido mandado para reparos na Europa, e mais os navios *Santos* e *Bahia*.

Era, enfim, uma esquadra improvisada, tripulada por jovens oficiais da Marinha e do Exército, por alunos das escolas militares do Exército do Ceará, de Porto Alegre e da Praia Vermelha, e por marinheiros norte-americanos contratados em Nova Iorque, que tinham, a orientá-los, o almirante Jerônimo Gonçalves, o capitão-de-fragata Alvaro Nunes Belfort e o capitão-de-mar-e-guerra Gaspar da Silva Rodrigues, respectivamente comandantes da esquadra e das suas 1ª e 2ª divisões navais. Não se têm notícias do comandante da 3ª divisão.

No dia 21 de outubro de 1893, em Montevidéu, o almirante Gonçalves assumiu o comando da esquadra legal, então constituída do núcleo inicial, formado pelo cruzador *Tiradentes*, couraçado *Bahia* e vapor *Santos*. Ele chegara ao Uruguai a bordo do navio inglês *Thames* acompanhado de 6 oficiais da Marinha, 2 oficiais do Exército, 14 sargentos e 25 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha. Ao assumir o comando, baixou ordem-dodia, na qual dizia de sua missão e de seu pesar, por tratar-se de lutas entre irmãos, que não oferecia glórias e nem produziria heróis, e que objetivava a restaurar a

26. Em 1910 foi morto por marinheiros amotinados, na Revolta dos Marinheiros. Hoje é herói naval, promovido, *post mortem*, a almirante, além de ser nome da enseada de Angra dos Reis onde está situado o Colégio Naval.

27. Quando em alto mar, deslocavam-se rebocadas.

28. Nome dado em homenagem a aluno da Escola Militar, morto em combate, em foco da Revolta da Armada na Praia Vermelha.

29. Nome dado em homenagem a um herói do Exército que tombou morto ao lado de Marcílio Dias e de Grenhalgh, em Riachuelo.

tranqüilidade do País:

"A luta que se está travando não produz heróis, nem glórias, muito ao contrário, todo o sangue derramado, seja de quem for, nos enche de pesar, porque é sangue de irmãos, é sangue de brasileiros. É preciso que a lei seja respeitada e, colocando-nos ao lado do governo em sua defesa, cumprimos o nosso dever de brasileiros e de militares, que acima das simpatias pessoais colocam o amor à Pátria e, deste modo, o bem-estar e a tranqüilidade do lar brasileiro que presentemente sofre os horrores do sítio e os seus sobressaltos."

Em 26 de novembro de 1893, chegaram a Recife os navios adquiridos no estrangeiro para reforçar a esquadra legal. Eram os cruzadores *Niterói* e *Andrade* e as torpedeiras *Gustavo Sampaio*, *Silvado*, *Pedro Ivo*, *Pedro Afonso*, *Piratini* e *Silva Jardim*. O *Niterói* era guarnecido por 600 homens, metade brasileiros e metade americanos. O torpedeiro *Bento Gonçalves* foi inutilizado em Maceió.

Em 7 de dezembro de 1893, desembarcaram no Recife 125 alunos da Escola Militar do Ceará. Foram aquartelados no quartel do 2º Batalhão de Caçadores, em Afogados, onde se encontraram com alunos das escolas militares da Praia Vermelha e Porto Alegre, ao comando do capitão Marcos Curius Mariano de Campos. Nesse quartel, aguardaram a distribuição pelos navios da esquadra legal. Enquanto permaneceram na espera em 14 e 15 de janeiro de 1894, os navios

revoltosos *República*, *Uranus* e *Esperança* atacaram e conquistaram o porto de Paranaguá, estendendo o domínio pelas redondezas (Antonina, por exemplo).

Operações da esquadra legal de 22 de Janeiro a 23 de Junho de 1894 (5 meses)

Em 22 de janeiro de 1894, o almirante Gonçalves chegou de Montevideu, a bordo do vapor *Itaipú* armado para guerra. No mesmo dia, à tarde, à frente da esquadra, zarpou com destino a Salvador, onde permaneceu todo o mês de fevereiro adestrando e homogenizando, dentro do possível, sua tripulação jovem e improvisada para a emergência. Enquanto isso, em 29 de fevereiro, o almirante Saldanha da Gama tentara, em disputadíssimo e sangrento combate, conquistar a Ponta da Armação, e o legendário general Gomes Carneiro falecia na Lapa, que só capitulou após cumprir sua missão retardadora.

Em 1º de março de 1894, a esquadra legal deixou Salvador rumo ao Rio de Janeiro, onde chegou após dez dias de movimentada viagem, tendo fundeado fora da barra defronte da Escola Militar da Praia Vermelha. Foi um grande feito para uma tão heterogênea, não especializada e jovem tripulação.

Mario Clementino, mais tarde professor de História Militar na Praia Vermelha, assunto sobre o qual produziu obra valiosa e ainda atual, como tripulante do cruzador *Niterói*, registrou esta cena, à noite, no litoral de Pernambuco, quando brasileiros e americanos se confraternizavam:

"De repente, para terminar uma noite musical, um flautista da guarnição brasileira levantou-se e tocou o Hino Nacional Brasileiro. Todos indistintamente se puseram de pé e ouviram-no, recolhidamente. No final, as palmas dos americanos estrugiram no ar. Mas quando elas cessaram, uma comoção inteiramente imprevista para nós tocou-nos profundamente. A guarnição americana, de pé e unânime, cantava o seu Hino Nacional."

Em 11 e 12 de março, a esquadra legal fez demonstrações de um possível ataque ao temível e temido encouraçado *Aquidabã*, próximo a ilha dos Porcos.

Em 13 de março, a esquadra legal levantou ferros das ilhas Maricá e passou, ao meio dia, em frente à barra do Rio de Janeiro, onde assistiu o canhoneio das fortalezas da Lage e de Santa Cruz. Fundaram atrás da Cotunduba à espera de ordens. Ali, a esquadra legal conheceu a rendição, no dia anterior, dos revoltosos que, com seu comandante, almirante Saldanha da Gama, foram acolhidos como asilados a bordo de duas corvetas portuguesas.

Ainda a 13, às 16:30 horas a esquadra do almirante Gonçalves entrou na barra

do Rio de Janeiro na seguinte formação: *Niterói, Itaipú, Andrada, Gustavo Sampaio, São Salvador*, e astorpedeiras *Pedro Ivo, Pedro Afonso, Silvado, Greennhalgh e Piratini*. Ela foi objeto de salvas e aclamações de parte das fortalezas de Santa Cruz e da Lage, Gragoatá e Armação, as que sustentaram maior reação à esquadra revoltada durante seis meses. A seguir, fundeu defronte a Niterói, cidade que fora a mais castigada pelo canhoneio dos revoltosos, já que o Rio fora declarado "cidade aberta".

Em 14, ela ajudou a eliminar os últimos focos da Revolta, tendo atuado, inclusive, em Paquetá. Nesse dia, o almirante Gonçalves, em ordem-do-dia, declarou terminada a revolta na baía de Guanabara.

O resto de março e primeiros dias de abril, a esquadra legal dedicou a preparar-se para expedicionar a Santa Catarina e lá combater remanescentes da revolta, escudados em alguns navios ao comando do almirante Custódio de Mello, entre eles o encouraçado *Aquidabã*, o único do Brasil.

Enquanto isso, de 6 a 12 de abril de 1894, o almirante Custódio de Mello à frente de remanescentes da revolta, a chamada "esquadra de fora", formada pelo cruzador *República* e vapores *Uranus, Iris, Meteoro* e *Esperança*, atacaram a cidade de Rio Grande com a

divisão Federalista do general Salgado.³⁰ Na oportunidade, os revoltosos puseram a pirotecnia a canhoneira legal *Cananéia*, que mais tarde foi recuperada.

Operações da esquadra legal em Santa Catarina e no Paraná

Em 8 de abril de 1894, a esquadra legal deixou o Rio, rumo ao sul, em busca dos remanescentes da Revolta que teriam permanecido em torno do governo provisório dos Estados Unidos do Brasil, estabelecido em Santa Catarina, tendo como capital a cidade de Desterro, atual Florianópolis.³¹ Governo, aliás, que lembra o governo farroupilha estabelecido em Laguna, SC, em 1839, onde foi proclamada a República Juliana, da qual os revolucionários pudessem se comunicar com o exterior.

A esquadra legal foi dividida em 3 divisões assim constituidas: 1º — navios *Niterói*, *São Salvador* (tender) e *Parnaíba*; 2º — navios *Gustavo Sampaio*, *Pedro Ivo*, *Pedro Afonso* e

Silvado; 3º — navios *Santos*, *Itaipú* e *Tiradentes*.

A esquadra chegou em Santos e ali deixou a corveta *Parnaíba*. Após navegar todo o dia 10, dia 11 deu entrada no Porto Belo, onde soube que o *Aquidabá* se encontrava próximo da fortaleza de Santa Cruz, na baía Norte de Santa Catarina. Reconhecimento realizado pelo vapor *Itaipú* comprovou a presença e a do *Marcilio Dias*.

Nessa ocasião, no capão do Boi Preto em Palmeira da Missões, RS, tropas legalistas, ao comando do coronel Firmino de Paula, massacraram, por degolamento, integrantes da tropa federalista, reeditando o massacre republicano de Rio Negro, Bagé, em 28 de novembro de 1893, quando republicanos foram degolados por tropa ao comando do general Joca Tavares. Literalmente, são duas manchas negras na memória do Rio Grande do Sul difíceis ou impossíveis de apagar.

A fortaleza de Santa Cruz, em Santa Catarina, foi bombardeada dias 13 e 14 de abril, respectivamente, pelo *Andrade* e pelo *Itaipú*, sem que a resposta lhes causasse danos. Em 16, às 00:00 horas, a esquadra suspendeu da enseada dos Ganchos e, às 2 horas, passou a bombardear a fortaleza de Santa Cruz, com os navios *Tiradentes*, *Santos* e *Itaipú*, e a fortaleza São José da Ponta Grossa, com o *Andrade* e o *Niterói*. As torpedeiras *Gustavo Sampaio*, *Pedro Afonso* e *Silvado* atacaram às 3 horas e foram alvo de vivissimo fogo de parte do

30. Meu pai morava na barra, tinha quase seis anos e guardou na memória o episódio que o impressionou vivamente, inclusive os das vivandeiras que acompanhavam a tropa, que desembarcaram famintas e fizeram uma operação, hoje chamada arrastão, catando dos quintais e hortas dos moradores da barra, toda a sorte de alimentos encontrados, sem que sofressem nenhuma reação.

31. Ambos governos foram marcados pelo insucesso e não cumpriram o que deles foi esperado pelas respectivas revoluções.

Aquidabã e das fortalezas.³²

Às 3 e meia horas, noite escura ainda, as canhoneiras se aproximaram do temido *Aquidabã* e disparam contra ele 3 torpedos, sendo que o único disparado pela *Gustavo Sampaio* logrou atingir o alvo. Ao amanhecer, a esquadra legal retornou ao ancoradouro, e, nesse mesmo dia, foi ancorar na enseada Canavieiras, local onde 123 anos atrás o vice-rei do Rio da Prata, D. Pedro Ceballos, fundeara, para depois invadir a ilha de Santa Catarina e dominá-la por algum tempo.

O cruzador alemão *Ancona* informou, ao almirante Gonçalves, que os revoltosos haviam abandonado o *Aquidabã*, atingido por um torpedo na proa, a bombordo. Às 10 horas a esquadra legal formou em linha de combate defronte ao temido e legendário encouraçado. O *Tiradentes* o abordou e constatou não existir ninguém a bordo. A *Gustavo Sampaio* que o atingira no 1º torpedeamento realizado no Atlântico Sul, segundo estudiosos do assunto, embandeirou em arco e deu uma salva de 21 tiros. Uma guarnição do *Niterói* ocupou a fortaleza de Santa Cruz.

A vitória sobre o *Aquidabã*, de parte da "esquadra de papelão" tributa-se à tática usada pelo almirante Gonçalves de atacar à noite. Caso contrário, frente

ao encouraçado, um ataque diurno justificar-lhe-ia, segundo especialistas, o apodo irônico de "esquadra de papelão". Eis que, com o concurso das fortalezas fixas e da móvel que era o próprio *Aquidabã*, ela seria destruída.

Ainda em 17 de abril de 1894, dia que assinala o término da Revolta da Armada e da Revolução Federalista em Santa Catarina, o almirante Gonçalves ocupou a ilha de Santa Catarina, com 100 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, apoiados pelo cruzador *Tiradentes* e pela torpedeira *Gustavo Sampaio*. Em 18, mandou encravar os dois canhões montados pela revolta na fortaleza de São José.

No dia 19, chegou a notícia de que o almirante Custódio de Mello havia deposto as armas, em 15 de abril, e feito entrega, ao governo argentino, dos navios revoltosos *República*, *Uranus*, *Meteoro*, *Iris* e *Esperança*. Nesse dia, foi dado comando legal ao *Aquidabã*, em reparos.

Em 21 de abril de 1894, chegou à ilha o vapor *Itaipú* e, com ele, a desgraça para muitos revoltosos e revolucionários catarinenses e paranaenses, e familiares: o coronel Moreira Cesar, natural de Pindamonhangaba, SP, enviado como governador civil e militar de Santa Catarina.³³ Ele é acusado de massacres

32. No ensaio "Em torno da fortaleza São José da Ponta Grossa", *Revista Militar Brasileira*, ed. Jul/Dez 1977, págs. 23-47, tivemos oportunidade de focalizar seu valor militar.

33. Militar polêmico que havia conquistado a Ilha do Governador, em duro combate durante a Revolta, e que encontraria a morte em Canudos, à frente de uma expedição que lhe coube comandar.

por fuzilamento e, sumariamente, de revolucionários e revoltosos, na ilha de Santa Cruz, e, em 25 de maio de 1894, no km 64 da ferrovia Curitiba—Paranaguá, do barão do Batovi Lobo d'Eça, marechal herói da Guerra do Paraguai, uniformizado, junto com outros companheiros. Tudo em nome da contra-violência inominável praticada por federalistas no Paraná e Santa Catarina. Era a lei de Talião, "olho por olho, dente por dente", ao invés de orientação mais consentânea, expressa pelo general Simon Bolívar: "nas guerras civis, é político ser generoso, pois, do contrário, a vingança aumenta progressivamente."

Os revoltosos do Rio de Janeiro, levados para Montevidéu por corvetas de Portugal, inquietam-se e muitos conseguem fugir, até que remanescentes, embarcados em navio especialmente fretado, o *D. Pedro III*, foram transportados para Portugal e internados nas fortificações de Peniche e Elvas.

Em 23 de abril, a esquadra legal foi operar em Paranaguá e São Francisco. Entre 24 e 30, atuou em Paranaguá — Porto das Águas, onde restaurou a autoridade legal, inclusive em Antonina. Nesse interim, em Montevidéu, o almirante Saldanha conseguiu libertar-se do navio português onde se asilara.

A esquadra restabeleceu a legalidade

em São Francisco e, em 2 de maio, retornou à ilha de Santa Catarina, cruzando com o *Aquidabã*, que sossobrara no razo e estava sendo reparado para ser levado para o Rio de Janeiro. Em 4 de maio de 1894, após deixar o *Aquidabã* sob a proteção do *Santos* e das canhoneiras, a esquadra legal partiu para Montevidéu, para buscar os navios dos revoltosos que o almirante entregara a Argentina. Devolvidos, haviam chegado a ilha Martim Vaz, rebocados, em 16 de maio. Eram eles o *Iris*, o *15 de Novembro* (ex-República), o *Meteoro*, e o *Esperança*, que necessitavam de reparos, antes de voltarem ao Rio. Por essa razão a esquadra legal permaneceu em Montevidéu até 8 de junho, de onde rumou para Santa Catarina, composta agora de 15 unidades. Após permanecer desde 10 nesse local, partiu para o Rio em 13, chegando na Ilha Grande em 17.

No dia 21 de junho de 1894, ela entrou na baía da Guanabara vitoriosa e com sua missão bem cumprida, tendo sido muito bem recebida, conforme relatou seu tripulante, o jovem Malan d'Angrone, mais tarde chefe do estado-maior do Exército. "Chegamos ontem de Montevidéu, rebocando os navios aprisionados. Não te podes dar conta da acolhida do Rio de Janeiro, flores, salvas aclamações, bandeiras etc. Senhores que nos cumprimentam, senhoras a nos festejar, moças que nos

sorriem..." Com ela vinha, rebocado, o famoso encouraçado *Aquidabã*, que 12 anos mais tarde, na baía de Jacuacanga, explodiria accidentalmente, afundando com os corpos de muitos irmãos brasileiros mortos. Hoje seus restos ainda podem ser vistos no fundo do mar. O acidente comoveu todo o Brasil. Seu nome lembrava o local onde teve fim, em 1º de março de 1870, a Guerra do Paraguai.

A campanha da esquadra legal foi encerrada em 23 de junho, após cinco meses de atuação efetiva. Foi então dissolvida, e seu comandante, em ordem-do-dia, assim viu e registrou para a posteridade a sua atuação:

"A vitória da causa legal e o restabelecimento da paz e da tranquilidade de nossa Pátria foram os frutos colhidos pelos varonis esforços que empregamos para debelar a revolta que, nascida sem causa legítima, apenas para satisfazer mesquinhos ambições, ameaçava tragá o Brasil em sua voragem. Cumprimos o nosso dever e, por mais ingrata e rude que nos parecesse a tarefa, alentava-nos sempre a esperança de que a vitória traria tão assinalados serviços ao País, que os nossos sacrifícios seriam largamente compensados. Aos jovens camaradas de terra e mar, que tão relevantes serviços acabam de prestar à República, compete agora dedicarem-se ao estudo e ao trabalho."

Para o almirante Gonçalves, a causa

da Revolta foi "apenas satisfazer mesquinhos ambições". Era uma velada crítica ao seu líder Custódio de Mello.

Dois dias depois dessa ordem-do-dia, em Portugal, os revoltosos que foram internados nas fortalezas de Peniche e Elvas, protestaram pelos maus tratos que lá recebiam, nada tendo podido fazer por eles o almirante Saldanha da Gama, que se empenhara fundo em defendê-los, sem sucesso.

O almirante Gonçalves, por ordem do Congresso, retornou, em 30 de junho ao serviço ativo da Marinha. Pouco se tem falado ou escrito sobre a epopeia que comandou com tanta dignidade, profissionalismo e patriotismo. Dele tomamos conhecimento através de palestra do historiador naval, almirante Leônio Martins, no Serviço de Documentação da Marinha, onde se iniciou e a lhe fazer justiça. Penso que sua memória precisa ser resgatada e cultuada no Brasil, retirada a enorme pedra que foi colocada sobre seus serviços e sua memória. Ele sem dúvida, se constitui em grande exemplo e em um grande expoente naval brasileiro, como os são os almirantes Tamandaré, Barroso, Custódio, Saldanha da Gama, Alexandrino de Alencar etc. "História é verdade e justiça." "Informação é liberdade de escolha." A posteridade brasileira precisa melhor conhecer o almirante Gonçalves para melhor julgá-lo, sobretudo com empatia.

Os oficiais tripulantes do *Aquidabã* após deixá-lo, em 16 de abril, procura-

ram junção com os federalistas de Gumersindo Saraiva, que retornaram ao Rio Grande, em 25 de abril de 1894, a partir de Curitiba, por impedidos de prosseguir, após a épica e legendária resistência da Lapa comandada por Gomes Carneiro. Essa retirada de tripulantes e revoltosos do *Aquidabã*, sob a liderança do comandante Alexandrino de Alencar, é relatada, com detalhes interessantes, por Angelo Dourado, em *Voluntários do Martírio* (Palegrave, Martins Livreiro, 1975), obra rica em informações sobre a Revolução Federalista em Santa Catarina e no Paraná.

Em 23 de setembro de 1894, foi formada a Junta Revolucionária, composta pelos almirantes Custódio de Mello, Saldanha da Gama e Silveira Martins, visando a uma nova invasão ao Rio Grande do Sul. Ela teve lugar em 28 de abril de 1895, com Saldanha da Gama à frente do Exército Libertador, constituído de 900 homens, sendo 150 marinheiros remanescentes da Revolta da Esquadra. No dia seguinte, ele foi lanceado em Campo Osório, por republicanos, a mando superior do general Hipólito Pinto Ribeiro. Foi o epílogo, de fato, da Revolta da Armada e da Revolução Federalista. Floriano já havia deixado o governo fazia 5 meses e meio. Fora substituído por seu adversário político, Prudente de Moraes. Decorridos 5 dias da morte de Saldanha da Gama, morreu Floriano Peixoto, em Divisa (atual Floriano), Barra Mansa. Quando Saldanha da Gama e Floriano desapa-

receram, fazia cerca de mês e meio que havia desaparecido, em Carovi, o general federalista Gumersindo Saraiva, atingido por disparo fatal, quando procedia um reconhecimento.

Em 21 de outubro de 1895, foi assassinada a Paz de Pelotas, pelo general Galvão de Queiroz, pelo governo, e pelo general Joca Tavares (João Nunes da Silva Tavares), a qual foi ratificada, no dia seguinte, pelo presidente Prudente de Moraes, que concedeu anistia aos revoltosos da Armada e revolucionários federalistas.

"História é verdade e justiça", repetimos. Deixo à inteligência da posteridade as conclusões e as lições a serem tiradas do episódio tristíssimo que se acaba de recordar e que deixou, em sua esteira, as manchas negras dos degolamentos em massa de Rio Negro e Boi Preto e os fuzilamentos em Santa Catarina e Paraná, na fortaleza de Santa Cruz e no km 64 da ferrovia Curitiba—Paraná. Esses fuzilamentos eliminaram, sumariamente, o capitão-de-mar-e-guerra Frederico Guilherme de Lucena, um soldado valoroso que presidiu o governo provisório do Brasil em Santa Catarina, à frente do qual cumpriu os ditames da ética militar, em relação aos prisioneiros.

Uma, ou a mais preciosa tradição gaúcha é a de "firmeza e doçura", que se traduz, em combate: firmeza, por lutar com toda a garra, valor e determinação e doçura por tratar, após a vitória, como respeito e como religião, a vida, a família, a dignidade, o patrimônio e a honra do

vencido inerme. Isso foi o que os farrapos transmitiram e que os combatentes de 1893-95 excepcionalmente honraram.³⁴

APÊNDICE 3: Repercussões da ação do Embaixador do Brasil nos EUA no combate à Revolta da Armada Brasileira (1893-1894)

Por ocasião da Revolta da Armada, destacou-se a ação do embaixador do Brasil nos EUA, Salvador Mendonça. Sua brilhante ação diplomática foi

decisiva para a intervenção dos EUA a favor do governo brasileiro. A ele e à sua experiência de 18 anos com o governo americano se devem as bem-sucedidas gestões junto ao secretário de Estado Gresham, e deste junto ao presidente Cleveland, as quais resultaram, segundo penso:³⁵

- na destituição, por Cleveland, de seu amigo, contra-almirante Oscar F. Staton, o qual, a bordo do cruzador *Newark*, em 30 de outubro de 1893, na baía de Guanabara, trocou salvas com os revoltosos da Armada e visitou e foi visitado pelo almirante Custódio de Mello, chefe da revolta;
- em ordem pessoal do presidente Cleveland, para que o contra-almirante Beham seguisse, da ilha da Trindade, para o Rio, para pôr fim ao bloqueio naval do Rio e de Niterói, imposto pela Revolta da Armada, o que foi executado

34. Fornceu boas informações sobre a Esquadra Legal Epaminondas Vilalba, pai do maestro Vilalobos, em *A Revolta da Armada* (Rio, Laemmert, 1897, 3^a ed., págs. 171-185). Sobre o combate de Desterro de 11 de abril de 1894, em que foi torpedeado o *Aquidabã*, veja-se de VILALBA, *A Revolta Federalista do RGS* (Rio Laemmert, 1897 documentos 112-113) e, de Alexandrino Faria Alencar *O combate de Santa Catarina de 16 de abril de 1894* (Montevideu, s/ed. 1895). Veja-se a opinião contrária de Altino Correia nas fontes consultadas de n°s 9, 14 e 22. Foi o oficial que torpedeou o *Aquidabã*. Foram postas fora de ação as canhoneiras *Bento Gonçalves*, inutilizada na entrada de Maceió, ao comando de um norte-americano, e a *Silva Jardim* que foi a pique, entre Cabo Frio e Rio de Janeiro, depois de abalroada pela caça-torpedos *Gustavo Sampaio*, chamada de torpedeira e que atuou como capitânea das canhoneiras. Negociou nos EUA a compra do *Niterói* (ex-*El Cid*), do *Andrade* (ex-*Britânia*) e da torpedeira submarina *Piratini*, o embaixador *Salvador Moreira*. A *Piratini* foi a ex-*Destroyer*. O almirante Joaquim Francisco de Abreu (1836-1895), herói da Guerra do Paraguai e da batalha de Riachuelo, no comando da *Belmonte*, natural da cidade de Rio Grande, foi que adquiriu na Europa, ou seja, na Prússia, do sr. Shichau de Elberg, as

torpedeiras *Pedro Ivo*, *Pedro Afonso*, *Silvado*, *Silva Jardim* e *Bento Gonçalves*. Foram trazidas para o Brasil sem nenhum incidente, por uma guarnição de 16 alemães cada, conforme registrou o *Times*, Londres, 29 de janeiro de 1894, em "notícias militares e navais". A caça-torpedos *Gustavo Sampaio* (ex-*Aurora*) foi adquirida na Casa Armstrong, na Inglaterra. O *Greenhalgh* também foi adquirido nos EUA, para viajar no convés do *Andrade*. Foi construída por A. B. Wood e Cia. Existiam mais as torpedeiras de porto *Sabino*, *Vieira* e *Tamborim*, que eram transportadas pelos navios maiores.

35. Interpretação com apoio em COSTA, Sergio Correia, *A Doutrina Monroe e a Revolta da Esquadra. Revista Provincial de São Pedro*. Palegr, Liv. Globo, 1945. Autor que, por sua vez, se apoiou na documentação do embaixador Salvador Moreira, e outras, sobre o *affaire*.

com um disparo do cruzador *Detroit* contra o *Trajano* revoltoso;

- em ordem ao embaixador americano Thompson no Brasil, para que descesse de Petrópolis, onde buscara proteção, e cerrasse junto ao governo brasileiro no Rio, ao invés de sobre o corpo diplomático que o estava influenciando e, em especial, o embaixador da monarquia inglesa;

- na atitude dos EUA de prestigiarem a consolidação da新颖 República do Brasil, ao invés de favorecerem a restauração da monarquia, como em Haiti;

- em prevenir, através de disposição demonstrada por Cleveland de, no momento oportuno, distribuir nota às nações européias, alertando-as de que intervenção de parte delas nos assuntos domésticos do Brasil seria considerada, pelos EUA, uma violação da Doutrina Monroe;

- em proteção dos EUA, em Portugal, de súditos do Brasil, de represálias decorrentes do rompimento de relações diplomáticas Portugal—Brasil, em razão de inconformidade do governo brasileiro, por Portugal haver dado asilo político em seus navios a revoltosos e após, em Buenos Aires, não ter evitado que eles em maioria fugissem e se incorporassem aos federalistas;

- em atuar junto a Cleveland, para negar aos revoltosos o reconhecimento como beligerantes e que aquele presidente, ao se oferecer para mediar a questão governo x revolta implicaria, a

priori, em reconhecer a beligerância;

- em conseguir junto aos EUA a compra de navios, equipamentos, armamentos, munições e, inclusive, parte das guarnições americanas para organizarem, equiparem, instruirm e operarem a esquadra legal, o que, efetivamente, contribuiu para o término na Revolta no Rio e no Paraná e Santa Catarina;

- em evitar, seguindo orientação do Governo Brasileiro, que os EUA, na impossibilidade de vender ao Brasil os cruzadores *Charleston* e *Newark*, atuasse, só ou em conjunto, com nações européias, com suas forças navais, para pôr fim à Revolta com ofensa à soberania do Brasil que queria, com seus próprios meios terrestres e navais, combatê-la, como aconteceu; e

- em disposição dos EUA de romper o bloqueio naval do Rio e de Niterói, mesmo que as nações européias reconhecessem a Revolta como beligerante.

APÊNDICE 4: O Organizador e comandante da esquadra legal, almirante Jerônimo Francisco Gonçalves (1835-1803)

Não foi tarefa fácil obter-se dados biográficos do almirante Gonçalves, que comandou a esquadra legal, chamada, pejorativamente, de "esquadra de papelão", e que combateu, em 1893/94, um quinto, ou 20%, da esquadra em revolta, segundo ouvi do historiador

naval almirante Leônio Martins, em Bagé, em 28 de abril de 1993. Ficamos curiosos com duas referências ao ilustre, mas esquecido, personagem naval, apresentado como um grande herói brasileiro.

A primeira foi de Henrique Boiteux, historiador naval brasileiro que, como tenente, servira na esquadra legal no comando da canhoneira *Sabino Vieira*, ao escrever suas reminiscências: "Ao apresentar-me a bordo do navio de guerra *Itaipú*, já encontrei nele o almirante Jerônimo Gonçalves, cujos exemplos de bravura na Guerra do Paraguai encheram nossa História" (o grifo é nosso).

A segunda foi de Eloy Pessoa, fundador da *Revista Marítima Brasileira*, após Jerônimo ser reformado: "Em qualquer eventualidade que o Brasil exija um patriota dedicado até o sacrifício, Jerônimo Gonçalves se apresentará como seu gênio militar e a sua valente espada para brilhantemente provar que apenas repousa de uma grande luta (Guerra do Paraguai) de que forá grande herói" (o grifo é nosso).

Procurando essas informações que o davam como um bravo e herói naval, encontramos a confirmação na obra do capitão-de-fragata Alberto Augusto Gonçalves, *Traços biográficos do almirante Jerônimo F. Gonçalves*. Rio, Imprensa Naval, 1943 (Separata de Subsídios da História Marítima do Brasil). Nela seu biógrafo e genro, nas palavras iniciais, informa seu propósito:

"Trata-se de justa homenagem a marinheiro ilustre, cidadão insigne, homem bom e digno, cuja existência constitui um rosário de notáveis serviços prestados ao Brasil, na paz e na guerra, e exemplo digno de ser transmitido às gerações vindouras... pelo seu grande amor ao Brasil, por ele colocado acima de tudo na vida."

Lendo sua biografia, conclui estar lidando com um dos mais bravos, constantes, intrépidos, valentes e determinados guerreiros navais do Brasil na Guerra do Paraguai, que fez jus a 5 (cinco) citações por bravura em combate, e que dividiu com o tenente-coronel Vilagran Cabrita, atual patrono da Engenharia do Exército, as glórias da conquista da Ilha da Redenção, além de haver deixado na esteira dos navios que comandou, um rastro de glórias que encheram as páginas de nossa História.

Sua atuação na ilha da Redenção, por iniciativa própria e contrariando ordens, salvou a vida de centenas de soldados brasileiros, e talvez tenha sido decisiva para a conquista da ilha defronte ao forte de Itapirú, em cuja conquista teve importante papel, bem como no bombardeio de Curupaiti com sua canhoneira *Henrique Martins*.

No comando do encouraçado *Cabral*, forçou Curupaiti, sendo o 4º navio a atingir a meta. Duelou com a poderosa bateria Londres de Humaitá, e foi o 1º a defender a possibilidade de forçamento de Humaitá pela esquadra, o que lhe valeu algumas dificuldades e incom-

preensões. Vitoriosa sua idéia não conseguiu ficar na testa da coluna como pleiteara. Mas agora, no comando do encouraçado *Silvado* apoiou em local de muito perigo, ancorado na margem, a épica transposição de Humaitá.

Segundo o comandante da esquadra, visconde de Inhaúma, Jerônimo e mais

dois comandantes foram colocados em locais de maior perigo e honra no forçamento de Humaitá, operação épica classificada por Caxias "de ação superior às das marinhas européias e norteamericanas em suas arriscadas lutas".

De temperamento forte, altivo, mas não presunçoso, defendia seus pontos

Almirante Jerônimo Gonçalves, almirante reformado. Segundo Epaminondas Villaíba, "uma das maiores glórias da Marinha Nacional", que teve a ingrata tarefa de organizar e comandar a Esquadra Legal, "esquadra de papelão", que combateu a Revolta da Armada (Fonte — BILLALBA. Revolta da Armada, pág. 172).



36. Os deveres inherentes à missão de historiador conscientioso não nos permitem ocultar certos fatos que, embora futuramente ocorridos, vieram deslustrar os relevantes serviços prestados por este digno oficial general da Armada brasileira. Trata-se das apaixonadas e veementes censuras de um dos membros do Senado Federal, que não lograram conquistar foros de lei, mas que ficaram registradas nos anais dessa casa, no ano de 1893.

de vista com firmeza, clareza e coragem moral. Por isso terminou entrando em choque com o comandante da esquadra, *Inhaúma*. Desde então, e até este deixar o comando da esquadra em operações, Jerônimo teve seu purgatório que

suportou com muita altivez. Ao final foi nomeado diretor de um hospital, que recusou, dizendo que não possuia predicados de enfermeiro. Nomeado comandante do Beberibe, não aceitou, sob o argumento de estar vago o comando do encouraçado *Colombo*, que assumiria logo após Inhaúma deixar o TO.

Enquanto ia acesa essa diferença, o imperador e o próprio ministro da Marinha — barão de Cotegipe, diplomaticamente intercediam por ele junto a Inhaúma. O imperador escreveu ao ministro da Marinha nos seguintes termos: "Espero que o Inhaúma já tenha dado a lição no Gonçalves que é um oficial de muito préstimo." Do ministro da Marinha, a Inhaúma, intercedendo por Jerônimo, um jovem oficial de 33 anos apenas, e daquele tipo audaz e intrépido que um comandante um dia já fora e que agora tem que segurá-lo, como um dia foi segurado:

"Relevo como eu relevei as crianças e aproveite o que há de bom no rapaz. Sei que não falta coragem à nossa oficialidade e louvo os ciúmes que tem por motivação, o desejo de se distinguir."

Em 16 de fevereiro de 1869, assumiu o comando do 4º navio nessa guerra, o encouraçado *Colombo* e iria comandar a última operação de guerra naval do conflito.

Foi-lhe confiada a difícil, muito arriscada e talvez, a rigor, imprópria operação naval de, no comando de uma flotilha fluvial, remontar o estreito e raso rio Manduvirá, até Guaraguatá,

na caça dos remanescentes da esquadra do Paraguai. Foi a última expedição de guerra naval de nossa gloriosa marinha de guerra, sob fogo inimigo disparado das margens dos rios. Durante 15 dias de lutas, vigílias, martírios e dias trabalhosos, ele esteve à frente desse épico feito naval, digno de um filme que deseje exaltar a fibra e a coragem de nossos bravos marinheiros.

Por seu desempenho heróico foi elogiado pelo imperador e ministro da Marinha que conheciam seu grande valor. Inhaúma também admirou-lhe o gesto. Apenas, como chefe experiente, tentava segurar os arroubos do jovem e intrépido guerreiro naval, o que é comum na História Militar. Segundo seu genro, Jerônimo não era presunçoso mas sim corajoso, confiante e com a noção exata do praticável, além de muito modesto, ao ponto de seus filhos desconhecerem seus feitos heróicos.

Outro feito de Jerônimo foi concorrer decisivamente para expulsar, do rio e dos encouraçados Cabral e Lima Barros, as hordas de paraguaios que os abordaram. Jerônimo com o *Silvado* fez fogo contra essas canoas pondo a pique muitas delas e dispersando suas guarnições. Ao amanhecer, abordou o Cabral e ajudou, num corpo-a-corpo que liderou, a expulsar de bordo o inimigo. Jerônimo, desde a ilha da Redenção, até o término da guerra para a Marinha, esteve sempre no ponto focal da luta e com destaque.

Ao final da guerra casou-se com a baiana Hersilia Baggi de Araujo, em 18 de fevereiro de 1871, aos 36 anos, cuja união feliz deu origem a 9 filhos, 24 netos e 17 bisnetos.

Em 1872, coube-lhe o comando da lendária Amazonas e o Distrito Naval da Bahia. Viajou a Europa para estudar o fabrico, ataque e defesa de torpedos. Comandou o encouraçado *Brasil*, com o qual encalhou no Albardão, tendo sido absolvido, por unanimidade, em Conselho de Guerra de praxe que o julgou. Comandou o Batalhão Naval, o qual disciplinou de forma notável. Ao final, recebeu lembrança de seus subordinados, entre eles Alexandrino de Alencar que enfrentaria, em 1894, como comandante do *Aquidabã*. Em cartão expressivo era ressaltado que comandara combinando docura com firmeza, sempre que uma ou outra se fizesse necessária. Comandou a Divisão Naval do Pará. Atingiu o generalato como chefe de divisão, em 24 de novembro de 1881. Republicano, não cedeu à tentação de oferta de um título nobiliárquico. Reformou-se em 1883, com 35 anos de serviço. Residiu 5 anos na Europa e retornou em 1889. Essas eram suas qualificações que o recomendaram ao comando da esquadra legal aqui estudada.

Jerônimo nasceu em Salvador, em 23 de abril de 1835. Era filho do industrial João Francisco Gonçalves e de Ignez Gonçalves de Araujo. Ingressou na Escola Naval em 1852, quando ela

funcionava na atual praça Mauá. Guerreiro naval nato, embarcou nos navios *Constituição*, *Euterpe*, *Golfinho*, *Canope*, *Catarinense*, *Olinda*, *Tonelero*, *Japurá*, *Ypiranga*, *2 de Julho*, *Magé*, *Batana*, *D. Januária*, *Princesa de Joinville*, *Itajai*, *Itamaracá*, *Henrique Martins*, *Cabral*, *Silvado* e *Colombo*, sendo os 4 últimos como comandante, todos na Guerra do Paraguai. Na paz comandou o *Amazonas* e o *Brasil*.

Comandante enérgico e disciplinador, ao encontrar, a bordo dos navios tripulados por americanos e que, até então, possuíam supremacia a bordo, reagiu violentamente, quando estes o receberam no convéz em desalinho e displicentes. Segundo Henrique Boiteux, que testemunhou "o almirante que dominava o inglês disse-lhes com veemência que um almirante brasileiro não admitia aquela desconsideração. E para honra nossa fez-lhes baixar a crista e deles se desfez na primeira oportunidade, visto não concordar na ingerância de estranhos em assuntos que somente a nós competia decidir. Estomagados ficaram os americanos mas não tiveram outro recurso senão submeterem-se ao almirante Gonçalves".

Em 13 de maio de 1895, 1º aniversário da entrada da esquadra legal no Rio, oficiais do Exército e Marinha, representando o congracamento dessas forças, ofereceram-lhe um quadro alusivo, que trazia a seguinte inscrição: "Ao heróico almirante republicano, oferecem os verdadeiros republicanos, em lembrança

de seu comando-em-chefe da Esquadra Republicana, comemorando o dia mais glorioso de sua vida — 13 de maio de 1894."

Jerônimo fora um paladino da união Marinha-Exército. Na guerra sempre recebeu em seus navios o Exército e sempre fora o primeiro a socorrê-lo, como foi o caso da ilha da Redenção, mesmo contrariando ordens superiores, mas merecendo, após, de Tamandaré, esta referência ao Ministro da Marinha: A canhoneira *Henrique Martins* (de Jerônimo) foi "a gloriosa do dia 10 de abril". Faleceu em 1º de maio de 1903, aos 68 anos. Em que pese seus notáveis e heróicos serviços ao Brasil, é vulto naval pouco lembrado e muito menos festejado. Conheci-o através do almirante Leônio Martins, no Serviço de Documentação Geral da Marinha, o qual, dentro da idéia de que História é verdade e justiça, está colocado no seu merecido lugar, entre os grandes heróis navais do povo brasileiro. Sem dúvida, sua atuação brilhante à frente da esquadra legal que pôs fim a 1/5 da Armada em revolta, é um dos grandes feitos da História Naval do Brasil, que precisa ser ressaltado e dele tirados os ensinamentos que sugere, passadas as paixões daquele momento, para serem incorporados ao patrimônio cultural naval do povo brasileiro.

FONTES CONSULTADAS

Bibliografia que permite ao leitor ou pesquisador do futuro resgatar informações sobre a Revolta da Armada e suas implicações. As fontes numeradas se referem especificamente aos assuntos a seguir:

- Intervenção estrangeira: 8, 11, 12, 15, 16, 21, 24, 29;
- Revolta na Armada: 1, 2, 3, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 20, 25, 26, 27, 28 e 30;
- Revolução Federalista: 1, 5, 7, 10, 11, 13, 17, 19, 25, 26 e 28;
- Esquadra legal ou "esquadra de papelão": 6, 9, 14 (completa), 18, 22, 27 e 28;
- Almirante Jerônimo Gonçalves — o comandante da esquadra legal: (14 (completa) e 27).

A presente interpretação se baseou no estudo das seguintes fontes:

ABRANCHES, Dunshe. *As Revoltas da Armada e Rio-grandense*. Rio, 1914.

ALENCAR, Alexandrino de, CF. Carta relatando o combate do Desterro de 16 de abril de 1893 in: VILLALBA, *Revolução Federalista*. Rio, Laemmert, 1897. (Carta que tem que ser criticada a luz da carta de Altino Correia mencionada nesta lista de fontes.)

ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto, CMG. O pensamento político dos líderes da Revolta da Armada. *Anais do Congresso da História da República*. Rio, IHGB, 1989, págs. 29-52 (explicação de militarismo).

BENTO, Cláudio Moreira, Cel. *O Exército na proclamação da República*. Rio, SENAI, 1989.

IDEM. A Revolução de 93 e a Arte Militar. *Fontes para a História da Revolução de 93*. Bagé, URCAMP, 1990.

BOITEX, Henrique. *Alte Reminiscências* (descreve sua atuação na Esquadra Legal ao comando do almirante Jerônimo Gonçalves

cujos traços de seu perfil de comandante competente assinala. Dados fornecidos por Walter Piazza presidente do IHGSC e ligado culturalmente aos Boitex).

CÂMARA DE DEPUTADOS. *Perfil parlamentar de Gaspar Silveira Martins*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1979.

CASTILHOS, Augusto de. *Portugal Brasil — conflito diplomático*. Lisboa, 1894, v. 3 (focaliza a intervenção portuguesa).

CORRÊA, Altino, CF. em PORTO, J.A. dos Santos CT cit e em GONÇALVES, Alberto, obras citadas nesta bibliografia consta sua carta que rebate colocações do comandante Alexandrino de Alencar do Aquidabã que torpedeou em 16 de abril de 1894, em Desterro. A versão daquele e consta de Carta em VILLALBA. *Rev. Fed. RGS 93* citada também nesta bibliografia.

CORREIA, Carlos Humberto. O Governo Revolucionário de Desterro. *Anais do Congresso de História... da República no Brasil*. Rio, IHGB, 1989, págs. 127-135, v. 2. IDEM *Fontes Rev. 93*, Bagé, URCAMP, 1983, v. 1.

COSTA, Sérgio Corrêa da. *A diplomacia do Marechal*. Rio, Z. Valverde, 1945.

IDEIM. A Doutrina Monroe e a Revolta da Esquadra; *Rev. Província de São Pedro*. Palegre, Liv. Globo, 1945 (com apoio documentação oficial sobre o incidente e na de Salvador Moreira).

DOURADO, Angelo. *Voluntários do Martírio*. Palegre, M. Livreiro, 1973, 2^a ed. (focaliza a retirada de revoltosos e federalistas de Santa Catarina).

GONÇALVES, Alberto Augusto, CF. Traços biográficos do almirante Jerônimo Gonçalves. Rio, Imprensa Naval, 1943 (é o mais circunstanciado e completo estudo biográfico do almirante Jerônimo Gonçalves e de sua atuação heróica e legendária na Guerra do Paraguai e no comando da esquadra legal que comandou no combate à Revolta da Armada. Contém depoimento em sua defesa do comandante Altino Correa, cuja torpedeira torpedeou o Aquidabã. É fonte básica para o

estudo da esquadra legal ou de papelão pois a aborda nos mínimos detalhes).

LAFAYETE, Pedro. *Saldanha da Gama*. Rio, Ed. Souza, 1959, págs. 27-105 (focaliza a intervenção estrangeira). Contém subsídios bem esclarecedores sobre a intervenção dos EUA na Revolta da Armada.

MAGALHÃES, J.B., Cel. A intervenção estrangeira. in: *A consolidação da República*. Rio, Bibliex, 1947, págs. 105-109.

MEIRINHO, Jali. Revolução Federalista e Revolta da Esquadra em Santa Catarina. *Fontes para a História da Revolução de 93*. Bagé, URCAMP, 1983.

MALAN, Alfredo Souto, Gen. *Uma escolha um destino*. Rio, Bibliex, 1977, págs. 46-55 (referências à esquadra legal ou esquadra de papelão).

MARIANTE, Hélio Moro, Cel. PM. A Revolução de 93. *Anais do Congresso de História... da Republiano Brasil*. Rio, 1989, v. 2., págs. 137-160.

MARTINS, Hélio Leônio, Alte. A Revolta da Armada. *Anais do Congresso Nacional de História... da Republiano Brasil*. Rio, IHGB, 1989, págs. 3-126.

NABUCO, Joaquim. *A intervenção estrangeira durante a revolta de 93*. Rio, 1896, págs. 2-11 (fonte básica sobre o assunto).

PORTO, J.A. dos Santos, CT. *O combate de 16 de abril de 1894 — reflexões e documentos*. Rio, Casa da Moeda, 1895 (rebate versão do comandante Alexandrino de Alencar do encarregado Aquidabã, torpedeado pela torpedeira Gustavo Sampaio, ao comando de Altino Correia, cujo depoimento a respeito esta obra transcreve. A carta de Alexandrino se acha publicada em VILLALBA a *Revolução Federalista do RGS* e em publicação referida no texto).

REVISTADOCLUBE MILITAR. Edição histórica do Clube em seu centenário em 1987, nº 280 (focaliza lideranças do Exército e Armada em união).

RODRIGUES, José Honório. A intervenção estrangeira e a Revolta da Armada. *Fontes para a História da Revolução de 93*. Bagé, URCAMP, 1983.

THOMPSON, Arthur, Alte. *Guerra Civil no Brasil de 1893-95*. Rio, Ravaro, 1934.

VERNALHA, Milton Miró. *Maragatos x Pica-Paus*. Curitiba, Ed. Litero Tec, 1984.

VILLALBA, A. *Revolta da Armada*. Rio, Laemmert, 1896, 3. ed. (fotos dos personagens principais plantas a cor porto Rio e combate Desterro e valiosas fontes primárias).

IDE. *A Revolução federalista no RGS*. Rio, Laemmert, 1897 (ilustrada, comentada e com 148 fontes primárias e mapa do itinerário revolução).

VILLAR, Frederico, C Alte. A intervenção estrangeira em 93. *Revolução que eu vi*. Rio, Bibliex, 1951, págs. 99-109 (biografia do almirante Saldanha, vista por um participante da revolta).

WEHRS, Carlos. Niterói. Rio, Graf. Vida Doméstica, 1984 (A revolta em Niterói).



Coronel Eng QEMA R/1 CLAUDIO MOREIRA BENTO. Natural de Canguçu, RS, pertence às turmas AMAN 1955 (Turma Asp Mega), EsAO 1964, ECEME 1969 e ESNI 1975. Possui o Curso de Pesquisador das FT do Brasil, patrocinado pelo EME. Comandou o 4º BE Cmb (1981-82) e dirigiu o AHEX (1985-90). É sócio titular da IHGB, benemerito do IGHMB, acadêmico da ABH, acadêmico correspondente da Academia Portuguesa de História e de mais dez entidades congêneres estaduais e de oito municípios do Brasil. Integra a Sociedade Brasileira de Geografia, o Cipel, o IEV, o Instituto Bolívariano-RJ e o Instituto Histórico Brasil-Peru. Foi Ramon Castilha. Tem publicadas 29 obras literárias (livros, álbuns e plaquetas) e cerca de um milhar de artigos em periódicos do Brasil e dos EUA. Coordenou a construção do Parque Histórico Nacional de Guararapes, integrou a Comissão de História do EME (1971-74) e foi instrutor de História Militar da AMAN (1978-80). Dirigiu o Departamento Cultural e a Revista do Clube Militar no centenário dessa entidade. Seu último livro *O Exército Farrapo e os seus Chefes, em dois volumes*, compõe o editorial da Bibliex de 1992 e 1993.



O "HEARTLAND" MUÇULMANO^(*)

Therezinha de Castro

Estudo geopolítico e geoestratégico mostra toda a complexidade do mundo islâmico ou muçulmano. Embora elaborado antes do recente acordo firmado entre Israel e a OLP, seus conceitos continuam válidos e ajudam a interpretar as dificuldades a serem vencidas para que a efetivação do acordo se torne duradoura.

"Os babilônios, assírios, caldeus, arameus e fenícios cujos antepassados tinham todos vivido na Península Arábica, tiveram sua época e desapareceram. Os árabes continuam. Acham-se hoje, como no passado, numa posição geográfica estratégica que serve de passagem a uma das grandes artérias de comércio mundial."

Philip K. Hitti

O espaço que o mundo islâmico ou muçulmano¹ ocupa, na encruzilhada dos três continentes do chamado mundo antigo, classifica-o

como *continente intermediário*. O mundo islâmico separa as regiões intertropicais e o ocidente temperado; todas as comunicações diretas entre a África Negra e o Extremo Oriente passam por países muçulmanos. A Segunda Guerra Mundial mostrou o valor geoestratégico desse "heartland", e foi através dele que transitou parte do abastecimento para o

* Selecionado pelo PADECIME

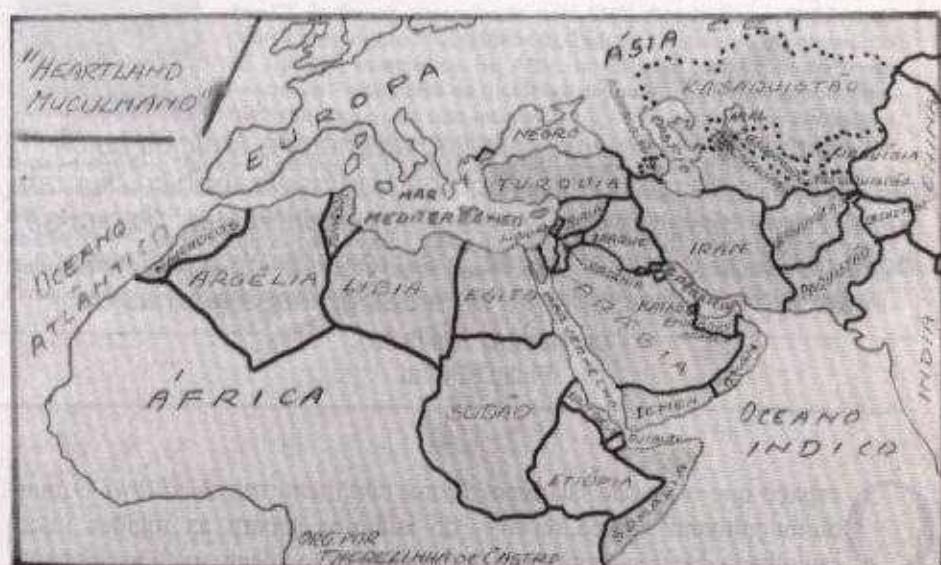
1. *Islam* é o infinitivo e *muslin* ou *muçulmano* o participio, significando "entregar o rosto a Deus", ou seja voltar-se em adoração e prece para Alah.

front soviético, sendo também nele travadas batalhas decisivas, como a de El Alamein. Nessa província egípcia, a 100 km de Alexandria, os ingleses de Montgomery detiveram a ofensiva de Rommel (verão de 1942), antes de desencadearem, em 23 de outubro, a ofensiva geral que os conduziu à Líbia e, em seguida, à Tunísia.

Na realidade, o espaço islâmico é bem mais extenso que o mundo árabe,² indo desde o Atlântico através do norte da África, passando esse "heartland"

pelo Oriente Médio para atingir o coração da Ásia (Mapa 1). Alonga-se em cerca de 3.000 km de oeste para leste e, por outros eixos, na direção nordeste, de 10.000 km, cobrindo uma superfície equivalente a de todo o continente africano ($30.401.326 \text{ km}^2$).

O espaço islâmico³ apresenta certa unidade geográfica, envolvendo-se numa zona climática seca que recebe precipitações irregulares. A aridez tornou-se, assim, o verdadeiro domínio da civilização muçulmana, domínio que en-



MAPA 1

2. A palavra árabe equivalente no Coração a seita, passou em turco a significar nação.

3. Da autora vide: "Golfo Pérsico: Epicentro Nevrálgico" — A Defesa Nacional nº 687 — Ano 1980 e "O Mundo Árabe no Espaço Islâmico" — A Defesa Nacional — nº 701 — Ano 1982.

volve todas as variedades de desertos e estepes: como os desertos quentes do Sahara e da Arábia, os atenuados mas de invernos rigorosos que, do Iran se estendem até a Rússia; como as estepes mediterrâneas da África do Norte e Oriente Médio complementadas pelas temperadas na Ásia russa.

A Arábia foi o núcleo gerador desse espaço islâmico. Constitui-se por um vasto planalto, entre o Mar Vermelho e Golfo Pérsico, onde o beduíno sempre representou, com o seu nomadismo, a melhor adaptação da vida no deserto. O ar seco, o solo salino e a ausência de rios perenes que alcançassem o mar, esse *ueds* transformaram seus vaus nas rotas das caravanas e peregrinações sagradas, que sempre buscaram a maior península do mundo (3.000.000 km²).

Do "Crescente Fértil" situado ao norte da Península Arábica, os árabes se expandiram para o Ocidente (Península Ibérica, França e Itália) e Oriente, chegando à Índia e China. Cem anos após a morte de Maomé,⁴ já eram senhores de um império maior que o romano no seu zenit.

No contacto medieval com comerciantes venezianos e genoveses, os árabes

levaram, do Oriente para o Ocidente, o zero, ensinando à Europa do século XII os algarismos árabicos, embora não tenham sido seus inventores. Troxeram, para os cristãos, a pólvora e a bússola, que, aperfeiçoadas, deram a força das armas de fogo e a certeza na direção no caminho das grandes navegações, que *mudariam a feição do mundo na área moderna*.

Em nome da fé, cristãos e muçulmanos iriam se enfrentar, mas foi dos *ottomanos*,⁵ convertidos à sua crença, que o império árabe receberia o golpe de misericórdia.

No século XV, enquanto os cristãos europeus se dedicavam às conquistas dos mares, o islamismo começava a impor o seu poderio terrestre, com um governo fortemente centralizado, estabelecido na *Turquia*. Para a conquista da Europa Oriental, valeram-se da estratégica ponte territorial constituída pela Trácia, da qual partem as Penínsulas de Galípoli, no Egeu, e Istambul, no mar Negro. Ao contrário dos árabes, fecharam o Oriente ao Ocidente, decretaram o fim da hegemonia do Mediterrâneo, embora Constantinopla tenha se tornado um grande centro cultural. Império bastante débil não conseguiu realizar a fusão entre

4. Os muçulmanos ou islâmicos não apreciam o termo maometano, justificando através do paralelismo com o termo cristão, aplicado pelos que adoram o Cristo, afirmando que não adoram Maomé.

5. Deriva de Otman ou Osman (1259-1324), fundador do Estado despótico na Turquia.

cristãos vencidos e muçulmanos vencedores. Faltando a assimilação, os ódios de raça e de religião chegaram no Ocidente até a Hungria, mas tiveram que enfrentar as revoltas que começaram nos Balcãs, no século XIX.

Com o desmembramento do Império Otomano, após a Primeira Guerra Mundial, a unidade no meio islâmico tornava-se ainda mais impossível, por já englobar, além dos árabes e turcos, também os persas. Assim, além do Mundo Árabe subdividido em vários países, o espaço islâmico reunia dois núcleos não árabes — a Turquia e o Irã, além do enclave formado pelo Estado de Israel (1948, meio islâmico, dividido tanto no setor político quanto no religioso).

Há quem afirme ter Maomé previsto que sua comunidade haveria de se dividir em 73 seitas, dentre as quais apenas uma seria ortodoxa. No entanto, embora dividido em dois grupos teológicos — o *sunita* majoritário, e o *xiita* secessionista, congregando diferentes rituais filosóficos, o islamismo possui fiéis habitando de Singapura ao Arquipélago Indonésio, no sudeste asiático, quase às portas da Austrália; do Senegal ao Suriname, cruzando o Atlântico; de Madagascar ao Lesoto, na África, até os Balcãs, na Europa, para atingir a Mongólia e a própria China. Espaço Islâmico mas não Mundo Árabe, pois este, geograficamente, se encontra centrado na longitudinal Oriente Médio/Africa do Norte.

Cruzamento das vias de circulação terrestre entre dois mares, as regiões istmicas, os estreitos e golfos que envolvem o "heartland" muçulmano têm grande valor geoestratégico. Consequentemente, o Estreito de Ormuz, que une o Golfo Pérsico ao Índico, em suas larguras, que vão dos 38 aos 55 km, é considerado, nos dias de hoje pelo Ocidente, como sua própria "veia jugular".

A importância das vias de passagem entre o Golfo Pérsico/Mediterrâneo diminuiria com a construção do Canal de Suez. No entanto, posteriormente, a despeito do canal, tomaria novo impulso aquela passagem natural, quando a exploração do petróleo passou a exigir a construção de oleodutos. A região transformou-se num ponto vital para o capitalismo ocidental, pois a civilização do automóvel tornou-se dependente de exploração desse "ouro negro", abundante e barato.

Complementando o quadro geoestratégico desse "heartland", apresentam-se, como áreas importantes, as bacias do Nilo, do Tigre-Eufrates e do Índus, onde se instalaram aglomerações islâmicas, transformando-se em epicentros nevrálgicos. Nelas se defrontaram, no século XIX, franceses/britânicos, britânicos/russos e russos/estadunidenses.

Impuseram-se, em consequência, na área, vários "expedientes da História", que trouxeram, para nossos dias, o dese-

jo do Iraque em anexar o Kuwait, o seu litoral desde a antiguidade histórica; a atração da Síria pelo Líbano; a recusa de Israel em abandonar a Cisjordânia; o desejo do povo palestino de ter a sua própria pátria. A tudo isso vindo juntar-se o sonho de um renascer otomano, com a Turquia, país emergente, posicionado onde a Ásia e Europa se encontram, substituindo o desejo de unificação islâmica já experimentado pelo Egito, e hoje batalhado pelo Iraque, Iran e Síria.

No epicentro nevrálgico do Golfo Pérsico, zona de escoamento da área mesopotâmica Tigre/Eufrates, se envolvem países cujos territórios participaram do "Crescente Fértil" da antiguidade, que ia da bacia do Nilo a do Índus. Em nossos dias, aí se impôs um Índico, como oceano de zona fragmentária, reunindo países subdesenvolvidos desde a costa oriental da África até o Sudeste Asiático. A partir de 1970, esse oceano passou a se firmar como zona marítima de grande importância, no momento em que interesses externos passavam a se fazer presentes, por ocasião da guerra indopaquistanesa (1971), árabe-israelense (1973), rompimento Iraque-Síria (1973), divisão do Iemen (1976), queda da monarquia Pahlevi e islamização do Iran (1978), invasão do Afeganistão (1979) e conflito Iran-Iraque (1980).

Coincidemente, foi na zona geo-

estratégica que envolve o Golfo Pérsico que *começaram a se chocar as políticas petrolíferas das grandes potências*, antecedidas por ajustes financeiros de grupos econômicos interessados em empreendimentos ferroviários. Tal foi o objetivo da Estrada de Ferro de Bagdá, projetada pela Alemanha, destinada a ligação de Constantinopla ao Golfo Pérsico. Esta tinha, por finalidade, reduzir a distância do caminho marítimo para a Índia, tornando-o mais eficiente que as rotas pelo Cabo e, até mesmo, Suez, onde Londres tinha seus interesses. Era, pois, o germen do choque de interesses entre Alemanha e Inglaterra, que levou *Lord Palmerston*, em 1848, então secretário do exterior inglês a dizer: "Não temos aliados eternos nem inimigos perpétuos. Nossos interesses sim, são eternos."

Em 1980, quando o Iran foi invadido pelo Iraque, tudo levava a crer tratar-se da resolução de um conflito histórico pelo controle do Shat-el-Arab, canal formado na confluência do Tigre-Eufrates. Na ocasião, o Iran já se encontrava sob o regime do Aiatolah Komeini, e o Governo de Washington observava que a queda do Xá Reza Pahlevi pró-ocidente, estava levando Teheran para outros caminhos. Por isso, vendo que as coisas iam mal para Saddam Hussein em 1983, os Estados Unidos forneciam armas ao Iraque. Pouco depois, surgia a oportunidade de reataamento de relações Iran-Estados Unidos,

não tardando o resultado no chamado escândalo "Iran/Contra" envolvendo a venda de armas estadunidenses para o país do Aiatolah-Komeini.

Em 1988, a Guerra Iran/Iraque terminava praticamente num empate. Mas, as autoridades de Washington passavam a reprovar o Iraque pela morte de milhares de curdos⁶ a mando de Hussein, parecendo, por outro lado, aprovar, ou pelo menos não pretender se imiscuir, na crise que se esboçava entre o Iraque-Kuwait. Pelo menos foi o que deu a entender a embaixadora April Glaspie a Saddam Hussein, oito dias antes da invasão, não deixando dúvidas de que estava seguindo instruções de Washington. Posteriormente, em entrevista dada ao *The New York Times* (7 de janeiro de 1991), afirmou a diplomata que seu país demonstrava tranquilidade no episódio, pensando que se tratasse apenas de território de fronteira; daí a conclusão: "Nós nunca esperamos que o Iraque tomasse todo o Kuwait".

A mobilização para a "Operação no Deserto", conseguida por Bush contra Hussein, demonstrou, sobremodo, que o petróleo e o posicionamento geopolítico do Golfo Pérsico, foram as

vigas mestras desse conflito — conflito que, por sua vez, mostrou a alta tecnologia das nações, bem mais eficientes no teatro da guerra do que no momento de cimentar a paz. Em contrapartida, ainda a real consequência: a polarização da Guerra do Golfo desafiaria a solidez de alguns regimes árabes pró-ocidente e desvendaria a fraqueza de outros.

Na coalizão anti-Iraque, a geopolítica do confronto produziu uma aliança entre o Egito-Síria-Arábia Saudita, posicionados na guerra ao lado dos Estados Unidos.

Com a anexação do Kuwait, a Arábia Saudita não teve outro caminho que o da aliança com Washington, em defesa de seu próprio território, diretamente ameaçado. Arrastou consigo os Emirados, situados no lado árabe do Golfo Pérsico — Barhein, Oman, Katar e Emirados Árabes Unidos. Estes, seguem via de regra as deixas diplomáticas dos sauditas, pois são, na prática, minúsculas cidades-estado, funcionando bem mais como empresas comerciais dirigidas por mercadores nobres.

A Síria, cujo povo vem sendo condicionado a considerar sagrada a causa palestina, como seu vizinho Iraque, é também uma espécie de Estado policiado, com Hafez Assad no poder desde 1971. O principal problema desse país é o da falta d'água, que vem obrigando o governo a importar alimentos. Por outro lado, no final de 1989, envolveu-se numa crise com a Turquia, quando esta anunciou que represaria as águas do Eufrates

6. Os 3,5 milhões de curdos divididos em sub-grupos falam dialetos diferentes — alguns são muçulmanos, outros cristãos. Durante os 8 anos de guerra Iran/Iraque colocaram-se ao lado do Governo de Teheran; daí terem sido perseguidos após a guerra, com muitos mortos e cerca de 15 mil se refugiando no Irã e na Turquia.

para o lago de barragem Ataturk. Essa ameaça ainda se mantém e será executada, caso venha a se confirmar a posição do governo de Damasco aos separatistas curdos instalados na Turquia. Esse governo foi condenado pela Liga Árabe, por manter, desde 1976, tropas dentro do Líbano para fazer frente aos israelenses, o que é visto por alguns como *projeto para formar a "Grande Síria"*. No entanto, o desmoronamento da URSS, levou o Kremlin a comunicar, ao aliado Assad, que não poderia mais continuar a sustentar a paridade estratégico-militar com Israel. Donde a conclusão de que, ao reforçar a aliança contra o Iraque, a Síria demonstrava estar dando uma guinada pró-ocidente, mas só em termos. Isso porque os três objetivos principais do governo sírio são: *enfrentar Israel, impedindo-o de se expandir em detrimento de territórios árabes; mostrar aos árabes que a paz só será possível diante de um equilíbrio militar entre islâmicos e judeus; e projetar Damasco na área controlando os palestinos, o Líbano e a Jordânia*.

Já o Egito aderiu ao Ocidente, desiludido com as investidas frustradas em prol do pan-arabismo. Daí a aproximação com os judeus, pelos Acordos de Camp David, após três guerras contra Israel.

No contexto desse "heartland", a comunidade internacional não vem encontrando meios para uma solução

justa e duradoura no *conflito entre judeus e palestinos*. Todas as guerras e atentados aí registrados têm resultado numa triste confissão de fracassos. Todo país tem direito a fronteiras seguras e notório direito a sua existência; mas, nem Israel obtém garantias para sua coexistência, nem o povo consegue a sua pátria. Entre "dois fogos cruzados", o Líbano acabou perdendo parcialmente a sua independência diante de forças e influências externas.

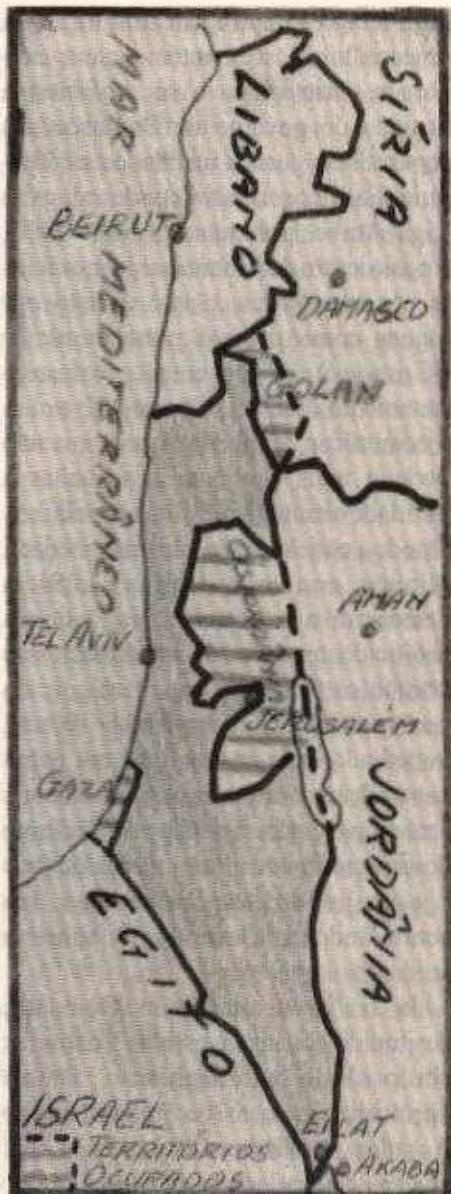
Por sua vez, imprensada entre o Iraque e Israel, a Jordânia prefere "nadar contra a maré". Sua situação é também delicada, pois mais da metade da população dentro de seu território é palestina. Pesa ainda mais no fato os Estados Unidos jamais terem agido no sentido efetivo para que se cumpram várias resoluções da ONU exigindo a saída de Israel dos territórios ocupados, notadamente da Cisjordânia e Faixa de Gaza.

O desejo do governo israelense em manter esses territórios, bem como as Colinas de Golan, como zona de segurança no Líbano, se liga a preocupação obsessiva com a segurança desse país cercado de inimigos por todos os lados. Em 1976, Israel tinha apenas 14 km (regulando com a ida e volta na Ponte Rio—Niterói) de largura em sua parte mais estreita. Anexando a Cisjordânia, distanciou-se em 55 km da Jordânia e passou a contar com um território, que por ser mais elevado, domina geoestrategicamente a região. Por isso, um Estado palestino que venha

a se estabelecer na Cisjordânia (região montanhosa da Judéia e Samaria) poderá promover uma coalizão de inimigos árabes, atuando a partir da frente oriental — risco que seria bem maior ainda com uma aliança que venha a envolver a Síria. Daí a importância de Golã, de onde é possível se atingir Damasco em cerca de meia hora na distância de 50 km, menor que a do Rio até Petrópolis. Dentro pois, do enfoque defensivo, as tensões crescem na razão inversa da pequena distância que separa as cidades israelenses das árabes: de Tel Aviv até Aman, capital da Jordânia são 150 km (distância do Rio até Nova Friburgo), e, de Tel Aviv até Damasco, capital da Síria os 200 km correspondem a uma viagem do Rio até Cabo Frio. (Mapa 2).

O problema palestino pode levar os governos locais pró-ocidente a perderem a legitimidade diante do fundamentalismo islâmico. De seu exílio, nos Estados Unidos, o sheik cego Omar Abdel Ahman comanda a Assembléia Islâmica, inimiga de Osni Mubarak, no governo do Cairo. Assim, no Egito, agem grupos radicais fundamentalistas, sendo o *Jihad*, um dos mais atuantes, com o assassinato do presidente Anuar Sadat (1981) e o de Rifaat Maghoub, presidente da Assembléia Nacional em 1990.

Para se autoproteger, o Egito procura apoiar-se numa frente comum com o Kuwait, Arábia Saudita, Oman Bahrein,



MAPA 2

Katar e Emirados Árabes, e fazer face ao fundamentalismo,⁷ enquanto os Estados Unidos, para anular os "mulás", financiadores desses grupos terroristas, usam todos os poderes de barganha para isolar o Iran e mantê-lo cercado por vizinhos hostis.

Mas, nessa área de interesses eternos, o Iraque tem sua força estribada no sistema que desafia os Estados Unidos. Há mais de vinte anos, o Partido Baath está no poder com os sunistas ocupando os mais altos cargos, liderados por Hussein. Não escapa também dos fundamentalistas, já que os xiitas são em número superior entre a população do Iraque.⁸ Em contrapartida, a instabilidade iraquiana se liga ainda ao separatismo curdo no norte; muito embora a questão do Curdistão seja "pedra no sapato" do Iraque, mas também do Iran e da Turquia.

É incontestável que os fundamentalistas vêm ganhando terreno no "heartland" muçulmano. O grupo Hamas, na Cisjordânia e Gaza, rejeita a coexistência com Israel, conquistando simpatias dentro da OLP (Organização para a Libertação da Palestina), enquanto na Turquia, o Partido do Bem-Estar Social se envolve com o terrorismo, tal como a Irmandade Muçulmana na Síria, posta fora de lei e reprimida desde 1980, estendendo-se o movimento para o Líbano, onde os xiitas do Hesbollah, apoiado pelo Iran e o Amal, ligado a Síria, se rivalizavam, com o primeiro ganhando terreno.

No Sudão, o governo militar chegado ao poder em 1989, mostra-se cada vez mais dominado pela Frente Islâmica Nacional, de ligações com o Iran. A situação causou reação nas três províncias no sul do país, que são cristãs, em favor do separatismo, quando, em 1990, foi posto em prática o código penal, a Chária, baseado no direito islâmico. O Sudão, a beira do Mar Vermelho, é sem dúvida excelente ponto de apoio para o fundamentalismo, pois se posiciona na geoestratégica encruzilhada do mundo árabe-muçulmano com a África Negra islamizada.

7. Estes, em geral são xiitas, em oposição aos sunitas. Devendo-se ressaltar, no entanto, que ao lado dos radicais xiitas desejando a imposição de um modelo islâmico a partir do poder, também se encontram os moderados, defensores das negociações e participação em eleições.
8. O sul do Iraque é o berço da seita xiita a que pertencem 45% dos iraquianos; o mais atuante entre os grupos xiitas é o Dawa, fundado em 1968, duramente reprimido pelo governo de Bagdad, com vários líderes militantes executados. Por isso, finda a Guerra do Golfo, em 1991, a ONU estabeleceu duas zonas de "exclusão aérea" no Iraque, patrulhada por aviões aliados; a do norte para proteger a minoria curda, a do sul para os xiitas.

quistão e Kirguisíia), são clientes potenciais dessa pregação revolucionária.

Busca o Irán, junto às repúblicas da CEI, fugir do isolamento diplomático imposto pelo Ocidente, aumentando sua influência regional. Foi essa a razão principal para a *formação do ECO* (Organização de Cooperação Econômica), através da qual o Irán uniu-se à Turquia, Paquistão e as seis repúblicas da CEI. A religião comum foi o grande passo para essa Organização que troca de tudo, desde o petróleo até a assessoria técnica, para favorecer a essas frágeis repúblicas.

Do grupo, o único Estado com poder de barganha é o *Kasaquistão*, detentor do arsenal atômico da extinta URSS, e a *Base de Baikonur*, para lançamento de foguetes e satélites do *Programa Aeroespacial do Kremlin*. Deve-se levar em conta que o *relacionamento de Alma-Atá, capital do Kasaquistão, com Moscou, não é das mais seguras*. Esta república, maior que toda a Europa Ocidental, foi sempre usada, pelos dirigentes comunistas, para campo de testes nucleares, em Semipalatinsk, indústrias poluentes, projetos que descaracterizaram o Mar de Aral,⁹ e ainda como depósito para pessoas indesejáveis.

Da década dos 30 até a Segunda Guerra Mundial, Stalin mandou para o

Kasaquistão os *Kulaks*, considerados camponeses ricos e, por isso, despojados de suas terras, e ainda presos de todas as nacionalidades acusados de traição ao regime. Alexander Soljenitsin passou vários anos aí, e, em seu romance "O Arquipélago Gulag", conta que, em cidades como Karaganga, um antigo prisioneiro "não podia andar pelas ruas sem encontrar velhos conhecidos". Foi pois essa república, uma das regiões da antiga URSS mais descaracterizadas culturalmente, trazendo-lhes como consequência a *falta de unidade*. Por isso, além do *Alash*, defendendo a criação de uma república islâmica independente da CEI, o *Azat* (Liberdade), abrigando nacionalistas do sul, luta pelo renascimento da língua kasaque, para que se restaure a cultura local.

Ainda no conjunto das repúblicas islâmicas da CEI, enquanto o *Uzbekistão* e o *Turcomenistão* são totalmente dependentes das redes de transporte da Rússia para suas importações e exportações, a *Kirguisíia* e o *Tadjiquistão* tentam se valer de suas respectivas fronteiras com a China para criar novas rotas de comércio. Daí o posicionamento secessionista do Tadjiquistão, com os do norte controlando o governo, e os fundamentalistas do sul tentando, pela força, chegar ao poder.

Completa a situação, o descontentamento para com Moscou, que vem se mostrando incapaz em resolver os conflitos entre o *Ajerbadjão* e a *Armênia*, do outro lado do Cáspio. O

9. Suas águas foram desviadas para drenar plantações de algodão, reduzindo-o em boa parte a um mero leito seco de areia.

primeiro reivindica o Natchiveran, enclave islâmico na Armênia, enquanto esta pleiteia o Nagorno-Karabakh, território cristão dentro do Azerbaijão.

Em face da situação controversa, o Iran vem procurando atrair seus "primos" no Tadjiquistão e Usbequistão, que falam o persa ou versão deste, estando a Turquia a postos também com relação a seus "primos"

— Turmenistão, Kasaquistão e Kirguistão, cujas línguas têm uma origem comum com o turco atual. Nesse último caso, fala-se até em criar um novo Turquestão, reunindo o Kasaquistão com todas as repúblicas de fala turca da Ásia Central.

Observando-se no contexto que, diante da ausência de Moscou, o Iran e a Turquia¹⁰ procuram se envolver nesse vasto espaço por ordenar, com escasso desenvolvimento político e quase nenhuma memória — Vasto espaço onde se defrontam o governo de Ancara com mescla de islamismo moderado e economia ocidentalizada de um lado, enquanto do outro, o governo de Teheran, mantendo-se na velha luta pela conquista dos seguidores de Maomé que não sabem traçar a linha divisória entre a política e a religião.

Por enquanto, ainda reticente com os "primos" da CEI, o Iran age, com maior

desenvoltura no Sudão, enviando para esse país africano cerca de 2 mil guerrilheiros — os "pasdaram", traduzindo-se por combatentes, cuja missão é a de fundar as guardas revolucionárias nacionais. Assim, o Sudão, país tribal, onde grassa a fome, vê acelerar-se a tendência radicalista da Junta Militar, treinando seus ativistas para massacrar não só os opositores, mas também animistas negros e cristãos.

A luta fundamentalista se estende ao Afganistão, país interior, como o Iran, limitando-se com as repúblicas islâmicas da CEI. Ai, o caos reflete o "fogo cruzado" do eixo Leste/Oeste da "Guerra Fria", que ocasionou os dez anos de intervenção soviética (1979-89). Por isso, atualmente, grupos xiitas procuram impor uma rigorosa república islâmica para substituir o antigo regime de Kabul, apoiado pela desfeita URSS. No confronto, a sociedade tribal, vivendo da agricultura e do pastoreio, vem sofrendo, desde 1979, pois os mujahedins, ou rebeldes, que se opunham à invasão do Kremlin, eram armados pelos Estados Unidos.

No Afganistão e outras plagas asiáticas, a grande realidade é que o islamismo resistiu ao rolo compressor do comunismo imposto pelo Kremlin, tudo levando a crer que se manteve intacto, sobretudo em seus traços mais arcáicos, por mais de meio século, numa espécie de congelador.

10. Da autora vide: "A Aliança do Mar Negro" — A Defesa Nacional nº 759 — Ano 1993.

Na outra extremidade desse conturbado "heartland", os governos do Magreb—Marrocos, Tunísia e Argélia, se envolvem em autênticos atos de equilibrismo para apoiar o Ocidente, pois a Líbia vem agindo como se a "Guerra Fria" não tenha acabado.

No Marrocos, os grupos "Justiça e Bem-Estar Social" ao lado da "Juventude Islâmica", com dissoluções ordenadas em 1991, vêm tendo papel de importância nos protestos contra o governo.

Na Tunísia, os membros do Partido Nahda (Renascimento), considerado ilegal, vêm sendo combatidos desde 1990 após a descoberta, pela polícia, de supostos planos para uma revolução islâmica, enquanto, na Argélia, a FIS (Frente Islâmica de Salvação) reagiu violentamente contra a suspensão para o segundo turno das eleições convocadas para o país, a primeira após 30 anos de independência. É que, tendo obtido 49% dos votos, o fundamentalismo viu ruir por terra a sua vitória, ante a ilegalidade no processo eleitoral de março de 1992, observando-se, que a Argélia não descarta o risco dos fundamentalistas se infiltrarem no exército, provocando a guerra civil.

Acreditam os fundamentalistas que, se o povo se sujeitar aos modelos mais puros do islamismo em matéria de pensamento, educação e costumes, a pobreza vai desaparecer, conseguindo então os árabes formarem um vasto

império, impondo-se nessa área de autêntico "heartland" muçulmano. Os que pensam assim descendem, espiritualmente, do professor egípcio Hassan Banna, o fundador da Irmandade Muçulmana, em 1928.

O fundamentalismo não admite distinção entre a religião e a política — o Corão é o orientador do governo, e não as Constituições tão ao estilo ocidental, que os governos árabes adotam em tese, mas ignoram na prática. Coube ao islamismo criado por Maomé fundamentar o Estado para acabar com a fragmentação da vida tribal dos árabes, que punha em risco o comércio do qual tanto necessitavam. Consequentemente, a figura do guia espiritual, os *ayatollahs*, se confunde com a do chefe político, quase sempre legitimado no poder.

Tudo se resume na tendência a um governo forte, pois, no momento em que a religião domina a política, não sobram espaços para divergências. Essencialmente totalitários, os fundamentalistas, mesmo não estando no poder na maioria dos Estados islâmicos, vêm conseguindo retardar o desenvolvimento, dividindo a sociedade, levando uma parte a impedir o avanço da tecnologia e, consequente, a entrada no mundo ocidentalizado.

De um modo geral, o fundamentalismo vem conseguindo maior número de adeptos no meio da população não só fanaticamente devota, como analfabeto em sua maioria. No entanto, dois grandes fatores concorrem para que seja

arrebanhada parte da classe média e intelectualizados. O primeiro se atem ao fato de os Estados Unidos estarem ao lado de Israel. O segundo é pelo fato de a "Guerra Fria" haver mostrado a capitulação do comunismo e a corrupção do capitalismo. Em consequência, as divergências nesse "heartland" colocam os líderes muçulmanos diante de duplo dilema: quando se aproximam do Ocidente acabam punidos por seu próprio povo, que se alia ao fundamentalismo; quando se afastam, são castigados com embargos econômicos e isolamentos políticos e, por vezes, até militarmente, pelas potências ocidentais.

Dentro do fatalismo... a verdade: *graças ao petróleo os islâmicos descobriram que podem jogar com os destinos do Mundo.* O petróleo existe, segundo os fundamentalistas, porque "Alah assim o quis". Mas "estava escrito" que esse petróleo de mais fácil e barata exploração iria ser encontrado em áreas fitogeomórficas difíceis. D onde o vaticínio errôneo de Ibne Khaldum, no século XIV, dizendo que esse "heartland" seria sempre clandestino — Graças à sua pobreza e aridez jamais iria atrair ambições. As ambições foram atraídas, pois em 1990, 65,7% das reservas mundiais de petróleo se encontravam nas mãos de países do Golfo Pérsico. Sabendo-se, que ao se iniciar o próximo século, com o esgotamento de jazidas em outras partes do Mundo, estarão no "heartland" muçulmano quase 85% desses recursos. Em face do atual e dos prognósticos, essa região conflituosa transformou-se

na que mais depende de verbas para o seu armamento.

O islamismo surgiu e se impôs entre as grandes religiões monoteístas. Foi a que mais se expandiu, até que o petróleo pusesse fim à invulnerabilidade prevista por Ibne Khaldum. Eis aí o fatalismo na verdade da dinâmica geopolítica. *O petróleo e o posicionamento desse "heartland" são as vigas mestras desse conflito eterno.*

Voltando a Lord Palmerston vemos que os islâmicos "não têm aliados eternos, nem inimigos perpétuos". Ao se iniciar a Guerra do Golfo, na prática, simpatizavam bem mais com o Iraque, o desafiante do imperialismo ocidental. Mas, como "seus interesses são eternos", modificaram a relação, pensando na sua própria sobrevivência. Amanhã... quem sabe? Numa redistribuição de interesses poderão mudar.

BIBLIOGRAFIA

D.S. Margolouth - "Islamismo" - Editorial Labor S.A. - Barcelona, 1929.

- Alphonse Gouilly - L'Islam devant le Monde Moderne" La Nouvelle Édition - Paris, 1945.

Philip K. Hitti - "Os Árabes - Companhia Editora Nacional - S. Paulo, 1948.

Virgílio de Carvalho - "O Golfo e o Futuro (Consequências da Crise do Golfo para a Nova Ordem Internacional)" - Difusão Editorial Ltda. - Lisboa, 1991.

"L'Année Stratégique" - Editions Maritimes/D'Outre-Mer - Paris, 1985.

"O Mundo Hoje/93 - Anuário Econômico e Geopolítico Mundial" - Editora Ensaio - S. Paulo, 1993.



THEREZINHA DE CASTRO — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Conferencista de Geopolítica da ECEME e ECEMAR. Professorade História do Colégio Pedro II. Entre suas obras destaca-se: "Rumo à Antártica", "Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil", "Geopolítica: Princípios, Meios e Fins" e outras.

Reparando bem a Renave é a maior.



marken



RENAVE

em reparos navais, o maior é também o melhor.

Há muito tempo a Renave conquistou o primeiro lugar como maior estaleiro especializado em reparos navais da América Latina, na área da iniciativa privada. Criando e desenvolvendo novos métodos de trabalho, a Renave visa sempre uma maior racionalização de serviços e elevação dos níveis de produtividade. Por isso vem conseguindo uma expressiva redução dos prazos e dos custos de seus serviços.

**RENAVE — EMPRESA BRASILEIRA
DE REPAROS NAVAIS S.A.**

PRÁIA PIO X, 15 - 10º ANDAR - CENTRO
RIO DE JANEIRO - RJ - TEL: (021) 283-5511
283-9614 / 283-8661 - FAX: (021) 283-5092
TELEX: 121 21993 FBRN BR

ESTALEIRO: ILHA DO VIANA - NITERÓI, RJ

CONTROLE DE QUALIDADE TOTAL: AÇOS E LIGAS ELETROMETAL

A Eletrometal é a única empresa do Hemisfério Sul aprovada para fornecimento de aços e ligas especiais para a indústria aeronáutica norte-americana. Isso comprova sua liderança tecnológica no fornecimento desses materiais. Utilizando a mesma tecnologia, a Eletrometal abastece normalmente o mercado, com produtos como:



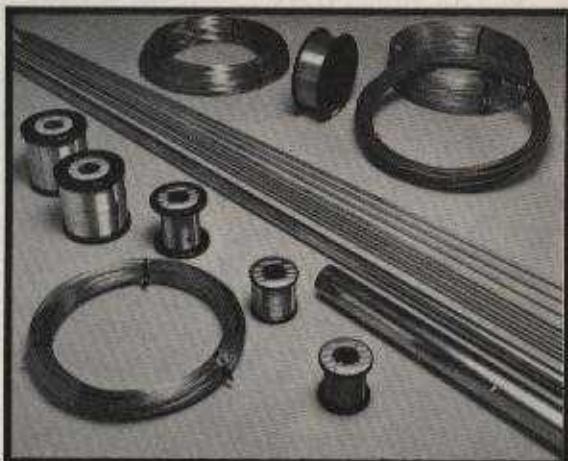
foto aérea da Usina em Sumaré - SP

- aços ferramenta para trabalho a frio e a quente;
- aços rápidos;
- aços inoxidáveis em geral;
- aços ao carbono e para construção mecânica;
- aços estruturais de ultra-alta-resistência e alta confiabilidade;
- aços e ligas para implantes cirúrgicos;
- ligas refratárias e resistentes à corrosão;
- ligas elétricas e eletrônicas;
- ligas para termopares e cabos de compensação;
- super-ligas à base de Fe, Ni e Co;
- peças e componentes acabados, como cilindros de laminatura;
- peças e componentes para a indústria ótica.

Enfim, produtos Eletrometal, para produtos de qualidade.



mandril de laminatura



Alguns produtos

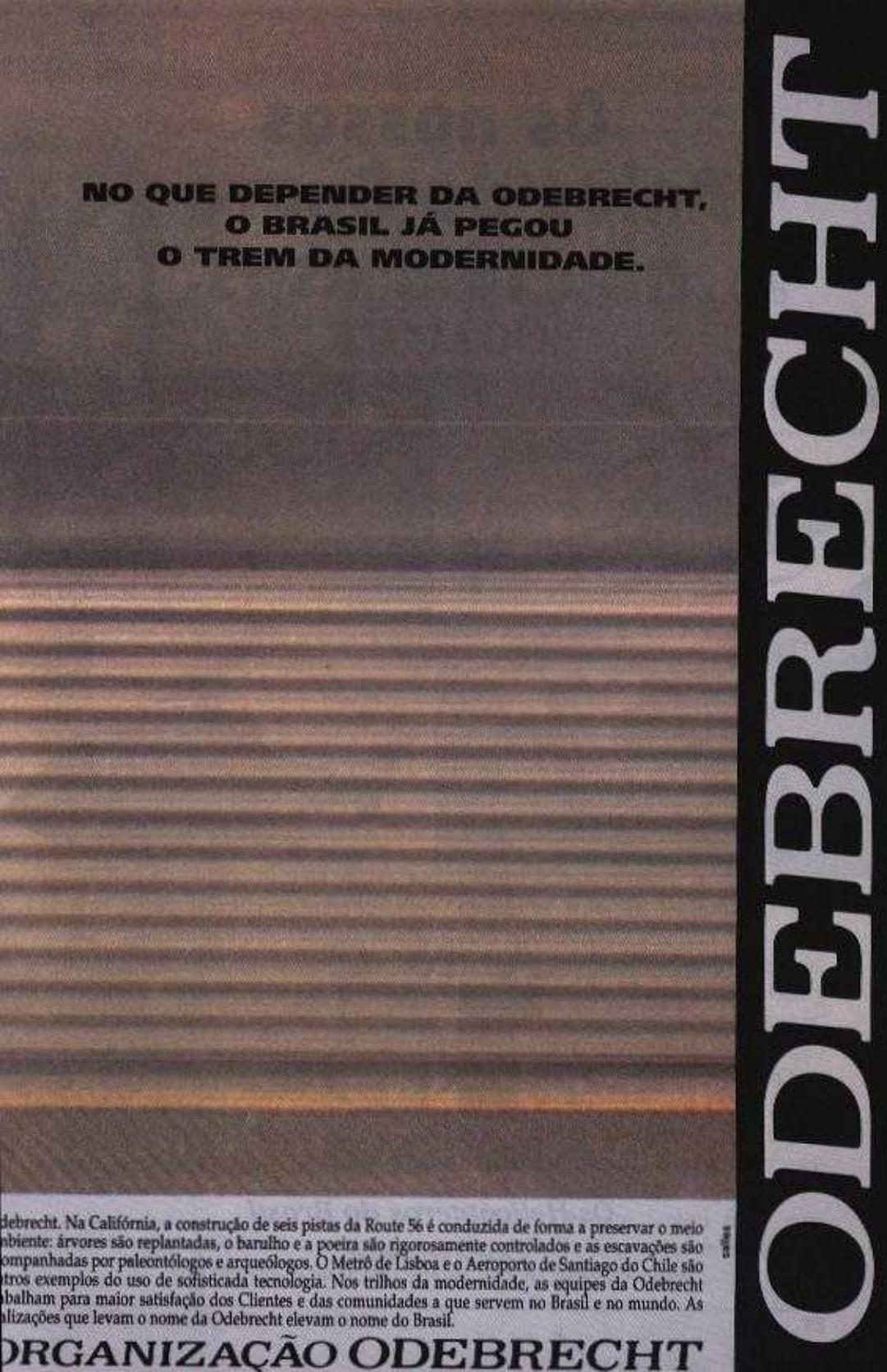
ELETROMETAL S.A.
METAIS ESPECIAIS

Sede e Usina - Caixa Postal 944 - CEP 13100 - Campinas - São Paulo
Fone: (0192) 64.1800 - Telex (019) 1963 EAFI BR

Vendas - São Paulo - Av. Marginal Direita do Rio Tietê, 952 - Lapa - CEP 05123
Fone: (011) 261.1900 - Telex (011) 24753 EAFI BR



A construção do Metrô de São Paulo retirou milhares de carros das ruas, ajudou a reduzir os índices de poluição na cidade e o tempo de deslocamento das pessoas. O Metrô de São Paulo deu um novo padrão ao transporte público na maior cidade brasileira. Para a empresa da Organização Odebrecht que participaram da obra, modernidade é isso. É colocar a tecnologia a serviço da comunidade e proporcionar melhor qualidade de vida para todos. Obras de grande alcance social realizadas pela Organização Odebrecht no setor dos transportes ajudam a aproximar brasileiros e riquezas de todas as regiões: a Linha Verde, que vai ligar a Região Metropolitana de Salvador a Sergipe, a Ferrovia de Carajás e o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro são alguns exemplos. O padrão de serviços que a Odebrecht emprega na modernização dos transportes no Brasil é o mesmo que atende Clientes em outros países, como Estados Unidos, Portugal e Chile. A primeira obra pública realizada por uma empresa brasileira nos EUA, a ampliação do metrô de superfície, em Miami, é assinada pela



**NO QUE DEPENDER DA ODEBRECHT,
O BRASIL JÁ PEGOU
O TREM DA MODERNIDADE.**

ODEBRECHT

odebrecht. Na Califórnia, a construção de seis pistas da Route 56 é conduzida de forma a preservar o meio ambiente: árvores são replantadas, o barulho e a poeira são rigorosamente controlados e as escavações são acompanhadas por paleontólogos e arqueólogos. O Metrô de Lisboa e o Aeroporto de Santiago do Chile são outros exemplos do uso de sofisticada tecnologia. Nos trilhos da modernidade, as equipes da Odebrecht balham para maior satisfação dos Clientes e das comunidades a que servem no Brasil e no mundo. As realizações que levam o nome da Odebrecht elevam o nome do Brasil.

ORGANIZAÇÃO ODEBRECHT

Os nossos Anjos-da-Guarda não têm asas.

ESQUILO



BK 117



PANTHER



COUGAR



Os Helicópteros do Brasil

Contatos e informações:

Diretoria Comercial: Tel. (011) 289.8797 / 284.2203 Fax: (011) 283.2978



"A LEI DA GUERRA" — LEGISLAÇÃO SOBRE CONFLITOS ARMADOS^(*)

Judilson Ribeiro Gomes

O artigo informa sobre a Cruz Vermelha Internacional e seus esforços na humanização possível das guerras. Apresenta um resumo histórico das leis da guerra e uma listagem dos principais tratados sobre a lei dos conflitos armados.

O NASCIMENTO DA CRUZ VERMELHA

Foi no cenário de uma guerra, na região de Solferino, norte da Itália, que, em junho de 1859, feriu-se a batalha que tomou o nome da região, envolvendo o exército imperial da Áustria contra uma aliança franco-italiana.

As baixas ascendiam a mais de 40.000, entre mortos, feridos e desaparecidos. Os serviços de saúde militares eram virtualmente inexistentes e, por isso, muitos dos feridos vinham a morrer

nos campos-de-batalha, por falta de cuidados, após grande sofrimento. Os feridos e doentes eram levados para as cidades circunvizinhas, em busca de qualquer tipo de tratamento que pudessem obter.

Numa dessas cidadelas, Castiglione, um jovem suíço chamado Jean-Henry Dunant, ou simplesmente Henry Dunant, horrorizado com a agonia e o sofrimento dos combatentes, organizou socorro com a ajuda da população civil local. Com suas próprias mãos tratou mais de mil soldados italianos, franceses e austriacos, sem distinção.

Henry Dunant tentou falar com Napoleão III, imperador da França, de

* Selecionado pelo PADECIME

quem era amigo, sobre a terrível situação dos feridos de guerra que jaziam abandonados nas áreas de conflito, mas seus argumentos não sensibilizaram o Imperador.

Terminada a guerra, Henry Dunant retornou à sua cidade natal, Genebra, onde, ainda tocado com o que havia presenciado em Solferino, escreveu um livro que se intitulou *Uma lembrança de Solferino*, publicado em 1862, no qual narrava os dantescos quadros que testemunhara, e lançava a idéia da criação de uma sociedade de socorros para os feridos que fosse oficialmente reconhecida pelos Estados, em tempo de guerra.

O livro de Dunant alcançou grande repercussão em toda Europa, e quatro cidadãos resolveram trazer apoio às suas idéias: Dr. Gustav Moynier, presidente da Sociedade do Bem-Estar Público de Genebra; o Gen Guillaume-Henri Doufour, o médico Dr. Louis Appia e o jurista Dr. Théodore Maunoir. Reunidos, esses homens firmaram as bases e fundaram o "Comitê Internacional para Auxílio dos Feridos", germe do "Comitê Internacional da Cruz Vermelha".

Atendendo a um convite desse Comitê, especialistas de 16 países encontraram-se em Genebra, em outubro de 1863, e adotaram dez resoluções que se transformaram na carta constituinte do Comitê, definindo suas funções e métodos de trabalho. Nascia assim o Movimento.

Esse tratado, com seus dez artigos, pode ser considerado como pedra fundamental na história da humanidade. Até então, a guerra e a lei eram consideradas inconciliáveis. Aqueles homens todavia, conjecturavam que uma lei poderia ser aplicada — mesmo durante os conflitos — para regular, em certos aspectos, a conduta dos soldados. Essa lei estabeleceria, por exemplo, que ambulâncias, hospitais militares e os efetivos de saúde deveriam ser reconhecidos como neutros e, como tal, respeitados e protegidos pelos beligerantes. Combatentes feridos e doentes, de qualquer nacionalidade, deveriam ser recolhidos e tratados pelas partes em conflito, indistintamente.

OS PRINCIPAIS SÍMBOLOS DO MOVIMENTO

Existiam vários sinais incorporados à "Lei da Guerra", mesmo antes das idéias de Dunant. Assim, lançar as armas ao solo, ajoelhar-se, levantar as mãos são todos sinais identificados por qualquer povo. O símbolo mais antigo convencionado é provavelmente a bandeira branca, reconhecida como bandeira de tregua, não necessariamente de paz.

A necessidade de um emblema se fez sentir durante a convenção de Genebra, de 1864. Foi então adotada uma bandeira com as mesmas formas da bandeira nacional da Suíça e cores invertidas,

num tributo ao país berço da organização. Esse é o símbolo do movimento na maioria dos países do mundo, até o presente, e seu uso é restrinido em alguns casos especificados em lei.

Aquela convenção de 1864 mencionava apenas a Cruz Vermelha, adotada pelo motivo já citado e sem nenhum significado religioso.

Em 1876, durante a guerra russoturca, a Sociedade Otomana Para Alívio dos Feridos substituiu a cruz por um crescente vermelho no mesmo fundo branco. Desde então, esse segundo símbolo tem sido adotado por inúmeros países do mundo islâmico. O crescente vermelho possui o mesmo *status* que a cruz vermelha, conforme está estatuído nas Convenções de Genebra de 1949 e seus protocolos adicionais, que reconhecem, ainda, em pé de igualdade, o leão e o sol vermelhos, adotados por alguns países orientais, e a estrela vermelha ou escudo vermelho de David, preferida por Israel.

Também é de Henry Dunant, na mesma época, a idéia da criação de uma divisa para o movimento: "Inter Arma Caritas" — a caridade entre as armas — que ele sugeriu e foi adotada.

ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA

O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, ou

seja, a Cruz Vermelha Internacional, conta com três órgãos principais: o Comitê Internacional, a Conferência e a Federação das Sociedades Nacionais.

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha/Crescente Vermelho (CICV) tem as funções de agente de implementação das Convenções de Genebra; componente e elemento fundador do Movimento da Cruz Vermelha; guardião do Direito Internacional Humanitário (DIH) e dos princípios da Cruz Vermelha; promotor e divulgador do DIH; ator da ação internacional humanitária por sua própria iniciativa; e gestor das atividades humanitárias, mediante encargo ou por delegação da comunidade internacional.

O Comitê possui, organicamente, a Agência Central de Buscas (ACB), com sede em Genebra, cuja concepção remonta à guerra franco-prussiana de 1870-71, onde o CICV começou a solicitar, dos governos em disputa, listas de pessoas aprisionadas, mortas ou desaparecidas, que eram encaminhadas à parte contrária. Ainda hoje, a principal tarefa da Agência é a localização de feridos, mortos, aprisionados ou desaparecidos, possuindo um arquivo de mais de 60 milhões de fichas individuais, milhares delas com homônimos. Atualmente está adotando novos métodos de arquivo, mas sem perder de vista os princípios fundamentais do trabalho de busca: paciência, perseverança e precisão.

O Comitê Internacional, ao contrário do que o nome sugere, é composto, atualmente, por 21 cidadãos suíços, dentre os quais três mulheres, continuando assim fiel à sua origem quando era uma instituição privada dirigida por aqueles cinco cidadãos suíços de que já falamos.

Sua atividade é permanente.

A Conferência Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, de quatro em quatro anos, reúne delegados do CICV, da Federação e das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha, bem como representantes dos Estados participantes das Convenções de Genebra. Representações não-governamentais e regionais também participam com observadores. É o órgão deliberativo máximo do Movimento Internacional da Cruz Vermelha.

O Conselho de Delegados constitui a assembléia da, por assim dizer, "família Cruz Vermelha", sendo seus membros representantes do CICV, da Federação, bem como delegados de todas as Sociedades Nacionais reconhecidas. Reúne-se de dois em dois anos e opina sobre política e outras matérias de interesse do Movimento. Estabelece ainda procedimentos, como a agenda do Presidente das Comissões.

A Comissão Permanente é composta de nove membros: dois do CICV, dois da Federação e cinco eleitos, segundo a sua capacidade pessoal, pela Conferência Internacional. Sua atividade estende-se até a Conferência Inter-

nacional seguinte. A Comissão elege seu próprio presidente e se reúne a cada seis meses. Sua atribuição principal é preparar a Conferência Internacional e garantir a sua coordenação. Essa comissão também está encarregada de conferir a Medalha Henry Dunant a pessoas que demonstraram excepcional coragem no serviço da Cruz Vermelha, ou devoção excepcional à sua causa.

A Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha foi concebida pelo norte-americano Henry P. Davidson, no final da I Guerra Mundial, quando o leste da Europa se encontrava num verdadeiro caos com suas economias destruídas, epidemias dizimando populações, milhares de pessoas refugiadas e sem pátria vagando pelo continente à fora, e as Sociedades Nacionais intentavam ajudar os famintos e os desabrigados. Em 1919, durante uma conferência médica, Davidson propôs a Federação das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha, à semelhança da Liga das Nações, com a finalidade de estabelecer uma cruzada mundial permanente para promover a saúde, prevenir as doenças e aliviar o sofrimento. Inicialmente essa sociedade chamou-se Liga das Sociedades da Cruz Vermelha, com sede em Paris. Desde 1939, foi transferida para Genebra. Seu principal papel, hoje, é inspirar e apoiar o trabalho das suas Confederadas, ajudando-as a desenvolverem suas atividades.

O órgão máximo da Federação é a Assembléia Geral, onde cada afiliada

tem direito a um voto. A Assembléia reúne-se de dois em dois anos e elege, para um mandato de quatro anos, seu presidente e vice-presidente. Elege também os membros das Sociedades Nacionais que comporão o seu Comitê Executivo. O Secretariado, em Genebra, emprega mais de 200 pessoas de 50 nacionalidades diferentes, e grande número de delegados espalhados pelo mundo. O secretário geral é nomeado pela assembléia geral. A Federação é uma entidade não governamental cujos recursos são originários de contribuições estatutárias dos seus membros.

RESUMO HISTÓRICO DAS LEIS

1859 — Batalha de Solferino e Henry Dunant.

1863 — Fundação do Comitê Internacional para o Alívio de Militares Feridos.

Conferência Internacional de Genebra — estabelecimento de Comitês Nacionais.

1864 — Convenção de Genebra — Para o melhoramento das condições dos feridos nos exércitos em campanha.

1867 — 1ª Conferência Internacional da Cruz Vermelha.

1899 — Adaptação para os conflitos marítimos dos Princípios da Convenção de Genebra de 1864.

1906 — Revisão e desenvolvimento da Convenção de Genebra de 1864.

1907 — Adaptação para os conflitos navais dos Princípios da Convenção de Genebra de 1906.

1919 — Criação da Liga das Sociedades da Cruz Vermelha.

1928 — Criação dos Estatutos da Cruz Vermelha Internacional.

1929 — Convenções de Genebra — Revisão da Convenção de 1906

1949 — Convenções de Genebra — Revisão Geral.

1965 — Proclamação dos princípios fundamentais da Cruz Vermelha.

1977 — Protocolos adicionais às Convenções de Genebra de 1949.

1986 — Estatuto do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

PRINCIPAIS TRATADOS SOBRE A LEI DOS CONFLITOS ARMADOS

Inúmeras Leis, Tratados e Convenções existem para regular os procedimentos durante os conflitos armados, na tentativa de humanizá-los ao máximo. Os principais são:

- I Convenção de Genebra (12 Ago 49) - Para o melhoramento das condições dos feridos e doentes das Forças Armadas em Campanha;

- II Convenção de Genebra (12 Ago 49) - Para o melhoramento das condições dos membros das forças armadas marítimas feridos, doentes e naufragos;

- III Convenção de Genebra (12 Ago 49) - Relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra;
- IV Convenção de Genebra (12 Ago 49) - Relativa à proteção de pessoas civis em tempo de guerra;
- I Protocolo Adicional às Convenções de Genebra — Relativo à proteção de vítimas dos conflitos internacionais armados;
- II Protocolo Adicional às Convenções de Genebra - Relativo à proteção de vítimas dos conflitos não-internacionais armados;
- Convenção de Haia (18 Out 1907) — Relativa à abertura das hostilidades;
- Convenção de Haia (18 Out 1907) — Relativa ao *Status* dos navios mercantes inimigos, no início das hostilidades;
- Convenção de Haia (Fevereiro de 1923) — Relativa à guerra aeronáutica;
- Convenção de Haia (18 Out 1907) — Relativa aos direitos e deveres dos países e pessoas neutras, em caso de guerra no solo.
- Convenção de Haia (dezembro de 1868) — Relativa à renúncia de uso, em tempo de guerra, de projéteis explosivos de menos de 400 gramas de peso.

Conforme se pode verificar, não poderíamos discorrer sobre todos os documentos relativos à Lei da Guerra num simples artigo de revista como este. Desse modo, recomendamos aos mais interessados entrarem em contato com os órgãos da Cruz Vermelha Internacional, no Brasil ou na Suíça.

CONCLUSÃO

Como conclusão, poderíamos repetir que a idéia de Henry Dunant, concebida há 133 anos, em meio ao conflito na região de Solferino, na Itália, pode realmente ser considerada como um marco da maior importância na história da humanidade. Desde então, os governos de todo o mundo se vêm esforçando para cumprir e fazer cumprir o que as Leis da Guerra estabelecem, pois sempre que seus artigos são infringidos, as ações chocam a opinião pública internacional e perdem a legitimidade, trazendo antipatia ao infrator.

Infelizmente, porém, ainda não está de todo afastado o perigo maior, onde todas as práticas aqui discutidas tornam-se inexequíveis, todos os equipamentos atualmente disponíveis são insuficientes, ou obsoletos, e onde são inficazes todas as Leis da Guerra.

Afortunadamente, porém, a humanidade conta hoje com este símbolo — a Cruz Vermelha. Na guerra ou na paz, a simples visão desse sinal traz conforto e esperança aos aflitos. Catástrofes, epidemias, conflitos, fome, miséria, onde quer que ocorram neste planeta, terão como adversário tenaz esta flâmula, por trás da qual unem-se homens e mulheres, ricos e pobres, de qualquer cor, raça ou credo para — do mesmo modo indiscriminado — ministrar um atendimento valioso, porque voluntário e desinteressado, que pode consistir de material palpável, ou apenas de um gesto de

carinho, uma prova de amor fraterno ou uma simples lágrima. Essa cruz, embora não tenha cunho religioso, graças a Deus parece trazer inspiração divina aos Serviços de Saúde dos exércitos, em

todo o mundo, cujos princípios de ação são os mesmos do Movimento Internacional da Cruz Vermelha, imutáveis há mais de um século, e independentes de bandeira nacional.



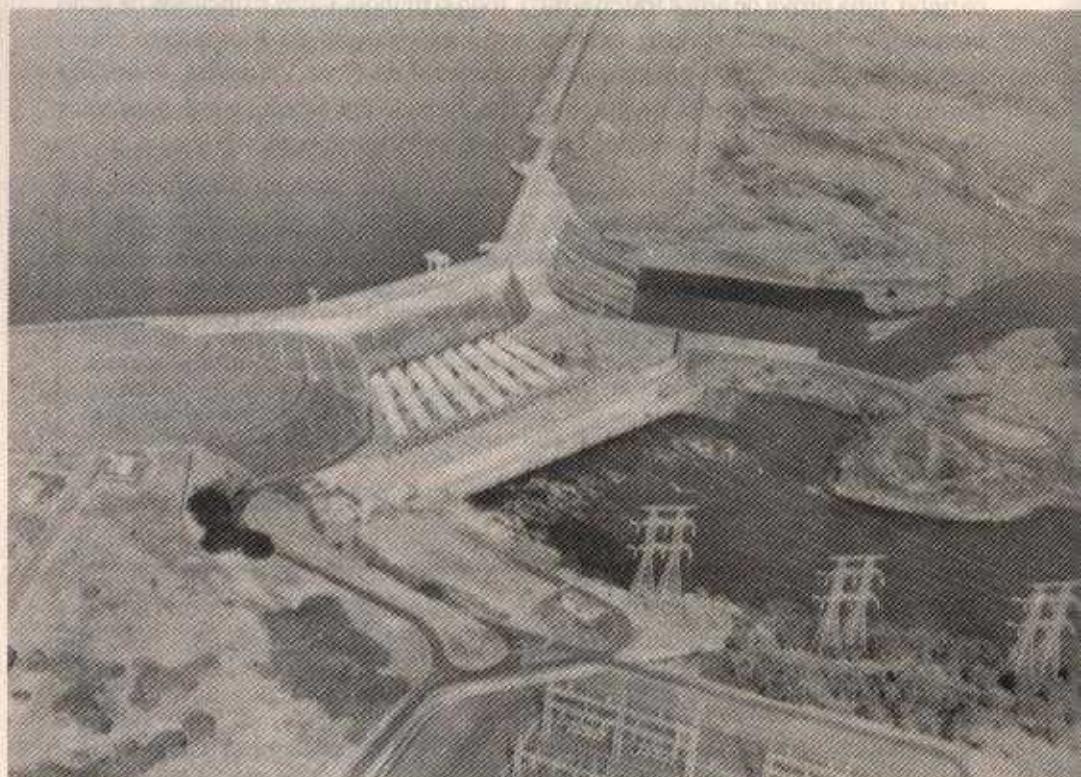
JUDILSON RIBEIRO GOMES é tenente-coronel médico do Exército. Possui os cursos de Medicina, da Universidade de Pernambuco; Formação de Oficiais Médicos, da Escola de Saúde do Exército; Aperfeiçoamento de Oficiais de Saúde, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); e Chefia e Estado-Maior de Serviço (Saúde), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Ex-chefe do Serviço Materno-Infantil do Hospital Geral do Recife, serve, atualmente, no Comando da 7ª RM/7ª DE. Possui as medalhas Militar (passador bronze) e do Serviço Amazônico (passador bronze).



METAL LEVE

Tecnologia e Qualidade.

FURNAS - ENERGIA DE MUITAS GERAÇÕES



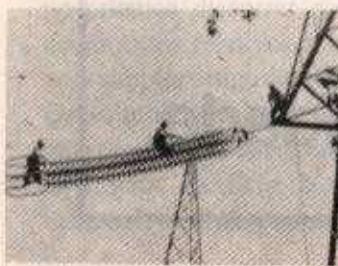
FURNAS - Centrais Elétricas S.A. é uma empresa de economia mista que tem como principal acionista a ELETROBRÁS.

Sua missão é oferecer energia elétrica em condições de preço e qualidade altamente competitivos e assegurar o funcionamento da malha de transmissão da região em que atua, usando tecnologias adequadas e respeitando o meio ambiente.

A Empresa foi criada em 1957 com o objetivo de construir e operar a primeira grande usina hidrelétrica do Brasil (Usina Hidrelétrica de Furnas), da qual guardou o nome.

FURNAS é responsável pelo suprimento à área mais desenvolvida e povoada do Brasil, abrangendo a Região Sudeste e parte do Centro-Oeste. Ali vivem 67 milhões de pessoas, que corresponde a quase metade da população brasileira. Nela se encontra 65% do Produto Interno Bruto e 64% da produção industrial do Brasil, e são consumidos 53% da energia gerada no país.

Atualmente, FURNAS opera sete usinas hidrelétricas, três termelétricas convencionais (derivados de petróleo) e uma nucleétrica, que totalizam 8123 MW instalados. Além disso, a Empresa é responsável pela transmissão da parcela destinada ao Brasil da energia elétrica gerada pela Usina Binacional de Itaipu.



Para transmitir a energia gerada em suas usinas e aquela proveniente de Itaipu, FURNAS dispõe de um sistema composto de 38 subestações e mais de 13 mil quilômetros de linhas, nas tensões de 138 a 750 kV, em corrente alternada, além de 1600 quilômetros de linhas em corrente contínua, na tensão de ± 600 kV.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Eletrobrás  Centrais Elétricas Brasileiras

FURNAS  CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.





A INFLUÊNCIA DA MISSÃO NAVAL AMERICANA PARA O BRASIL.

Dino Willy Cozza

Trabalho elaborado para o "19º Colóquio de História Militar", realizado em Istambul, Turquia, no período de 17 a 27.07.93.

Comenta a influência da Missão Naval Americana para o Brasil, no período entre as duas guerras mundiais, e suas consequências sob os pontos-de-vista político, social, econômico e militar.

O PODER NAVAL DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA ATÉ 1918.

O poder naval dos Estados Unidos da América (EUA) cresceu de importância, desde o início da história do país, à medida que os assuntos internos e externos foram tomando vulto. Pode-se até afirmar que o corolário é a verdade. As políticas de relações exteriores e naval apoiaram-se mutuamente.

Todavia, em 1898, a concepção de uma esquadra americana de combate estava ainda na infância. Como resultado

da Guerra Hispânica e os ensinamentos do capitão-de-mar-e-guerra Alfred Thayer Mahan, foi aceita oficialmente a doutrina de comando do mar. As possessões além-mar e as políticas mundiais projetaram o poder naval norte-americano em esferas geográficas de outras grandes potências, especialmente o Japão. O desenvolvimento da esquadra sob Theodore Roosevelt produziu repercussões internacionais.

A adoção, em 1916, de novo padrão de poder possibilitou uma disputa naval com o Reino Unido. E a derrota da Alemanha potencializou o perigo de uma luta anglo-americana pela supremacia

do mar. A guerra na Europa destruiu o equilíbrio do poder no Extremo Oriente, estimulou o imperialismo japonês, e deixou os EUA, ao menos temporariamente, como o principal guardião dos interesses ocidentais na Ásia oriental.

O advento da Grande Guerra forçou um surto de mentalidade naval dentro dos EUA, apesar da política de neutralidade do Presidente Wilson. Em contrapartida, a grande batalha naval travada reduziu as marinhas da Alemanha e da Inglaterra de algumas centenas de milhares de toneladas, cada. E, por uma das irônicas voltas da história, a esmagadora vitória dos Aliados (tornada possível pelo apoio financeiro, militar e naval americano) destinou-se, em conjunção com o desenvolvimento naval projetado pela Lei de 29 de agosto de 1916, para completar o sucesso das políticas naval e de relações exteriores dos EUA.

A marinha britânica teve uma brilhante participação na Primeira Guerra Mundial. Mas, para o poder naval dos EUA, ficou patente que o isolacionismo não era mais compatível com sua posição mundial. Embora, em onze de novembro de 1918, a Grande Esquadra Britânica fosse imensuravelmente a mais poderosa na história da Grã-Bretanha, a Inglaterra parou de reinar as ondas, ao menos no sentido que tinha nos dias de Nelson.

Agora, os EUA não eram somente uma grande potência, e sim a maior potência. Na conferência de Wash-

ton (1921-1922), a Grã-Bretanha reconhecia a igualdade de poder dos EUA no mar.

RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NO PERÍODO ENTRE A PRIMEIRA E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.

Desde 1823, a Doutrina de Monroe tinha objetivado a preservação do continente americano da correspondente intervenção de outras potências fora das Américas. A Primeira Conferência Internacional Americana realizou-se em Washington, em 1889, dela resultando a União Pan-Americana.

No tocante ao Brasil, os Estados Unidos da América foi o primeiro país a reconhecer a independência. De um modo geral, as relações políticas entre os dois países sempre foram amistosas. Somente há registro de dois rompimentos diplomáticos. O primeiro, no caso Henry A. Wise (1846-1847), e depois no caso Webb, em 1869. Já em abril de 1913, quando do rompimento das relações diplomáticas entre os EUA e o México, foi a legação brasileira na capital mexicana que passou a representar os interesses de Washington.

Após o término da Primeira Guerra Mundial, o Brasil tinha três problemas internacionais a serem resolvidos de imediato. O primeiro era a sua par-

ticipação nas conferências preliminares da paz, onde se assentariam as bases do Tratado de Versalhes. O segundo era o número de delegados que caberia ao Brasil na conferência plenária da paz. E o terceiro era a inclusão do Brasil no primeiro Conselho Executivo da Liga das Nações. Havia uma forte oposição à participação do Brasil por parte da França e da Inglaterra, especificamente por parte de Clemenceau e Lloyd George. Mas graças à influência pessoal de Domício da Gama, ministro das relações exteriores de 15 de novembro de 1918 a 28 de julho de 1919, junto ao Presidente Wilson, e do secretário de estado interino Polk, o Brasil foi tratado em igualdade de condições com a Sérvia e com a Bélgica, que foram grandemente sacrificadas com a guerra. O chefe da delegação brasileira à conferência da paz foi Epitácio Pessoa, mais tarde presidente do Brasil, que sentiu o tratamento discriminatório dado pelas cinco potências vitoriosas aos representantes das demais nações. Porém, em 10 de janeiro de 1919, o secretário de estado interino Polk, em telegrama a Lansing, na Comissão de Negociação da Paz, em Paris, pleiteava que o Brasil recebesse um tratamento privilegiado, entre outros motivos, porque fora a única potência na América do Sul que realmente declarou guerra aos alemães e deu assistência material aos aliados; cooperou ativamente, enviando à Europa uma Divisão Naval (Divisão Naval em Operações de Guerra — DNOG), e mantivera-se leal

aos Estados Unidos da América em praticamente todas as questões que surgiram na América do Sul. A presença do futuro presidente Epitácio Pessoa em Versalhes, as dificuldades encontradas por ele por parte dos franceses e ingleses e o apoio dos norte-americanos viria, em futuro próximo, auxiliar a criação da Missão Naval Americana no Brasil, fazendo pender o braço da balança em favor dos EUA — consequentemente contra a Grã-Bretanha. Outro aspecto que confirma a importância dos conhecimentos pessoais na política, diplomacia e comércio, foi a opinião particular do presidente Epitácio Pessoa sobre o capitão-de-mar-e-guerra Carl T. Vogelgesang, da Marinha dos EUA, por quem tinha admiração. A indicação de Vogelgesang para liderar a Missão Naval facilitou o contrato com os EUA.

Na conferência em Washington, no inicio de 1922, o governo brasileiro reviveu a idéia da indicação de uma missão naval estrangeira. Em 2 de março de 1922 o Presidente Epitácio Pessoa autorizou o ministro Veiga Miranda a dar os primeiros passos no sentido de concretizar a contratação de uma Missão Naval Americana (MNA). Efetivamente, "a influência norte-americana já se fazia sentir, graças aos mestres chamados para a Escola Naval de Guerra, mestres que, como era natural, propagavam métodos de seu país, em moldes de organização prática que nos têm sido sobremaneira úteis e proveitosos", afirmava Veiga Miranda, no

seu relatório de outubro de 1922.

Foi exatamente na Escola Naval de Guerra, futuramente Escola de Guerra Naval, que o Chefe da MNA, contra-almirante Carl Theodor Vogelgesang, ganhou a estima dos brasileiros, no período de 30 de janeiro a 11 de novembro de 1918.

Os oficiais da Marinha do Brasil mais graduados eram a favor de uma missão britânica, mas a maioria dos oficiais jovens era pró-americanos, como sabemos pela comunicação de Schurz para Klein, em 17 de abril de 1922 (Herbert Hoover Presidential Library, Hoover Papers, Commerce, Box 152). Já em 1919, os britânicos retiraram o Esquadrão Naval, na América do Sul. Após, os contratos para reparar os encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo* nos EUA foram executados.

Mesmo durante a guerra houve um importante precedente a favor dos norte-americanos. Em função da indisponibilidade de pessoal inglês, o Brasil, pela primeira vez, requereu à Marinha dos EUA para enviar instrutores especialistas. E Hughes deu a sua aprovação para uma missão americana. Rotineiramente, porém, passou o assunto para a Marinha. E um desentendimento entre oficiais em Washington e a Embaixada americana no Rio de Janeiro resultou em um desastre diplomático. Tulchin, em sua obra *The Aftermath of War*, afirma que o Ministério da Marinha dos EUA era tradicionalmente relutante em enviar pessoal para realizar serviços em

proveito de governos estrangeiros. Todavia o Congresso, por indicação do Departamento de Estado aprovou uma lei para legalizar tal prática em 1920.

Outro fato quase causou um desentendimento entre americanos e brasileiros: as comemorações do primeiro centenário de independência do Brasil, em sete de setembro de 1922. A imprensa brasileira divulgou que o Congresso americano negara fundos solicitados pelo executivo para o envio de uma representação americana ao centenário. O secretário de Estado Hughes considerava a ocasião como uma importante oportunidade de promover a influência econômica na América Latina, embora Harding desse a ela pouca consideração pelo seu significado histórico ou cultural.

Nessa oportunidade, o secretário de Estado Hughes e o secretário da Marinha Denby estavam de acordo em ganhar o contrato naval para os EUA. A Secretaria de Estado ligou a missão com a exposição do centenário no Brasil, e, poucas semanas antes da abertura da exposição, foi anunciado que uma delegação americana chefiada pelo próprio secretário de Estado Hughes viria ao Rio de Janeiro. Quando a exposição abriu os EUA passaram à frente do embaixador britânico.

Já antes, em julho, o governador brasileiro informara oficialmente a Washington que o contrato seria favorável aos EUA. O *Times* londrino, em 20 de setembro de 1922, noticiava

que essa era uma histórica vazante, marcando o “minguante do prestígio britânico” na marinha brasileira.

Entre os delegados norte-americanos estava o capitão-de-mar-e-guerra Vogelgesang, cujo propósito era assistir a Hughes em completar os detalhes finais do contrato naval. O presidente Epitácio da Siva Pessoa terminaria seu mandato em quinze de novembro de 1922, e seu sucessor seria Arthur da Silva Bernardes, de quem os norte-americanos sabiam que não contavam com a mesma simpatia. Em 20 de outubro de 1922, a Missão Naval estava completa, consistindo de 16 oficiais e 19 graduados, tendo, como chefe, Vogelgesang, agora no posto de contra-almirante. Em 6 de novembro de 1922, assinou-se, em Washington, o contrato da Missão Naval Americana, e os primeiros elementos da Missão Naval chegaram, ao Rio de Janeiro, em 21 de dezembro de 1922.

Os ministros da Marinha do Brasil, durante a administração Epitácio Pessoa (28 Jul 1915 Nov 22) foram os civis Raul Soares de Moura, Joaquim Ferreira Chaves e João Pedro da Veiga Miranda. No Ministério de Relações Exteriores, esteve José Manuel de Azevedo Marques. No governo Arthur da Silva Bernardes (15 Nov 22/15 Nov 26), foi seu primeiro ministro da Marinha o almirante Alexandrino Faria de Alencar. Os norte-americanos tinham forte receio de que este os pudesse prejudicar.

É interessante notar que a Missão Naval Americana teve seu inicio no

Brasil quando estava, na pasta da Marinha, um civil, o ministro Veiga Miranda. Esse fato torna-se curioso quando se ouve, repetidamente, que os militares brasileiros são “entreguistas” em relação aos EUA. Os termos do contrato foram mantidos como secreto, a pedido do governo brasileiro.

O contrato de 1922 findou em 1926. Foi renovado. Em 1930, uma revolução tomou conta do Brasil. Em seguida, houve uma compressão das despesas em todos os ramos do serviço público. A Missão Naval Americana também sofreu os efeitos dos cortes de gastos. E a Marinha do Brasil ficou privada dessa Missão, inclusive a Escola de Guerra Naval (seu novo nome, a partir de 1930) de seus instrutores norte-americanos. Em 1937, “a Missão Naval Americana é constituída de oito oficiais e cinco suboficiais (sendo um de seus membros instrutor da Escola de Guerra Naval), e funciona como órgão de informação (técnica)”, conforme nos informa o Ministro Guilhem, no seu relatório de 12 de março de 1940.

Por fim, em setembro de 1977, o contrato da Missão Naval Americana foi rescindido pelo governo do Presidente Ernesto Geisel (15 Mar 74 / 15 Mar 79), um militar na Reserva desde 1967, após 55 anos de trabalhos conjuntos. Era ministro da Marinha o almirante-de-esquadra Geraldo Azevedo Henning. Isso aconteceu cinco meses após haver sido denunciado o Acordo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos da Amé-

rica, por considerar o relatório preparado por órgãos do governo norte-americano sobre a situação interna do Brasil uma violação dos princípios de não-interferência. O Acordo tinha sido celebrado em 15 de março de 1952 e denunciado publicamente em 11 de março de 1977.

Efetivamente, focalizando o nosso interesse neste trabalho, que é Missão Naval Americana, as relações políticas e diplomáticas, no período de 1918 a 1939, que separa as duas grandes guerras, entre o Brasil e os EUA foram bastante satisfatórias. O encerramento da Missão só se deu após o término da Segunda Guerra Mundial, e a sua cessação não significou, de maneira alguma, quebra do bom relacionamento entre os dois países americanos e, muito menos, o respeito entre as duas marinhas.

influência teria aumentado. Era reduzido o número de militares norte-americanos e seus familiares que viveram no Brasil, por serem membros da Missão Naval, comparado com o de habitantes do Rio de Janeiro e do país. O efeito psicossocial do cinema, da literatura, da música, da tecnologia, das universidades, da imprensa, das artes, do vestuário, do carro, do uso da língua no comércio exterior, já era presente e crescia de importância na vida do homem médio brasileiro e, até, da europeia elite nacional, quando o pessoal da MNA aportou na baía da Guanabara.

Todavia, os componentes da MNA, nos seus anos de íntimo contato com os militares da Marinha do Brasil, também contribuíram, através de seus exemplos no trabalho e dos relacionamentos de amizade nas horas de lazer, para deixar a marca registrada dos EUA nos seus companheiros brasileiros. A imitação de alguns uniformes, a cópia de especificações de equipamentos de uso pessoal, a instrução técnica e tática, o emprego de imagens na instrução, os códigos de comunicação, enfim, os marinheiros norte-americanos trabalhando junto com os brasileiros também motivaram consequências sociais, principalmente naqueles que tiveram oportunidade de fazer curso nos EUA, e, portanto, conviveram com costumes e padrões sociais um tanto diferentes daqueles a que estavam acostumados.

CONSEQÜÊNCIAS SOCIAIS DA PRESENÇA DA MISSÃO AMERICANA (MNA) NO BRASIL.

A influência do modo de vida americano na sociedade brasileira é anterior à presença do pessoal da Missão Naval Americana no Brasil. Nem sequer pode-se afirmar que mesmo após a sua chegada, em dezembro de 1922, essa

CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS

Em 1914, quando eclodiu a guerra na Europa, o Brasil mantinha relações bastante cordias com os países belligerantes daquele continente. A Inglaterra era o principal parceiro econômico do Brasil, seguida da Alemanha, e, em terceiro lugar, da França.

Todavia, a influência comercial dos ingleses no Brasil já se fazia sentir desde o tempo de colônia de Portugal. Fortaleceu-se no século dezenove. Na primeira década do século vinte, havia uma onipresença da Inglaterra nas atividades econômicas do Brasil, com repercussões nos setores político, diplomático, psicossocial e naval. Porém, durante a Primeira Guerra Mundial, o grande rival da preponderância econômica inglesa no Brasil foram os Estados Unidos da América. O contrato para a instalação da Missão Naval Americana concorreu para o fortalecimento do poder econômico norte-americano junto ao Brasil, assim como a presença da MNA teve consequências no campo econômico do Brasil e dos EUA.

Já em 4 de março de 1922, o embaixador americano no Rio de Janeiro, Edwin Morgan, escrevia para Hughes, Secretário de Estado: "Nosso prestígio naval pode ser seriamente rebaixado se a missão for britânica em vez de americana e haverá pouca possibilidade de firmas americanas conseguirem

contratos para doca, arsenal e novas unidades navais que deverão ser estabelecidas após o advento da instalação da missão."

Quando Hughes navegou para o Brasil, o então Diretor da União Pan-Americana, John Barret, descreveu o secretário de Estado como o "enviado de um novo Pan-Americanismo", como se pode ler no *New York Tribune*, de 20 de agosto de 1922. Na exposição do centenário da independência do Brasil, os homens de negócios mostraram as últimas maravilhas tecnológicas, como grandes modelos de bulbos de luz elétrica, e estimularam a loucura radiofônica, montando uma estação de transmissão rádio no Corcovado. Ainda, dois encouraçados contribuíram para divulgar a tecnologia americana, no Brasil.

Durante todo o tempo de permanência dos membros da Missão Naval Americana, mesmo não havendo uma influência específica no campo econômico entre as trocas do Brasil e dos EUA, houve consequências nessa área, em função do assessoramento nos diversos planos de construção naval, na aquisição de material bélico norte-americano, nas especificações durante o planejamento para compra ou construção de navios, na metodologia do sistema logístico e na organização combatente das forças navais, tais como a de submarinos, aérea, deminação e varredura, anti-submarino e de fuzileiros navais.

Para assegurar os aspectos acima mencionados bastaria a premonição do embaixador norte-americano Edwin Morgan, em 1917, advogando uma missão americana para o Brasil, quando afirmou que ela não teria somente valor estratégico e político, mas também traria benefícios para o comércio americano.

ASPECTOS MAIS IMPORTANTES NO CAMPO MILITAR

A Missão Naval Americana não teve ingerência direta nas atividades bélicas da Marinha do Brasil na Segunda Guerra. Nem era esse o propósito de sua presença no Brasil, e, muito menos, o desejo dos brasileiros. Pelo contrário. Contudo a influência da doutrina norte-americana, suas técnicas e táticas disseminadas através da Escola de Guerra Naval, dos manuais à disposição dos brasileiros, e dos cursos realizados por militares do Brasil na Marinha dos EUA, e para os fuzileiros navais, inclusive, no exército americano, teve profundas consequências no desenvolvimento do pensamento e da conduta dos marinheiros e fuzileiros navais brasileiros, no campo militar.

Certas atividades que, isoladamente, podem parecer pertencer à área de organização ou econômica, pelas suas

consequências, ou pelo efeito, agem principalmente em proveito do campo militar. Assim foi, por exemplo, logo em junho de 1924, quando o presidente Bernardes anunciou um programa naval ambicioso. Sem nos determos nos pormenores de sua realização, constatamos que o então chefe da MNA, almirante Vogelgesang influenciou, com muito empenho, para que o governo brasileiro tivesse sucesso. A chamada Segunda Reforma Alexandrino, que inclusive alterava a organização administrativa do Ministério da Marinha, foi calcada em um plano elaborado pela MNA. Essa estrutura administrativa durou de 1923 a 1934. A estrutura administrativa, que teve vigência de 1952 a 1968, conhecida como Reforma Guillobel, foi inspirada no sistema binário, então existente no Departamento da Marinha dos EUA. A influência da mentalidade da marinha norte-americana se faz sentir também, no posicionamento de se manter os maquinistas constituindo quadro especial, ou tornarem-se uma especialidade do quadro ordinário dos oficiais da Armada. Prevaleceu o sistema americano, que existia desde 1899. E, assim, diversos oficiais maquinistas, puderam prestar brilhante concurso na administração e nas operações navais. Oficialmente, na Marinha do Brasil, encontra-se registro da atuação da MNA no adestramento dos navios de guerra brasileiros, conforme se lê no relatório de junho de 1932, do Ministério Protógenes, quando

afirma que as guarnições dos encouraçados foram submetidas a intenso exercício, atendendo a orientação sugerida pela MNA. Em 18 de agosto de 1923, foi dada nova organização aos arsenais da Marinha e criada a Escola Técnica do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, por sugestão da MNA. Mais uma vez, em março de 1927, a MNA assessorou o estado-maior da Armada na reorganização das forças navais brasileiras, conforme o Relatório de maio de 1927, do ministro, contra-almirante Arnaldo Siqueira Pinto da Luz. A consequência da MNA se fez sentir também no aspecto logístico da formação de uma reserva naval a que a Marinha do Brasil recorresse em caso de mobilização. Ainda a MNA influenciou, em 1923, na reestruturação da Escola Naval, dos Estados-maiores das Forças Navais, do Conselho do Almirantado, do Estado-Maior da Armada, da Escola de Guerra Naval e das Capitanias dos Portos.

Enfim, pode-se afirmar que, graças à ação da MNA, o advento da Segunda Guerra Mundial encontrou a Marinha de guerra brasileira em condições mais adequadas para enfrentar os problemas decorrentes do conflito mundial. Também, influiu na disposição dos marinheiros brasileiros e, em consequência, de todo o País, de se posicionar do lado do nosso tradicional aliado, os EUA, inclusive militarmente.

CONCLUSÕES

Uma das consequências da participação do Brasil, em especial da Marinha de Guerra brasileira, na Primeira Guerra Mundial foi o conhecimento de que o preparo para uma guerra não se improvisa. A guerra é um assunto para profissionais. Deve ser preocupação constante e metódica. O seu efeito foi o levantamento da necessidade do assessoramento da Missão Naval Americana à Marinha do Brasil. O contra-almirante Machado da Silva, em reunião do almirantado, no dia 28 de outubro de 1921, defendendo o contrato com a MNA, afirmava, "...ou a Marinha se reconstitui ou se dissolve". E ainda, "É a teoria de Von Moltke, o maior mestre da guerra, que nós colhemos os melhores ensinamentos na nossa própria experiência, mas, como esta é sempre muito limitada, nós aprendemos a guerra na experiência dos outros". Logo, a marinha mais antiga da América do Sul optou pela aliança com os norte-americanos à incerteza do despreparo.

Se o Brasil mostrou-se favorável aos EUA, esses também tinham razões de sobra para mostrar gratidão aos brasileiros. Lembremo-nos das palavras do almirante Vogelgesang, no dia de seu desembarque no Brasil: "...O nosso país tem recebido várias vezes distinções e cortesias extraordinárias do povo e do governo do Brasil. É assim que, por ocasião de centenário da nossa independência, em 1876, foi o Brasil o único

país do mundo que mandou aos Estados Unidos da América, como seu representante extraordinário, Sua Majestade o Imperador D. Pedro II. Foi ainda um navio de guerra brasileiro que, a 4 de julho de 1776, na baía de *Delaware*, salvou pela primeira vez a nossa bandeira. Quando os Estados Unidos da América do Norte anunciaram ao mundo a doutrina de Monroe, foi o Brasil o único país da América que aceitou essa doutrina, propondo então uma aliança com o mesmo objetivo; e, ainda há pouco, esteve o Brasil aliado aos Estados Unidos na guerra contra a Alemanha...".

No tocante à presença da MNA no Brasil não se pode afirmar que houve erros consideráveis, no período entre as duas Guerras Mundiais, que mereçam registro especial. Ao contrário, como uma das consequências da amizade Brasil-EUA, que a MNA ajudou a consolidar, tivemos a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, que o notável historiador naval Samuel Elliot Morrison considerou como "um evento de grande importância". No seu livro *A Batalha do Atlântico, 1939-1943* ele afirma que, sem o auxílio do Brasil, teria sido impossível fechar os estreitos do Atlântico. O historiador Frank D. McCann Junior, no seu livro *A aliança brasileiro-americana 1937-1945*, declara o importante papel da Missão Naval colocando uma forte coluna de sustentação na confiança e amizade mútua nos anos que precederam a guerra.

Concluindo, uma lição a ser tirada, do relacionamento da Marinha do Brasil com a MNA, é que a melhor maneira de se evitar crises internacionais é manter estreito contato com aqueles com que precisamos conviver, quebrando as desconfianças e, através do conhecimento mútuo, criar um clima de camaradagem, como o que conseguimos nos quartéis, navios e aeronaves militares, quando temos que trabalhar em equipe e solidariamente. Façamos votos de que um dia todos os militares do mundo vistam um único uniforme, os historiadores militares só tenham que falar do passado, e os estrategistas tenham que se preocupar somente com histórias de ficção.

BIBLIOTECA CONSULTADA

BEVANS, Charles I. "Treaties and other international agreements of the United States of America. 1776-1949". Volume 5. Departament of State, EUA.

BRASIL. Ministério da Marinha. *História Naval Brasileira: a Marinha brasileira no período entre as guerras (1918-1942)*. Vol. 5, Tomo II. Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1985.

BRASIL. Ministério da Marinha. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. João Pedro da Veiga Miranda, ministro de Estado dos Negócios da Marinha, outubro de 1922*. Imprensa Naval, Rio de Janeiro, 1922.

BRASIL. Diversos *Relatórios apresentados ao Presidente da República dos*

Estados Unidos do Brasil por diferentes Ministros de Estado dos Negócios da Marinha, em 1923, 1928, 1929 e 1930. Imprensa naval, Rio de Janeiro.

BUCKLEY, Thomas H. *The United States and the Washington Conference, 1921-1922.* University of Tennessee Press, KNOXVILLE, 1974.

BURNETT, Douglas Randolph (Lieutenant, U.S. Navy). *Pass in Review - The United States Naval Mission to Brazil, 1922-1977.*

CALÓGERAS, João Pandiá. *Problemas de administração.* Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938.

CAMINHA, Herick Marques. *História Administrativa do Brasil; Organização e Administração do Ministério da Marinha.* Vol. 15. Fundação Centro de Formação do Servidor Público, Brasília, e Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1986. 479 páginas.

CAMINHA, Herick Marques. *História Administrativa do Brasil; Organização e Administração do Ministério da Marinha na República.* Vol. 36. Fundação Centro de Formação do Servidor Público, Brasília e Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1989. 513 páginas.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Office of Naval Intelligence. Navy Department. *Monthly Information Bulletin* N° 6 - 1922. 15 Jun 22. Government Printing Office, Washington, 1922.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Navy Department Office of Naval Intelligence. *Monthly Information Bulletin.* N° 10 - 1922, 15 outubro, 1922; n° 1, janeiro, 1923; volume IX - n° 2, agosto, 1926; e volume XII - n° 4, outubro, 1929. United States Government Printing Office, Washington.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *Annual Reports of the Navy Department, for the fiscal year 1922.* Government Print-

ing Office, Washington, 1923.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Department of State. *Papers Relating to Foreign Relations of the United States.* 1922. 2 v. Volume I. United States Government Printing Office, Washington, 1938.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Department of State. *Papers Relating to Foreign Relations of the United States.* 1924. 2 v. Volume I. United States Government Printing Office, Washington, 1939.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Department of State. *Papers Relating to Foreign Relations of the United States.* 1926. 2 v. Volume I. United States Government Printing Office, Washington, 1941.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Department of State. *Papers Relating to Foreign Relations of the United States.* 1930. 3 v. Volume I. United States Government Printing Office, Washington, 1945.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Foreign Relations of the United States. Diplomatic Papers. 1937. 5 v. Vol. V. *The American Republics.* 1954.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. United States Naval Institute. *Proceedings.* Vol. N° 49 - N° 3 - março, 1923 - Whole N° 241; Vol. N° 49.

FROTHINGHAM, Thomas G. (Captain USN). *The Naval History of the World War. The United States in the War 1917-1918.* Harvard University Press, Cambridge, 1927. 310 páginas.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo.* Ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 1955.

HILTON, Stanley E. *Brasil and the Post-Versailles World: Elite Images and Foreign Policy Strategy, 1919-1929.* Journal of Latin American Studies, n° 12, 1980.

KRENN, Michael L. *Lions in the Woods; the United States Confronts Economic Na-*

tionalism, 1917-29. Rutgers University 1985,
Tese de Doutorado.

MIRANDA, João Pedro da Veiga
(Engenheiro, Ministro da Marinha). *Quatorze
meses na Pasta da Marinha.* In Coleção
Jaceguay. Vol. 12 Serviço de Documenta-
ção Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1982.

RODRIGUES, José Honório. *Interesse
nacional e política externa.* Editora
Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro,
1966.

SMITH, Joseph. *Unequal Giants -
Diplomatic relations Between the United
States and Brazil, 1889-1930.* University of
Pittsburgh Press.

SPROUT, Harold and Margaret. *The Rise
of American Naval Power - 1776-1918.*

Princeton University Press, Princeton, New
Jersey, EUA 1946. 404 páginas.

VALE, Brian. *Estratégia, Poder Marítimo
e Criação da Marinha do Brasil (1822-23).*
in Navigator - Subsídios para a História
Marítima do Brasil. Serviço de Documenta-
ção Geral da Marinha, dezembro de 1971.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O
Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a
diplomacia brasileira e as grandes potências.*
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,
Rio de Janeiro, 1990. 257 páginas.

WESTCOTT, Allan e outros. *American
Sea Power Since 1775* Ed. J. B. Lippincott
Company, Chicago, Philadelphia, New York,
1947. 609 páginas.



DINO WILLY COZZA, nasceu em São Paulo-SP, em dezembro de setem-
bro de 1935. Serviu à Marinha por quarenta anos, estando agora
na Reserva, no Posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra do Corpo de
Fuzileiros Navais. Na ativa, participou de 21 cursos, inclusive o de
Política e Estratégia Marítima, da Escola de Guerra Naval. É
membro efetivo da Associação Brasileira de Educação, sócio funda-
dor do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos, sócio efetivo
remido da Sociedade Brasileira de Geografia, Ordem dos Jor-
nalistas do Brasil, Cenáculo Brasileiro de Letras e Artes, Instituto de Geografia e História
Militar do Brasil, Academia Maçônica de Letras, Instituto Histórico e Geográfico do Rio de
Janeiro, e sócio-correspondente do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de
Sorocaba. Possui vinte trabalhos publicados em boletins, cadernos, revistas e anais.



O ORIENTE MÉDIO HOJE E AMANHÃ^(*)

Vasco Mariz

Palestra proferida em 1º de abril de 1993 na reunião semanal do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio. Transcrita do informativo, "Carta Mensal", dessa entidade (vol 39, N° 457, abril 1993). O leitor deve apropriar as alterações do cenário da região ocorridas a partir de então.

Conheci Henry Kissinger em 1960, na Universidade de Harvard, antes de ele ficar famoso. Conversamos muito sobre política internacional e recordo que ele me disse o seguinte: "No mundo de hoje há duas áreas que certamente poderão provocar a terceira guerra mundial: o problema de Berlim e o Oriente Médio. O resto não tem a menor importância e não me interessa." Anos depois, em 1968, já secretário de Estado de Richard Nixon, almoçamos juntos, e Kissinger repetiu-me a mesma coisa. A América Latina não o interessava, nem tinha tempo para conversar sobre nossa reunião geográfica. O curioso é que o destino me con-

duziu a Israel e a Berlim, poucos anos após.

Sempre tive interesse pelos acontecimentos no Oriente Próximo. Da primeira vez que trabalhei em Washington (1959-62), observei com curiosidade a intensa atividade do *lobby* israelense e a atuação da embaixada egípcia, onde tive dois amigos depois influentes: Ashraf Gorbal e Amram el Shafei. Por força das minhas funções de chefe do setor cultural, de imprensa e informações, freqüentei a sala de imprensa da Casa Branca e não pude deixar de admirar a atuação da diplomacia israelense, cuja penetração na política americana é ajudada pela poderosa cúpula das sociedades judaicas naquele país. Esse aprendizado cresceu quando fui designado, três vezes consecutivas,

* Selecionado pelo PADECIME

para integrar a equipe diplomática brasileira nas Assembleias Gerais das Nações Unidas de 1960, 1961 e 1962. Em Washington, em 1967, fiz amizade com Itzak Rabin, então embaixador de Israel, e depois duas vezes primeiro-ministro de seu país.

Aprendi então o principal segredo que é a chave da política do Oriente Médio: mais de seis milhões de judeus vivem nos Estados Unidos, o que à primeira vista é bem pouco nesse país de 250 milhões de habitantes. No entanto, os judeus americanos estão concentrados, em sua grande maioria, em alguns estados que têm peso decisivo na eleição de um presidente dos Estados Unidos: New York, Califórnia, New Jersey, Pennsylvania, Michigan, Illinois e Flórida. E sem esses estados dificilmente um candidato a presidente dos EUA poderá eleger-se. O atual presidente Clinton é uma exceção. Como os eleitores republicanos e democráticos se equivalem em número, o lado para onde pendem os eleitores judeus pode ser decisivo. E não se trata apenas do número de eleitores, mas sobretudo da qualidade desses eleitores: os judeus exercem considerável influência na imprensa, televisão, rádio, meios bancários e universitários norte-americanos. Quando cheguei a Israel, em 1977, considerava esse país como quase diretamente dependente dos EUA; ao sair de lá, em 1982, estava convencido de que Israel dispõe de fortes meios para manipular ou influenciar quase todos os centros de poder nos EUA. Os ministros

israelenses vão a Washington, enfrentam ousadamente os principais senadores e deputados, e os mais altos funcionários do executivo. E o lobby israelense no Congresso americano funciona de maneira espetacular e quase irresistível: quando trabalhei em Washington esse lobby dispunha de mais de 150 parlamentares.

Israel, no entanto, tem anos fortes e anos fracos, ou menos fortes, em suas relações com os EUA, e isso depende sobretudo dos períodos eleitorais, não só presidenciais mas também municipais. 1993 é um ano fraco em que Israel está mais vulnerável; 1992 foi um ano forte, ano de eleições nos EUA, quando o atual presidente Clinton cortejou abertamente o voto judaico, fazendo promessas de apoio a Israel que agora está tentando jeitosamente retirar. Por isso, os arabistas do Departamento de Estado tentarão pressionar Israel no ano corrente. Em 1992, a Casa Branca, que desejava reeleger Bush, não ousou atacar de frente a Israel, sem provocar retaliação na política interna dos grupos de pressão judaicos. Aliás, a tática do ex-secretário de Estado James Baker de trocar terras pela paz foi mais uma prova da ingenuidade norte-americana. Não adianta encurralar Israel em uma conferência internacional das Nações Unidas, quase todos contra um. Quando os israelenses são encostados na parede, simplesmente o governo de Jerusalém se deixa cair. Ai é preciso convocar novas eleições gerais, o que pode levar meses. Após as eleições o novo governo precisa tomar pé, avaliar

as pressões internas e externas, e lá se vão mais dois meses. Nessa altura, o momento psicológico em qualquer foro internacional já passou. É um velho truque de Israel, que foi repetido em 1992 com relativa facilidade e que levou afinal o partido trabalhista ao poder, sob a hábil direção de Itzak Rabin.

Nos principais países da Europa, o *lobby* internacional de Israel é também bastante importante, embora menos decisivo. Lá os países árabes têm condições de competir com os grupos de pressão judaicos, pois muitos países europeus têm importantes interesses comerciais no mundo árabe. Seja como for, nenhum país europeu tem força política suficiente para impor qualquer solução no Oriente Médio. Só mesmo os Estados Unidos da América, hoje a única grande potência mundial, têm condições para ditar uma fórmula de conciliação para os problemas da região.

Essas considerações nos levam a tecer alguns comentários sobre as relações israelo-brasileiras, que nem sempre foram das melhores. Israel tem sido um modesto cliente de nossas exportações e nossos interesses comerciais com vários países árabes, como o Iraque e o Irã, chegaram a ser talvez importantes demais. Existem no Brasil cerca de 250.000 judeus, nascidos no exterior e em nosso país. Sua influência político-financeira é desproporcionalmente grande em um país de 140 milhões de habitantes, entre os quais cerca de três milhões de árabes e seus descendentes.

Eu estava de partida para Israel, em

outubro de 1977, em um momento extremamente delicado, pois os judeus brasileiros estavam revoltados com o infeliz voto anti-sionista dado pelo Brasil nas Nações Unidas. O presidente Geisel, que me conhecia muito bem da época em que chefiava nossa embaixada no Equador, onde a Petrobrás tinha grandes interesses, mandou chamar-me ao Palácio do Planalto e conversamos longamente sobre o Oriente Médio, que ele estudara bem. Relatou-me que havia ficado sinceramente aborrecido por ocasião do voto do Brasil na ONU contra Israel, em nível de comissão. Os judeus brasileiros fizeram imensa celeuma nos jornais e o presidente Geisel contou-me que estava disposto a mudar o voto brasileiro no plenário da Assembleia Geral da ONU, para abstenção na votação final. Infelizmente, o Departamento de Estado instigado pelo *lobby* israelense cometeu a enorme *gaffe* de fazer publicar, nos jornais dos Estados Unidos e aqui também, a notícia que a Casa Branca estava pressionando o governo brasileiro para mudar nosso voto final. Contou-me o presidente Geisel que ele estava disposto a suavizar o voto, mas diante das notícias da imprensa mundial e brasileira, não tinha outra alternativa — por uma questão de honra nacional — que mandar confirmar nosso voto negativo contra o sionismo. O ressentimento entre os judeus foi considerável e ao chegar a Israel fui recebido com bastante frieza. No entanto, seguindo instruções pessoais de Geisel, expliquei cuidadosamente o ocorrido a Moshé Dayan, que era o

chanceler na época, e ele entendeu perfeitamente o dilema do governo brasileiro. Depois dessa conversa, Dayan só me deu mostras de estima pessoal, com convites para sua própria residência, que aliás muito me desvaneceram.

No entanto, tive momentos difíceis em Israel, como por exemplo na ocasião da prisão do criminoso nazista Wagner, residente em Itatiaia, São Paulo. Fui ameaçado por terroristas fanáticos que queriam sequestrar-me para obrigar o governo brasileiro a trocá-lo por mim e entregar-lhes Wagner para ser julgado em Israel, tal como aconteceu na Argentina com o famoso Eichmann. Em outra oportunidade, em 1981, fui espetacularmente chamado a serviço pelo então chanceler Ramiro Guerreiro para demonstrar a inconformidade do governo brasileiro pelas injustas acusações de que o Brasil estaria vendendo ao Iraque grandes quantidades de urânio enriquecido. Devo dizer que o ex-primeiro-ministro Begin foi corretíssimo: expulsou o jornalista intrigante e, em entrevista coletiva à imprensa internacional, pediu a minha volta a Israel, onde — disse ele — eu estava realizando um bom trabalho. Esse incidente diplomático valeu-me aliás um momento de notoriedade internacional, pois a própria BBC de Londres e os principais jornais mencionaram meu nome e deram um resumo da controvérsia.

Habitualmente, muito se fala na imprensa sobre a intransigência de Israel e com certa razão. No entanto, se formos examinar a conjuntura geral do

Oriente Médio chegaremos à conclusão que mais intransigentes ainda são os dirigentes da OLP e da organização religiosa HAMAS, como veremos mais adiante com pormenores.

Vivi cinco anos em Israel e procurei informar-me objetivamente sobre os fatos que condicionam a chamada intransigência israelense. Durante essa longa estada em Israel tive ocasião de conversar longamente com quase todos os líderes, em especial com o atual primeiro-ministro Itzak Rabin, de quem era amigo desde Washington. A conclusão imediata é que os grandes culpados dos principais problemas do Oriente Médio foram os ingleses, que dividiram a região no pós-guerra com o evidente propósito de "dividir para reinar", como se fazia no século XIX. Dividir a Palestina da maneira como foi demarcada, ou privar o Iraque de uma saída para o golfo, só poderia levar aos resultados trágicos que conhecemos. Um testemunho imparcial nos deu o General De Gaulle, em suas *Memórias de Guerra*, sobre a esperteza britânica. Só que o poder decisório do Reino Unido minguou por completo e, poucos anos depois, prevaleceram apenas os interesses dos EUA e da União Soviética. Permanecem, porém, as causas dos conflitos, que já provocaram várias guerras na região e podem gerar outras.

Em Israel, lembro-me bem de uma noite em que fomos jantar em casa de um amigo israelense em Ramat Hasharon, zona norte de Tel Aviv. Era uma *penthouse* e da varanda o amigo

mostrou-me, em direção ao norte, a orla marítima com o colar de pérolas das luzes dos hotéis à beira-mar. À direita via-se uma faixa escura e logo após um conjunto de luzinhas, provavelmente um povoado. Explicou-me o israelense: olhe só a zona escura entre as luzes da costa e aquela primeira aldeia árabe chamada Kalkilia. Aquela faixa tem apenas oito quilômetros de largura. Outros amigos que freqüentávamos amiúde eram os embaixadores do Peru, que moravam em Savión, bairro elegante a sudeste de Tel Aviv. Almoçando no jardim, vimos claramente a pequena distância as colinas da Cisjordânia. Mísseis que lá sejam instalados não poderão errar alvos em Tel Aviv.

Israel é um país pequeno. De norte a sul, pela estrada do litoral, são apenas 400 quilômetros, ou seja, o equivalente à rodovia Presidente Dutra, entre Rio e São Paulo. De leste a oeste, entre Tel Aviv e o Mar Morto são cerca de 80 quilômetros, isto é, a distância entre a zona sul do Rio de Janeiro e Petrópolis. Os senhores podem assim melhor avaliar as distâncias dentro de Israel e entender talvez como os residentes naquele país se sentem vulneráveis ou inseguros.

Não preciso lembrar os pontos básicos da história do Oriente Médio. Direi apenas que, em matéria de guerras, não se pode comparar a ocupação do Kuwait com a ocupação da Cisjordânia. O Kuwait não atacou o Iraque, apenas cobrava as vultosas dívidas de Saddam Hussein. Israel nunca atacou os árabes; os árabes é que atacaram Israel quatro

vezes (1948, 1956, 1967 e 1973). Perderam as quatro vezes e Israel ocupou militarmente as áreas que lhe convinham para melhor proteger a sua população. Disso resultou um milhão e meio de árabes sob dominação provisória, cerca de um terço da população total de Israel, uma proporção perigosa para qualquer povo. Só que essa ocupação provisória está se prolongando demais, com grande sacrifício de vidas palestinas e israelenses. É evidente que os palestinos têm direito a uma pátria, mas também os curdos têm esse direito, e poucos parecem preocupados com eles. Os outros não têm "ibope"...

Até o advento Gorbachov, a URSS dava pleno apoio aos árabes por uma questão de rivalidade geopolítica com os EUA bastante compreensível. Com o desmantelamento do poder soviético, cairam o muro de Berlim, os governos socialistas do leste europeu e também o apoio decisivo de Moscou aos árabes. Mudaram, portanto, as regras do jogo no Oriente Médio. A Síria, agora o principal inimigo de Israel, aceitou integrar a aliança militar com os EUA na luta contra Saddam Hussein e já considera até a possibilidade de reconhecer a existência de Israel. Mas voltemos um pouco atrás, ao meu período em Israel (1977-1982), ao que se chama habitualmente de "Era Sadat".

Já estávamos em Paris, a caminho de meu novo posto, quando o mundo leu com estupefação a notícia da visita do presidente egípcio a Jerusalém. Encravado pela inesperada união de

Washington e Moscou, Sadat corajosamente tomou aquela decisão histórica, que foi a primeira reviravolta na conquista político-militar no Oriente Médio. Conheci pessoalmente Anwar Sadat por ocasião de posterior visita sua a Haifa e tenho por ele a maior admiração. O Egito estava cansado de ser o bode expiatório das aventuras árabes na região. Graças à persistência extraordinária do presidente Carter, personalidade injustiçada na história, foram assinados os acordos de Campo David e, desde então, o Egito, o maior inimigo de Israel na época, o país de maior poderio militar na região, fez a paz em separado com Israel. Essa paz singular, cuja gestação acompanhei diariamente o desenvolvimento, tem resistido até hoje graças à serenidade do atual presidente Mubárik, superando mesmo as graves crises de invasão israelense do Líbano em 1982 e da recente "Intifada". E tudo isso foi alcançado com um interlocutor difícil e ultra-conservador como Menachem Begin. As coisas porém se complicaram após a morte de Sadat e do afastamento de Begin.

Infelizmente, Israel passou a ser governado pelo grupo mais racionalista de sua história. Só faltou colocar como primeiro-ministro o feroz Ariel Sharon, que também conheci muito bem e de perto. Itzak Shamir era um "duro", com quem fiz amizade na época em que era presidente do Knésset, o parlamento israelense, e depois como ministro das Relações Exteriores. A rainha da Inglaterra se recusava a recebê-lo porque ele

foi membro do grupo terrorista "Irgun", que explodiu o Hotel King David, em Jerusalém, onde morreram mais de cem ingleses. Com o partido "Likud" no poder dificilmente haveria acordo com os árabes, embora não se deva esquecer que, para surpresa geral, Menachem Begin fez a paz com o Egito e pagando um alto preço — a devolução do Sinai. Já agora, com o partido trabalhista israelense no poder desde meados de 1992, existe uma razoável possibilidade de entendimento.

Mas aproximemo-nos da realidade atual, que continua muito complexa. A chegada a Israel de centenas de milhares de judeus russos, isto é, *ashkenazim* brancos, engrossou as fileiras trabalhistas, já que vêm de um país socialista. Isso explica em parte o sucesso dos trabalhistas na recente eleição geral de 1992, e o advento da administração trabalhista aumentará as probabilidades de uma solução pacífica para os problemas da região. Os americanos dispõem da arma financeira, já que a situação econômica de Israel piorou bastante com a "Intifada" e será preciso muito dinheiro para instalar meio milhão de judeus russos com um mínimo de conforto. Washington acabou por reconhecer que a melhor maneira de promover a paz no Oriente Médio é o método "passo a passo", com os EUA como mediador nas negociações, política essa agora confirmada pelo novo secretário de Estado Warren Christopher.

Seja como for, existem hoje alguns fatos irremovíveis na região: 1) Jeru-

salém não é negociável. O máximo que se poderá obter é a administração dos lugares santos por autoridades eclesiásticas cristãs e islâmicas. 2) O Golan não pode ser restituído intacto aos sírios. Prevejo um acordo de paz bilateral com os sírios, abrangendo o problema da água e o arrendamento por Israel de uma estreita faixa diretamente sobre o lago Tiberíades, de modo a proteger os agricultores sediados em suas margens. 3) O Partido Trabalhista israelense aceita a realização de ajustes territoriais nas áreas ocupadas em 1967. Shimon Peres e Itzak Rabin me disseram isso pessoalmente e agora, mais de dez anos depois de minha saída de Israel, acabam de reiterar à imprensa essas intenções. 4) O território de Gaza é um problema à parte, pois nem sequer os egípcios desejam administrar essa região populosa, cujos habitantes só têm condições de sobrevivência econômica e social com o traslado diário para Israel desses trabalhadores palestinos. Minha casa em Herzlia, a atual residência do embaixador do Brasil, foi construída por operários palestinos que vinham diariamente de Gaza em microônibus.

Um acordo de paz permanente no Oriente Médio é possível a médio prazo, mas somente com a cooperação da OLP. Israel afinal parece começar a entender isso, por mais que lhe desgrade sentar-se à mesa com representantes de um movimento que tem assassinado dezenas de israelense. O momento parece propício, pois a OLP está enfraquecida pelas opções erradas que tomou na Guerra do

Golfo. É evidente que a mera autonomia dos territórios ocupados, primeiro oferecida por Begin em 1978, reiterada depois por Shamir e agora também por Rabin, só pode ser considerada como uma primeira etapa para a independência total de um estado palestino, associado ou não com a Jordânia. Israel está condenado a negociar com a OLP, ou será que preferirá negociar com o fanático movimento islamista do HAMAS? Felizmente, um fato positivo recente ocorreu: foi suspensa a proibição de israelenses conversarem com representantes da OLP. Aguardemos os primeiros resultados desse novo diálogo depois da retomada das negociações, ora em suspenso.

Seja como for, se o acordo de paz com o Egito foi um marco altamente positivo na conjuntura do Oriente Médio, é incagável afirmar que o desmantelamento do poderio soviético e a recente guerra do Golfo terão sérias consequências que ainda estão sendo avaliadas, com muitas divergências. Afinal, Israel foi bombardeado e não revidou em atenção a pedido norte-americano. A Rússia se limitou a fazer a mímica dos bons ofícios. A Síria, órfã do poderio soviético, aproximou-se dos EUA e da Arábia Saudita. Mas a opinião pública israelense já se deu conta de que a tradicional concepção estratégica da defesa do país está superada: os mísseis *scuds* que caíram em Israel demonstraram que certos conceitos de segurança estão ultrapassados, o que poderá ensejar um novo e profícuo diálogo com Damas-

co. Embora a intransigência israelense se esteja flexibilizando, os progressos têm sido lentos. Apesar disso, sou moderadamente otimista a médio prazo.

A OLP está sendo chamada à razão pelos seus antigos financiadores: a Arábia Saudita e o Kuwait e também pela Rússia, a pedido dos Estados Unidos. Assim, poderá haver alguma troca de territórios pela paz permanente, mesmo utilizando a fórmula de uma etapa inicial de autonomia vigiada pelas Nações Unidas. Mais tarde deverá consolidar-se um verdadeiro estado palestino associado à Jordânia, talvez uma federação, enfim uma variante da chamada "opção jordaniana", tão cara ao líder trabalhista Shimon Peres. Recordo que a Jordânia é quase um estado palestino, tanto que, desde 1967, aceitava administrar os territórios ocupados por Israel. Só recentemente, pressionado pela OLP, é que o rei Hussein desistiu dessa administração indireta.

Enfim, o governo Rabin parece entender que, embora a situação militar de Israel seja boa, terminou a velha ordem no Oriente Médio, fundada na superioridade militar de Israel e garantida pela Guerra Fria, que já acabou. Depois das operações militares no Golfo, parece ter prevalecido o velho triângulo de antes da 2ª Guerra Mundial: os árabes, os judeus e a potência dominante na região (antes a Inglaterra e agora os Estados Unidos da América). No entanto, se os israelenses anseiam por uma paz permanente, eles também não esquecerão tão cedo os bombardeios dos

misseis *scuds*. A devolução pura e simples dos territórios ocupados em 1967, sem reajustes locais, é inaceitável para 90% dos israelenses. Se eu vivesse em Israel também pensaria assim, por mais pena tenha dos palestinos, oprimidos há mais de 25 anos. Em suma, a paz no Oriente Médio está talvez mais nas mãos da OLP e dos fanáticos do HAMAS, do que de Israel. No momento, os fanáticos estão sacrificando inutilmente a vida de centenas de jovens palestinos, as principais vítimas da "Intifada". Já é tempo de a OLP e o HAMAS afinal pensarem no bem do povo palestino e negociarem, com seriedade, um plano realista e satisfatório com Israel.

Nos últimos meses, estou começando a acreditar que, antes de um acordo sobre a Cisjordânia, pode surgir um tratado de paz de Israel com a Síria. O governo de Jerusalém teria assim dois tratados de paz vitais, protegendo as suas duas fronteiras essenciais para sua segurança: a do Egito e a da Síria, o que também implicaria em paz com o Líbano. O objetivo israelense é negociar o fim do estado de guerra, a abertura das fronteiras e o estabelecimento de relações diplomáticas. Recentemente, a Síria submeteu um documento de trabalho que Rabin considerou "um grande avanço". Damasco quer que Israel reconheça a soberania síria sobre todo o território do Golán para que depois os dois países possam discutir o arrendamento de parte do território, uma estreita faixa que proteja os habitantes das

margens do Lago Tiberíades, exatamente o local onde eu fui alvejado em 1970, durante minha primeira visita a Israel.

O primeiro-ministro Itzak Rabin mencionou recentemente uma retirada parcial no Golã até 45km de Damasco e até 10km da cidade israelense de Tiberíades, à beira do Lago da Galiléia. Eventual acordo de paz com a Síria significaria precioso avanço psicológico nas negociações com os demais países árabes. Ocupadas em 1967 e anexadas em 1981 por Israel, as colinas do Golã são um pedaço da Síria de grande importância estratégica para os israelenses, dominando o vale da Galiléia, e também para os sírios, pois controla a estrada para Damasco. Em 1981, Begin disse-me que o exército israelense poderia ter entrado em Damasco em 1973, desfilado pelas ruas principais, mas depois teria de retirar-se, pois Israel não tem elementos humanos suficientes para ocupar permanentemente a Síria. O Golã, com seus 1.250km² é uma das regiões mais atrasadas da Síria, mas possui um bem precioso no Oriente Médio: a água. Do alto Monte Hermón desce o rio Banyass, que alimenta o rio Jordão.

As tropas israelenses chegaram ao Golã em junho de 1967 e, em 1973, uma área suplementar de 510km foi ocupada. 150.000 sírios abandonaram a região, lá permanecendo apenas 15.000 drusos, aos quais vieram juntar-se cerca de 12.000 colonos israelenses, distribuídos em 32 pequenos assentamentos, e até uma cidade, Katzrin. O exército israelense instalou bases e

unidades blindadas poderosas. Foram construídas estradas e reparadas outras em mau estado. Em maio de 1974, a Síria e Israel assinaram um acordo de desmilitarização parcial do Golã, sob a supervisão de Henry Kissinger, sendo devolvida uma parte da área ocupada em 1967. Uma força da ONU fiscaliza o cumprimento do acordo.

Em Israel, a corrente contrária a esse eventual acordo argumenta que é impossível comparar a situação do Sinai com a do Golã, que pode ser atravessado por uma divisão blindada em cerca de uma hora, com a agravante de que os tanques estariam descendo a rampa do planalto de maneira quase irresistível. Já aqueles favoráveis ao acordo com a Síria afirmam que o território parte de sua importância estratégica para utilização em massa dos mísseis balísticos. Israel e a Síria "negociam agora para ver até que ponto, de fato, é dando que se recebe" ... tal como escreveu o comentarista político Zevi Ghivelder, na revista *Manchete* (10/10/92).

Para melhor compreender as dificuldades reais dessas negociações é preciso examinar também outro problema de magnitude regional, que transcende as aspirações políticas e religiosas das duas facções em luta. As conversações iniciadas em 1991, em Madrid, e que depois prosseguiram por mais de um ano em Washington, abrangem também a gravíssima situação da escassez crescente de água no Oriente Médio.

A criação da pátria palestina no

Oriente Médio é a questão principal da região, mas em verdade muitos países árabes têm fortes reservas, por motivos diferentes que tentam disfarçar. A recente atitude do Líbano, que se recusa a acolher os 400 palestinos expulsos por Israel, constitui um exemplo eloquente. Após as primeiras conferências de paz, a solução continua longinqua, embora os palestinos tenham atuado agora com bastante habilidade.

Mas abordemos o problema da escassez de água em Israel e nos países vizinhos, que a chegada de meio milhão de judeus russos só veio agravar. O tema já foi abordado na fase bilateral das negociações e a preocupação é generalizada.

Dez anos atrás, quando eu vivia em Israel, havia ainda bastante desperdício de água potável. Mais de uma vez, comentei esse desperdício com meus vizinhos de Ramat Gan e de Herzlia, que regavam abundantemente seus jardins, por horas a fio, sem preocupação de economia. Por outro lado, os árabes dos territórios ocupados não podiam sequer perfurar poços para ter mais água disponível para beber. O visitante ou o turista que chegava a Israel ficava maravilhado com os canteiros de flores na estrada do aeroporto de Tel Aviv, nas avenidas principais das maiores cidades do país, sempre decoradas com flores das diversas estações. Hoje elas não podem mais ser irrigadas como dantes. A agricultura está sofrendo e a indústria economiza: a água não é suficiente e a situação tende a piorar. As chuvas sem-

pre foram escassas, o gasto supera as reservas, e todos os recursos possíveis da tecnologia já foram utilizados. O lago Tiberíades anda pelo seu nível mais baixo da história, e até os esgotos de Tel Aviv já estão alimentando as culturas agrícolas das zonas mais áridas. O déficit da água se aproxima de 50%. O drama começou.

Conversando com vários líderes israelenses, todos me disseram que só a escassez d'água poderá levar a um conflito generalizado e aniquilador no Oriente Médio. Os planos para enfrentar essa carência são numerosos, a começar pela dessalinização da água do mar, a construção de *pipelines* para água das chuvas artificiais obtidas por processos modernos. Já foram estudadas, também, a utilização de bolhas de plástico, com água potável rebocadas no Oceano Índico, ou no Mediterrâneo, e até mesmo se pensou em levar *icebergs* da Antártida para a Arábia Saudita.

No entanto, dois países vizinhos têm a solução definitiva para o problema da água, a Turquia e o Líbano, de cujas montanhas fluem para o mar, rios aproveitados. Questões políticas e hegemonias regionais têm atrasado a esquematização do problema crônico da água, que ora se vai agudizando pelo crescimento demográfico dos países árabes e pela imigração russa para Israel.

O Líbano pode contribuir para a solução das carências israelenses pela simples venda de parte da água do rio Litani, perto da fronteira norte de Israel.

Um pequeno aqueduto ligaria a água libanesa ao sistema hidrico israelense, com gastos modestos. Entretanto, o Líbano está demasiado associado aos destinos e vontades da Síria, o que inviabiliza temporariamente uma solução. A devolução do Golã à Síria pode se transformar em valioso instrumento de barganha para um acordo tríplice Síria-Líbano-Israel para a utilização por Israel das águas do rio Litani.

Bem mais ambicioso é o projeto global da Turquia, que já realizou duas reuniões de representantes de 22 países da região sobre o problema da água. A Turquia tem em andamento a construção da grande represa de Ataturk, que vai regular o fluxo dos rios Tigre e Eufrates, irrigar área de perto de dois milhões de hectares e gerar abundante energia elétrica para toda a região. Serão 22 pequenas barragens ao todo, que produzirão quase 30 milhões de KW, e cinco delas já estão quase prontas. O projeto faz arregalar os olhos dos economistas da região, mas também dá calafrios aos políticos dos países jusantes. No Oriente Médio ainda se pensa na água como uma arma e o poder que a Turquia deterá está assustando os vizinhos de baixo, os quais nem por isso deixaram de se reunir regularmente com os técnicos turcos durante a guerra do Golfo.

Mas a Turquia oferece mais ainda: dispõe ela de dois rios o Ceyhan e o Zeyhan — que descem as montanhas da Anatólia e se perdem inutilmente no Mediterrâneo, perto da fronteira da Síria.

Dois aquedutos estão planejados: o primeiro irrigaria a Síria, Israel, a Jordânia e a zona ocidental da Arábia Saudita. O segundo aqueduto alimentaria o Iraque, o Kuwait, a Arábia Saudita oriental e os Emirados Árabes. O custo desses aquedutos será elevado, mas dentro das possibilidades financeiras dos países da região. O assunto já foi debatido na conferência convocada pelo presidente da Turquia, Turgut Ozal, em 1992 e terá a provável colaboração financeira do Banco Mundial e das Nações Unidas. Até o Egito parece interessado em irrigar o Sinai, e uma entidade multinacional de dessalinização da água do mar está sendo organizada, com nova tecnologia mais barata.

Israel tem boas possibilidades de entendimento com a Turquia, pois nunca chegaram a romper relações diplomáticas. Falta encontrar uma fórmula política viável que terá forçosamente de passar pela boa vontade de Damasco. Um acordo de paz de Israel a Síria terá um papel decisivo na obtenção da água de que o país tanto necessita, seja pela canalização do rio Litani, no Líbano, seja por eventual aqueduto turco. Por isso, podemos concluir que o Golã, cedo ou tarde, em parte ou em todo, terá de voltar ao controle de Damasco. Ou não haverá água e poderá haver guerra.

Esta apresentação já vai longe e gostaria de arrematá-la com algumas considerações sobre os recentes acontecimentos no Oriente Médio. As negociações de paz têm sido perturbadas pela intransigência de ambas as partes, su-

cessivamente. Um fato importante é preciso sublinhar: embora o presidente Clinton tenha abertamente tomado a defesa de Israel durante a sua campanha eleitoral, é evidente que agora os EUA já não precisam tanto de Israel para controlar o Oriente Médio. A Arábia Saudita e o Kuwait concederam importantes bases militares aos norte-americanos, após a Guerra do Golfo, e a Rússia deixou de ser uma ameaça permanente aos interesses ocidentais na região. Hoje, o grande inimigo do Ocidente não é mais Saddam Hussein e sim o Irã, que comanda o terrorismo religioso do Marrocos à Indonésia, e tenta influenciar as novas repúblicas muçulmanas da antiga União Soviética. Por isso, o Ocidente está incentivando o fortalecimento político e militar da Turquia, cuja influência moderadora e laica na região é considerada benéfica. A expansão dos fundamentalistas islâmicos no Magreb e no Egito já é uma séria preocupação para Washington e Paris, e por tudo isso o papel de Israel, como um bastião do Ocidente, parece evoluir, à medida que se alteram as tradicionais forças políticas e militares da região. Disse-me recentemente um diplomata alemão que Saddam Hussein precisa continuar no poder porque ele significa uma sólida contenção à expansão iraniana no Oriente Médio. Por isso a tolerância excessiva do Ocidente com o ditador iraquiano. Vemos assim que, 32 anos depois de minha conversa com Henry Kissinger em Harvard, o Oriente Médio continua a ser um barril de

pólvora, onde se poderá jogar a qualquer momento o futuro da economia do Ocidente.

Foi nessa atmosfera tensa de diminuição do poder de barganha de Israel que o *premier* Itzak Rabin retomou as negociações multilaterais e bilaterais com os árabes. O novo Secretário de Estado Warren Christopher é uma *old hand* no processo de paz, pois o conheci pessoalmente em Tel Aviv durante o governo Carter. É um homem sem carisma e parece cansado, talvez demasiado idoso para missão tão delicada, na qual vai se defrontar com as velhas raposas políticas da região. Será, no entanto, uma alternativa positiva para os personagens políticos do Oriente Médio, que se ressentiam um pouco do autoritarismo texano do ex-secretário de Estado James Baker. Parece-me claro que o presidente Clinton não quer passar à história como o presidente que deixou escapar a paz no Oriente Médio, já encaminhada por Reagan e Bush. Acredito que Clinton agirá como o presidente Carter, adotando uma atitude equidistante de mediador sincero e imparcial. As tentativas francesas de mediação não podem ser levadas a sério, uma vez que Mitterrand não tem condições políticas e financeiras para impor solução alguma. Foi alvissareiro, no entanto, que Mitterrand tenha apoiado a oferta israelense de realizar rapidamente eleições nos territórios ocupados.

E chegamos finalmente ao ponto crucial das negociações de paz no Oriente Médio. Recordo que as conversações

são bilaterais, e também multilaterais com vários países árabes vizinhos de Israel. A permissão recente dada por Rabin no sentido de que palestinos provenientes de fora da Cisjordânia possam participar das negociações multilaterais atende à importante reivindicação dos movimentos palestinos. Por outro lado, as conversações bilaterais entre a Síria e Israel não podem avançar muito porque as negociações multilaterais estão caminhando muito devagar. Israel reconheceu as resoluções 242 e 338 das Nações Unidas e isso, naturalmente, é aplicável também ao Golã, pois, como já disse antes, o valor estratégico da região em relação à Galileia diminuiu bastante, como ficou provado com a "chuva" de mísseis iraquianos que atingiu todo o território israelense. No entanto, qualquer concessão do primeiro ministro Rabin à Síria tem sido amplamente condenada pela opinião pública: 65% dos israelenses são contrários à retirada, mesmo parcial, do Golã. Apenas 16% aceitariam pequenas concessões.

Essa crescente dificuldade de manobra para Israel vem sendo explorada com habilidade pelos árabes. Além disso, esses interlocutores árabes evoluíram sensivelmente no decorrer de 1992. Se a OLP está hoje mais flexível e inclinada a aceitar uma acomodação realista, parcial e temporária com Israel, sob a égide norte-americana, por outro lado está crescendo muito a facção mais intransigente dos palestinos fundamentalistas, patrocinados pelo Irã, os quais não

aceitam qualquer acordo com Israel, cuja destruição clamam com mais força do que nunca.

A expulsão dos 415 palestinos para o sul do Líbano (que tampouco os aceitou, pois lá recordam muito bem os problemas criados pelos palestinos no passado recente) foi considerada uma vitória pelo movimento extremista HAMAS, que vem fazendo nítidos progressos para suplantar o grupo rival da OLP no controle político dos territórios ocupados por Israel. Em verdade, o HAMAS e o pequeno grupo JIHAD ISLÂMICO alcançaram publicidade máxima no mundo árabe e, de certo modo, parecem expressar as frustrações dos palestinos após ano e meio de negociações fracassadas. Por isso é imprescindível que o presidente Clinton consiga relançar agora, em abril corrente, conversações realmente frutíferas com metas a curto prazo. Cientistas políticos em Israel consideram o HAMAS como o maior perigo para Israel, seu desafio mais delicado, e não mais a OLP. Essa realidade é hoje reconhecida até por certos líderes e assessores de Arafat, cuja imagem política é francamente declinante. Isto é grave para Israel, pois o HAMAS não aceita nada, exceto a destruição do estado judaico. Hoje se estima que a metade da população árabe nos territórios ocupados por Israel (cerca de 1.800.000 habitantes) já apoiam o HAMAS, movimento iniciado somente em 1988 por ocasião da "Intifada". A situação em Gaza está tão difícil agora para os soldados israelenses patrulharem

que o governo Rabin já estaria considerando seriamente retirar-se da região e entregá-la ao Egito, o qual não parece interessado em recebê-la. Gaza está a 80km ao sul de Tel Aviv e o risco de terrorismo na maior cidade israelense aumentou bastante.

O auxílio financeiro do Irã e outros países árabes ao HAMAS já superou os fundos disponíveis pela OLP. Consta até que estão recebendo dinheiro da Inglaterra e dos Estados Unidos da América. Aliás, unidades de segurança norte-americana estão monitorando grupos muçulmanos que vêm distribuindo propaganda anti-israelense e levantando substanciais quantias para a causa palestina nas cidades de Detroit, Dallas, Chicago e Tucson. Os ativistas do HAMAS agem abertamente em regiões onde vive a maioria dos três milhões de árabes americanos. Por isso o terrorismo tem aumentado sensivelmente em Israel. Se agora se tornou mais fácil negociar com a OLP, não há diálogo possível com o HAMAS. Em consequência, o governo israelense abrandou sua resistência à OLP e tenta chegar a um acordo com os palestinos moderados a curto prazo, isto é, antes que quase todos os palestinos se joguem nos braços do HAMAS. As mulheres palestinas são o termômetro dessa infeliz tendência e a maioria delas, na Cisjordânia, já está usando o véu, com medo das reações cada vez mais agressivas dos fundamentalistas. Estamos chegando ao ponto crucial em que o HAMAS pode vir a absorver a OLP e, se isso

ocorrer, o custo da ocupação israelense vai se tornar altíssimo e talvez até insustentável. A julgar pela ferocidade dos fundamentalistas religiosos, o governo israelense e a OLP não têm mais tempo a perder.

Compreende-se melhor agora que a conjuntura política, militar e até religiosa no Oriente Médio mudou muito nos últimos anos. Embora a situação militar israelense seja boa, a segurança do país ficou mais frágil e os ingredientes de um grande conflito só estão e poderão rebentar a qualquer momento, com consequências imprevisíveis. Desde a época em que vivi em Israel, sei que o governo de Jerusalém dispõe de numerosas bombas-atômicas para serem usadas em algum trágico momento de vida ou morte da nação. Disseram-me na época que Israel possui uma bomba atômica para cada capital árabe vizinha, mas como conceber o seu uso? O risco para os próprios israelenses seria enorme, já que as distâncias são tão pequenas no Oriente Médio que os ventos poderiam levar a radiação atômica em direção do próprio território israelense, em poucas horas.

Podemos assim melhor entender que o papel de policial da região cabe mesmo ao presidente Clinton, que talvez ainda tenha de impor pela força uma solução política que vai descontentar a todos. Façamos votos para que prevaleça o bom senso e a moderação.

Esta palestra ficou pronta há 15 dias, e passei a semana passada em Washington trabalhando em uma comissão da

OEA (Organização dos Estados Americanos). O curioso é que estes últimos 15 dias estiveram cheios de acontecimentos políticos no Oriente Médio e durante minha viagem aos Estados Unidos da América aproveitei para colecionar vários recortes de jornais que me servirão para dar os retoques finais desta conferência. Nenhum acontecimento realmente importante ocorreu, mas nem por isso devo silenciar sobre os seguintes fatos que podem vir a ter bastante significação no futuro do Oriente Médio.

1) A situação política na Rússia causa sérias preocupações. A eventual retomada do poder por elementos ligados ao antigo regime comunista certamente levará a um enrijecimento da posição dos países árabes nas negociações de Washington, agora convocadas para o dia 20 do corrente.

2) Houve duas modificações importantes em Israel nesta quinzena: Ezer Weizmann foi eleito presidente da república e Benyamin Netanyahu foi eleito líder do *Likud*, o partido conservador de forte influência religiosa. Conheci muito bem a Weizmann e não tenho dúvidas de que, apesar da sua presidência ter apenas poderes cerimoniais, ele vai tentar pressionar o primeiro-ministro Rabin por negociações mais realistas. Ezer é um liberal, de temperamento muito impulsivo, que criou problemas em todos os cargos públicos que exerceu. Prevejo assim questões institucionais de que poderá tirar partido o jovem líder do *Likud*,

que, na opinião do *Washington Post* (26-III-93), tem a reputação de ser inexperiente e demagogo. Outro mau prenúncio para Israel foi a declaração do Secretário de Estado Warren Christopher de que os Estados Unidos vão se empenhar mais nas negociações de Washington, o que poderia significar maior pressão sobre Israel.

3) Esta última quinzena marcou bem claro a crescente violência da "Intifada" e, consequentemente, a dura reação israelense. Os árabes mataram 14 israelenses na semana passada e o exército matou 23 árabes. Por esse motivo, o Premier Itzak Rabin decidiu selar o território de Gaza e a própria Cisjordânia, confinando assim cerca de dois milhões de habitantes. Essa decisão vai exasperar ainda mais os palestinos, pois eles precisam ir trabalhar em Israel, ou não terão o que comer.

4) Finalmente, causou-me estranheza o fato de que o Palácio do Planalto, em Brasília, tenha divulgado com três meses de atraso uma carta do presidente Itamar Franco enviada ao dirigente OLP Yasser Arafat, manifestando que "O governo do Brasil tomou conhecimento com profunda preocupação e consternação da atitude tomada por Israel em deportar centenas de palestinos. O governo brasileiro condena a ação praticada por Israel e expressa sua firme oposição a tais deportações que violam a 4ª Convenção de Genebra de 1949" (*Jornal do Brasil*, de 20 de março último). Meu comentário é que nosso atual chanceler parece haver-se desviado da prudente

política de seus predecessores que estiveram à frente do Itamaraty. De fato, se Israel merece censura, o que dizer dos demais países árabes vizinhos que até agora se recusam a receber os 400 palestinos deportados em dezembro para as fronteiras do Líbano? No entanto, o mais grave no meu entender é que o governo brasileiro decida apoiar Arafat exatamente no momento em que ele está mais fraco, no período em que a OLP está correndo risco de ser absorvida pelos fanáticos do HAMAS. Embora nossa declaração esteja nas linhas de uma resolução da ONU, não me parece que este seja o momento mais apropriado para alterar nossa política tradicional de eqüidistância. Lembro apenas que, durante a recente visita do *premier* Rabin a Washington, o presidente Clinton nem sequer se referiu aos palestinos deportados em sua conferência de imprensa.

Não posso, portanto, terminar com

uma nota otimista. Finalmente, se por um lado os Estados Unidos pareciam dispostos a pressionar Israel, surgiu agora um importante argumento contra os palestinos. Durante minha recente visita a Washington e Nova Iorque, li nos jornais que os quatro egípcios de origem palestina presos como suspeitos de haverem feito explodir o carro-bomba dentro de uma das torres do World Center, em Nova Iorque, acabam de confessar que o fizeram para protestar contra o apoio norte-americano a Israel. O objetivo deles teria sido fazer tombar uma das grandes torres, que cairia sobre a área vizinha, provocando milhares de mortos. A indignação da imprensa norte-americana e, consequentemente, da opinião pública do país vai pesar na atitude dos diplomatas do Departamento de Estados, durante as negociações de Washington no fim do mês corrente (abril de 1993).



VASCO MARIZ, diplomata, foi Embaixador do Brasil em Israel, de 1977 a 1982.



MEIO AMBIENTE: UM ENFOQUE RACIONAL

Ugo Kawamuto

Matéria extraída de monografia redigida pelo autor como exigência curricular para obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares da ECEME.

Analisa, Inicialmente, os elementos da natureza que sofrem, diretamente, os efeitos da poluição (solo, ar e água) e seus reflexos sobre o meio ambiente. Enfoca, a seguir, a tecnologia e a questão ambientais e conclui pela natureza global desta última, sugerindo medidas para a prevenção e a correção das agressões do homem ao meio ambiente.

Ecologia é "o estudo das relações existentes entre os seres vivos e o meio ambiente".¹ Do ponto de vista ecológico, o meio ambiente é portanto a "casa" ou o *habitat* dos organismos vivos e de tudo que os cerca — clima, solo, água e ar.

A preocupação do homem com o meio ambiente remonta ao aparecimento da vida na Terra, muito embora fosse, de início, pouco perceptível, já que a natureza se ocupava de, rapidamente,

recompor o equilíbrio ecológico, quando comprometido, restabelecendo as condições ambientais anteriores. Com o advento da revolução industrial e o crescimento demográfico, as agressões ao meio ambiente passaram a fazer-se com maior intensidade, e a natureza passou a levar maior tempo para restabelecer tal equilíbrio, comprometendo a qualidade de vida.

O crescimento acelerado das indústrias e dos centros urbanos se deu sem que houvesse preocupação especial com as consequências ambientais e sociais. O crescimento acelerado das indústrias resultou em poluição do ar, das águas e

1. Laurence Pringle — *Ecologia, a ciência da sobrevivência*, pág. 8.

do solo. A urbanização desordenada gerou os déficit na infra-estrutura de serviços urbanos, cuja manifestação ambiental mais grave é a carência de saneamento básico.

Outro sintoma da crise ambiental é o aumento na freqüência e na intensidade das catástrofes naturais, especialmente as causadas pelas chuvas, resultante da intensificação dos processos erosivos, fruto da destruição de áreas verdes, de inadequadas ocupação das áreas urbanas e rurais, e da deficiência nas redes de drenagem das cidades.

A expansão da fronteira agrícola pouco contribuiu para solução dos problemas sociais e ambientais. A consequente derrubada da cobertura vegetal para sua implantação trouxe graves danos ao meio ambiente, tais como a erosão do solo e a desertificação. Por outro lado, a passagem da agricultura itinerante, ou tradicional, para a chamada moderna agricultura fez-se sem a necessária conscientização do perigo que representavam os defensivos agrícolas, amplamente por ela utilizados. Resultados do seu uso indiscriminado, os danos e agressões ao meio ambiente têm sido constantes.

A fim de atenuar os efeitos da poluição ambiental, pesquisas vêm sendo realizadas, mormente nos países desenvolvidos, dando origem à chamada *tecnologia ambiental*, voltada especialmente para solucionar problemas ecológicos.

A nível mundial, a questão ambiental foi discutida, pela primeira vez em 1972, na Conferência de Estocolmo, promovida pela ONU, ocasião em que o problema foi debatido de forma mais abrangente e as conclusões, com formulação de propostas, foram consignadas na Declaração de Estocolmo, documento que lançou as bases de uma legislação internacional para o meio ambiente.

Desde então, outras reuniões têm sido realizadas, e assinadas diversas convenções, resoluções e protocolos, todos com a finalidade de garantir um meio ambiente mais saudável para a presente e as futuras gerações. Em 1992, a Assembleia Geral das Nações Unidas promoveu a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro.

O presente estudo aborda os diversos temas ambientais que afligem o mundo atual. Não pretende ser original nem exibir conhecimentos. É apenas uma análise de informações colhidas de publicações de cunho predominantemente científico, complementada por comentários e conclusões do autor. Tampouco tem a intenção de ser um trabalho definitivo, na medida em que as pesquisas evoluem ininterruptamente e que novos fatos vão sendo descobertos e novas tecnologias vão surgindo para tentar minimizar os efeitos danosos causados ao meio ambiente pelos mais diversos poluentes.

O SOLO

Um dos três espaços vitais necessários à existência do ser humano sobre a Terra, junto com o ar e a água, o solo possibilita, ao homem, animais e vegetais, dele retirar seu sustento. Desde tempos imemoriais ele vem sofrendo todo tipo de agressão, a ponto de tornar totalmente imprestável o que outrora fora um solo fértil. Vários e diversos são os fatores que provocam sua degradação. Nos tópicos seguintes focalizamos os principais.

Desmatamento, erosão e desertificação

O crescimento demográfico fez com que o homem buscassem novas terras. Ao mesmo tempo, o aumento das necessidades humanas, principalmente as não primárias, foram-no conduzindo a uma crescente "febre consumista". Entre outras distorções, tais fatos têm contribuído para incrementar o desmatamento de grandes florestas, no afã de retirar madeiras, com fins comerciais, na busca de novas áreas de plantio ou, ainda, para exploração de recursos minerais. Atualmente, o desmatamento das remanescentes florestas tropicais constitui preocupação dos ambientalistas de todo o mundo.

É inegável o valor que as florestas representam para a manutenção do clima, a estabilização do solo, a

regularidade dos recursos hídricos e a salvaguarda da diversidade biológica. "Nenhuma floresta secundária ou plantação pode competir com a riqueza biológica ou importância ecológica das florestas primárias."² O desflorestamento praticado sem uma avaliação racional pode contribuir para provocar a erosão do solo e, até mesmo, a desertificação.

No meio rural, aliada ao desmatamento e à ocupação inadequada do solo, a erosão ocorre pela ação das chuvas, sendo causa de enormes danos ao meio ambiente, em geral, e prejuízos à agricultura, em particular. Com a chuva, a camada de terra fértil é arrastada e depositada no fundo de rios e barragens. Além diminuir-lhes a profundidade, representa um desperdício em fertilizantes. Uma de suas formas mais visíveis são as chamadas "boçorocas", desmoronamentos por erosão subterrânea causados pela água da chuva que se infiltra em terrenos arenosos e sem cobertura vegetal de porte.

No meio urbano, a erosão ocorre em função de diversas outras causas. Entre elas, o traçado inadequado do sistema viário (muitas vezes agravado pela falta de pavimentação, guias e sarjetas), deficiências no sistema de drenagem das águas pluviais, e expansão urbana descontrolada, com a implantação de loteamentos e conjuntos habitacionais em

2. Lester R. Brown — *State of the world 1991*, pág. 74.

locais impróprios, sujeitos a desmoronamentos.

A desertificação é consequência da derrubada das árvores, aliada aos maus tratos do solo e a fatores climáticos. No Brasil, observam-se manchas de desertos no Nordeste e no Rio Grande do Sul. No Nordeste, em função de uma agricultura pouco racional e a escassez de chuvas, no Rio Grande do Sul, do pastoreio demasiado intenso.

Agricultura e poluição

"As atividades agrícolas, ao necessitarem de espaço para sua implantação e desenvolvimento, exercem uma interferência no equilíbrio ecológico desse espaço."³

Essa interferência se dá, inicialmente, com a retirada da cobertura vegetal nativa. Se o sistema agrícola empregado é a chamada "coivara", ou agricultura itinerante, irá produzir a "queimada", provocando o empobrecimento do solo e a poluição do ar. Com o uso intensivo da terra por determinado período, ocorre o esgotamento do solo e seu consequente abandono como área de cultivo. Se a agricultura é mais desenvolvida, ela enfatiza o aumento da produtividade, com mais intenso uso do solo. Empregando tecnologia e insumos modernos, utilizando abusivamente os defensivos agrícolas ela é causa de efeitos destruidores sobre o meio ambiente.

Além de causar a ruptura do equilíbrio ecológico, os inseticidas, fungicidas, herbicidas, etc causam graves prejuízos à saúde, não só do agricultor, em contato constante com eles, como do consumidor final de produtos agrícolas. Não devemos esquecer, também, que o uso indiscriminado dos "insumos modernos" contribui para a poluição de rios e lagos, condenando à morte toneladas de peixes. Além disso, eles se infiltram no solo, indo contaminar águas subterrâneas.

Visando à obtenção de um meio ambiente mais saudável, pesquisas recentes têm apresentado resultados auspiciosos quanto à aplicação do controle biológico das pragas (fungos que comem insetos ou outros fungos, insetos que destroem insetos) e melhoramentos de espécies vegetais nativas, por meio da biotecnologia, a fim de conseguir-lhes maior resistência, além de maior produtividade.

Para evitar agressões ao ecossistema decorrentes de uma deficiente prática agrícola, a diversificação, a associação e a rotatividade de culturas, aliadas a um correto manejo do solo, junto com o desenvolvimento de variedades mais resistentes, seriam técnicas aconselhadas para evitar problemas ambientais, por contribuirem para inibir a proliferação de insetos, fungos e plantas nocivas.

Poluição pelo lixo

No que concerne à poluição, a questão do lixo, tanto doméstico quanto industrial, é mais grave nos centros urbanos

3. IBGE — Brasil: uma visão geográfica dos anos 80, pág. 325.

de grande porte, pela maior quantidade de detritos produzida. Diversas têm sido as técnicas empregadas para dar destino final ao lixo, sem que se tenha encontrado, até hoje, a solução ideal.

A incineração, mesmo em centrais com sofisticados sistemas de proteção ambiental libera poderosos poluentes. Os incineradores bombeiam para o ar óxidos nitroso e sulfuroso,⁴ monóxido de carbono, gases ácidos, dioxinas e furanos⁵ e liberam metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio. Dispositivos de chaminé podem neutralizar algumas dessas substâncias, porém produzem uma cinza tóxica adicional, criando nova forma de poluição. A água utilizada para resfriar a cinza quente, inevitavelmente será contaminada e apresentará um problema de controle, se não for recolhida, tratada e reutilizada.

A usina de compostagem, para produzir húmus de qualidade com taxas toleráveis de metais pesados, necessita de elevados investimentos em equipamentos, pondo em dúvida o componente custo-benefício.

Tudo indica que o aterro sanitário ainda é a forma mais comum de destinação final do lixo. Nesse particular, a biotecnologia pode oferecer soluções simples e de baixo custo, como

o processo que emprega microorganismos que atacam os poluentes, degradando-os e alimentando-se deles. Quando acaba a matéria, as bactérias perdem sua função e morrem. No final do processo, vinte toneladas de lixo, por exemplo, teriam sido reduzidas a apenas quinhentos quilogramas de material mineralizado.

Nas pequenas cidades e na periferia das grandes metrópoles, por falta de informação e de recursos, o mais comum é o lixo ser depositado a céu aberto, sem cuidado algum, provocando a poluição do ar, do solo e das águas.⁶ Em muitos casos, ocorre a queima pura e simples do lixo que, não sendo um processo limpo, igualmente polui, e com uma agravante: a combustão a altas temperaturas quebra as ligações químicas, liberando os metais pesados,⁷ que vão contaminar a cinza do incinerador improvisado, a qual, por sua vez, irá poluir a água.

Novas idéias e práticas vêm sendo testadas. Entre elas, uma pode ser sintetizada em duas ações: evitar e recuperar. Trata-se, inicialmente, de educar e conscientizar a população, diminuindo o desperdício e, consequentemente, reduzindo a produção de lixo — evitar. Simultaneamente, reaproveitar o lixo através da coleta seletiva⁸ — recuperar.

4. Precursors da chuva ácida.

5. As dioxinas e os furanos, substâncias extremamente tóxicas, são suspeitas de causar câncer e anomalias genéticas.

6. Tanto subterrâneas como de superfície.

7. Que, em muitos produtos se mantêm inertes, no estado original.

8. Separar materiais recicláveis antes de serem misturados — materiais orgânicos, metais, plásticos, vidro, papel, madeira.

Quanto ao lixo hospitalar contaminado, a questão aflorou em função da proposta de se abolir a obrigatoriedade do seu incineramento. De um lado, prevaleceu a premissa de que sua incineração é o único processo seguro para evitar a disseminação dos agentes patogênicos. Em contraposição, argumenta-se que: primeiro, a necessidade de queima baseia-se em conceitos do século passado, contrariando a tendência, seguida pelos países desenvolvidos, de abandono do processo; segundo, os incineradores, mesmo com dispositivos de proteção ambiental, produzem gases e resíduos poluentes como dioxinas, furanos e metais pesados; terceiro, do lixo total, apenas cerca de 10% são resíduos contaminados, o que não justifica a instalação, nos incineradores, de uma estrutura onerosa, além de desperdiçar o que poderia ser reciclado.

Ao que tudo indica, a solução mais racional seria a sua deposição em aterro sanitário, desde que compreendidas as peculiaridades do material e tomados os devidos cuidados no seu trato. De inicio, é importante considerar que a maioria do lixo hospitalar não apresenta risco especial de contaminação. Apenas alguns tipos, como o lixo microbiológico de laboratório, lixo de patologia e determinadas espécies de sangue, ou seus derivados, exigem precauções especiais. Por outro lado, é necessário que normas de controle e vigilância sejam seguidas à risca. Até mesmo um

aterro controlado pode representar riscos, exigindo pesquisas de profundidade do terreno, para que o líquido contaminado não alcance o lençol freático antes de sua total esterilização.

A problemática do lixo nuclear, até pouco tempo tratada apenas nos meios especializados, veio ao conhecimento público e, em consequência, deflagrou o debate nacional. Isso aconteceu após o acidente ocorrido em Goiânia, em 1987, onde, por desconhecimento do perigo que representava uma simples pedra de raro brilho, a contaminação radioativa do césio 137 causou a morte de quatro pessoas e a hospitalização de mais de duas centenas.

Sabe-se que materiais radioativos, como o urânio 235, plutônio 238, estrôncio 90, iodo 131 e césio 137, entre outros, emitem radiação, cujo efeito acumulativo sobre o ser humano e os animais é extremamente nocivo. Tais danos podem ser individuais⁹ ou tornarem-se genéticos, com aumento da taxa de mutação e produção de descendentes anormais.

As indústrias que utilizam tais elementos, seja na produção de energia nuclear, ou para fins medicinais, acaba por produzir rejeitos radioativos. Entretanto, nem todos os rejeitos representam o mesmo perigo. De acordo com a intensidade de radiação, eles são classificados como de alto, médio e baixo

9. Aparecimento de câncer, por exemplo.

nível de radiação. 97% dos resíduos nucleares podem ser reciclados; os 3% restantes, os de alto nível de radiação,¹⁰ são os que representam alta periculosidade.

A questão do lixo nuclear é um problema que não foi resolvido, de forma definitiva, em nenhum lugar do mundo. Uma solução provisoriamente adotada é colocar o material em tambores e caixas metálicas e guardá-los em depósitos, aguardando um destino final. Outras soluções, mais definitivas, sugerem o alijamento em alto-mar, após colocados em recipientes de aço, ou armazenamento em *containers* duplos, resfriamento, e colocação em depósitos de cimento. Tecnologia mais moderna, ainda em fase de aperfeiçoamento, preconiza que os rejeitos de alto nível de radiação sejam vitrificados e colocados em *containers* de aço.

No Brasil, para solucionar o problema de Goiânia, optou-se por colocá-los em recipientes e guardá-los juntos, ao nível do solo, num tijolo de concreto. Segundo o projeto, o local vai ser coberto de terra e ter árvores plantadas, exigência ambiental para a sua construção.

Uma lição pelo menos pode ser aprendida, como resultado final dos debates a respeito, tanto do lixo hospitalar, quanto dos rejeitos radioativos de Goiânia: maior perigo que qualquer tipo de contaminação é a ignorância sobre seus riscos para a vida.

O Desperdício

O desperdício, nas suas mais diversas e variadas manifestações, é uma forma de agressão ao meio ambiente, na medida em que se consome além do necessário e se joga fora aquilo que ainda poderia ser útil. Tal fato gera, entre outras implicações, o consumo exagerado de matérias-primas e de energia, a elevação dos custos de produção, e o desequilíbrio no atendimento a pessoas necessitadas. No Brasil, onde o índice de desperdício é um dos maiores do mundo, perdem-se anualmente cerca de US\$ 40 bilhões, cifra que poderia ter destinações mais nobres em prol do desenvolvimento do País.

Os setores da economia nacional que mais desperdiçam são os da infraestrutura,¹¹ dos serviços, da construção civil e da agricultura. Nos setores de fornecimento de água, energia elétrica ou gás para uso doméstico, milhões de quilowatts de energia se perdem por inadequação de motores e falta de rendimento de eletrodomésticos, já que a fabricação de muitos deles não atende a especificações técnicas rigorosas. Nos transportes, os carros brasileiros consomem 60% mais combustível que os japoneses ou europeus. Na construção civil, do material que entra nas obras, 20% saem em forma de entulho — um índice elevado em relação aos países do

10. High level waste.

11. Energia, transporte e telecomunicações.

Primeiro Mundo, e que importa em perda de capital, mão-de-obra e insumos, além de aumentar o lixo e a necessidade de matéria-prima, caracterizando grave agressão ao meio ambiente. Na agricultura, cerca de 30% de tudo que é produzido não chega à mesa do consumidor. Nos campos, nos armazéns, nos caminhões de transporte, nos mercados atacadistas e de varejo, grande parte dos produtos alimentícios é desprezada, por incerteza nos mecanismos de escoamento, e embalagens inadequadas. Por outro lado, o mecanismo de preços faz com que o produtor perca o interesse em armazenar, processar e distribuir os alimentos de forma racional.

Por falha na educação, no Brasil é pouco nobre economizar, poupar ou reaproveitar. Assim, além dos problemas apresentados, nas residências, empresas e repartições públicas, há um consumo exagerado de água, vazamentos que demoram a ser consertados e lâmpadas e aparelhos elétricos ligados desnecessariamente, entre outros desperdícios. Como se pode ver, educar a população, conscientizando-a quanto ao uso racional dos recursos disponíveis é, também, uma forma de contribuir para conservar o meio ambiente mais saudável.

O AR

A vida na Terra depende diretamente do ar, pois todo e qualquer ser vivo

necessita do seu principal componente, o oxigênio, para viver. Daí a importância de o termos limpo, sem impurezas. Entretanto, a qualidade do ar que se respira vem decaendo a cada dia, sobretudo nos grandes centros urbanos, mercê de vários fatores.

Nos últimos anos, o consumo de energia tem aumentado na proporção direta do desenvolvimento industrial. Na maior parte do mundo para produzir a utilizam-se os combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural) que se tornaram os principais poluidores do ar. As chaminés das indústrias e o escapamento dos veículos automotores lançam no ar monóxido de carbono (CO), dióxido de carbono (CO₂), chumbo e diversos compostos de enxofre, cloro e nitrogênio. Nas grandes cidades, acredita-se que cerca de "60% da poluição atmosférica provêm dos automóveis".¹²

Contribuem, igualmente, para poluir o ar as queimadas, os grandes incêndios em navios petrolíferos, ou em poços petrolíferos, e a queima do lixo, emissores que são de gases e partículas poluentes.

Os efeitos mais diretos da concentração desses poluentes na atmosfera, entre outros, são conhecidos como "efeito estufa", "chuva ácida" e "destruição da camada de ozônio".

12. Roger Dajoz — *Ecologia geral*, 4^a edição, pág. 440.

Efeito estufa

O efeito estufa resulta da concentração de vários gases-estufa, entre eles o dióxido de carbono (CO_2), o metano (CH_4), o clorofluorcarbono (CFC) e o óxido nitroso, que, à semelhança das paredes de vidro de uma estufa de cultivo de plantas, permite que a radiação solar incidente atravesse a atmosfera, mas impede a dissipação da energia térmica refletida, ou irradiada, pela superfície terrestre.

O CO_2 e o óxido nitroso são gases resultantes principalmente da queima de combustíveis fósseis, de madeiras e de seus derivados. O metano, ou gás natural, em sua maior parte, é lançado na atmosfera pela decomposição de matérias orgânicas em ambientes pobres em oxigênio, como pântanos, lamaçais e aterros sanitários. Os CFC são gases produzidos industrialmente, e resultam da combinação de carbono, cloro e flúor. Dependendo do número de átomos de flúor e de cloro, podem ser fabricados diversos CFC, dos quais os mais importantes comercialmente são os CFC 11 e 12. Por serem gases atóxicos, inertes e estáveis, os CFC têm larga aplicação industrial, como gás de refrigeração, propelente de aerossol, agente espumante para plásticos e agente de limpeza para circuitos de computador, entre outros usos. O sucateamento de geladeiras e condicionadores de ar, assim como a destruição de embalagens de isopor e o acionamento de um spray, liberam CFC

para a atmosfera.

A concentração desses gases em determinado nível é natural e desejável, uma vez que a temperatura da Terra precisa ser mantida num patamar adequado à vida no planeta. Todavia, o aumento da sua presença resulta no aquecimento anormal da atmosfera. Estudos indicam o CO_2 como o principal causador do efeito estufa.

Cientistas acreditam que, decorrente disso, a temperatura média da Terra continuará aumentando, como vem ocorrendo nos últimos cem anos, período em que houve um incremento de cerca de 0,3 a 0,6°C.¹³ A serem confirmadas essas previsões, ocorrerão mudanças climáticas, com efeitos catastróficos. Por exemplo: os mares poderão subir dois metros ou mais, inundando áreas costeiras, à medida que o gelo polar derreta e a água mais quente se expanda; o interior dos continentes pode secar, devido à crescente evaporação; é possível o aumento da incidência de doenças típicas de verão, tais como hepatite B, dengue, cólera e disenteria; danos à fauna e flora, terrestre e aquática, haverão de ser provocados.

Embora haja opiniões divergentes quanto às causas do aquecimento global, a tendência entre pesquisadores é acreditar que a elevação da temperatura verificada nos últimos anos é resultante da ação poluente do homem.

13. Na década de 1980 ocorreram os cinco anos mais quentes do período.

Ao contrário do que se procura fazer crer, sabe-se hoje que os principais culpados pelo lançamento de gases poluentes na atmosfera são os países do Primeiro Mundo. O Brasil é responsável por apenas 5% da emissão de CO₂ em todo o mundo, a maior parte proveniente de queimadas, eis que aqui é pequena a queima de combustíveis fósseis.

No Brasil, especialmente na cidade de São Paulo, a poluição do ar é sentida de forma direta, através da chamada inversão térmica, caracterizada pela presença de uma camada de ar mais quente acima de camada mais fria. Esse encontro de diferentes temperaturas reduz o volume do ar e concentra os poluentes, diminuindo, drasticamente, sua dispersão. A população que vive na metrópole sente, de modo inconfundível, quando ela ocorre: diante da expressa névoa que cobre viadutos e avenidas, os olhos ardem, sente-se o "cheiro do ar", e a cabeça "pesa".

Chuva ácida

Outro efeito resultante da poluição do ar é a chuva ácida.

O fenômeno não é novo. O termo surgiu no final do século passado na Inglaterra. Ela é provocada, principalmente, pela emissão exagerada de gases industriais ou de motores de combustão interna, os quais conduzem micropartículas tendo, em sua com-

posição, substâncias como o anidrido sulfuroso (SO₂), hidrocarbonetos (H_nC_m), óxidos de nitrogênio, sulfatos e chumbo. "Em condições apropriadas, o dióxido de enxofre e os óxidos de nitrogênio são transformados em ácidos nítrico e sulfúrico, que acabam descendo até o solo, ou caem na chuva, enfraquecendo árvores, acidificando lagos, deixando tudo estéril."¹⁴ Além disso, pode causar queda na produção agrícola, corrosão de monumentos históricos e edifícios e, o que é mais grave, danos à saúde humana. Em determinadas circunstâncias, pode provocar a morte de idosos e crianças.

A chuva ácida só é percebida quando suas consequências se fazem sentir. Ela é incolor, insípida e inodora, diferente do poluente tradicional.

Outra característica maligna que possui, refere-se ao fato de que ela pode ocorrer longe da fonte poluidora — é o efeito transfronteiriço.

Redução da camada de ozônio

"Provavelmente o melhor exemplo da natureza global da nova poluição é a redução da camada de ozônio."¹⁵ O zônio (O₃) é uma molécula em que três átomos de oxigênio estão ligados. Forma-se na estratosfera, de 25 a 50km de altura, quando a intensa radiação solar ultravioleta rompe as moléculas comuns de

14. Bill McKibben — *O fim da natureza*, pág. 45.

15. Idem, pág. 46.

oxigênio (O_2) nos dois átomos que as constituem. Quando isso acontece, a maioria desses átomos simplesmente se recombina como O_2 , mas alguns se juntam em três e outros aderem às moléculas de O_2 , em ambos os casos formando ozônio. Este, por sua vez, absorve a radiação ultravioleta. Essa radiação o rompe, formando O_2 e O ; e o ciclo continua, com todos os elementos em equilíbrio na atmosfera, grande parte da radiação ultravioleta sendo absorvida.¹⁶

A preocupação com a destruição da camada de ozônio começou no início dos anos 80, após terem sido observadas alterações na composição da atmosfera, mais precisamente na estratosfera. As observações indicaram uma redução da concentração de ozônio sobre os pólos da Terra¹⁷ durante determinados períodos do ano, coincidentes, basicamente, com a primavera polar.

A pesquisa que se seguiu descobriu que as causas residiam nas emissões de determinadas substâncias químicas liberadas por indústrias, como os CFC, os halóides, usados como extintores de incêndio, o metilclorofórmio e o tetracloreto de carbono — os dois últimos utilizados como solventes. Tais subs-

tâncias, quando alcançam a estratosfera e em presença de raios solares, reagem com o ozônio transformando-o em oxigênio.

O ozônio existente na troposfera (0 ~ 3 km de altitude), além de contribuir para aumentar o efeito estufa, contribui para poluir o ar, na medida em que os efeitos de sua presença são sentidos tanto pelo homem,¹⁸ como pelas plantas e animais. Ultimamente, tem sido constatada considerável elevação de sua concentração nessa camada, como "resultado de processos de combustão e reações secundárias na atmosfera".¹⁹

Nas grandes regiões urbanas, o excesso de ozônio deve-se, principalmente, à queima de combustíveis fósseis, enquanto nas áreas rurais, a queima de biomassa.

Poluições sonora, radioativa e espacial

No âmbito da atmosfera, merecem destaque ainda, como prejudiciais ao meio ambiente, as poluições sonora, radioativa e espacial.

"O barulho é um fenômeno que não pode ser definido com precisão, pois o

16. Felizmente já que o excesso, especialmente de radiação ultravioleta B (UV-B) pode danificar células vegetais e animais, causando nas pessoas câncer de pele e lesões nos olhos, além de matar muitos organismos menores e mais sensíveis.

17. Dai o nome de "buraco de ozônio", em realidade várias falhas, como um tecido róto, que deixa passar a radiação ultravioleta do sol.

18. Irritação nos olhos, nariz, garganta e envelhecimento prematuro do tecido pulmonar.

19. Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CIMA). *Subsídios técnicos para elaboração do relatório nacional do Brasil para a CNUMAD*, pág. 117.

efecto incômodo que produz afeta de forma diversa cada indivíduo.²⁰ Mesmo assim, sem dúvida, um ruído pouco mais elevado é capaz de irritar qualquer ser humano normal.

Da neurose a curto prazo à surdez a longo prazo, os efeitos da poluição sonora na qualidade de vida incluem o comprometimento do sono.²¹ Pessoas que dormem mal são mais agitadas, agressivas e têm menor capacidade de concentração, o que prejudica seu rendimento no trabalho, no estudo ou em qualquer atividade que exija atenção profunda. Além disso, pode provocar distúrbios no sistema nervoso, associados a estreitamentos de vasos sanguíneos, perturbações do sistema de irrigação sanguínea da pele e alterações do metabolismo, com elevação da taxa de colesterol, por exemplo. A insônia é um produto típico do efeito cumulativo das fontes de ruído.

Nas grandes metrópoles, as fontes mais comuns de poluição sonora são os veículos automotores, a construção civil e, nas proximidades de locais específicos, os aviões, que emitem ruídos muitas vezes insuportáveis a pequenas distâncias.

Para evitar danos prejudiciais à saúde humana, existem medidores de inten-

sidade do som, os decibelímetros,²² e legislação firmada a respeito.

Quanto à poluição radioativa, ela "pode se fazer em consequência da precipitação causada pelas explosões nucleares, ou pelos resíduos da indústria atômica, dos quais até hoje não sabemos como nos desfazer".²³

Uma questão que tem suscitado discussões refere-se ao perigo que representam as usinas nucleares. Os acidentes ocorridos em Three Mile Island, nos EUA, e em Tchernobyl, na ex-URSS, chamaram a atenção para a possibilidade de ocorrência de catástrofes provocadas por esse tipo de instalação nuclear. Os acidentes aconteceram, conforme ficou comprovado, em decorrência do baixo nível de segurança e de erros humanos cometidos. Mas acidentes dessa natureza são passíveis de ocorrer também motivados pela corrosão natural sofrida pelo material, bem como por sua fadiga, após determinado tempo de uso.

Não obstante, apesar de todo o temor causado pela radioatividade, alguns cientistas acreditam que as usinas nucleares causam menos danos ao meio ambiente do que o carvão e o petróleo. Haja vista que os EUA operam usinas e reatores desde a Segunda Guerra Mundial com uma margem de segurança

20. Hans Liebmann — *Terra, um planeta inhabitável. Da antiguidade até os nossos dias, toda a trajetória poluidora da humanidade*, pág. 66.

21. A partir de 50 db, o barulho encurta os ciclos e impede o sono profundo, responsável pelo descanso do corpo e da mente.

22. A unidade de medida da intensidade do som é o decibel.

23. Roger Dajoz — *Ecologia geral*, 4^a edição, pág. 449.

muito boa. Além disso, novos modelos de reatores, mais simples e mais seguros, estão sendo projetados para substituir os atuais.

É verdade que a ocorrência de desastres não pode ser descartada. Entretanto essa possibilidade não deve servir de argumento para obstar o curso do desenvolvimento e a auto-afirmação do País perante a opinião pública internacional. O que é preciso é propor, e colocar em execução, medidas para prevenir e evitar que acidentes ocorram. Entre elas, a conscientização da população, através da educação e da informação, o cumprimento das normas de segurança e o emprego de tecnologias adequadas.

Um fato pouco comentado na literatura ambiental e pela mídia refere-se à poluição espacial por detritos e elementos radioativos. Os satélites são projetados para que, ao final de sua vida útil, sejam desintegrados na alta atmosfera e a parte que contém o reator nuclear — para produção de energia — seja lançada para uma órbita circular mais elevada, acima de mil quilômetros, onde deve permanecer por um período superior a 600 anos, tempo suficiente para que os produtos fissionados se esgotem completamente antes de sua reentrada na atmosfera terrestre. Todavia, por falhas e panes diversas, acidentes têm ocorrido, e alguns satélites portadores de material radioativo atingiram a superfície terrestre, provocando alarme nuclear e preocupação por parte de organismos internacionais.

Pesquisas recentes mostram que o recurso da mudança de trajetória não anula a probabilidade de os detritos espaciais, hoje estimados em milhares de partículas, estilhaçarem o reator, provocando rápida queda de órbita e fazendo cair fragmentos altamente radioativos sobre a Terra.

A ÁGUA

A água constitui 2/3 do corpo humano. Ela é fundamental para a vida na Terra, sendo necessário que exista elevada quantidade em condições de ser consumida. Atualmente, está se tornando cada vez mais difícil encontrá-la pura na natureza, afetada que está por diferentes formas de poluição.

Sabe-se que cerca de 80% de todas as doenças conhecidas relacionam-se com o controle inadequado dos recursos hídricos,²⁴ e que o crescimento demográfico tornou deficitário o fornecimento de água potável e de instalações sanitárias para a grande massa populacional do mundo.

Estudos indicam que, a nível mundial, as reservas de água estão diminuindo, mormente nos países do Oriente Médio, o que pode indicar que as guerras pela água poderão substituir os conflitos ideo-

24. Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CIMA). *Subsídios técnicos para elaboração do relatório nacional do Brasil para a CNUMAD*, pág. 122

lógicos, religiosos ou econômicos de hoje. Mesmo nos EUA, tidos como modelo de agricultura desenvolvida, algumas regiões estão sofrendo escassez de água subterrânea, provocada por longos anos de uso indiscriminado para irrigação.

Poluição dos rios e águas subterrâneas

"A poluição hidrica provém de três fontes principais: efluentes domésticos, industriais e agrícolas."²⁵

O esgoto doméstico produzido nas grandes concentrações urbanas, não raras vezes é lançado *in natura* nos rios, poluindo-os. Por sua quantidade e contínuidade, a natureza não consegue realizar a autodepuração da água, tornando a poluição perene.

Os produtos orgânicos e resíduos químicos produzidos pelas indústrias contêm diversos tipos de metais pesados e substâncias químicas que podem causar as mais variadas formas de câncer e outras doenças. Via de regra, lançados diretamente nos rios, contamina-os igualmente.

Em face da importância dada pela imprensa brasileira, merece destaque a poluição provocada pelo mercúrio. Substância química normalmente utilizada pela indústria, o mercúrio é usado, indis-

criminadamente, nos garimpos, no processo tecnologicamente obsoleto de amalgamação do ouro, colocando em risco os rios da Bacia Amazônica, onde a concentração de garimpeiros é maior.

O contato direto do mercúrio com a pele ou, mesmo, sua ingestão, não prejudica a saúde humana. O problema ocorre quando o mercúrio é aspirado, em forma de vapor, ou quando há ingestão de peixes contaminados.

Parte do mercúrio usado nos garimpos transforma-se em vapor. Inalado pelo manipulador, entra na corrente sanguínea através dos pulmões, chega aos rins e aloja-se no sistema nervoso central. Uma vez ali instalado, ele leva muito tempo para ser excretado pelo organismo. A intoxicação causa vômitos, degeneração das mucosas, disfunções motoras e paralisia, podendo até matar.

Assim como sobe, em forma de vapor, com as chuvas o mercúrio volta para o solo acentuadamente mais tóxico, pois bactérias presentes na natureza transformam o metal no metilmercúrio. Inevitavelmente, porções da substância são lançadas diretamente nos rios e, através da respiração, os peixes fixam o veneno nas partes gordurosas de sua carne. Quando o peixe é consumido pelo homem, o veneno encontra-se mais potente, devido à sua característica de concentrar-se mais a cada etapa do ciclo de contaminação.

O exemplo de intoxicação mais citado na literatura ficou conhecido como *catastrofe de Minamata*, ocorrido no

25. Laurence Pringle — *Ecologia, a ciência da sobrevivência*, pág. 158.

Japão, na década de 1950, quando o total de mortos e crianças nascidas defeituosas ultrapassou algumas centenas.

Os rios representam fontes de captação de água das mais importantes para o abastecimento de água potável, irrigação de lavouras, e reservatório de recursos pesqueiros, especialmente para as populações interioranas. Em função do desflorestamento e do uso inadequado da terra, a erosão do solo e o assoreamento das margens vêm aterrando os rios, diminuindo a capacidade dos reservatórios dos sistemas de abastecimento e de irrigação, além de prejudicar a vida dos peixes, em razão da redução da sua profundidade.

A destruição da vegetação acarreta, ainda, a secagem de áreas úmidas, como mangues, lagos, estuários e pantanais, as quais, além da importância ambiental, biológica e ecológica, evidenciam importante valor sócio-econômico, como fornecedoras de alimentos, fibras e combustíveis. Além do mais, os alagados desempenham relevante papel na retenção da água, evitando as inundações.

O resultado inevitável do descaso com os mananciais responsáveis pelo abastecimento de água das grandes cidades brasileiras será a falta de recursos hídricos. Estudos indicam que, em meados do próximo século, a continuar a ausência de atenção e cuidados, as fontes próximas a grandes concentrações urbanas estarão inutilizadas, fundamentalmente pelo despejo, sem tratamento, de esgotos domésticos e

industriais. Assim, poderemos chegar ao paradoxo de ser preciso recorrer ao tratamento de esgoto para torná-lo potável.

Vale acrescentar que o lixo de diversas origens também contribui para a poluição dos rios. Lançado diretamente ou conduzido pela água da chuva, pode ainda contaminar a água subterrânea, principalmente quando pouco profunda, já que a maioria dos detritos é depositada ao ar livre, sobretudo na periferia das grandes cidades.

O uso das águas subterrâneas profundas (de 100 a 1.000 metros de profundidade), para abastecimento deve-se à sua excelente qualidade e, dispensando o tratamento convencional dado às águas de superfície, ao menor custo de obtenção. No Brasil, a falta de legislação específica que discipline a perfuração de poços e a extração da água em regiões de alta demanda e em grandes centros urbanos e industriais causa dois efeitos maléficos: o rebaixamento do nível da água, em função da exploração acima da capacidade de recarga dos lençóis aquíferos, e a poluição, por falta de proteção sanitária dos poços, disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos e industriais, além do emprego abusivo de agrotóxicos. No Japão, "pesquisas recentes comprovam que mesmo as águas subterrâneas profundas vêm sofrendo os efeitos da poluição".²⁶

26. Junko Nakanishi — *Inotti no mizu* (Água, fonte da vida), pág. 3

Em 1974, um estudo publicado nos EUA, conhecido como *Harris Report*, revelou ao mundo que "numa região em que se bebia água encanada tratada com cloro, a taxa de mortalidade era 33/10.000 superior à de outra, onde a água tomada pela população era proveniente do subsolo".²⁷

Estudos mais detalhados mostraram que o clorofórmio, presente na água tratada, é substância cancerígena e origina-se da reação do cloro com os produtos orgânicos existentes na água, por ocasião do tratamento. Tal relatório não teve a divulgação necessária, em virtude dos elevados gastos que adviriam da substituição do cloro por outros processos de tratamento de água.

Poluição dos mares

Como os rios vão desaguar nos mares, um rio poluído fatalmente contamina o mar. Estudos revelam que não é correto supor que a água salgada seja capaz de decompor componentes de esgotos, melhor e mais rapidamente do que a água doce.

A poluição dos mares, que não ocorre apenas nas proximidades do litoral, pode ser provocada, também, pelo lançamento clandestino de restos de óleo, produtos tóxicos e lixo atômico. Esse tipo de poluição prejudica tanto o aproveitamento

das praias, para atividades recreativas e turismo, quanto a pesca e a dessalinização, para suprimento de água potável.

A contaminação dos mares é um fenômeno de amplitude mundial. O maior indicador desse fato é a queda da produção pesqueira em diversas partes do mundo, inclusive no litoral brasileiro.

Pesquisas comprovam que, nas proximidades de grandes concentrações urbanas, as praias marítimas estão poluídas com bactérias intestinais humanas até uma distância de 300 metros mar a dentro. Além dos coliformes fecais, são lançados no mar, diariamente, toneladas de detritos, lixo e inseticidas. Dessa forma, os organismos existentes no mar já não mais conseguem assimilar os resíduos líquidos e sólidos despejados no litoral.

Outro fator importante de contaminação dos mares provém do lançamento de produtos residuais líquidos e sólidos efetuados por navios de carga, contendo substâncias altamente tóxicas, como mercúrio e chumbo. Não bastasse isso, nos últimos tempos vem ocorrendo o alijamento de rejeitos radioativos, os quais, depois de colocados em tonéis de concreto, são lançados em alto-mar, dentro de recipientes de aço, na esperança de que nele permaneçam, mesmo quando seus receptáculos acabem destruídos pela corrosão natural.

Para o observador leigo, a poluição dos mares é mais palpável quando ele nota manchas de óleo na superfície. Ao

27. *Idem*, pág. 16.

contrário do que imagina, a maior parte do petróleo derramado nas águas do mar não provém de acidentes ocorridos com petroleiros. Pior que isso são as pequenas quantidades de óleo, pouco perceptíveis, que são despejadas nos mares pela frota mundial de petroleiros, seja pelo despejo da chamada água de lastro, contida nos tanques de petróleo do navio, seja por ocasião de sua limpeza rotineira, ao submetê-lo à manutenção em estaleiros, ou quando a embarcação está em processo de carregamento.

Se somarmos a tudo isso os sinistros ocorridos com grandes petroleiros, o óleo que se perde durante a exploração nos poços marítimos e os oleodutos defeituosos, chegaremos a um volume considerável de petróleo poluindo os mares.

Não se pode deixar de levar em conta, por fim, derramamentos voluntariamente provocados, como os ocorridos durante a recente Guerra do Golfo, onde foram espalhados cerca de 1 milhão de barris de petróleo, quatro vezes mais que o vazamento do petróleo Exxon Valdez, ocorrido em 1989, no Alasca.

As camadas de óleo que permanecem flutuando na superfície do mar sofrem lenta degradação biológica e, enquanto isso ocorre, as manchas se dispersam, por força de ventos e correntes marítimas, alargando seus efeitos danosos.

A delicada cadeia ecológica marinha é a primeira vítima de um derramamento de petróleo no mar. O fitoplâncton, minúsculo organismo na base dessa cadeia,

acaba impregnado pelo óleo, sendo ingerido pelos denominados animais filtradores, os corais por exemplo, sensíveis a qualquer mudança ambiental. Os corais morrem contaminados pelo óleo. Há peixes que se alimentam de corais e que, por sua vez, são consumidos por outros peixes, provocando o rompimento da cadeia alimentar, necessária à manutenção da vida marinha.

Outro fator de mortalidade de fauna marinha é a falta de oxigenação decorrente, visto que a camada de óleo na superfície impossibilita a troca de gases entre a água e o ar. Também o plâncton vegetal, principal responsável pelo suprimento de oxigênio da atmosfera, contaminado pelo óleo torna-se pesado e deposita-se no fundo do mar, transformando-se em alimento venenoso para outras espécies.

Embora o ecossistema consiga recuperar-se a médio e longo prazos, as consequências imediatas são irreversíveis: peixes, mamíferos e aves são atingidos diretamente, e morrem.

TECNOLOGIA AMBIENTAL

Tendo em vista as pressões exercidas pela sociedade, pesquisas vêm sendo realizadas a fim de evitar, ou pelo menos reduzir, os efeitos prejudiciais ao meio ambiente. Grandes indústrias e empresas chegaram à conclusão de que se torna menos dispendioso investir em pesquisas, equipamentos e mão-de-obra

para prevenir prováveis desastres ecológicos, do que ter de arcar com os pesados ônus de reparações e indenizações a possíveis vítimas..

No final dos anos 60 e durante a década de 70, a Ecologia começou a ser tratada, a nível teórico-científico, nos países desenvolvidos, sem chegar ao Terceiro Mundo. Nos últimos anos, entretanto, a chamada universalização dos problemas ambientais, passou a ser considerada, já que o efeito estufa, a chuva ácida, a contaminação da água, a poluição do ar, entre tantas outras questões, atinge a todos indistintamente, individual ou coletivamente, quer sejam pobres ou ricos. E hoje já existe instalada uma indústria de preservação ambiental, tendo atrás de si toda uma infra-estrutura de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de novos processos, equipamentos e mão-de-obra especializada.

"O avanço científico e tecnológico vem sendo incorporado ao setor produtivo, com vantagens para o meio ambiente, segundo três vertentes: desenvolvimento industrial de alta tecnologia; utilização do conhecimento pela estrutura produtiva existente; e aparecimento de empreendimentos cujo 'negócio' seja a melhoria do meio ambiente."²⁸

A alta tecnologia proporcionou o aparecimento de indústrias limpas na base de um crescimento econômico mais equilibrado e ambientalmente integrado. Suas características, no entanto, são

um desafio para os países do Terceiro Mundo, por requererem elevados investimentos em P&D, inclusive em pessoal qualificado.

A segunda vertente revela que a pequena utilização de conhecimentos tecnológicos gera deficiências no gerenciamento da produção. A atualidade requer inovações na própria gestão da tecnologia. Mas a nova filosofia de gestão pela qualidade e produtividade, integrada à visão ambiental, ainda é muito pouco praticada.

No Brasil, os ganhos que se vislumbram pela sua adoção são assombrosos, tanto do ponto-de-vista econômico e social, como ambiental. As economias surgidas com o gerenciamento da produção, notadamente no contexto do "controle de qualidade total (CQT)", ascendem de 10% a 40% do faturamento da fábrica, o que prova sua relevância.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o uso do conhecimento pela estrutura produtiva existente possibilita o sucesso da gestão de uma empresa, sem que seus ganhos ocorram em detrimento de outros, adversários ou perdedores.

A terceira vertente constata que há um grande mercado para atividades e empreendimentos diretamente relacionados com o meio ambiente. Exemplos típicos são a reciclagem do lixo, o aproveitamento de resíduos e a redução do desperdício.

Para esse tipo de empresa, é necessário motivar empreendedores que consigam mobilizar pessoas e instituições.

28. CIMA — *Subsídios técnicos para elaboração do relatório nacional do Brasil para o CNUMAD*, pág. 139.

Tecnologias apropriadas oferecem oportunidades para otimizações regionais. Desenvolvidas ao longo do tempo, elas absorvem a tradição cultural do meio em que se inserem, oferecem uma base empírica para a compreensão dos problemas, favorecem o aparecimento de empreendedores, e são passíveis de renovação, pelo conhecimento científico e por uma racionalização capaz de produzir bons resultados. Dois exemplos brasileiros podem ser citados: a indústria siderúrgica a carvão vegetal e o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL).

Em cerca de duas ou três décadas, a eficiência das siderúrgicas a carvão vegetal pôde ser descoberta. Consequente de um maior esforço tecnológico e da percepção do caráter global do problema, abrangendo desde a semente de árvores até o forno, passando pela floresta e o carvoejamento e pela utilização siderúrgica do carvão, resultados excepcionais vêm sendo alcançados. Na área siderúrgica propriamente dita, foi introduzida uma série de inovações, como o aumento da capacidade do alto forno, injeção de finos, pré-redução e recuperação do alcatrão, que resultaram da integração das empresas com universidades e centros de pesquisa, mostrando um potencial (institucional) pouco explorado, mas promissor. Mesmo assim, entretanto, as questões econômica e ambiental requerem uma formulação mais adequada: grande parte do carvão vegetal ainda provém de matas

nativas e o setor sofre grande instabilidade, o que dificulta a formulação de políticas de longo prazo.

Outro exemplo brasileiro de tecnologia apropriada é o PROÁLCOOL. Inovações tecnológicas constantes, resultado principalmente de pesquisas na área de biotecnologia, têm proporcionado um aumento de produtividade considerável, ao lado do aproveitamento de subprodutos, antes tidos como poluentes altamente indesejáveis, como o bagaço, para produção de energia, e o vinhoto, como fertilizante.

O esforço de desenvolvimento tecnológico é indispensável. Ele comporta, como componentes, a transferência de tecnologia, a gestão dessa tecnologia transferida, e a existência de recursos financeiros necessários à implementação da política ecológica.

No que tange à transferência de tecnologia limpa, sob o ponto-de-vista ambiental, a questão é sumamente complexa, a começar pela reticência das grandes multinacionais em abrir mão de patentes adquiridas após muita pesquisa e vultosos investimentos. A fim de que os países em desenvolvimento possam ter acesso a elas, diversas propostas foram feitas nos foros internacionais competentes. Dentre elas, cabe destacar a que se refere à facilitação da transferência em condições financeiras favoráveis, sem deixar de considerar os direitos de propriedade, assim como uma remuneração ao inventor que justifique a continuação das pesquisas, com vistas ao binômio P&D.

Considerando a viabilidade desse acesso facilitado e do financiamento em condições favoráveis, será necessário reforçar a capacidade²⁹ interna dos países em desenvolvimento, a fim de que possam adotar políticas apropriadas para avaliar as tecnologias disponíveis e optar pela que melhor corresponda às suas necessidades. Numa fase posterior, é importante que o país esteja apto a modificar e adaptar determinada tecnologia às condições locais, utilizá-la eficientemente e garantir sua manutenção. Para tanto, é necessária a prestação de assistência técnica adequada ao adquirente e, na maioria dos casos, essa assistência é concedida mediante determinadas condições, que vão desde a obrigatoriedade da aquisição de equipamentos específicos, até a entrega de obras a empreiteiras do país "doador". Será, ainda, necessária a melhoria dos recursos humanos, bem como a existência de infra-estrutura, como escolas, material e laboratórios.

Seja como for, a transferência de tecnologia ecológica mais sofisticada aos países em desenvolvimento depende, fundamentalmente, da obtenção de recursos financeiros, além da boa vontade dos detentores das patentes em cedê-las, mesmo mediante indenização. Promessas de financiamento para abertura de créditos, criação de "fundos" especia-

lizados não faltam. O que falta é disposição de torná-las efetivas.

Reconhece-se que, para obtenção de recursos, transferência de tecnologia e prestação de assistência técnica, é indispensável que haja a segurança de que eles serão utilizados honestamente pelos países em desenvolvimento. Infelizmente, exemplos no passado de mal-versação de dotações, concedidas por organizações internacionais para fins de desenvolvimento ou sociais, têm criado um clima de desconfiança nos poucos países realmente empenhados em dar uma colaboração desinteressada ao menos favorecidos.

Recentemente, em Rotterdam, Holanda, ocorreu uma reunião com cerca de 700 empresários para tratar do assunto "desenvolvimento sustentável", dentro da visão de que crescimento sustentável é aquele capaz de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades. Verifica-se dessa reunião que, hoje em dia, não se discute mais a necessidade de crescer, mas as formas de fazê-lo e em quanto tempo. Igualmente foi possível depreender algumas lições.

A primeira é que o controle da poluição deixou de ser uma cruzada de militantes e políticos para ser *hard business* — negócio sério, com muito dinheiro a ganhar. A indústria não só está investindo pesado no setor como já o transformou na atividade que mais cresce no mundo.

29. Por capacidade entende-se a faculdade de o país beneficiado avaliar, apreciar, absorver e explorar as tecnologias disponíveis.

A segunda foi sobre a globalidade das regras de segurança. Os recentes acidentes ocorridos no mundo, como a da Union Carbide, na Índia, e a do petroleiro Exxon Valdez, no Alasca, provaram que o custo de um programa de prevenção de acidentes ecológicos é infinitamente menor que os bilhões de dólares gastos com indenizações às vítimas.

Finalmente, a lição do diálogo. Hoje, são as empresas que procuram as organizações conservacionistas e as autoridades governamentais para discutir as regras de segurança e políticas de preservação do meio ambiente. Há troca de informações e de experiências, e até se formam cooperativas para oferecer gratuitamente tecnologias limpas aos interessados, como a liderada pela canadense North Telecom para ensinar a lidar com solventes sem poluir. E os interlocutores não empresariais nada têm a ver com os militantes *hippies* da década passada, cabeludos de *blue jeans*. São engenheiros, físicos, químicos, pessoas que entendem tanto de tecnologia como os funcionários da empresa.

Estima-se que, muito em breve, só serão comprados, no mercado mundial, produtos fabricados por processos não poluidores. Em outras palavras, na condição internacional, tecnologia limpa deverá ser, a curto prazo, importante vantagem relativa e fator de exclusão do mercado.

A verdade é que se fazem necessárias várias mudanças de concepção. As exi-

gências de controle da poluição não têm apenas impulsionado avanços tecnológicos, redução de custos sociais, otimização de níveis de atividade produtiva e melhoria de qualidade de vida. Elas constituem, uma atividade econômica como outra qualquer, gerando empregos e renda. A questão fundamental é a mudança dos padrões de produção e de consumo, bem assim no modo de vida, o que será conseguido através de educação ambiental, para que se adquira consciência ecológica. Como corolário, é possível preverem-se consequências imediatas, tais como: a necessidade de as empresas adaptarem-se à nova realidade, no que se refere ao controle da poluição; a criação de cursos, nos níveis médio e superior, de formação ambiental; e a necessidade de maiores investimentos em P&D, tanto do setor público quanto do privado, para que o país não fique dependente do mercado internacional.

A QUESTÃO AMBIENTAL

Antecedentes

A despeito de as preocupações com o meio ambiente serem antigas, a necessidade de firmar-se uma legislação sobre agressões ambientais somente surgiu quando, no início da segunda metade deste século, o governo da Inglaterra observou o aumento de contaminação provocada pelas descargas de óleo nos mares. Esse fato fez-lo convocar a conferência internacional de 1954. A

Convenção dela decorrente representou um marco importante, não só no campo da poluição do mar, mas dentro do contexto mais amplo da proteção do meio ambiente, firmada numa época em que as questões ambientais apenas começavam a aflorar.

Com o incremento dos casos de agressão ao ecossistema marítimo, novas reuniões foram realizadas, sendo a Convenção de 1954 revista e atualizada diversas vezes, buscando alcançar maior abrangência, o que foi sendo conquistado com as convenções de 1962, 1971 e 1973, e culminando com a Convenção sobre o Direito do Mar, de 1982, documento hierarquicamente mais importante nessa área. É relevante assinalar que o enfoque dessa última, em particular quanto à proteção e preservação do meio ambiente, é a prevenção, redução e controle da poluição, defendendo que os países devem tomar as medidas necessárias para garantir que as atividades sob sua jurisdição ou controle não causem prejuízos ou danos a outros Estados.

Conferência de Estocolmo

A percepção da vulnerabilidade dos sistemas ecológicos, cujas manifestações mais eloquentes eram o aumento dos níveis de poluição transfronteiriça e a ocorrência de desastres, como o vazamento do navio-petroleiro *Torrey Canyon*³⁰ e a catástrofe de Minamata, fez

com que os países desenvolvidos estimulassem a cooperação internacional, com vistas a limitar e, se possível, eliminar a deterioração do meio ambiente.

Como resultado, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) decidiu convocar uma conferência internacional, onde procurar-se-ia "estimular a cooperação internacional para o equacionamento e a solução de questões ambientais, sempre entendidas como poluição do ar, da água e do solo derivada da industrialização, acentuada pelo crescimento demográfico e pelo incremento da urbanização que afetam o bem-estar do homem, e para fornecer instrumentos que permitissem aos países em desenvolvimento evitar esses males, que ainda não os haviam atingido".³¹

A Conferência de Estocolmo, como ficou conhecida, por ter sido realizada na capital da Suécia, em 1972, "gerou frutos importantes e inovadores, dentre os quais todo um arcabouço institucional para o tratamento do tema ambiental, tanto na esfera internacional quanto interna".³²

Na esfera internacional, pode ser citada a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Programa de Observação da Terra (*Earthwatch*), este destinado a coletar dados sobre variantes

30. Cerca de 100 mil toneladas foram derramados no litoral inglês, em 1967.

31. CIMA — Subsídios técnicos para elaboração do relatório nacional do Brasil para a CNUMAD, pág. 153.

32. Idem, pág. 155.

ambientais específicas, como alterações climáticas e desertificação.

Também, como resultado da Conferência, as agências especializadas das Nações Unidas adotaram diversos programas ambientais em suas respectivas áreas de competência.

A partir de Estocolmo, começaram a proliferar órgãos governamentais de controle ambiental, intensificou-se a formulação de legislações nacionais sobre o meio ambiente, dinamizaram-se as pesquisas e os programas de ação ambiental. As organizações não governamentais (ONG), que já eram ativas e numerosas nos países desenvolvidos, não só adquiriram legitimidade nos países em desenvolvimento, como se multiplicaram.

Relatório Brundtland

A evolução conceitual ocorrida desde a Conferência de Estocolmo contribuiu para que a AGNU partisse para a elaboração de uma estratégia ambiental de longo prazo. A fim de cumprir essa missão, foi instituída uma Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que preparou um relatório sobre o meio ambiente global, o *Relatório Brundtland*. A contribuição mais importante desse documento foi a elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável, entendido como processo de mudança em que o uso dos recursos a direção dos investimentos, a

orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais concretizam o atendimento das necessidades humanas do presente e do futuro.

O desenvolvimento sustentável seria atingido pela retomada do crescimento e a melhor distribuição de seus benefícios, pela racionalização do uso de energia e o atendimento das necessidades básicas da população, pela estabilização dos níveis demográficos e a conservação da base de recursos, pela reorientação da tecnologia para redução de seu impacto ecológico e a incorporação de critérios ambientais nas decisões econômicas. Em síntese, o desenvolvimento será sustentável se o desperdício for eliminado e a pobreza superada.

Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

A exemplo do que ocorreu com a Conferência de Estocolmo, a resolução da ONU que convocou a Conferência de 1992 previu a realização de diversas reuniões preparatórias sobre meio ambiente e desenvolvimento, cujos resultados foram incorporados na agenda da Conferência e debatidos durante sua realização.

A *Plataforma de Tlatelolco* é o documento resultante da reunião regional realizada no México, em março de 1991, da qual participaram países da América Latina e do Caribe. Ela expressa a

preocupação pela deterioração de ecossistemas globais ocorrida após a Conferência de Estocolmo, vinculada aos modelos de desenvolvimento insustentáveis prevalentes, em particular, nos países desenvolvidos.

A *Convenção de Viena* e o *Protocolo de Montreal* são documentos que se referem à proteção da camada de ozônio. A Convenção produziu o primeiro ato jurídico internacional que lançou os princípios básicos da cooperação internacional e forneceu a moldura política e científica para medidas conjuntas que visam a prevenir os danos atmosféricos. Seus objetivos são a proteção da saúde humana e do meio ambiente contra os efeitos adversos resultantes de atividades do homem que modifiquem, ou possam modificar, a camada de ozônio. O Protocolo resultou de uma conferência de plenipotenciários, realizada em Montreal, em 1987. Ele reitera a determinação de proteger a camada de ozônio, mediante a tomada, em todo o mundo, de medidas de controle de emissão de substâncias que possam deteriorá-la e estabelece, como objetivo final, a eliminação dessas substâncias.³³

No que tange à proteção da biodiversidade, entendida esta como o conjunto de seres vivos de um ecossistema, o tema vem sendo alvo de atenção das autoridades mundiais e da mídia internacional, tendo em vista que,

enquanto a base genética para os avanços nos campos da saúde, agricultura, alimentação e tantos outros se encontra nos países em desenvolvimento da faixa tropical, o conhecimento biotecnológico está majoritariamente concentrado nos países desenvolvidos da zona temperada, que auferem maiores benefícios econômicos desse *know-how* e dos recursos de terceiros países. Enquanto os primeiros insistem para que haja melhor remuneração pela exploração das matérias-primas, os últimos se batem pela manutenção do *status* vigente. Por ocasião da Conferência de 1992, os Estados Unidos negaram-se a assinar a Convenção para Conservação e Uso Racional da Diversidade Biológica, contrária aos seus interesses.

Atualmente, há consenso sobre o chamado efeito estufa. Relatório da ONU, de 1990, confirma-o, acrescentando que a tendência a elevação da temperatura terrestre vem sendo acentuada por emissão de gases provocada pela ação do homem. Em face disso, o dilema que as alterações climáticas parecem colocar seria o da urgência de medidas para minimizar a emissão de gases antes de que se tenha tempo suficiente para o aprofundamento das pesquisas. Nesse contexto, a convenção *Quadro sobre o Clima*, apresentada na Conferência do Rio, aponta os procedimentos para reverter tal tendência.

Vinte anos após a Conferência de Estocolmo, por decisão da AGNU, foi realizada, no período de 01 a 12 de

33. Motivo de resistência dos países em dar-lhe cumprimento.

junho de 1992, no Rio de Janeiro, a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). Durante a Conferência, pretendia-se que fossem avaliadas as tendências de políticas e ações tomadas pelos países e organizações internacionais para proteger e aprimorar o meio ambiente. Pretendia-se, ainda, que fossem examinados como os critérios haviam sido incorporados nas políticas e nos planejamentos econômicos e sociais desde a Conferência de Estocolmo; avaliados os maiores problemas, riscos e oportunidades relacionados às atividades econômicas em todos os países e feitas recomendações para fortalecer a cooperação internacional; e definidos os esforços em P&D necessários para implementação dessas recomendações e indicadas as necessidades financeiras para tal.

Além disso, o desenvolvimento econômico e social deveria permear toda a agenda do debate internacional ambiental, e a cooperação mundial deveria encorajar um fluxo de informações científica e tecnológica, de preferência em termos concessionais, que facilitasse o acesso dos países em desenvolvimento a tecnologias de conservação do meio ambiente.

Enfim, a Conferência buscou identificar os meios para a obtenção de recursos financeiros adicionais necessários à implementação de medidas para a proteção do meio ambiente, assim como promover o acesso dos países em

desenvolvimento a tecnologias ambientalmente saudáveis. Visou, em última instância, a produzir resultados tangíveis que conciliassem os direitos dos países em desenvolvimento com a necessidade de assegurar um meio ambiente saudável às gerações presentes e futuras.

Como sede da Conferência, o Brasil, não apenas concentrou-se nas provisões de caráter administrativo, mas, também, exerceu papel de influência no curso do processo de negociação. Conforme a praxe, coube a ele, como país sede, presidir a Conferência.

Cabe também destacar o papel que as organizações não governamentais (ONG) desempenharam na Conferência, particularmente as nacionais, coordenadas pelo fórum das ONG brasileiras, com sede em São Paulo. Do fórum participaram ONG de caráter ambiental e aqueles cujos propósitos e atividades se referissem à disseminação de informação ou ao apoio a movimentos de base com implicações diretas sobre o meio ambiente. Como exemplo podem-se citar, no plano internacional, a Greenpeace e o World Watch Institute, e, no Brasil, a União dos Defensores da Terra (OIKOS) e a Fundação SOS Mata Atlântica.

Posicionamento brasileiro

Uma breve retrospectiva a respeito da questão ambiental no Brasil permite inferir que a preocupação com o tema

não é tão nova quanto possa parecer. Data de 1934, a instituição do Código de Águas, que previa a proteção dos recursos hídricos. Em 1937, foram criados os primeiros parques nacionais. Mas a questão adquiriu importância maior, sobretudo a partir de 1964, quando se acentou a expansão da indústria e seus impactos ambientais.

O Estatuto da Terra, de 1964, constitui um marco no processo de conscientização e mudança de enfoque quanto à preservação dos recursos naturais. Ele representou uma abertura para a moderna legislação ambiental. Além dele, várias medidas oficiais foram tomadas às vésperas do período do "Milagre Brasileiro". São de 1967 a Política Nacional de Saneamento e o Conselho Nacional de Poluição. Paralelamente, o instrumental jurídico para disciplinar o uso dos recursos naturais evoluía, com a criação do Código Florestal, do Código de Mineração e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

A fundação de entidades específicas para o trato da questão ambiental, como a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), imprimiu-lhe novo impulso, aumentado, na Nova República (1985), com a implementação de uma Política Nacional de Meio Ambiente e com a criação do Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

A importância com que o tema é

tratado no Brasil, pode ser medida no texto da Constituição Federal de 1988, que dedica um capítulo específico a ele.

Observa-se, assim, que, do ponto-de-vista político, legal e institucional, ocorreram significativas alterações no tratamento das questões ambientais no Brasil. Entretanto, sob os aspectos econômico, financeiro, científico e tecnológico, questões estruturais e conjunturais impedem a plena concretização de esperanças a curto prazo. As restrições dos gastos públicos, as medidas de contenção da inflação e o peso da dívida externa são alguns dos fatores que limitam a possibilidade de atuação governamental em larga escala.

A legislação ambiental e a capacidade institucional vêm sendo constantemente aperfeiçoadas. Contudo, medidas de fiscalização e controle nem sempre têm sido aplicadas, sobretudo devido à carência de recursos humanos e à lentidão da máquina administrativa.

No plano internacional, o Brasil tem se mostrado atuante e vem participando ativamente de todas as conferências até hoje realizadas.

Na Conferência de 1992, a posição do Brasil foi a mesma dos países em desenvolvimento e revela a permanência de postulados fundamentais. São dois os componentes básicos dessa postura. Em primeiro lugar, continua vigente o argumento de que o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira não podem estar subordinados, acriticamente, à manu-

tenção de um meio ambiente mundial mais saudável e de uma melhor gestão dos recursos naturais do planeta. Embora tanto o governo quanto a sociedade reconheçam a existência de sérios problemas ambientais, existe consenso que são os países industrializados os principais responsáveis pela sua gravidade em escala mundial. É, pois, natural supor que o mundo desenvolvido promova e financie a despoluição do planeta. Em segundo lugar, o Brasil participa do consenso de que a globalização dos problemas ambientais impõe uma interpretação responsável das concepções tradicionais de soberania nacional e de segurança estratégica. Isso não deve dar lugar, porém, a uma percepção ingênuo a respeito das realidades de poder ainda imperantes nas relações internacionais, sob pena de submeter o País aos "interesses da humanidade" definidos ambígua e geopoliticamente.

"O grande desafio, por conseguinte, é buscar novas formas de cooperação que, sem desconhecer a assimetria entre o Norte e o Sul, permitam o surgimento de uma nova ordem internacional, em que os interesses nacionais contribuam para o fortalecimento dos interesses mundiais, em perfeita sintonia com o direito soberano de cada país."³⁴

CONCLUSÃO

É inquestionável a natureza global dos problemas do meio ambiente. O lixo e os agrotóxicos que contaminam o solo são os mesmos que poluem o ar e a água; os CFC, que provocam a redução da camada de ozônio, contribuem para agravar o efeito estufa; os gases resultantes da queima de combustíveis fósseis e os desmatamentos produzem o aquecimento do planeta e a chuva ácida, a qual, por sua vez, degrada o solo e a água, e assim por diante.

Os efeitos da poluição atingem a todos indistintamente, na medida em que cada ser humano, independente de sua condição sócio-econômica, raça, crença religiosa, etc necessita respirar o ar, beber a água e alimentar-se dos frutos da terra. Por conseguinte, é preciso que o problema seja abordado sob um ponto-de-vista holístico e de forma racional, a fim de se compreender a necessidade de reverter o processo de degradação ambiental e não se deixar levar pela emoção no trato do tema.

Para os países em desenvolvimento, a discussão sobre a questão ambiental está centrada na forma de crescimento que concilie a eliminação da pobreza com a superação da crise ambiental sistêmica. Para as nações do Primeiro Mundo, o núcleo do debate está na maneira de alterar os modelos de industrialização e os padrões de consumo obediente aos imperativos ambientais, sem provocar profundos desequilíbrios

34. CIMA — *O desafio do desenvolvimento sustentável. Relatório do Brasil para a CNUMAD*, pág. 18.

econômicos internos ou lhes afetar o *status quo* no sistema econômico internacional. Nesse embate, a CNUMAD 1992 foi de extrema valia, na tentativa de encontrar soluções mais aceitáveis e que mais se aproximem do desejo de todos, qual seja a adoção de princípios que garantam um meio ambiente mais saudável para a presente e as futuras gerações.

O posicionamento do Brasil na CNUMAD 92 preconizou a "necessidade de formulação de novas estratégias que permitam a viabilização de modelos sustentáveis de desenvolvimento e a urgência de novos padrões de relação entre as nações",³⁵ e a de "inspirar uma ética baseada na premissa de que o progresso só é viável a longo prazo, se concebido como processo que permita a todos os povos realizar suas aspirações de desenvolvimento em bases sustentáveis".³⁶

Convém, entretanto ressaltar que, da Conferência, não podem ser esperadas soluções definitivas para os grandes problemas ambientais. A "Carta da Terra", as convenções globais e a "Agenda 21", assinadas na ocasião, não foram fruto de propostas apresentadas em junho de 1992, mas, o resultado de 10 anos de preparativos. A assinatura significou, ao mesmo tempo, o fim do

período de arranjos, e o início de uma etapa mais importante, a de implementação da Agenda 21, possivelmente o documento mais importante, apesar de menos comentado.

A Agenda 21 traça o roteiro a ser seguido pelos Estados, organizações intergovernamentais e indivíduos (inclusive as ONG), a fim de tornar os objetivos previstos na Carta da Terra uma realidade, e não apenas uma proclamação sem conteúdo.

Embora o quadro atual apresente-se de forma sombria, o autor acredita que nem tudo está perdido na luta pela conservação de um meio ambiente saudável — no sentido do uso racional dos recursos naturais disponíveis e da sua preservação em proveito do homem, e não o inverso. Tal "eco-otimismo" encontra respaldo na inteligência humana e no instinto de sobrevivência da espécie. Novas tecnologias serão criadas a fim de corrigir os erros passados e prevenir a ocorrência de desastres ecológicos futuros. Em suma, o homem terá de mudar sua postura para continuar vivendo.

No mais puro intuito de buscar e propor soluções, e embasado no estudo que ora se conclui, bem como em convicções culturais próprias, o autor se permite emitir algumas idéias, na esperança de estar contribuindo para alcançar o tão almejado desenvolvimento sustentável, sem que as opiniões expressas sejam consideradas afrontas, ou críticas, a situação vigente por

35. CIMA — *O desafio do desenvolvimento sustentável. Relatório do Brasil para a CNUMAD*, pág. 196.

36. Ibid.

motivos reconhecidamente conjunturais.

A curto prazo, algumas medidas podem ser tomadas para a solução dos problemas ambientais. Mas é extremamente relevante compreender que, independente da política adotada com esse objetivo, os resultados somente tenderão a aparecer a médio e longo prazos. Há necessidade, portanto, de que haja continuidade na execução dos programas estabelecidos, bem como nos planejamentos posteriores.

Inicialmente, faz-se mister que cada cidadão se conscientize da sua responsabilidade e compreenda que pode contribuir para a solução do problema pela simples adoção de uma "postura ecológica", reduzindo o desperdício e o consumismo exacerbado. Para tanto, é necessário que o conhecimento e a informação sejam universalizados, estendendo-se até o "favelado" e o morador dos mais distantes e afastados rincões do País. Da mesma forma, é preciso que o exemplo parta das lideranças e dos mais altos escalões governamentais, quer a nível federal e estadual, ou municipal. Nesse sentido, o Programa Nacional de Conservação de Energia (PROCEL), se corretamente aplicado, significará a redução dos gastos com obras de grandes usinas, de áreas inundadas por lagos de hidrelétricas ou de volume de ar poluído pela queima de combustíveis fósseis. Ainda nesse contexto, a educação básica parece ser fundamental, para que a informação seja compreendida e se consiga atingir o

objetivo perseguido.

Como corolário, algumas outras providências poderiam ser colocadas em execução, tais como:

- estimular o uso de energias alternativas, como a energia solar, eólica ou a proveniente de pequenas hidrelétricas;
- priorizar o transporte de massa, visando a reduzir a emissão de gases poluentes;
- incentivar a adoção de programas de controle ambiental por maior número de indústrias;
- utilizar espaços na mídia para desenvolver mentalidade "ecológica" na população, induzindo-a a uma mudança de postura;
- exigir o estrito cumprimento das leis, orientando a população para repudiar os atos antiecológicos.

A ingenuidade de acreditar que os países do Primeiro Mundo farão transferência de tecnologia e financiamento de recursos em bases favoráveis convém ser abandonada, pelas seguintes razões:

- recente reunião do GATT³⁷ demonstrou que a transferência de tecnologias "limpas" para o Sul não está em cogitação e que, em verdade, não se pretende facilitar a circulação internacional de tecnologias, apenas de capitais;
- a lentidão das negociações para tratar das reduções de emissões de

37. Acordo Geral de Tarifas e Comércio.

dióxido de carbono colocam em evidência que os países mais industrializados não querem assumir pesados ônus para mudar padrões de produção e consumo de energia, apesar dos reconhecidos efeitos globais sobre o clima e os ecossistemas;

• também recente reunião de cúpula de G-7,³⁸ em Londres, a permanente retórica a favor da proteção das florestas tropicais se materializou em apenas 50 milhões de dólares para a Amazônia.

A rigor, a conjuntura internacional não pode propiciar a cooperação, porque as principais lideranças mundiais assumem propostas liberais e se acomodam cada vez mais no mercado, como principal elemento regulador das relações internacionais. E o mercado é um espaço de competição e não de cooperação.

Assim sendo, é necessário que a Nação raciocine em bases mais reais e passe a realizar poupança interna para obter recursos. Concomitantemente, aplique-os em P&D, para que o País não fique a mercê do mercado internacional que, dentro em breve, haverá de exigir produtos fabricados com tecnologias "limpas".

Por fim, nunca é demais lembrar que a poluição e a predação são inerentes ao atraso, à miséria e ao subdesenvolvimento, e que uma das principais causas

da poluição ambiental é a pobreza, em seu sentido mais amplo, aí incluída a pobreza de consciência, em que o indivíduo não percebe, ou insiste em não querer saber, as consequências de seus atos.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 05 Out 1988.
- _____. Presidente, 1990-1995. (F. Collor). *Brasil: um projeto de reconstrução nacional*. Brasília, 1991.
- _____. Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). *Subsídios técnicos para a elaboração do relatório nacional do Brasil para a CNUMAD*. Brasília, Jul 1991.
- _____. *O desafio do desenvolvimento sustentável. Relatório do Brasil para a CNUMAD*. Brasília, Set 1991.
- _____. Ministério do Exército. ECEME. *ME 21-253. Monografias e estudos de estado-maior*. Rio de Janeiro, 1989.
- BROWN, Lester R. et alii. *State of the world 1991*. EUA, Worldwatch Institute, 1991.
- DAJOZ, Roger. *Ecologia Geral*. Petrópolis, Vozes, 1983.
- EDITORIA ABRIL. *Almanaque Abril*. São Paulo, 1990.
- _____. *Veja*. São Paulo, 17 Abr 1991.
- FUNDACÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Brasil, uma visão geográfica dos anos 80*. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.
- LIEBMANN, Hans. *Terra, um planeta inabitável? Da antiguidade até os nossos dias, toda a trajetória poluidora da humanidade*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1979 (Coleção General Benício, v. 167, publ. 488).

38. Sete países mais ricos: EUA, Japão, Alemanha, Inglaterra, França, Canadá e Itália.

- MANCHETE. *Edição especial ECO-92*. Rio de Janeiro, Bloch Editores S.A., 1992.
- McKIBBEN, Bill. *O fim da natureza*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.
- MEDEIROS, Benjamin Aguiar de. O Brasil na ecologia mundial. In: *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro (745): 17-34, Set/Out 1989.
- NAKANISHI, Junko. *Inoti no mizu* (Água, fonte da vida). Japão, Yomiuri Science, 1990.
- PINTO, Mário da Silva. Algumas peculiaridades da defesa ambiental. Casos do Brasil. In: *Carta Mensal*. Rio de Janeiro, 34 (408): 37-51, Mar 1989.
- PRINGLE, Laurence. *Ecologia, a ciência da sobrevivência*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1977 (Coleção General Benicio, v. 145, publ. 465).

ARTIGOS DE JORNAL

- ALVES, Márcio Moreira. *Os negócios da ecologia*. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 24 Abr 1991. Opinião.
- _____. Ecobusiness: Brasil fica de fora? Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 22 Mai 1991. Opinião.
- BRASILIENSE, Ronaldo. O Brasil abre o jogo. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 24 Jun 1991. Ecologia, pág. 1.
- _____. *O mercúrio nos rios da Amazônia é uma bomba-relógio que precisamos desativar*. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 16 Set 1991. Ecologia, pág. 1.
- CALIFE, Jorge Luis. Lixo espacial envolve a Terra e ameaça vida de astronautas. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, s.d.
- COSTA LEITE, Luiz Edmundo H.B. da. A poluição dos ricos. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 28 Agosto 1990. Opinião, pág. 11.
- FAJARDO, Elias. Bactéria ataca poluição e ajuda a limpar o lixo. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 08 Jul 1991.
- FIUZA, Guilherme. Lixo hospitalar. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 02 Set 1991. Ecologia, pág. 1.

- FORTES, Márcio. Proteção ambiental, um bom negócio. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 07 Mai 1991. Opinião, pág. 11.
- _____. Progresso não agride a natureza. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 29 Set 1991. Idéias, pág. 3.
- JOBIM, Nelson Franco. Água agrava a disputa pela terra no Oriente Médio. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 03 Nov 1991, Internacional.
- JOHN, Liana. Estudo confirma destruição do ozônio. O Estado de São Paulo. São Paulo, 27 Out 1991. Ambiente, pág. 21.
- JORNAL DO BRASIL. Acidente rompe delicada cadeia ecológica marinha. Rio de Janeiro, 02 Jan 1990. Meio Ambiente.
- _____. Lixo atômico de Goiânia vai ser armazenado. Rio de Janeiro, 21 Abr 1991.
- _____. Aquecimento é inevitável. Rio de Janeiro, 05 Jun 1991.
- _____. ONU alerta para as ameaças ao futuro da humanidade. Rio de Janeiro, 05 Jun 1991. Dia Mundial do Meio Ambiente, pág. 15.
- _____. Ministério da Saúde assume campanha pela preservação do ozônio. Rio de Janeiro, 23 Jun 1990.
- _____. País perde US\$ 41 bilhões por ano com desperdício. Rio de Janeiro, 23 Jun 1991.
- _____. Poluição sonora. Rio de Janeiro, 04 Nov 1991. Ecologia, pág. 1.
- _____. Cidade do México vive drama da contaminação. Rio de Janeiro, 06 Nov 1991, pág. 9.
- _____. O Planeta em questão. Rio de Janeiro, 12 Ago 1991. Ecologia, pág. 1.
- _____. A política dos restos. Rio de Janeiro, 26 Dez 1991. 1º Caderno, pág. 8.
- _____. Escassez d'água poderá provocar crise no mundo. Rio de Janeiro, 28 Jan 1992. Ciência/Ecologia, pág. 11.
- _____. Falta d'água já atinge agricultura nos EUA. Rio de Janeiro, 29 Jan 1992. Meio Ambiente, pág. 11.
- LINO, Geraldo Luís Saraiva. Ozônio, uma ameaça exagerada. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 05/06 Mar 1991. Opinião,

- pág. 11.
- LINS, Letícia. Desertos — ameaça que avança no Nordeste. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 Jan 1992. Ecologia, pág. 1.
- MARCOVITCH, Jacques. O significado da Rio-92. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 17 Jun 1991.
- MIRANDA FILHO, Ricardo. Césio 137 — decidido o destino do lixo nuclear. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 01 Jul 1991. Ecologia, pág. 1.
- MICHELL, José. Alimentos do mundo em perigo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 Dez 1991. Ecologia, pág. 1.
- MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. A poluição nuclear do espaço. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 Mai 1991.
- NASCIMENTO E SILVA, Geraldo Eulálio do. Collor e o meio ambiente. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 07 Out 1990.
- _____. Mudanças climatológicas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 04 Mar 1991.
- _____. A chuva ácida e a poluição da atmosfera. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 Mai 1991. Opinião, pág. 11.
- _____. A água e o meio ambiente. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 Mai 1991. Opinião, pág. 9.
- _____. Poluição e rejeitos radioativos. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 Mai 1991. Opinião, pág. 11.
- _____. O Direito Ambiental e o papel das ONGs. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10 Jun 1991. Opinião.
- _____. O pós-Rio-92. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30 Set 1991. Opinião.
- _____. A transferência de tecnologia ecológica. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 17 Jun 1991. Opinião.
- _____. A saúde como problema ambiental. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 07 Out 1991. Opinião.
- NAZÁRIO, Maísa Lacerda. A insustentável poluição do ar. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 09 Dez 1991. Ecologia, pág. 1.
- NESTHLNER, Wanda. São Paulo pode beber água de esgoto no século 21. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29 Out 1989. Meio Ambiente, pág. 23.
- O GLOBO. Guerra no Oriente Médio será por água. Rio de Janeiro, 09 Abr 1989. O Mundo, pág. 31.
- _____. O desperdício. Rio de Janeiro, 27 Nov 1991.
- PASTORE, Karina e CALIFE, Jorge Luís. USP inventaria áreas úmidas ameaçadas de destruição. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 Abr 1991. Meio Ambiente, pág. 16.
- PRADO, Luís Antônio. A "racionalidade" econômica e o meio ambiente. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. s.d.
- RAMOS, Reinaldo. Empresas desperdiçam US\$ 40 bilhões por ano. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 Ago 1990.
- REZEK, Francisco. Semana do meio ambiente e Rio-92. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. s.d.



Maj MB QEMA UGO KAWAMOTO — da turma de 1976 da AMAN, possui os cursos de Operações da Selva Cat "B", Básico Pára-quedista, Mestre de Salto, EsAO, ECEME e Engenharia Civil da Faculdade Nuno Lisboa. Serviu na 12ª Cia MB e 20º B Log Pqdt. Foi instrutor na EsMB. Possui as medalhas Militar de Bronze, do Serviço Amazônico e do Exército Paraguaio. Serve atualmente no Cmdo da 1ª RM.

NOTA DA REDAÇÃO: A seção "Informações" da presente edição publica um glossário de termos ecológicos organizado pelo autor deste artigo.



AS COMUNICAÇÕES NA ÉPOCA DA MISSÃO MILITAR FRANCESA

Antonio Sergio Geromel

O artigo dá continuidade ao publicado em A Defesa Nacional nº 758/92, "Caxias Pioneiro da Telegrafia de Campanha". Ambos são parte do ensaio "De Curupaiti aos Alpeninos", elaborado com o objetivo de divulgar dados pouco conhecidos sobre as origens da Arma de Rondon.

AS COMUNICAÇÕES NO INÍCIO DO SÉCULO

Com o Relatório do Ministro da Guerra de 1900, a Arma de Engenharia passara a ser assim definida:

"A Arma de Engenharia é constituída por um pessoal técnico destinado a serviços especiais que as outras Armas não podem executar, tais como: instalação de comunicações telegráficas, telefônicas e óticas; construção, destruição e reparação de estradas e pontes; minas e torpedos; manobras de aerostação; e todos os que, em geral, exigem habi-

litação profissional".

A experiência da Campanha do Paraguai, ao lado dos consideráveis avanços técnicos da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), como o aperfeiçoamento do armamento, o emprego mais largo das ferrovias e o uso do telégrafo, haviam levado o Brasil a se preocupar com o reaparelhamento do Exército.

Simultaneamente ao emprego da Engenharia em trabalhos públicos de construção de linhas telegráficas, também passara a ser enfatizado seu emprego na montagem de sistemas telegráficos junto às forças militares em

operações.

Durante a Revolta de Canudos, no ano de 1897, elementos de Engenharia atuaram na construção de linhas telegráficas junto às forças do Exército em operações contra os fanáticos liderados por Antônio Conselheiro.

Já as comunicações telefônicas, que tiveram inicio com Graham Bell em 1876, nos Estados Unidos, chegaram ao Brasil em 1879, com uma primeira linha sendo instalada no Rio de Janeiro. Como já ocorreu com o telégrafo, também desta feita a larga visão de D. Pedro II foi determinante para o curto espaço de tempo decorrido entre a invenção e o seu emprego no Brasil.

Todavia, apesar da rapidez do emprego do telefone no País, em 1907 a extensão das linhas telefônicas totalizava somente 212 km e, apenas em 1918, foi inaugurada a ligação Rio de Janeiro-São Paulo. Paralelamente, no período que antecedeu a 1^a Guerra Mundial, as comunicações militares ainda se valeram preponderantemente do telégrafo.

Também no período anterior à 1^a Guerra Mundial, já neste século, a radiocomunicação começou a ser implantada no País.

O Ministro da Guerra, em seu Relatório de 1904, recomendava "a compra de dois ou mais aparelhos de telegrafia sem fio, para aprendizagem de oficiais e praças, assim como para o exercício em campanha".

Na verdade, porém, a história da radiocomunicação no Exército só teria

início alguns anos depois, com as provisões adotadas para aparelhar, com estações radiotelegráficas, as fortificações costeiras da barra do Rio de Janeiro.

Apenas em 1915, quando a 1^a Guerra Mundial, já assolava a Europa, eram publicadas as primeiras "Instruções para o Serviço Radiotelegráfico do Exército", o qual contava com cinco estações: Forte do Imbui, Fortaleza da Lage, Fortaleza de Santa Cruz, Fortaleza de São João e Quartel-General do Exército.

A partir daí, dada a importância militar da radiocomunicação, evoluem no Brasil os estudos para a implantação da radiotelegrafia de campanha e também as providências iniciais para a mobilização eventual dos meios civis.

AS COMUNICAÇÕES NA 1^a GUERRA MUNDIAL

A 1^a Guerra Mundial consagrou definitivamente as Comunicações como a "Arma do Comando". Foram aperfeiçoados equipamentos mais adequados ao emprego militar, juntamente com o preparo de especialistas mais capazes.

A partir de 1916, em função da crescente importância das comunicações, os elementos especializados do Exército Francês passaram a ser subordinados tecnicamente a uma direção geral.

O principal meio de comunicações empregado no início da guerra era o telégrafo *morse* mas, com a evolução

dos acontecimentos, o telefone assumiu primazia de utilização. Até mesmo a radiocomunicação, embrionária no princípio do conflito, acabou sendo preponderante em certos casos, embora apelidada, pela sua indiscrição, de "la femme de luxe, a rameira que serve a todos... até ao inimigo".

Os regulamentos franceses foram sendo mudados para realçar a importância das comunicações, em função dos novos fatores da guerra. O capitão Lima Figueiredo, em sua "Instrução de Transmissões" aponta esses fatores:

"1º) A intensidade, não prevista, do fogo da Infantaria e da Artilharia que impediu completamente toda a circulação na zona de frente, que se tornou cada vez mais profunda, à medida que aumentava a potência da Artilharia.

"2º) A forma que tomou a guerra, guerra de trincheiras, que necessitou um ajuste muito preciso entre o tiro da Artilharia e a manobra da Infantaria, que aumentou a zona de defesa confiada a cada unidade e por conseguinte a distância entre os diferentes PC."

Portanto, aumentavam grandemente as necessidades de ligação, particularmente as de comando, em função da maior profundidade das zonas-de-ação, e aquelas entre o infante e o artilheiro, para o ajuste do tiro. Em contraposição, os meios de transmissões previstos se tornavam cada vez mais insignificantes.

Acresça-se, ainda, a intervenção da

Arma Aérea, que teve o seu advento naquela Grande Guerra, obrigando a novos aperfeiçoamentos nas comunicações.

Resumidamente, podemos dizer que o grande aumento da velocidade e amplitude progressivamente maior das operações foram determinantes no desenvolvimento das comunicações durante a 1ª Guerra Mundial.

A MISSÃO MILITAR FRANCESA

No Brasil, a vitória dos aliados teve ampla repercussão e consolidou o prestígio militar da França. Quase que simultaneamente ao inicio da administração do Dr. João Pandiá Calógeras no Ministério da Guerra, em 1919, iniciou-se uma nova fase para o Exército, com a contratação de uma missão militar a cargo do Exército Francês, para a modernização militar brasileira.

Ao longo de cerca de vinte anos, a Missão Militar Francesa estabeleceria uma orientação doutrinária de base para o nosso Exército. Com a sua supervisão, foram criadas várias escolas modernas, entre elas a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e uma nova Escola de Estado-Maior.

No campo das comunicações o progresso foi considerável. Aos franceses foram entregues os problemas relativos à modernização dos processos e da instrução de comunicações.

O primeiro ato de envergadura, sob essa inspiração, ocorreu em 1924, com a criação do Centro de Instrução de Transmissões, embrião da Escola de Comunicações, sob a direção de oficiais da Missão Militar Francesa. Até então, os especialistas de transmissões eram formados através de cursos no 1º Batalhão de Engenharia.

Em 1921, já haviam sido criadas as companhias e os esquadrões de Transmissões. Em tempo de paz, as seis Companhias de Transmissões ficariam incorporadas aos Batalhões de Engenharia orgânicos das cinco Divisões de Infantaria e da Brigada Mista de Mato Grosso, enquanto os três Esquadrões de Transmissões permaneceriam adidos a unidades das três Divisões de Cavalaria, já que estas não possuíam batalhões de engenharia orgânicos.

Na verdade, as subunidades de transmissões não seriam totalmente implantadas, particularmente os esquadrões, mas a criação delas representou a conscientização crescente dos chefes militares sobre a importância das comunicações.

O SERVIÇO TELEGRÁFICO DO EXÉRCITO

Em 1921, também havia sido organizado o Serviço Rádio do Exército, mas o seu funcionamento efetivo só seria assegurado a partir de 1926, sob a

dependência direta do Ministério da Guerra.

Esse novo órgão, que resultou da ampliação progressiva da rede inicial de cinco estações organizada em 1915, recebeu a missão de garantir o tráfego radiotelegráfico das unidades e serviços do Ministério da Guerra.

Posteriormente, também foram criados os serviços de Transmissões das Regiões Militares, subordinados administrativamente aos respectivos comandos militares e, tecnicamente, ao Serviço Rádio do Exército.

Em 1931, organizou-se o chamado Serviço Telegráfico do Exército, novo passo para o aperfeiçoamento das comunicações, embora não tenha sido concretizado na sua totalidade. Era a seguinte sua composição: Diretoria do Serviço Telegráfico do Exército; Serviço Rádio do Exército; Serviço de Transmissão das Regiões Militares; Companhia Telegráfica do Exército; Depósito Central de Material Telegráfico, almoxarifado e Oficina (criado somente em 1934, sob a denominação de Depósito Central de Material de Transmissões); Centro de Instrução de Transmissões.

O novo serviço vinculado à Diretoria de Engenharia, abrangia todas as atividades relativas às transmissões, apesar da sua denominação restrita. Destinava-se "a assegurar as ligações entre as autoridades militares, conservar, distribuir e preparar todo o material de Transmissões do Exército e a difun-

dir, entre os corpos-de-tropa de todas as armas, a instrução técnica correspondente" (Decreto nº 19.796, de 25 de março de 1931)

No ano de 1938, em nova reorganização, a Diretoria do Serviço Telegráfico passaria a denominar-se Sub-Diretoria de Transmissões, tendo o Serviço Rádio do Exército como uma de suas seções. Mais tarde, a Sub-Diretoria seria transformada em Diretoria de Transmissões, passando a ser órgão de direção geral do novo Serviço de Transmissões do Exército.

A REORGANIZAÇÃO DA ARMA DE ENGENHARIA

Em 1935, quase no ocaso da Missão Militar Francesa, a Arma de Engenharia, sofreu modificações essenciais, dentro do quadro de uma importante reestruturação do Exército. Visando-se a facilidades para a administração e para a instrução em tempo de paz, reuniram-se especialidades para a organização de unidades homogêneas.

De acordo com o Aviso nº 99, de 18 de fevereiro de 1935, do Ministério da Guerra, as unidades de Engenharia ficariam com a seguinte constituição, a partir de 15 de março do mesmo ano: um batalhão de Transmissões; um batalhão montado de Transmissões; três companhias independentes de Transmissões; dois batalhões de Pontoneiros;

um batalhão Ferroviário; uma companhia independente Ferroviária; quatro batalhões de Sapadores; uma companhia montada de Sapadores; três companhias de Preparadores de Terreno; uma companhia Telegráfica do Exército; uma companhia escola de Transmissões; uma companhia escola de Sapadores Mineiros.

Sobre a organização das unidades de Transmissões, constava do citado Aviso:

"O 1º Batalhão de Engenharia se transformará em 1º Batalhão de Transmissões, pela reunião das companhias de Transmissões dos atuais 1º, 2º e 4º Batalhões de Engenharia, e terá sede no atual quartel da Vila Militar.

"O 1º Batalhão Montado de Transmissões, abrangendo as três companhias montadas de Transmissões, a se organizarem, ficará aquartelado na cidade de Rosário, estado do Rio Grande do Sul, na sede do atual 5º Regimento de Cavalaria Independente.

"A 1ª Companhia Independente de Transmissões terá sede em Curitiba, no quartel do atual 5º Batalhão de Engenharia, por transformação da Companhia de Transmissões desse Batalhão.

"A 2ª Companhia Independente de Transmissões, organizada com os elementos da Companhia de Transmissões do atual 6º Batalhão de Engenharia, terá sede em Campo Grande, estado de Mato Grosso.

"A 3ª Companhia Independente de Transmissões será organizada com os

elementos da Companhia de Transmissões do atual 3º Batalhão de Engenharia e terá sede em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul."

Organizavam-se assim os alicerces da futura Arma de Comunicações, priorizando-se os estados de Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul para a localização das novas unidades.

O 3º Batalhão de Comunicações de Exército, originado da 3ª Companhia Independente de Transmissões; a 5ª Companhia de Comunicações, originada

da 1ª Companhia Independente de Transmissões; a 12ª e a 13ª Companhia de Comunicações, originadas do 1º Batalhão de Transmissões, e a 14ª Companhia de Comunicações, originada da 2ª Companhia Independente de Transmissões, são hoje as unidades de Comunicações herdeiras das pioneiras unidades de Transmissões. Somam-se a elas, também, o 1º Batalhão de Comunicações Divisionário, originado da Companhia Escola de Transmissões, criada em 1934 (anexo 1).

ORGANIZAÇÕES MILITARES DE COMUNICAÇÕES

NUMERAÇÃO VIGENTE	PARADA ATUAL	NUMERAÇÃO HISTÓRICA
1º B Com Ex	Rio de Janeiro-RJ	1º BComEx (1º Cia Tms / 1943 — Batalhão Barão de Capanema)
1º B Com Div	Santo Ângelo-RS	1º BComDiv (Cia EsTrans — 1934)
3º B Com Ex	Porto Alegre-RS	3º BComEx (Cia Tms 3º BE/1935)
4º B Com Ex	Recife-PE	4º BComEx (1964)
6º B Com Div	Bento Gonçalves-RS	6º BComDiv (1975)
1º Cia Com	Manaus-AM	1º CiaCom (1969)
1º Cia Com Bld	Rio de Janeiro-RJ	1º CiaComBld (1º CiaTms Bld / 1950)
2º Cia Com Bld	Campinas-SP	2º CiaComBld (2º CiaTms / 1948)
3º Cia Com Bld	Santa Maria-RS	3º CiaComBld (10º CiaTrans / 1944)
4º Cia Com	B. Horizonte-MG	4º CiaCom (4º CiaTms / 1946)
5º Cia Com Bld	Curitiba-PR	5º CiaComBld (CiaTms 5º BE / 1935)
6º Cia Com	Goiânia-GO	6º CiaCom (1975)
7º Cia Com	Recife-PE	7º CiaCom (4º CiaIndTms / 1941)
9º Cia Com (ES)	Rio de Janeiro-RJ	9º CiaCom (ES) (1975)
11º Cia Com	Santos-RS	11º CiaCom (1º CiaMonTms / 1942)
12º Cia Com	Alegrete-RS	12º CiaCom (1º BtTms / 1935)
13º Cia Com	São Gabriel-RS	13º CiaCom (1º BtTms 6º BE / 1935)
14º Cia Com	Campo Grande-MS	14º CiaCom (CiaTms 6º BE / 1935)
20º Cia Com Pqdt	Rio de Janeiro-RJ	20º CiaComPqdt (PqComPqdt / 1956)
Pq. Dep. Mat. Com. Elt	Rio de Janeiro-RJ	Pq. Dep. Mat. Com. Elt (Dep C Mat Trns / 1934)
S R M Ex	Brasília-DF	SRMEx (Sv Rad Tlp Ex / 1915)
Sv Cinefotográfico	Rio de Janeiro-RJ	Sv Cinefotográfico (Sec Sv Cinematográfico / 1945)
23º Cia Com SI	Marabá-PA	23º CiaCom (1987)

ORGANIZAÇÕES MILITARES DIVERSAS

NUMERAÇÃO VIGENTE	PARADA ATUAL	NUMERAÇÃO HISTÓRIA
EsCom	Rio de Janeiro-RJ	EsCom (C Instr Trns do 1º BE / 1921)

ANEXO 1: Port. Min. nº 745, de 16.07.87 — Normas para a preservação das tradições das OM do EB, transcrição parcial.

As novas companhias independentes de Transmissões eram compostas de quatro seções: seção de radiotelegrafistas, seção de telefonistas, telegrafistas e sinaleiros, seção de construção e seção extranumerária. Já os batalhões de Transmissões eram organizados a três companhias: companhia de radiotelegrafistas, companhia de telefonistas e companhia extranumerária.

O Batalhão de Transmissões, com sua dotação se 572 homens, 292 animais e 85 viaturas, era uma unidade complexa e de comando difícil. Suas viaturas auto totalizavam apenas dez, acrescidas de dezenove motocicletas com "side-car".

O material fio do Batalhão englobava 22 quadros comutadores, sendo dois de trinta direções e o restante de menor capacidade, quarenta telefones e dois telégrafos *morse*. Por seu turno, o material rádio da companhia de radiotelegrafistas permitia que fossem mobiliados dois postos escalão exército, oito postos escalão divisão e doze postos de menor alcance, além de dois postos especiais para a ligação com a Aviação.

A telegrafia ótica e a sinalização ótica, atribuídas à companhia de telefonistas, ainda tinham relativa importância, dependendo da configuração do terreno. O material de sinalização do batalhão de Transmissões era composto de seis aparelhos de sinalização, quatro aparelhos de telegrafia, oito pistolas sinalizadoras e doze pares de bandeirolas, além de painéis de identificação e de sinalização.

A AFIRMAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES

O primeiro lampejo para a afirmação das comunicações no cenário militar brasileiro foi a introdução da telegrafia em campanha, na Guerra da Tríplice Aliança, pelo Duque de Caxias.

Posteriormente, ainda no século passado, avançou-se mais ainda com a criação das companhias telegráficas, orgânicas dos batalhões de Engenharia.

Já sob a inspiração francesa, na época da Missão Militar Francesa, aconteceram outros eventos importantes para a história da Arma de Comunicações. Destacou-se, particularmente, a criação do Centro de Instrução de Transmissões e a reorganização da Arma de Engenharia, em 1935.

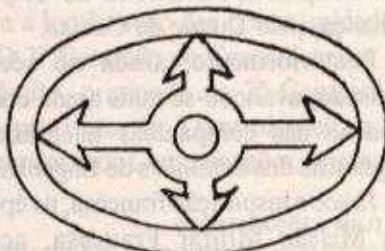
Segundo Lyra Tavares, a Arma de Engenharia não teve benefícios com essa reorganização, tendo a excessiva descentralização prejudicado o emprego tático da Arma. Mais tarde, os batalhões de Engenharia voltariam a ser organizados, mas a separação da especialidade de transmissões seria inexorável a partir de 1935.

Em 1937, foi dado mais um singular passo para a afirmação da identidade das transmissões. Através do aviso nº 43, de 21 de janeiro, o Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, aprovou o distintivo para ser usado pelas praças pertencentes ao quadro dos serviços de Transmissões regionais. O

novo símbolo, um círculo irradiando quatro setas diametralmente opostas,

inspiraria mais tarde o símbolo da Arma de Comunicações (Anexo 2).

DISTINCTIVO PARA O BONNET



Característicos: Um círculo de 0",012 de diâmetro, irradiando quatro setas diametralmente opostas e inscrito numa ellipse de eixos 0",045 x 0",030, de metal oxydado e colocado no meio e frente da copa.

DISTINCTIVO PARA O BRAÇO

Característicos: Um círculo irradiando quatro setas diametralmente opostas; diâmetro do círculo 0",020; diâmetro, inclusive o comprimento das setas 0m,035, com uma centelha de 0m,055, cahindo em diagonal da direita para a esquerda e de cima para baixo.

Este distintivo será colocado a 0m,15 abaixo da costura do ombro; bordado com linha azul, em aplicação de gabardine cinza escura, nos uniformes brancos e gabardine cinza, e bordados com linha branca, directamente, no verde oliva.

Será usado: na manga esquerda, pelas praças possuidoras do Curso Especial de Transmissões ou do Centro de Instrução de Transmissões Regionais ou do Centro de Instrução de Transmissões de Artilharia de Costa, e na manga direita, pelas que não possuirem os referidos cursos.



ANEXO 2: Aviso nº 43 de 21.01.37 — Distinctivos para serem usados pelas praças pertencentes do quadro dos serviços de transmissões regionais, transcrição.

BIBLIOGRAFIA

- BANDEIRA DE MELLO, Willy Moreira. *As Telecomunicações no Brasil*. ECEME, 1983.
- BOLETINS DO EXÉRCITO, Imprensa Militar, 1909/45.
- BRASIL, Ministério do Exército. Academia Militar das Agulhas Negras. *Históriada Doutrina Militar (da antiguidade a II GM)*. 1979.
- _____. *História Militar do Brasil*. 1979. 2V.
- _____. *Histórico da Arma de Comunicações*.
- BRASIL, Ministério do Exército, Estado-Maior do Exército. *Históriado Estado-maior do Exército*. Biblioteca do Exército, 1984.
- _____. *História do Exército Brasileiro*. 1972. 3v.
- CARVALHO, Affonso de. *Caxias*. Biblioteca do Exército, 1976.
- CASTELO BRANCO, Manoel Thomaz. *O Brasil na II Grande Guerra*. Biblioteca do Exército, 1960.
- CORRÊA DE OLIVEIRA, Humberto José. Comunicações Rádio em VHF/FM-Dependência e Uso Abusivo. *A Defesa Nacional*, nº 750/1990.
- COSTA, Octávio. *Trinta Anos depois da Volta*. Biblioteca do Exército, 1976.
- FIALHO, Adalardo. *Emprego Tático do Batalhão de Transmissões*. Biblioteca Militar, 1945.
- FIGUEIREDO, Lima. *Instrução de Transmissões*. Biblioteca da Cultura Militar, 1937.
- ILHA, Clóvis Pinto. *Rumos para a Evolução do SRMEx*. ECEME.
- LYRA TAVARES, Aurélio de. *História da Arma de Engenharia*. Biblioteca Militar, 1942.
- _____. *Telecomunicações e Segurança Nacional*. EGGCF, 1959.
- Vilagran Cabrita e a Engenharia Militar de seu Tempo. Biblioteca do Exército, 1981.
- MAGALHÃES, Amílcar Botelho de. *A Obra Ciclopica do General Rondon*. Biblioteca do Exército, 1956.
- MAGALHÃES, João Baptista. *A Evolução Militar do Brasil*. Biblioteca do Exército, 1958.
- MASCARENHAS DE MORAES, João Baptista. *Memórias*. Biblioteca do Exército, 1984. 2V.
- MATTA, Arnaldo Augusto da. *O Corpo de Transmissões do Exército Brasileiro*. Gráfica Editora Aurora, 1946.
- MEIRAMATTOS, Carlos de. *OMarechal Mascarenhas de Moraes e sua Época*. Biblioteca do Exército, 1983. 2V.
- PILLAR, Olyntho. *Os Patronos das Forças Armadas*. Biblioteca do Exército, 1981.
- RELATÓRIO DO MINISTRO DA GUERRA. Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1937.
- RELATÓRIO DO MINISTRO DA GUERRA, Imprensa Militar, 1920/2 e 1938/40.
- RELATÓRIOS DO MINISTRO DA GUERRA. Imprensa Nacional, 1907/9.
- REZENDE, Ney Riopardense. *As Telecomunicações no Brasil*. ECEME, 1988.
- SENA, Davis Ribeiro de. A Tríplice Aliança e a Estratégia Brasileira. *A Defesa Nacional*, nº 728/1986.
- _____. A Criação da Arma de Engenharia e demais Reformas de 1888. *Revista do Exército Brasileiro*, nº 124/1987.
- ONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. A Campanha Sertanista de Rondon. *A Defesa Nacional*, nº 738/1988.
- TASSO FRAGOSO, Augusto. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Biblioteca do Exército, 1956/60. 5V.



Ten Cel Com QEMA ANTONIO SÉRGIO GEROMEL - é da turma de 1974 da AMAM e diplomou-se pela ECEME em 1990. Exerceu as funções de Instrutor da EsSa e comandou a 14ª Cia Com (Campo Grande - MS). Serviu ainda no PqDepMatComElt e na DTelecom. Atualmente é Instrutor da EsAO.

O PRAZER VALE UMA BRAHMA.

A CERVEJA
Nº1





FUZIL DE ASSALTO PARA FORÇAS AEROMÓVEIS

Marco Antonio dos Santos

Será o FAL um fuzil de assalto adequado a forças aeromóveis? Será ele capaz de proporcionar o volume de fogo exigido a tropas aéreas? Será que ele responde à modernidade perseguida pelo Exército?

O autor responde negativamente e, no decorrer do artigo, argumenta em favor dessa colocação.

INTRODUÇÃO

A Alta Administração do Exército Brasileiro (EB) atual elegeu alguns vetores de modernidade, para os quais está direcionado o grosso dos investimentos disponíveis para a Força.

Entre esses vetores, um em particular era clamado pela Força Terrestre (FT) havia bastante tempo. A aeromobilidade impunha-se para que o Exército pudesse ser considerado uma força capaz, ágil e moderna.

As aeronaves de asa rotativa e, dentro em breve, também, algumas de asa fixa,

facultarão à FT novas e melhores condições de mobilidade tática e estratégica — esta com certas restrições e submetida a condicionantes que fogem ao escopo deste trabalho.

Para que esse novo vetor seja empregado operacionalmente, obtendo-se uso pleno de todas as suas potencialidades, é necessário que outros elementos, também sinônimos de modernidade, a ele sejam agregados.

Equipamentos individuais e de comunicações, dentre outros, de configuração mais adequada e menores peso e dimensões, deverão ser buscados e adotados para fazer face a uma das

mais sérias restrições do helicóptero, a capacidade de carga.

Um aspecto entretanto deve merecer, de todos aqueles que têm responsabilidade pela atividade aérea no nosso Exército, particular atenção e interesse: o poder de fogo das forças que deverão ser deslocadas, tática ou estrategicamente pelas aeronaves, em missões nas quais dependerão única e exclusivamente de si mesmas, por determinados espaços de tempo. Tal poder de fogo é traduzido pela alta cadência de tiro das armas e elevado poder de destruição dos projéteis.

Aí vem o questionamento: será o Fuzil Automático Leve M964 (Fz 7,62 M964-FAL) o fuzil de assalto adequado à forças aeromóveis? Poderá tal arma proporcionar o poder e o volume exigido à tropas aligeiradas?

No nosso entender, não. E os argumentos, em favor dessa colocação, serão explicitados no decorrer deste ensaio.

O FAL

A adoção do F.A.L., de origem belga, na década de 60, foi uma decisão acertada. Em conflitos reais, era o mais consagrado fuzil automático existente no mercado mundial. O calibre 7,62 x 51 mm havia sido selecionado como padrão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) desde 1953, e

a maioria esmagadora dos países ocidentais o utilizavam.

Acontece que o Fabrique Nationale-FAL (FN-FAL) é um fuzil concebido e produzido a partir dos anos 50.

Sua concepção baseou-se nos conceitos doutrinários de emprego vigentes no imediato pós — II Guerra Mundial. Exigia-se o tiro individual em alcances superiores aos 2.000m. O poder de parada (*stopping power ou man stopper*) deveria implicar na morte do oponente.

Além disso, a tecnologia das pólvoras e dos materiais (metalurgia, usinagem, etc) e os custos não facilitavam a produção de armas leves, em calibres e dimensões inferiores aos dos fuzis de assalto em calibre 7,62.

Até os soviéticos o utilizavam, numa versão encurtada (7,62 x 39 mm), em seu famoso e popular *Kalashnikov Ak-47*.

Atualmente, o FAL já não atende às exigências de modernidade que se impõem a uma Força Terrestre que se pretenda possuir no século XXI.

É uma arma pesada para os padrões atuais. Tem custo de produção elevado e de manutenção igualmente caro. Suas dimensões não atendem aos conceitos ligados à ergonomia para o homem brasileiro. O calibre caiu em desuso nos países desenvolvidos, participes ou não da OTAN. Em suma, seu desempenho já não corresponde às exigências de forças modernas e que necessitam elevado poder de fogo e agilidade operacional.

A própria recuperação dessas armas que vem sendo realizada pelo EB é questionável. A fosfatização só as melhora no acabamento. O mecanismo permanece com o desgaste natural da idade e os canos estão, em geral, já descalibrados.

O resultado disso, é o consumo de uma munição que a cada dia se torna mais dispendiosa, sem o retorno adequado. É preciso considerar, ainda, que o peso do cartucho 7,62 é, por exemplo, duas vezes maior que o do 5,56 x 45 mm, o que traz dificuldades ao apoio logístico (Ap Log), quando realizado em larga escala. O desempenho balístico, também, já foi superado pela moderna munição SS109 (M855 nos EUA), desse pequeno cartucho.

No recente conflito do Golfo Pérsico, apenas dois países utilizaram fuzis de assalto de calibre 7,62 mm. O Iraque, derrotado, que possuía o FAL e o AK-47 em larga escala, e a Inglaterra que ainda não havia completado a substituição de seus SLAR L1 A1 (Self Loading Automatic Rifle L1 A1, cópia britânica do FAL), entre suas tropas de retaguarda e de seus serviços.

FUZIS DE ASSALTO ATUAIS

Em esmagadora maioria, as forças militares e policiais de todo o mundo, estão utilizando fuzis de assalto no calibre 5,56 x 45 mm, desde o inicio dos

anos 80.

São, em geral, armas com massa máxima em torno de 3,8 Kg, comprimento inferior a 1,00 m e carregadores dimensionados para 30 cartuchos, produzidos com materiais sintéticos (polímeros resistentes a altos impactos) em profusão, e com custo de produção abaixo dos US\$ 1,000.

Os conceitos doutrinários nos quais se baseiam, são:

- alcance de utilização aquém dos 400 m;
- elevada cadência de tiro;
- utilização, pelo combatente, de outros equipamentos necessários ao combate moderno;
- supremacia do fogo de saturação sobre o de precisão;
- utilização de munição de pequeno calibre, mas com alto poder de destruição;
- peso reduzido do armamento e da munição;
- manutenção fácil, rápida, pouco freqüente e de baixo custo;
- capacidade de substituir as metralhadoras-de-mão em uso e, tanto quanto possível, as pistolas.

Dentro dessas concepções, o USAmy (Exército Norte-americano) vem utilizando, desde a década de 60, a família Armalite-Colt AR-15, M16 na versão militar. Bastante criticado no inicio de seu emprego na Guerra do Vietnam, superou os problemas iniciais relativos à manutenção e instabilidade da munição M193 e, hoje, é o mais

vulgarizado fuzil de assalto do mundo,

agora na versão M16A2. (Figs. 1 e 1A)



FIGURA 01: Colt M16A2, versão convencional



FIGURA 01-A: Colt AR-15 (M16A2 na versão militar) em sua configuração carabina.

Dentro do programa ACR (*Advanced Combat Rifle* — Fuzil Avançado de Combate), o Exército Norte-americano está prevendo a substituição do M16A2, em meados dos anos 90, por fuzis de calibres inferiores ao 5,56 e de concepção ainda mais arrojada como o Heckler

e Koch G11 (HK G11). De câmara rotativa e munição sem estojo (no *caseless cartridge*) etc, é capaz de realizar rajadas de três tiros (*burst*), em cadência de tiro prática na casa dos 900 tiros por minuto (tpm), com excepcional controlabilidade (Figs. 2 e 3).



FIGURA 02: G11 — Heckler und Koch. De características revolucionárias, encontra-se com 2.000 unidades em serviço em OM de montanha do Exército alemão e em testes no programa ACR norte-americano.

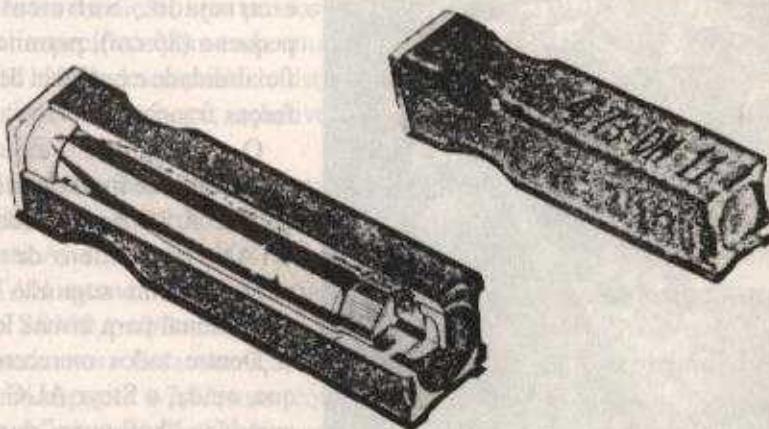


FIGURA 03: O cartucho 4,73mm (DM11), sem estojo (caseless) do Fz G11. O desenho em corte representa a configuração interna desse revolucionário cartucho. O booster garante a total eficiência do propelente.

Construído por exigência do Exército Alemão, o HK G11 está sendo adotado pelas forças militares daquele país, particularmente aquelas que necessitam ter o peso aliviado, como as de montanha.

A Inglaterra vem promovendo, desde o final dos anos 80, a substituição de sua versão do FAL pelo Sistema Enfield (EWS — *Enfield Weapon System*), um fuzil de configuração "bull-pupp" (sem tradução literal), onde o mecanismo se insere no interior da coronha, reduzindo as dimensões, o peso e o recuo da arma (Fig 4).

Projetado para o calibre 4,85 mm, acabou por utilizar o 5,56 mm, para tornar-se compatível com as exigências de padronização da OTAN. Apresentou algumas deficiências, já superadas, quando da utilização na Desert Storm Operation (Operação Tempestade do Deserto). É bastante curto e leve para permitir, ao combatente, a condução de outros sofisticados equipamentos de combate e, ainda, o deslocamento aéromóvel em forças de intervenção rápida. A cadência de tiro elevada permite grande volume de fogo, mesmo à frações de pequeno efetivo.

Nos anos 70, a França adotou o FAMAS 5,56 mm (*Fuzil Automatique-Manufature D'Armes Saint Etienne*), também um "bull-pupp" de "design" bastante curioso e arrojado. Suficientemente pequeno (86 cm), permite grande flexibilidade e potência de fogo às forças francesas.

O mercado vem sendo abarrotado de fuzis de assalto em calibre 5,56 mm, desde que a OTAN, em outubro de 1980, o adotou como segundo calibre operacional para armas leves.

Dentre todos merecem destaque, ainda, o Steyr AUG (Fig 5), austriaco, "bull-pupp" que permite modificações de configuração com reduzida substituição de módulos de peças; o CETME, espanhol; o FN-FNC, belga, um FAL modernizado e aliviado, excelente para



FIGURA 04: O EWS (Enfield Weapon System) L86, à esquerda, comparado ao obsoleto FAL, durante a Guerra do Golfo.



FIGURA 05: O Stayr Aug, austriaco, configuração do Bull-Pupp.

usuários acostumados ao seu obsoleto antecessor e o GALIL, de Israel, um aperfeiçoamento do AK-47 em calibre 5,56 OTAN.

Convém salientar, quando se procede a um estudo de fuzis de assalto em calibre 5,56 mm, que existem duas versões dessa munição, com passos de raiamento específicos para cada uma: a original M193, de desempenho balístico pouco satisfatório, inferior, inclusive, à 7,62, e a SS 109.

A M193 foi a que trouxe má fama a esse calibre nos primórdios de seu uso no Sudeste Asiático.

A OTAN estandartizou o cartucho belga FN SS 109, padrão M855 para os norte-americanos. Essa munição tem rendimento superior à 7,62, mas requer um passo de raiamento de 178 mm, mais rápido que os 305 mm da similar M193.

Alguns fabricantes de armas e de munições vem encetando estudos e projetos de canos com raiamento em torno dos 228/267 mm, como solução

intermediária às munições 5,56 mm.

Em caso de opção pela adoção de um fuzil de assalto em calibre 5,56 mm, deve ser buscado um que utilize cartuchos no padrão da SS109.

PERSPECTIVAS FUTURAS PARA OS FUZIS DE ASSALTO

Da análise das tendências atuais e do que tem sido observado nos fuzis de assalto que estão sendo testados pelo "USARMY" em seu Programa ACR, pode-se inferir que as armas dessa classe, nas próximas décadas, deverão reunir as seguintes características:

- grande capacidade de municiamento, com novos dimensionamentos da forma e da capacidade dos carregadores;
- peso inferior aos 4,0 kg, mesmo quando municiados;
- elevada cadência de tiro, mas suficientemente controláveis, consequentemente ganhando em precisão e

permitindo inclusive, a diminuição do efetivo dos grupos de combate;

- emprego em larga escala de materiais sintéticos na fabricação, resultando na redução considerável do peso;

- utilização de munições de pequeno diâmetro, porém de grau de eficiência balística, inclusive a de efeitos (capacidade de causar danos no alvo); bastante elevada;

- num futuro um pouco mais distante, maior utilização de novas munições, em especial as sem estojo, nas quais o propelente endurecido envolve o projétil e queima totalmente quando percutido, à semelhança da 4,37 mm, do fuzil HK G11. Esse tipo de munição elimina as fases de extração e ejeção, pela inexistência do que extraer e ejetar, diminuindo o número de peças responsáveis pelo funcionamento da arma, aumentando a cadência de tiro e a controlabilidade e, ainda, criando facilidades logísticas pelo pequeno peso e dimensões dos cartuchos;

- vulgarização do uso de miras óticas, acessórios que conferem maior precisão nos tiros isolados, permitindo, também, a redução dos custos de treinamento dos atiradores;

- configuração sistêmica, de modo a permitir o desenvolvimento de família de armas, como por exemplo: fuzil leve, fuzil automático pesado, metralhadora leve e metralhadora de mão;

- baixo custo de produção e manutenção;

- munição de baixo custo de produção e que permite treinar os usuários com pequeno consumo de cartuchos.

CONCLUSÕES

É indiscutível a necessidade de substituição do FN-FAL como arma de dotação individual no EB.

Coerentemente com o pensamento doutrinário atual nas Forças de países desenvolvidos, no que tange à fuzis de assalto, e com a eleição de um vetor de modernidade que confere a FT agilidade e mobilidade, o Exército deverá buscar, em curto espaço de tempo, um fuzil de assalto que possibilite um acréscimo apreciável no poder de fogo e dê suporte à operacionalidade pretendida com a aeromobilidade.

No decorrer deste trabalho, julgamos ter ficado suficientemente claro que, há mais de uma década, o calibre 5,56 assumiu papel preponderante como padrão para fuzis de assalto em todo o mundo. Essa munição tem custo de produção, e de treinamento de atiradores, mais baixo que as de maior diâmetro. O peso reduzido permite, ainda, a condução de maior quantidade de tiros pelo combatente e facilita o apoio logístico, sendo particularmente interessante à frações aeromóveis.

Devido à abundância de armas nesse calibre no mercado mundial de armas leves, pode ser tentadora a aquisição de um fuzil dessa classe, sem maiores considerações quanto à modernidade e possibilidades futuras.

É preciso, então, que se tenha em consideração o conjunto de características já aventadas para os fuzis de

assalto das próximas décadas, as quais poderiam assegurar a modernização desse item no EB e não apenas uma atualização, brevemente superada.

Não há como sugerir ou apontar esta ou aquela arma, sem a análise de todos os fatores de uma decisão, particularmente os de natureza econômico-financeira, principalmente no momento atual da conjuntura nacional. No entanto, a arma não deverá ser de concepção/desenvolvimento anterior aos anos 80.

É sabido que o grau de operacionalidade de uma Força Armada é definido, basicamente, por três pilares: doutrina, a organização e o armamento.

Com a adoção do helicóptero, capaz de deslocar elementos de manobra à distâncias apreciáveis, não há como considerar operacional qualquer força agregada a esse vetor, sem contar com o poder de fogo individual de um moderno fuzil de assalto — exatamente o terceiro componente da trilogia anteriormente aventada.



Major Art Q EMA MARCO ANTONIO DOS SANTOS. Pertence à turma de 1975 da AMAN. Cursou a EsIE (Foto-Informação), em 1979, a EsAO, em 1985, e a ECEME, em 1991. Na ECEME, sua monografia "O Armamento Individual para a FT 2000", elaborada por exigência curricular para diplomação, foi selecionada para inclusão no acervo da Biblioteca Castelo Branco daquela escola.

SEJA ASSINANTE DA BIBLIEEX E RECEBA SEMPRE BONS LIVROS!

Tels.: (021) 253-4637 e 253-7535

ESTRUTURAS METÁLICAS NOVA OPÇÃO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Começa a crescer no Brasil o uso de estruturas metálicas na construção civil, em substituição ao concreto. Esta é uma tendência que interessa de perto à Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração — CBMM, empresa nacional, com sede em Araxá - MG e líder mundial na tecnologia do nióbio.

O aço utilizado nessas estruturas geralmente usa nióbio para lhe dar a alta resistência mecânica indispensável em casos como esse. Trata-se de uma técnica amplamente empregada em países como o Japão e os Estados Unidos, e as grandes siderúrgicas nacionais estão convencidas de que as múltiplas vantagens oferecidas por essa opção levarão o Brasil a caminhar na mesma direção.

São muitas as vantagens das estruturas metálicas, a começar pela econômica. Embora elas, inicialmente, tenham um custo maior do que o concreto, o seu uso é mais econômico, por causa da entrega rápida. Há outras vantagens técnicas consideráveis: as estruturas metálicas permitem melhor aproveitamento da área útil, pois a

coluna em aço ocupa menos espaço, além de possibilitar vãos livres maiores, à medida em que exigem um número menor de colunas. Em comparação com a coluna de concreto, a de aço suporta muito mais peso. Sua resistência é dez vezes maior, embora seu peso próprio seja muito menor. Isto resulta, naturalmente, em economia nas fundações dos prédios.

Por serem fabricadas industrialmente, as estruturas metálicas permitem encaixe perfeito, com precisão milimétrica, o que se reflete no prumo e nível corretos dos edifícios. No caso do concreto, há sempre diferença no prumo e no nível, que precisa ser compensada com mais alvenaria. E ainda, na hora de demolir um prédio antigo, uma ponte ou um viaduto, o concreto não passa de entulho, enquanto a estrutura metálica pode ser reaproveitada. Sua durabilidade também é satisfatória, uma vez que é igual à apresentada pelo concreto. Tudo isso torna as estruturas metálicas uma tendência mundial na construção civil.



O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL

João Ribeiro da Silva

ADRIELA AMARAL MARCHI

Extraído de tese de mestrado defendida pelo autor, o artigo faz uma apreciação sintética do processo histórico da urbanização, com destaque para a América Latina e o Brasil.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO - EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O fenômeno da urbanização deve ser apreendido como processo e não como momento de variáveis isoladas e preeterminadas, como a industrialização ou o crescimento demográfico acelerado. Sendo movimento, a urbanização é o resultado da interação contínua de diversas dimensões: social, econômica, cultural e psicossocial, destacando-se como fundamental, a influência do momento histórico e político.

Na história da humanidade, podemos ressaltar três evoluções que modificaram fundamentalmente o modo de vida das comunidades.

Na primeira, no período da primeira interglaciação cerca de 300.000 anos atrás, o homem descobria o fogo, admirável instrumento para a evolução humana. O simbolismo e o poder desse elemento podem ser caracterizados na seguinte citação: *"Então o fogo que nos queimava, de repente nos ilumina; torna-se lareira e o amor se torna família. O fogo determina uma nova organização social e as tochas do homem primitivo iluminam no fundo da caverna a primeira explosão do seu gênio criador; os desenhos mágicos, primeiro modelo da natureza e começo de sua dominação pelo homem".*¹

1. Antonio Garcia de Miranda Netto. Problemas de Urbanização no Brasil. Rio de Janeiro: Conferência proferida na E.S.G., 1978. p.7.

Na Segunda, 200.000 anos após, no período neolítico, a domesticação dos animais e o cultivo das plantas, propiciaram a passagem de uma cultura nômade e predatória à sedentária. "O símbolo tosco do desenho rupestre se iria logo transformar no ideograma e na linguagem abstrata. O homo faber observava a própria obra e começava a preparação do instrumento para a construção dos grandes sistemas de pensamento e de ação que o transformariam em homo sapiens."²

Na terceira, ocorrida no século XVIII, a Revolução Industrial, aliada a uma nova concepção da ciência e do consequente surgimento de novas tecnologias, foi de importância capital para a aceleração de novos processos e para a radical transformação da economia e do sistema de vida.

O fenômeno da fixação do homem à terra, com o nascimento dos primeiros núcleos urbanos, é bem recente, pois remonta ao sexto ou sétimo milênio da nossa era. O vertiginoso desenvolvimento que caracterizou os dois últimos séculos já se prefigurava nas grandes civilizações sedentárias do Egito e da Mesopotâmia. "Toda a moderna estrutura urbana já se anuncia, inclusive em seus problemas, no risco Imbópet para o complexo funerário do faraó Zoser em Saqqara e no plano do arquiteto rei, Gudea para a cidade de

Nippur, que há cinco mil anos já apresentava as grandes linhas do urbanismo moderno, inclusive traçando um rigoroso zoneamento"³

O fenômeno urbanização, caracterizado pelo crescimento desordenado das cidades, somente começou a surgir no Rio de Janeiro, por volta de 1930.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Uma Visão Histórica

"O modelo teórico é construído a partir de um complexo de interdependências, o que tem sido confirmado nos sistemas sócio-políticos analisados na América Latina."⁴ A estrutura espacial é vista a partir de uma perspectiva totalizante, que entende o espaço como o lugar de assentamento das relações sociais de produção e, em consequência disso, está determinado pelo modo de produção. Dentro dela, o processo de concentração urbana surgirá pelas necessidades sociais que surgem e são priorizadas em função da superestrutura política que tende a

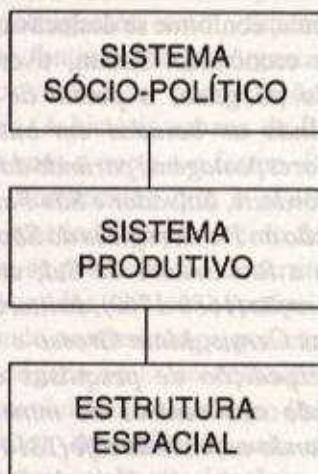
3. Antônio Garcia de Miranda Netto, *Problemas de Urbanização no Brasil*, Rio de Janeiro; Conferência proferida na E.S.G, 1978. p.7

4. A.J.E. Hardey & R.P. Schaedel, comp... *Las ciudades de América y sus áreas de influencia através de la historia*, Trad. Luis Carlos Santos Neves, Revista Análise e Conjuntura, Belo Horizonte, 8(2) fev. 1978. p.3

2. Idem ao 1.

assegurar as condições das relações de produção.

Graficamente,⁵ o modelo pode ser representado da seguinte forma:



Fases

"A análise da urbanização é feita a partir das cidades pré-colombianas existentes antes da revolução espanhola."⁶

A estrutura espacial é vista como resultante de medidas econômicas e

políticas. A análise esbarra nas seguintes dificuldades: os critérios demográficos-ecológicos adotados atualmente para a caracterização das cidades e as culturas pré-colombianas possuíam organizações políticas e sócio-econômicas que se tornaram cada vez mais complexas, exercendo o controle sobre territórios que, apesar de declinações cíclicas, foram se ampliando até alcançar o século XVI, possivelmente sua maior extensão.

A segunda fase se inicia a partir de 1500 com a conquista e colonização da América e sua incorporação ao sistema mercantilista. O sistema sócio-político e, parcialmente, o produtivo foram importados da Europa e impostos às sociedades indígenas. Entre 1870 e 1914, as regiões mais abertas ao intercâmbio com o exterior (o litoral da Argentina, Cuba, Uruguai e o sul do Brasil) se urbanizaram com rapidez. As duas guerras mundiais representam também períodos significativos para a urbanização. Durante e logo após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu nova época de fundações urbanas (não no sentido tradicional de cidades novas em territórios virgens e desocupados) de crescimento tão rápido que, demografica e fisicamente, muitas cidades da América Latina guardaram pouca relação com as que existiam há uma ou duas gerações.

5. Fonte: J.E. Hardey & R.P. Schaadel, comp., *Las ciudades y sus áreas de influencia de la historia*, 1978.

6. J.E. Hardey & R.P. Schaadel, comp., *Las ciudades de América y sus áreas de influencia através de la historia*, Trad. Luis Carlos Santos Neves, Revista Análise e Conjuntura, Belo Horizonte, 8(2):3 fev. 1978.p.3

7. Idem ao item 6, p. 4

"As políticas de urbanização que constituem espacial dos objetivos sócio-econômicos de um governo na América Latina, são de fato crescentes".⁷ "O que confirma os estudos feitos no Brasil a respeito de *políticas implícitas de urbanização*".⁸

Algumas Verificações Recentes

Com base em análises estatísticas recentes, dois são os fatores fundamentais da urbanização: alta taxa de crescimento natural, com as taxas de natalidade mantendo-se estáveis há várias décadas e, ao contrário, as taxas de mortalidade decrescente de forma acentuada; e uma forte migração a partir das áreas rurais, incluídos os distritos e as cidades rurais em direção aos principais centros urbanos de cada país, especialmente às capitais nacionais e aos centros industriais regionais. Representa entre 30 e 50% do crescimento urbano.

Em tais circunstâncias, a urbanização é um processo espontâneo que se realiza sem uma coordenação básica entre as inversões do setor público e do setor privado, que assim favorecem as grandes cidades em relação às pequenas, e esquecem as necessidades do campo.

A URBANIZAÇÃO NO BRASIL - EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Historicamente, as principais migrações internas do Brasil se deram ciclicamente, conforme se deslocava o interesse econômico. Assim, tivemos: o "ciclo do gado, a partir de 1650, seguindo as boiadas em busca de melhores pastagens; partindo do litoral do Nordeste, Salvador e São Paulo em direção ao Piauí, regiões do São Francisco e Rio Grande do Sul; ciclo da mineração (1680-1760), do litoral para Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, em expedição de pesquisas ou em direção aos centros de mineração, povoando-as; ciclo do café (1810-1870) — povoamento do Vale do Paraíba; desbravamento e povoamento do interior paulista; atualmente povoamento e desenvolvimento do Norte do Paraná; ciclo da borracha (1870-1912) — grandes levas de nordestinos que, atraídos pelos lucros da exploração da borracha (fator de atração) e açoitados por um período de grandes secas do nordeste (fator de repulsão) dirigiram-se para a Amazônia, povoamento da parte ocidental da Região Norte e compra do Acre".⁹

A diferença de origem entre as cidades brasileiras e as europeias, pode ser compreendida pela finalidade da própria

8. Idem ao item 6, p. 4.

9. Carlos Cesar Guterres Taveira, *Geografia do Desenvolvimento no Brasil: Problemas Brasileiros* 5.ed; Rio de Janeiro, Livro Técnico, 1978, p.26-27.

ação e instalação dos núcleos urbanos. Enquanto na Europa a cidade representava um movimento de energias econômicas, não vinculadas a atividade extrativista, as cidades implantadas pelos portugueses, eram, fundamentalmente, fontes de energia, organização para povoamento e ocupação do território. A história urbana do Brasil começa com o porto e o fortim. Poderíamos acrescentar que a evolução urbana, partindo do porto e do fortim espalhou-se pela vastidão do território, ao sabor dos ciclos econômicos, terminando, ao nosso tempo, por retornar as suas origens, o mar, em consequência do desenvolvimento econômico (industrialização), determinando uma urbanização essencialmente litorânea, e a formação de vazios no interior do país.

O fenômeno de urbanização, caracterizado pelo crescimento desordenado das cidades, somente começou a surgir no Rio de Janeiro por volta de 1930, com o aparecimento tímido das primeiras favelas (conjuntos de habitações sub-humanas), sendo facilmente observada a sua aceleração, pois a topografia local obrigou um crescimento linear da cidade, estimulando a formação de núcleos habitacionais marginais vizinhos aos centros residenciais normalmente constituídos, onde se fixou a mão-de-obra de atendimento às solicitações existentes nos referidos centros. Em muitas cidades o fenômeno foi semelhante. Já em São Paulo, a evolução

foi no sentido de ocupação em condições sub-humanas de prédios抗igos e de grandes espaços ociosos, onde numerosas famílias passaram a se abrigar no lugar que outrora fora ocupado por uma única família e seus dependentes.¹⁰

Nessa época, a iniciativa governamental, no tocante ao crescimento das cidades, consistia em organizar o traçado do chamado "plano diretor" que tinha uma preocupação mais geométrica, mas não visualizava o que viria a se traduzir em polos de desenvolvimento por força de outros fatores notadamente econômicos, resultantes de um relacionamento espontâneo de interesses local e extralocal. Como exemplo, citamos os planos diretores do Rio de Janeiro e de São Paulo, e podemos destacar como modelo para análise o traçado da cidade de Belo Horizonte, há pouco mais de 50 (cinquenta) anos.

Os principais aglomerados urbanos, que se situam na orla atlântica, concentram 2/5 da população das cidades, gerando uma grande distorção na distribuição espacial das populações, pela implantação e desenvolvimento das atividades industriais e a expansão da economia.

Atualmente, com a industrialização, pode-se observar que os deslocamentos e repulsões não se dão apenas pelos fatores ligados à terra mas, também, à

10. G. Galache & André N. Brasil *Processo e Integração*, 17 ed. São Paulo, Loyola, 1981, p.163

industrialização, o que, irá caracterizar o Brasil como um país em desenvolvimento.

"As facilidades dos meios e vias de transporte possibilitam hoje em dia, deslocamentos freqüentes de famílias ou de indivíduos isolados para as regiões em que o mercado de trabalho ofereça melhores condições: Rio de Janeiro, São Paulo, zonas industriais de Minas (Brasília, durante a sua construção), funcionam como poderosos centros de atração por oferecerem melhores salários, maiores oportunidades de emprego, maior assistência social: o Nordeste, com grande densidade demográfica, fraco mercado de trabalho, precárias condições de vida, tem representado um tradicional centro de repulsão, dai

a corrente migratória Nordeste-Sudeste-Sul, em busca de melhores condições de vida (o pau-de-arara)."¹¹

Podemos dizer que, no Brasil, a urbanização é um fenômeno relativamente moderno, mas apresenta um dos ritmos mais acelerados do mundo. Em 1940, a população urbana correspondia a 31% e, em 1975, aproximou-se dos 60%. Cerca de 70% da população brasileira reside, hoje, nas áreas metropolitanas, que crescem de maneira rápida, sem estruturação ou planejamento, acarretando problemas de todas as espécies.

11. Carlos Cesar Guterres Taveira, "Geografia do Desenvolvimento no Brasil: Problemas Brasileiros", 5.ed, Rio de Janeiro, Livro Técnico, 1978, p.27.



Cel R1 JOÃO RIBEIRO DA SILVA - foi do Quadro do Magistério do Exército (Prof. dos Colégios Militares de Curitiba, P. Alegre, e Rio de Janeiro e do CEP). Possui os cursos: da arma de Infantaria da AMAN, Bacharel e Licenciatura em História e Geografia, Pós-graduação em Orientação Educacional, Bacharel e Licenciado em Matemática, Especialização-Pós-graduação em E.F.B, Mestrado em E.P.B. e Associação dos Diplomados da ESG/RJ.



O ESTUDO-DE-SITUAÇÃO DO COMANDANTE TÁTICO — METODOLOGIA ATUAL E UMA NOVA PROPOSTA (*)

Raul José de Abreu Sturari

Matéria extraída de monografia elaborada, pelo autor, como exigência curricular para a obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares da ECEME.

Do conteúdo técnico-profissional, ela analisa criticamente o método de raciocínio do estudo-de-situação do comandante tático e propõe ajustamentos, em função do contexto operacional do moderno campo-de-batalha.

"A predominância do pensamento mecanicista no nosso cotidiano torna difícil a tarefa de prevalecer o mais importante em detrimento do mais numeroso. É preciso ter capacidade profissional e segurança pessoal para ponderar aspectos de uma manobra e distinguir, de modo significativo, uns dos outros."

* Selecionado pelo PADECEME

INTRODUÇÃO

Em situações inéditas, a capacidade de decidir, sobre como melhor atuar como meios disponíveis é uma das virtudes básicas que levaram alguns poucos militares a se inscreverem na galeria dos grandes capitães da História.

Há muito, a ciência da guerra pesquisa métodos que permitam ao oficial comum, mesmo sem as características dos gênios militares, decidir com propriedade e precisão. Esta é a finalidade do estudo-de-situação.

Felizmente não se discute mais a necessidade de um método de raciocínio que conduza à decisão tática, auxiliando a análise dos diversos aspectos que influenciam o campo-de-batalha. Sua importância, contudo, pode ser bem apreciada nas palavras de Clausewitz:

"Se formos mais além nas exigências que a guerra impõe a seus executantes, então haveremos de encontrar a predominância das faculdades do discernimento. A guerra é o reino da incerteza (...) Faz-se mister aqui, pois, uma mente penetrante e lúcida para encontrar a verdade através de habilidade nas avaliações".¹

Reconhecidamente, o método permite reduzir as incertezas, e sua prática levará ao sucesso. Segundo Sun Tzu:

"O general que vence uma batalha tece muitas considerações mentalmente, antes de travar o combate. O general que perde uma batalha faz somente poucas estimativas com antecedência. (...) É pela atenção a esse detalhe que posso ver quem provavelmente vencerá ou perderá."²

Comandar é decidir, e o estudo-de-situação é, talvez, o mais importante processo decisório realizado por um comandante. Mesmo quando, por opção ou fraqueza, ele se omite, pode-se afirmar que está praticando uma forma de decisão.³

Para Descartes, um dos fundadores da filosofia moderna e pai do racionalismo, uma idéia não era, como consideravam os escolásticos, um protótipo subsistente no intelecto divino, mas uma forma de pensamento, pela qual o próprio pensamento tem idéia de si mesmo, de maneira imediata. Duvidando de sua própria existência, ele cunhou a famosa frase "penso, logo existo".

O estudo-de-situação, propondo-se a resolver problemas táticos, exige raciocínios e julgamentos que se coadunam perfeitamente com a lógica propugnada pelo mestre.

1. LEONARD, Roger Ashley. *Clausewitz, Trechos de sua Obra*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1988. p.58.

2. CARDOSO, Alberto Mendes. *Os treze Momentos*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1987. p.124.

3. A forma negativa.

O então major Tristão de Alencar Araripe transcreveu, em seu livro *O problema Tático*, publicado em 1937, os quatro preceitos da lógica de Descartes, como argumento para convencer o leitor da necessidade de um método de raciocínio para o processo decisório. Nessa obra, os fatores missão, inimigo, terreno e meios já eram analisados separadamente, conduzindo a uma síntese final, a decisão.⁴

Tomando, como ponto de partida, a universalidade da razão, da qual todos os homens participam, Descartes identifica no intelecto, em sua pureza, duas faculdades essenciais: a *intuição*, pela qual podemos ter imediatamente presentes no espírito idéias claras, perfeitamente determinadas, distintas, simples e irreductíveis, e a *dedução*, pela qual podemos descobrir conjuntos de verdade ordenados racionalmente. O método criado por ele constitui-se de quatro regras que se utilizam, principalmente, da dedução, e que possibilitam estender a certeza matemática ao conjunto do saber: a regra da evidência, a da análise, a da síntese e a da enumeração.

As escolas do Exército, faz muito tempo adotam uma linha de pensamento eminentemente cartesiana. Desde a Missão Militar Francesa, na década que antecedeu a 2ª Guerra Mundial, é

4. Não existiam ainda, a montagem de várias linhas-de-ação, a análise das linhas-de-ação opositas, nem a comparação de nossa linhas-de-ação.

marcante a influência desse método em todas as áreas da Força, principalmente na *doutrina* e no *estudo-de-situação*.

A moderna administração, contudo, tem identificado distorções no uso indiscriminado do cartesianismo e, nesse contexto, nosso *estudo-de-situação* pode ser apontado como exemplo.

Uma análise das regras metodológicas propugnadas pelo próprio criador do método permite apontar alguns aspectos a serem discutidos:

- nem só o método permite soluções ótimas, mas aquele que não o segue rigorosamente e comete algum deslize é imediatamente execrado. Acontece que nosso método não deixa margem à *intuição*, sabidamente utilizada por todos os grandes capitães da História. E, por vezes, essa intuição permitiu manobras fantásticas, até hoje estudadas e reverenciadas em todas as escolas militares do mundo;

- nem todos os aspectos da situação precisam ser exaustiva e minuciosamente estudados. Algumas vezes o estandomaior passa horas a discutir fatores que sabidamente não afetarão a execução da operação, só para cumprir integralmente o método; e

- o método não precisa, obrigatoriamente, conduzir a decisões preconizadas como exemplares nos manuais.

Essa é uma forma muito comum de *prevenção*, que tem dificultado a evolução da *doutrina*. Se manobras inéditas para o ambiente atual não puderem ser concebidas, simplesmente

porque inexistem em fontes de consulta oficiais, grande parte do *estudo-de-situação* perde a razão de ser. Os próprios preceitos doutrinários são, muitas vezes, mais flexíveis que o modo de praticá-los, mas os executantes insistem que só os exemplos inseridos nos manuais são verdadeiramente válidos.

Mas há táticas militares que revolucionaram a arte da guerra e que certamente foram fruto de estudos-de-situação minuciosos, realizados ainda em tempo de paz, com excelentes dividendos para seus criadores.

A ANÁLISE DA MISSÃO

Importância

“Um problema bem enunciado já está meio resolvido.”⁵

A análise da missão, primeiro passo do estudo-de-situação, é tão importante que não deve, em princípio, ser delegada. É atribuição exclusiva do comandante, que não pode correr o risco de ter sua unidade cumprindo missões aquém ou além do imposto ou desejado. No primeiro caso, provavelmente comprometeria a manobra do escalão superior; no segundo, submeteria seus comandados a esforços maiores do que

os necessários. Ambas as opções representam falhas graves, normalmente inadmissíveis.

A análise da missão é tipicamente cartesiana, porque o todo é dividido em partes e cada parte é analisada separadamente, possibilitando conclusões parciais que, reunidas, sintetizam uma nova verdade. Ela será o novo *enunciado*, que se resume nas ações táticas a serem cumpridas e na *finalidade* da operação como um todo.

O “Enunciado”

O trabalho se resume, nessa fase da análise da missão, em enunciar as ações táticas impostas pelo escalão superior, de modo adequado e pelo verbo correto, para que sejam expressas e cumpridas integralmente. Simples nos trabalhos escolares, esse passo tende a se complicar, em situações reais, onde as ordens verbais e os tempos exíguos prevalecem.

A “Finalidade”

Trata-se, nesse momento, de definir qual o papel da operação no contexto da manobra do escalão superior. A adoção da forma genérica “colaborar para o cumprimento da missão do escalão superior” acarreta resultados normalmente inócuos para o *estudo-de-situação*, pois pouca ou nenhuma influência trará no processo decisório do escalão consi-

5. DUMONCEL, Léon. *Essai de Mémento de Tactique Générale*. 2^a Edição. Paris, Charles-Lavouze, 1939. p.35.

derado ou de seus subordinados.

Nos conflitos atuais, a alta mobilidade das tropas no teatro-de-operações, a avançada tecnologia do armamento colocado à disposição dos contendores, e a influência decisiva da guerra eletrônica permitem prever constantes e inesperadas mudanças de situação que tornam bastante difícil visualizar, de maneira precisa, como cada batalha se desenrolará. Além disso, deve-se prever também constantes interrupções nas comunicações, que dificultarão bastante a conduta das operações.

Ora, se o comandante e seu estado-maior tiverem presente, com absoluta clareza e precisão, a *finalidade* da operação a realizar, então os planos conterão suficiente flexibilidade para que a unidade continue a desempenhar seu papel no contexto da manobra do escalão superior, a despeito das prováveis mudanças de situação. Posteriormente, as *decisões de conduta*, mesmo sem o desejável contato com o escalão superior, serão apoiadas na *finalidade*, proporcionando aos comandantes a certeza de que continua agindo em prol da operação como um todo, apesar das transformações radicais no planejamento inicial que porventura venham a acontecer.

Por tudo isso, é lícito propor-se que, ou a intenção seja claramente explicitada na ordem de operações, ou a *finalidade da operação de cada um seja imposta nas ordens aos elementos subordinados*. A diversidade e crescente com-

plexidade das operações modernas indica que a segunda opção é, provavelmente, a melhor, pois não deixa dúvidas aos subordinados e lhes economiza tempo.

Por outro lado, as missões pela finalidade proporcionam mais liberdade de ação para os subordinados, impondo-lhes apenas "o que" fazer, e não "como" fazer. São, atualmente, mais comuns nos escalões mais elevados, porém a evolução da arte da guerra sugere que sejam cada vez mais comuns também nos pequenos escalões, se a situação assim o permitir.

As "Ações a Realizar"

As ações impostas são simplesmente retiradas do enunciado, conforme já comentado. As deduzidas normalmente são motivo de dúvidas para o comandante, principalmente aquelas consideradas acessórias, que complementam a missão principal.

Alguns fatores influenciam a dedução de um maior ou menor número de ações táticas. O primeiro é certamente o escalão. Quanto mais alto, maior será sua capacidade de dedução. O segundo é o tipo de operação. Missões altamente descentralizadas, típicas de Cavalaria, como o aproveitamento-do-êxito e a perseguição, normalmente serão atribuídas somente pela missão principal ou pela finalidade. As ações táticas complementares serão inferidas pelos subordinados.

O último fator, e talvez o preponderante, é a personalidade dos chefes militares envolvidos no processo. Por exemplo: comandantes minuciosos e centralizadores transmitirão ordens completas e detalhadas; subordinados pouco experientes, ou demasiadamente indecisos, requerem missões esmiuçadas.

A sugestão, para o ambiente atual, é a determinação de missões, sempre que possível, pela finalidade, proporcionando liberdade de ação e acostumando os subordinados a visualizarem sempre a manobra do escalão superior.

A "Sequência das Ações"

Atualmente, o método ensina que se devem ordenar as ações táticas em ordem cronológica, para facilitar a expedição da ordem e o entendimento. Mas, o que será prioritário: a cronologia ou a importância das ações?

Insere-se aqui, a idéia de que existem ações táticas menos importantes que outras. Dessa forma, missões como acolher, ultrapassar, proteger-se face a um flanco exposto, vigiar com elementos da Força Aérea e muitas outras poderão ou não ser levantadas, e dificilmente causarão dúvidas no procedimento dos escalões subordinados que, se necessário, irão deduzi-las. Por outro lado, atacar para conquistar, defender ou realizar um movimento retrógrado são exemplos de operações básicas que,

normalmente, constam das ordens de operações.

Como sugestão, deveria(m) ser caracterizada(s), no novo enunciado, a(s) ação(ões) tática(s) principal(is), facilitando o entendimento dos subordinados. A seguir, seriam citadas as ações secundárias na ordem cronológica.

As "Condições de Execução"

Entende-se, na presente proposta, que essa é a primeira oportunidade para visualizar a situação de maneira global. Examinados sumariamente todos os dados que até então possui, de maneira integrada, o comandante deverá concluir sobre quais os fatores preponderantes para a manobra em questão.

Esses fatores preponderantes, ponderáveis e imponderáveis, orientarão e facilitarão o trabalho particularizado de cada membro do estado-maior geral e especial, evitando-se distorções de interpretação. Deverão ser incluídos na diretriz de planejamento, a ser comentada posteriormente. Exemplos: "*o inimigo em presença na nossa zona-de-ação possui seu flanco leste desprotegido*"; "*o sistema C3I (comando, controle, comunicações e informações) do inimigo funciona de maneira precária*".

O novo enunciado, as condições de execução e os fatores preponderantes deverão integrar a diretriz de planejamento, norma de comando indis-

pensável para o comandante que deseja bem orientar o trabalho do seu estado-maior.

SITUAÇÃO E LINHAS-DE-AÇÃO

As "Considerações que Afetam as Possíveis Linhas-de-Ação".

Esse item poderia ser também chamado de estudo-de-situação propriamente dito, porque a situação é caracterizada pelo ambiente vivido: área de operações, inimigo e nossa situação. Tudo o mais que é realizado no processo decisório gira em torno dessa fase. Sun Tzu já afirmava: "Se você conhecer o inimigo e a si próprio, não haverá dúvida quanto à sua vitória. Se você conhecer os Céus (condições meteorológicas) e conhecer a Terra (terreno), sua vitória será completa"⁶

A segunda fase do estudo-de-situação constitui, principalmente, um problema de informações. Trata-se de analisar as informações que se possui a respeito das condições meteorológicas, do terreno, do inimigo e de nossos meios. Dificilmente uma decisão será melhor do que as informações em que se baseou.

Essa fase é, também, predominantemente cartesiana: o estudo das

características da área de operações, da situação do inimigo, da nossa situação e do poder relativo de combate permitirá concluir sobre as possibilidades do inimigo e sobre as nossas linhas-de-ação.

As "Características da Área de Operações"

O estudo das condições meteorológicas e do terreno tem sido realizado de maneira cada vez mais eficiente em nossas escolas. É importante considerar, contudo, que o campo-de-batalha não pode ser visto de modo mecanicista, como alguns insistem em fazê-lo.

Deve-se evitar, portanto, considerar como melhor via-de-acesso aquela que simplesmente possua o maior número de fatores favoráveis, quando do estudo da extensão, dominância, espaço para manobra e outros. Deve ser normal que um único desses fatores, ou alguns poucos, sejam preponderantes sobre os outros, indicando a melhor faixa de progressão à revelia de diversos outros considerados menos importantes.

Outro aspecto a ser observado diz respeito aos encargos de estudo. Atualmente, o Oficial de Informações é incumbido dessa tarefa, mas freqüentemente o Oficial de Operações é designado pelo comandante para apresentar suas conclusões a respeito, uma vez que, no que diz respeito às nossas operações, será este o maior usuário dessas idéias.

6. CARDOSO, Alberto Mendes. *Os treze Momentos*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1987, p. 147.

A prática permite então que o chefe da segunda seção, reunindo os dados e passando-os aos demais integrantes do estado-maior, seja encarregado somente das conclusões quanto às operações do inimigo, enquanto o chefe da terceira seção estuda o terreno e as condições meteorológicas no que diz respeito às nossas tropas.

A "Situação do Inimigo"

Talvez seja essa a parte mais difícil de todo o estudo-de-situação. Nos trabalhos escolares e, mesmo, nos exercícios em campanha, o inimigo é fornecido com inúmeros detalhes, só possíveis num contexto em que tivermos total domínio do espectro eletromagnético e do espaço aéreo. Como exemplo, raro, pode ser mencionada a situação das tropas aliadas contra o Iraque, na Guerra do Golfo.

Numa operação normal, porém, a guerra eletrônica, as dissimulações táticas, a alta mobilidade das tropas e a moderna tecnologia dos armamentos indica que as evoluções na situação do inimigo serão sentidas com rapidez muito maior do que estamos acostumados em exercícios acadêmicos e, consequentemente, a dificuldade na obtenção de informes seguros e verdadeiros será enorme.

Pode-se afirmar que essa foi sempre uma parte crucial do estudo-de-situação, porque segundo Sun Tzu, "Toda a arte

da guerra baseia-se na dissimulação";⁷ e segundo Clausewitz, "grande parte dos informes obtidos na guerra é contraditória, uma parte ainda maior é falsa, e a maior de todas as partes apresenta caráter duvidoso".⁸

A "Nossa Situação"

Os trabalhos escolares e os exercícios em campanha talvez releguem essa importante fase do estudo a um segundo plano, o que seria extremamente perigoso em uma situação real.

Nos pequenos escalões, até o nível unidade, a situação dos nossos meios, tanto em pessoal quanto em material, é facilmente conhecida e atualizada; os meios de apoio ao combate, reforços, bem como as unidades vizinhas e interpostas estarão suficientemente próximos para permitir o contato e a integração de forma plenamente satisfatória.

À medida que aumenta o escalão, porém, tudo fica mais difícil. É necessário que cada membro do estado-maior esteja com sua própria rede de informações funcionando adequadamente, e todos os escalões subordinados imbuidos da necessidade de abastecer o comandante superior com informações oportunas a respeito de tudo o que se passa sob suas ordens.

7. CARDOSO, Alberto Mendes. *Os Treze Momentos*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1987. p.63.

8. LEONARD, Roger Ashby. *Clausewitz, Trechos de Sua Obra*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1988. p.67.

Não é redundante ressaltar o trabalho coordenador do chefe do estado-maior, o qual deverá reunir, processar e atualizar constantemente os dados. Ele é, perante o comandante, o responsável pelas informações sobre a nossa situação, devendo estar permanentemente em condições de apresentar suas conclusões a respeito.

O "Poder Relativo de Combate"

Para esse estudo, é necessário ter-se em mente que sua finalidade é determinar, em relação aos diversos aspectos da manobra, se nossas tropas possuem superioridade, igualdade ou inferioridade, face ao inimigo.

Posteriormente, quando da montagem das linhas-de-ação, o oficial de operações procurará explorar ao máximo os fatores em que temos superioridade, desequilibrar a nosso favor aqueles que estão em igualdade, e minimizar os que apresentam vantagens para o inimigo. A máxima eficácia no emprego dessa técnica só é possível, no entanto, quando aquele que a emprega possui a capacidade de integrar essas conclusões fragmentárias sob um enfoque único.

A prática permite propor que sejam comparados outros fatores, além dos sugeridos pelo manual C 101-5, tais como: apoio de engenharia; sistema C3I; moral; aptidão das unidades em confronto para a natureza da operação

em questão; apoio logístico; experiência de combate; instrução e adestramento.

POSSIBILIDADES DO INIMIGO

Esse importante passo do processo decisório é, em suma, a conclusão do *estudo-de-situação* do Oficial de Informações. Ele não deverá descartar nenhuma possibilidade, quando da sua enumeração, sob pena de, fornecendo ao comandante informações incompletas, permitir ao inimigo alcançar a surpresa, princípio de guerra incontestável e sempre procurado.

A identificação de vulnerabilidades, quando existirem, permitirá transformá-las posteriormente, em fator preponderante, principalmente se a nossa manobra for de caráter ofensivo, porque, numa operação desse tipo, o inimigo será, normalmente, o mais importante dos fatores da decisão.

A determinação da(s) linha(s)-de-ação provável (is) do inimigo, por sua vez, representa um dos fatores mais aleatórios do *estudo-de-situação*, com grande influência sobre ele. Deve ser realizada do modo mais completo possível, para facilitar o uso da informação.

Alguns estudiosos defendem a idéia, também acolhida pelo autor, que deve ser incluída a apresentação da linha-de-ação inimiga mais desfavorável para

nós, pois essa informação tem grande valia nos próximos passos do estudo-de-situação.

NOSSAS LINHAS-DE-AÇÃO

Tudo o que foi até agora obtido, analisado, estudado e concluído deverá ser utilizado para a montagem das linhas-de-ação. Para realizar esse processo de elaboração mental, complexo e cercado de subjetividades, o cérebro humano ainda é, e será por muito tempo, insubstituível.

As linhas-de-ação constituem esboços de uma provável decisão final. Delas constam, normalmente, o "que", o "onde", o "quando" e o "como", tudo de modo sucinto, básico. Detalhes posteriores serão introduzidos na análise das linhas-de-ação opostas, terceira fase do estudo-de-situação, à guisa de aperfeiçoamento.

Durante esse passo, deve-se ter em mente que o número de linhas-de-ação depende da capacidade profissional do encarregado de elaborá-las. Além do mais, se somente uma única alternativa se apresenta como válida, configura-se uma deficiência das forças amigas que, se percebida, poderá ser explorada pelo inimigo.

Por isso, o Oficial de Operações deve empenhar-se ao máximo para criar linhas-de-ação lógicas, viáveis, que cumpram integralmente a missão,

estejam plenamente de acordo com a finalidade e sejam diferentes entre si. Afinal, a habilidade para desenvolver alternativas é, muitas vezes, tão importante quanto a escolha acertada entre as mesmas.

A prática tem demonstrado que alguns passos, realizados antes da linha-de-ação propriamente dita, facilitam sua montagem.

Assim sendo, pode-se propor que tais passos sejam incluídos no método e no momento, oficializando o que já é feito naturalmente.

Dessa forma, é possível sugerir um processo para a montagem de linhas-de-ação para o *ataque coordenado*. Por exemplo: seleção de frente e opção pela forma de manobra (penetração, desbordamento, envolvimento, ataque frontal ou uma variante); determinação do objetivo decisivo; marcação ou não de objetivos intermediários; regulação da manobra (longa ou curta); escolha da via de acesso a ser mobiliada pelo ataque principal; escolha da(s) via(s) de acesso a ser(em) mobiliada(s) pelo(s) ataque(s) secundário(s); determinação do valor da peça de manobra que constituirá a reserva; determinação das ações a serem realizadas na frente não selecionada e seus executantes, quando for o caso; e ajustamento da linha-de-cão.

Para a defesa em posição, existe um processo consagrado, o "processo das cinco fases", em que a(s) linha(s)-de-

ação é(são) montada(s) progressivamente.

A exemplo da montagem das linhas-de-ação para o ataque coordenado, o processo das cinco fases é precedido de alguns passos de suma importância que, como proposta, devem ser acrescidos ao mesmo. Por exemplo: forma de manobra (defesa de área ou defesa móvel); região capital de defesa ou última linha a defender, conforme o escalão.

O manual C 101-5, na página B-17, afirma que “o processo (...) já incorpora elementos analíticos e comparativos das diferentes linhas-de-ação que podem esboçar-se, permitindo, muitas vezes, a eliminação sistemática das opções menos vantajosas e podendo conduzir, desta forma, diretamente, à elaboração da melhor linha-de-ação, o que dispensa posteriores análises e comparações”.

O autor discorda dessa afirmação. A análise das linhas-de-ação opostas, próximo passo do *estudo-de-situação*, é insubstituível, como será visto posteriormente.

Diferentes linhas-de-ação possibilharão, durante a análise das linhas-de-ação opostas, melhores aperfeiçoamentos e a determinação mais precisa de fatores preponderantes. Como consequência, a decisão final terá maior flexibilidade e liberdade de ação, aumentando as possibilidades de sucesso do processo decisório.

Esses argumentos permitem sugerir que possam ser apresentadas, ao comandante, alternativas bastante diversas entre si, até mesmo em suas essências. O próprio manual C 101-5 ensina que devem ser consideradas todas as linhas-de-ação que forem significativamente diferentes.

Nas escolas, contudo, tem-se afirmado que, pela dificuldade de comparação, certos passos acima apresentados não permitem retorno. Por exemplo, uma vez selecionada a frente, todas as linhas-de-ação mobiliarão, com os ataques principal e secundário(s), as vias de acesso incluídas naquela frente.

Por que não montar, por exemplo, uma linha-de-ação de um desbordamento e outra de uma penetração?⁹ Uma de defesa de área e outra de defesa móvel?¹⁰ As pesquisas realizadas não encontraram argumentos contrários suficientemente convincentes. A menos que o comandante interfira no *estudo-de-situação* e decida antecipadamente por determinada forma de manobra, elas deverão, sempre que possível, ser formuladas para posterior análise, comparação e apresentação ao comandante, que detém a prerrogativa da decisão.

9. Formas de manobra em uma operação de ataque coordenado.

10. Formas de manobra em uma operação de defesa em posição.

ANÁLISE DAS LINHAS-DE-AÇÃO OPOSTAS

Sua Importância e Finalidade

É necessário reconhecer que o estudo-de-situação atualmente praticado dispensa pouca importância a esta *fase fundamental* para todo o processo decisório. Muitos, na realidade, não sabem executá-la e nem precisamente qual a sua finalidade.

Essa falha talvez seja explicada pela própria essência do método. Diferentemente da maior parte do estudo-de-situação, a análise nessa fase é um *processo dialético*, em que a *tese* é a nossa linha-de-ação, a *antítese* é a linha-de-ação do inimigo e a *síntese* será, em suma, a nossa linha-de-de-ação aperfeiçoada. É normal que a nossa formação cartesiana tenha criado resistências naturais a um processo diferente e pouco praticado.

O método dialético foi criado por Sócrates e discorrido por Platão e Aristóteles, no século V antes de Cristo. Descartes, no século XVII, considerou-o inútil; Hegel recriou-o no século seguinte e Marx e Engels desenvolveram-no nas teorias sociais, que desembocaram no comunismo.

Conforme já comentado, a principal finalidade dessa análise é introduzir, nas diversas linhas-de-ação elaboradas, os aperfeiçoamentos necessários para corrigir deficiências e evidenciar virtudes. Mas não é só. Outras conclusões

importantes devem ser também sintetizadas, como as vantagens e desvantagens de cada linha-de-ação, os fatores preponderantes para a operação em questão, e a determinação de possíveis soluções de conduta.

As vantagens e desvantagens devem ser levantadas de forma absoluta, isto é, abstraindo-se comparações antecipadas que serão realizadas na fase seguinte, "comparação das nossas linhas-de-ação".

Os fatores preponderantes aqui evidenciados serão anexados àqueles constantes da diretriz de planejamento, fruto da análise da missão, os quais deverão ser, ainda, confirmados. Terão importância fundamental para a decisão final do comandante.

A determinação de possíveis soluções de conduta será consequência da visualização progressiva do desenrolar do combate, que será feita nessa fase. Esse procedimento facilitará sobremaneira a condução da operação e permitirá introduzir aperfeiçoamentos nas linhas-de-ação que possibilitem ao escalão considerado intervenções oportunas e com os meios apropriados.

A "Seleção das Possibilidades do Inimigo"

Trata-se, agora, de selecionar quais as possibilidades do inimigo que irão reagir contra as nossas linhas-de-ação. Parece lógico que as linhas-de-ação

prováveis serão, em princípio, escolhidas. Também o será a mais desfavorável para nós, pelas dificuldades que nos serão criadas, caso seja adotada pelo nosso opositor.

As demais possibilidades ficarão a critério do Oficial de Informações, em contato direto com o Oficial de Operações. Freqüentemente, contudo, esse passo enseja apropriadas intervenções do comandante. Para auxiliá-los, o manual C 101-5 sugere importantes fatores a serem considerados.

A "Análise Propriamente Dita"

Nesse passo, é realizado o "jogo da guerra", onde se procura visualizar todo o desenrolar do combate.

Os chamados *wargames*, hoje bastante desenvolvidos em países do primeiro mundo, possuem técnicas que só caem no domínio público após se tornarem obsoletas. Entre os civis, naqueles países, existem inúmeros aficionados que praticam esses jogos, que constituem um mercado seguro para firmas especializadas.

No Brasil, as Forças Armadas ainda precisam percorrer um longo caminho para se equiparem às correspondentes mais avançadas, e diversos esforços têm sido evidenciados nesse sentido.

Contudo, o grande número de "jogos de guerra" existente hoje, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, permite sugerir que nossas escolas

adotem *wargames* que reproduzem batalhas históricas. Tal procedimento possibilitaria um contato cerrado com novas técnicas juntamente com o estudo de História Militar.

Mas, qual é a diferença existente entre os "jogos de guerra" até agora comentados e o "jogo da guerra" praticado na análise das linhas-de-ação opostas, terceira fase do estudo-de-situação? Resposta: apenas o estágio de aperfeiçoamento e o grau de sofisticação com que o mesmo é executado.

Oficiais acostumados com a prática de "jogos de guerra" certamente sabem conduzir de modo eficaz a análise das linhas-de-ação opostas, a qual é normalmente realizada com poucos meios e regras específicas para cada operação.

Nossos manuais descrevem, em linhas gerais, um método para realizar a análise de uma linha-de-ação para um ataque coordenado. Algumas sugestões, contudo, podem ser acrescidas.

O Oficial de Informações deverá participar ativamente dessa fase. Conforme proposta deste trabalho, esse oficial deve, inclusive, ser dispensado do estudo do terreno e das condições meteorológicas para as nossas operações, de modo a se deter exclusivamente na análise do nosso oponente.

Assim sendo, o "jogo" deve ser desenvolvido com o Oficial de Operações representando a atuação das nossas tropas e o chefe da Segunda Seção desempenhando o papel do inimigo. O árbitro será sempre o comandante,

auxiliado pelos demais elementos do estado-maior geral e especial que, a seu critério, forem importantes nessa fase.

Deverão ser utilizados, sempre que possível, meios auxiliares que facilitem a visualização progressiva das tropas. Quadro-mural, celotex, transparências, retroprojetor, caixão de areia, cartolinhas, peças de plástico, peças de papelão, cartas topográficas e esboços são exemplos de como pode ser enriquecido o jogo-de-guerra.

As regras consistem dos dados médios de planejamento, obtidos e difundidos pelo Estado-Maior de Exército, e das informações obtidas a respeito do inimigo. Porém, a capacidade de discernimento do comandante e de seus auxiliares é insubstituível e fundamental nesse momento.

O comandante deverá, ainda, determinar que o "jogo" recomece seguidas vezes, a partir do(s) momento(s) que julgar necessário, arbitrando outros resultados, de tal modo que todas as situações possíveis sejam analisadas.

Durante o desenrolar do "jogo", serão paulatinamente introduzidos os aperfeiçoamentos nas nossas linhas-de-ação e anotadas as vantagens e desvantagens de cada uma delas, bem como os fatores que o comandante julgar preponderantes para a operação.

Ao mesmo tempo, será possível antever determinadas soluções de conduta, o que facilitará posteriormente a intervenção na manobra dos subordinados, caso seja necessário. Essas

intervenções, contudo, deverão ser reduzidas ao mínimo indispensável, pela introdução de adequados aperfeiçoamentos nas nossas linhas-de-ação.

Tudo o que foi comentado até agora sobre a análise das linhas-de-ação opostas permite discordar dos nossos manuais, que dispensam esse passo quando é realizado o "processo das cinco fases", na defensiva. O traçado das penetrações máximas admissíveis é somente uma forma superficial de visualização do combate até aonde é taticamente viável para o escalão considerado contra-atacar para restabelecer a posição.

Mesmo sem a presença do inimigo, é perfeitamente possível levantar-se suas possibilidades, linha(s)-de-ação provável(is) e vulnerabilidades, de modo a executar-se o "jogo da guerra". Ainda que, durante o "processo das cinco fases", se conclua por uma única linha-de-ação,¹¹ a análise das linhas-de-ação opostas se justifica pela necessidade de se levantar os fatores preponderantes e as possíveis soluções de conduta. Além disso, o aperfeiçoamento das linhas-de-ação nesse processo é realizado de maneira pouco objetiva, e seria melhor realizado se não fosse dispensada essa terceira fase do estudo-de-situação.

11. Idéia da qual o autor discorda, porque a capacidade de levantar alternativas é tão importante quanto decidir, entre aquelas apresentadas, qual a melhor.

COMPARAÇÃO DAS NOSSAS LINHAS DE AÇÃO E DECISÃO

Processos de Comparação

O manual C 101-5 ensina dois processos mais normalmente usados para a comparação das nossas linhas-de-ação. O primeiro compara vantagens e desvantagens, listadas de forma desordenada. O outro elege fatores de comparação, que o autor prefere chamar de fatores preponderantes.

Nenhum processo eficaz consegue excluir os fatores preponderantes dessa comparação. Mesmo para o primeiro processo, o manual insiste em que a linha-de-ação escolhida deverá ser aquela que possua *as mais importantes vantagens*, e que vantagens e desvantagens insignificantes devem ser desprezadas.

A predominância do pensamento mecanicista no nosso cotidiano, contudo, torna difícil a tarefa de fazer prevalecer o mais importante em detrimento do mais numeroso. É preciso ter capacidade profissional e segurança pessoal para ponderar aspectos de uma manobra e distinguir de modo significativo um dos outros.

Os argumentos apresentados permitem sugerir que a comparação deve ser feita, sempre que possível, pelos fatores preponderantes. Para isso eles foram levantados durante a análise da missão, confirmados e complementados durante a análise das linhas-de-ação

opostas. Resta ainda ao comandante *priorizá-los*, pois existem aqueles que podem ser considerados "preponderantes entre os preponderantes".

O manual exemplifica, como fatores preponderantes, o terreno, a rapidez, o nosso dispositivo e o dispositivo do inimigo. O fator possibilidades do inimigo também é constantemente incluído. Mas outros devem ser levantados, como, por exemplo, a tecnologia dos materiais em confronto, o moral, as condições meteorológicas, a superioridade aérea, o sistema C3I, as atividades de guerra eletrônica, a possibilidade do emprego de armas nucleares, a atitude da população na área de operações.

Para cada fator preponderante eleito, devem ser listadas as vantagens e desvantagens, de modo a concluir-se, para cada um, qual a melhor linha-de-ação.

Isso feito, só resta ao comandante decidir.

O Comandante e o Momento da Decisão

Anteriormente, existia a idéia anacrônica de que o comandante não participava ativamente da segunda e terceira fases do *estudo-de-situação*. Após a análise da missão e expedição da diretriz de planejamento, recolhia-se soberano para seus aposentos e deixava que o estado-maior trabalhasse. Depois da análise das linhas-de-ação opostas, o comandante marcava a hora para a

exposição do Oficial de Operações, que realizaria a comparação das nossas linhas-de-ação.

Ao término da exposição, o comandante poderia: optar por uma das alternativas apresentadas; modificar uma delas, elegendo-a; formular e escolher outra linha-de-ação, que sequer houvesse sido levantada.

Atualmente, a prática demonstra que a presença do comandante é de suma importância durante todo o *estudo-de-situação*. Já quando da expedição da diretriz de planejamento, a segura orientação ao estado-maior proporcionará a seus integrantes uma visão holística da situação e permitirá objetividade e eficiência nos trabalhos.

Posteriormente, acompanhará atentamente o trabalho do estado-maior, principalmente da segunda e terceira seções sem, no entanto, tolher-lhes a liberdade.

Quando da montagem das nossas linhas-de-ação pelo Oficial de Operações, a presença do comandante permitirá, muitas vezes, eliminar opções que certamente não serão utilizadas, tornando os trabalhos mais objetivos.

Na análise das linhas-de-ação opostas, o comandante é quem opta ou não pelas possibilidades do inimigo que deixem margem a dúvidas. Depois, será o árbitro que acompanhará ativamente a "confrontação" entre nossas tropas (oficial de operações) e o inimigo (oficial de informações) durante o "jogo da guerra", levantando os fatores prepon-

derantes que não foram inferidos durante a análise da missão.

Mas, após a comparação das nossas linhas-de-ação, haverá um momento exclusivamente seu "a decisão". Só o comandante tem condições de analisar a situação de forma integrada, distinguindo, entre os diversos fatores, que atuam no campo-de-batalha, aqueles realmente preponderantes.

Este é um momento semelhante àquele vivido quando o comandante analisou as condições de execução, durante a análise da missão. A diferença reside no grande volume de informações agora disponível, resultado principalmente das diversas análises parciais realizadas.

O espaço de tempo entre o término da exposição do estado-maior e a decisão é variável. Poderá ser de segundos, horas ou até dias. Para isso, o comandante sabe que a análise dos fatores e aspectos táticos sob condições estáticas só é útil para isolar os efeitos das incertezas e desenvolver novos instrumentos de estudo. É puramente escolar. O planejamento é, na prática, conduzido sob condições de mudança e incerteza.

Caso a decisão possa ser adiada *sem prejuízo das ações posteriores*, o comandante cauteloso normalmente esperará que outras informações cheguem ao seu conhecimento, visando a reduzir o risco calculado inerente a todas as operações militares.

Por outro lado, o princípio da *oportunidade* poderá exigir, muitas vezes, que vários passos e fases do *estudo-de-*

situação sejam realizados de maneira sumária e superficial, e que a decisão seja tomada imediatamente.

Nesse momento decisivo, que caracteriza bem a famosa "solidão do comando", o oficial tem sua última oportunidade para visualizar a situação de forma sistêmica, em que todos os fatores e aspectos, interdependentes, influenciam o ambiente de modo desigual, porém simultâneo.

Bases para Seleção entre Linhas-de-Ação

Racionalmente, o comandante assenta sua decisão em três bases para a seleção entre linhas-de-ação: a experiência, a experimentação e a pesquisa. A primeira é pessoal. As outras são proporcionadas pela instituição, cabendo ao chefe militar estar constantemente atualizado para bem utilizá-las.

A confiança na vivência anterior desempenha provavelmente uma parte maior do que a merecida no processo de decisão. O comandante experiente geralmente crê, muitas vezes sem ter disso consciência, que as coisas que realizou e os erros que cometeu lhe proporcionam um guia quase infalível para o futuro. As lições da experiência, contudo, podem ser de todo inaplicáveis a novos problemas.

Se a vivência anterior for cuidadosamente analisada ao invés de ser seguida cegamente, pode-se tornar sumamente

útil como base para a tomada de decisão. Mas é preciso reconhecer que as boas decisões têm que ser avaliadas em face dos acontecimentos *futuros*, ao passo que a experiência pertence ao *passado*.

Napoleão disse certa vez: "A guerra é uma arte singular (...). Garanto que participei de sessenta batalhas. Pois bem: não aprendi nada que não soubesse desde a primeira".¹²

A experimentação só é possível em tempo de guerra. Novas táticas e evoluções doutrinárias são testadas no campo-de-batalha e as conclusões a respeito servirão de base para operações futuras. As inovações germânicas que surpreenderam o mundo da Segunda Guerra Mundial foram experimentadas poucos anos antes, durante a Guerra Civil Espanhola.

Finalmente, a pesquisa. O estudo e a análise são sempre menos dispendiosos do que a experimentação. O laboratório de análises táticas por excelência é o exercício em campanha. Novas idéias, advindas das escolas, do Estado-Maior do Exército e do Comando de Operações Terrestres não devem ser testadas apenas nas manobras na carta e nos jogos-de-guerra. É imperativo colocar a tropa no terreno e acompanhar sua execução de modo científico, o mais minuciosamente possível, com equipes especializadas.

12. BONHEUR, Gaston. *Napoleão. o retrato do homem*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1982. p.61.

As limitações financeiras não devem impedir nossa evolução doutrinária. O adestramento da tropa em táticas por demais conhecidas e, por isso mesmo, de difícil aplicação nos próximos conflitos, pode ser relegado, face a exercícios em campanha que proporcionem novos ensinamentos e apontem soluções. Para esses deve ser canalizada a maioria dos recursos disponíveis.

A Intuição e a Decisão

Descartes já ensinava que o homem é dotado de duas faculdades essenciais: a intuição e a dedução. O *estudo-de-situação* é essencialmente dedutivo e racional, a exemplo da grande maioria das ciências praticadas em todo o mundo nas últimas décadas.

A intuição, contudo, vem ganhando espaços cada vez maiores nas mais diferentes áreas em países do Primeiro Mundo. E, se o modelo militar contribuiu bastante para os primeiros passos da administração de empresas, é lícito agora trilhar-se o caminho inverso na busca de novos conhecimentos.

Trata-se do desenvolvimento de técnicas que permitam a utilização em escala cada vez maior do lado direito do cérebro (intuitivo), juntamente com o seu lado esquerdo (linear, dedutivo). Empresas norte-americanas, por exemplo, têm destinado grandes parcelas do orçamento destinado a especialização de

executivos em cursos de desenvolvimento da intuição gerencial.

Ao contrário do que se possa pensar, não se trata de um retorno ao "achismo" ou a um "empirismo operacional". Trata-se, isso sim, da abertura de novos horizontes com potencialidades inimagináveis. Especialistas no assunto afirmam que, assim como a racionalidade e a lógica, a intuição também pode ser desenvolvida com eficácia através de técnicas apropriadas.

Os grandes capitães da História Militar certamente utilizavam a intuição, inata, para elaborar manobras táticas que revolucionaram a arte da guerra. Segundo Von Moltke, "(...) atos sucessivos de guerra não são atos premeditados; são espontâneos, ditados pela intuição militar. Em cada caso o problema é o de descobrir a situação apesar da névoa de incerteza; avaliar corretamente o que se sabe e estimar o que não se sabe; tomar rapidamente uma decisão e, então, executá-la de forma poderosa e decidida".¹³

A Força Terrestre deve envidar todos os esforços possíveis para acompanhar as mudanças e transformações que estão em curso, bem como outras que certamente virão no terceiro milênio que

13. FREYTAS-LORINGHOVEN, Hugo von. *O Poder da Personalidade na Guerra*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1986. p.86.

se avizinha. A sugestão de se especializar diversos militares para o desenvolvimento da intuição no processo decisório poderá ser útil não somente na preparação para a guerra, mas também para assuntos administrativos, em tempo de paz.

Resumindo: o comandante, de posse de todos os dados disponíveis, já avaliados, e visualizando a situação como um todo, deverá ainda ter a capacidade de agir intuitivamente no momento da decisão. Parece muito, mas, na realidade, tudo isso será pouco, face à responsabilidade de optar por uma manobra que poderá colocar em risco um grande número de vidas, mudar a história das batalhas e, muitas vezes, decidir os destinos de uma nação.

CONCLUSÃO

Ao término das análises e estudos realizados ao longo do trabalho, um exame global do mesmo permite inferir que:

- a essência cartesiana permanece a mesma, sabidamente enriquecida por uma fase dialética;
- uma visão holística da situação foi enfatizada em diversos passos ao longo do processo;
- diversas alterações foram propostas na forma de executar alguns passos;
- novos conceitos foram incluídos; e
- alguns procedimentos foram adicionados.

Antigamente, o bom senso, a experiência, a intuição e a sorte, quando disponíveis, eram os únicos auxiliares do comandante para a execução do processo decisório. A criação do método permitiu ao oficial comum, sem os atributos dos gênios militares, solucionar problemas táticos com propriedade e precisão. Contudo, só o aperfeiçoamento possibilita evoluir conforme as mais dinâmicas ciências, na busca constante da eficácia.

A necessidade de evolução, visível face ao avanço vertiginoso do conhecimento em todas as áreas, estará satisfeita pela adoção das propostas mencionadas, fazendo do *estudo-de-situação* um subsídio prestimoso que permita ao comandante tático decidir acertadamente. Mais que um fator de sucesso, este será um fator de sobrevivência nos conflitos do terceiro milênio, que ora se avizinha.

BIBLIOGRAFIA

- ARARIPE, Tristão de Alencar. *O problema tático*. Rio de Janeiro, Henrique Velho, 1937. 137 p.
- BONHEUR, Gaston. *Napoleão*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1982. 141 p. (Coleção General Benício, vol. 202).
- BRASIL. Ministério do Exército. Manuais de Campanha.
- CARDOSO, Alberto Mendes. *Os treze momentos*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1987. 158 p. (Coleção General Benício, vol. 253).

DUMONCEL, León. *Essai de mémento de tactique générale*. 2^e ed. Paris, Charles-Lavauzelle, 1939. 167 p.

FREYTAG-LORINGHOVEN, Hugo von. *O poder da personalidade na guerra*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1986. 164 p. (Coleção General Benício, vol. 244).

LEONARD, Roger Ashley. *Clausewitz, trechos de sua obra*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1988. 195 p. (Coleção General Benicio, vol. 265).

MOSCOVICI, Fela. *Renascença organizacional*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1988. 129 p.

SILVA, Antonio Carlos A. Teles da. Dos agentes de mudança aos agentes de transformação: o desafio das organizações públicas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1991. Classificados. p.14.

VERA, Asti Armando. *Metodologia da pesquisa científica*, Porto Alegre, Globo, 1980, 223 p.



Major de Infantaria RAUL JOSÉ DE ABREU STURARI - Possui os cursos da EsPCEx (1972), AMAN (1976), EsAO (1985) e ECENE (1992). É bacharel em Administração de Empresas. Serviu no 36º BIMtz, no 47º BIMtz, no 37º BIMtz e no 28º BIB. Foi instrutor do Curso de Infantaria da EsAO. Possui as medalhas do Mérito Militar (20 anos), "Francisco José Caldas" (Exército da Colômbia), e Marechal Hermes (prata dourada, com uma coroa). Serve atualmente no Comando da 3ª RdalInfMtz - Goiânia, GO.



A CONFERÊNCIA SOBRE PROIBIÇÃO DE ARMAS QUÍMICAS^(*)

Jean Compagnon
(Tradução por Joaquim Maia
Brandão Junior)

Artigo traduzido da revista francesa *Defense Nationale*, edição de 1993. Apresenta, como sinopse:

"A Conferência sobre Proibição de Armas Químicas (CPAQ) foi assinada em Paris, a 15 de janeiro de 1993, por 130 Estados. Entretanto, numerosos países do Oriente Médio, pertencentes à Liga Árabe, recusaram-se a assinar, por ser Israel integrante da Conferência.

"O general Jean Compagnon, especialista em questões dessa natureza e colaborador assíduo de *Defense Nationale*, nos apresenta esse acontecimento com uma análise clara e objetiva."

Assembléia Geral da ONU concordou, em 30 Nov 92, com o texto da Conferência sobre Proibição de Armas Químicas(CPAQ) e determinou ao Secretário Geral que o submetesse à assinatura das nações participantes.

Cláusulas principais da CPAQ

Os Estados participes da Conferência comprometem-se a:

- proibir a venda, fabricação, armazenagem, transferência e o emprego de armas químicas;
- destruir as armas químicas em seu território e aquelas que foram abandonadas em território de outro Estado participante da Conferência;

* Selecionado pelo PADECIME

- destruir as instalações de fabricação de armas químicas de que disponha;
- declarar, dentro de 30 dias, os armamentos químicos e os meios de fabricação de tais armamentos existentes em seu território;
- não empregar agentes químicos de luta insurreccional como arma de guerra;
- submeter-se às verificações, de rotina, sistemáticas ou temporárias e circunstanciais, autorizadas pelo Conselho Executivo da "organização", segundo os procedimentos fixados pela Conferência.

A CPAQ entrará em vigor após 65 nações a terem ratificado e, de qualquer modo, não antes de 2 anos após a data de abertura e das assinaturas (13 de janeiro de 1993). Esse tempo de 2 anos deve permitir, à Comissão Preparatória (reunida imediatamente após o 13 de janeiro de 1993), estabelecer parâmetros para os "Organismos para Proibição de Armas Químicas", os quais compreendem:

- a "Conferência dos Estados" integrantes dos documentos de assinatura;
- o "Conselho Executivo", composto de membros eleitos por 2 anos: 9 da África, 9 da Ásia, 5 da Europa Oriental, 7 da América Latina e Caribe, e 10 da Europa Ocidental, mais um, por rodízio, da Ásia ou da América Latina;
- o "Secretariado Técnico".

As destruições consequentes do acordo (armamento e meios de fabricação) devem ser realizados dentro dos 10 anos seguintes à entrada em vigor.

A Conferência (194 páginas) é extremamente precisa e detalhada, com seus anexos e apêndices, passíveis de execução por força legal. Ela prevê, notadamente no anexo "Segurança" cláusulas muito fechadas para evitar que certos países, através de abusivas verificações, visem a, tão somente, segredos industriais e tecnológicos, sem ligações diretas com o armamento químico.

Outras cláusulas são destinadas a facilitar, entre os Estados integrantes, a troca de tecnologia química de ordem civil e pacífica.

Os armamentos químicos são cuidadosamente definidos, bem como os produtos químicos de base para fabricação militar. Os sistemas e os procedimentos de verificações ou inspeções foram objeto de prescrições numerosas e precisas.

Apreciação da Conferência na Assembléia Geral da ONU

Quando houve sua apresentação na Assembléia Geral da ONU, em Nova Iorque, no mês de novembro de 1992, a discussão colocou em evidência qualidades e imperfeições da CPAQ. As principais que mereceram destaque foram:

- diversos Estados, notadamente do Terceiro Mundo, emitiram a crença de que a Conferência mantém a superioridade da indústria química dos países desenvolvidos e não facilita a trans-

ferência de tecnologia para os países onde a indústria química civil está em desenvolvimento (corantes, farmacêutica, compostos, fertilizantes, etc...). O Paquistão foi porta-voz dessas apreensões, juntamente com a China e o Egito;

- a distribuição de cadeiras no Conselho Executivo foi objeto de críticas, por parte dos países africanos e asiáticos, que acharam suas representações com poucos membros no Conselho;

- para numerosos países, a CPAQ é o primeiro acordo multilateral de desarmamento dotado de um sistema eficaz de verificação, tendo como objetivo eliminar uma categoria de armas de destruição maciça e, também, seus meios de fabricação. Ela se constitui numa referência exemplar a ser seguida para eliminação de outras armas de destruição maciça (biológicas e nucleares);

- inúmeras nações, inclusive a França, concordaram que a CPAQ conseguiu um equilíbrio entre os imperativos de uma verificação confiável e a salvaguarda dos interesses nacionais. Os procedimentos de verificação permitem a descoberta de violações eventuais e a proteção de interesses e informações sensíveis, de ordem industrial e tecnológica, sem relacionamento com o armamento químico. Da mesma forma, foi estabelecido um equilíbrio entre direitos e obrigações de todos os Estados participes da Conferência;

- a destruição em 10 anos, ou mesmo

12 — contados 2 anos após a ratificação e o trabalhos da comissão preparatória — parece irrealizável. Para a Rússia, dotada de um estoque químico da ordem de 60.000 ton, será necessário um tempo suplementar e ajuda financeira dos EUA.

Como consequência, os países sem armamento químico estarão sujeitos, durante pelo menos 15 anos, à ação dos países dotados com tal armamento. O mais grave e lógico é que os possuidores conservem até o último momento os produtos tóxicos mais nocivos, conforme nomeação da Conferência, de uma prescrição de ordem qualitativa na prioridade de destruições.

Ao término dessa discussão, a Assembleia Geral aprovou o texto, e determinou ao Secretário Geral, o Sr. Boutros Boutros-Gali, a apresentação das assinaturas dos Estados, testemunhada por 144 nações.

Assinatura da Conferência

Uma cerimônia de assinaturas foi organizada em Paris, nos dias 13, 14 e 15 de janeiro de 1993. A França foi escolhida como país anfitrião, porque é depositária da Conferência de 1925, de onde a atual é herdeira e substituta, sendo essa mais precisa, mais completa e mais exigente.

Em Paris, numerosas delegações presentes explicaram, rapidamente, suas motivações para participarem da Confe-

rência e renovaram suas críticas, já expostas em Nova Iorque, em novembro de 92. A maior parte elogiou o exemplo da CPAQ, modelo a ser seguido para os desejados acordos relativos às outras armas de destruição maciça, biológicas e nucleares. Israel, mais uma vez, exprimiu o desejo de criação de uma região, o Oriente Médio, desprovida de armas químicas, biológicas e nucleares.

Ao meio dia de 15 de janeiro de 1993, encerrou-se a reunião de assinaturas — permanecendo ainda em aberto, para quem desejar ainda assiná-la. Cento e trinta países a assinaram, dos quais cinco não pertencem à ONU. A lista dos assinantes está em anexo a esse documento.

O exame dessa lista de signatários determina alguns comentários:

- numerosos países lamentaram — para alguns esse lamento não passa de uma reserva — que a Conferência não faça parte de um acordo englobando a totalidade das armas de destruição maciça;

- várias nações que tinham, em Nova Iorque, apresentado objeções e destacado imperfeições do texto, se juntaram, em Paris, ao consenso geral, destacando-se entre esses, a China, o Paquistão, o México e Cuba;

- a quase totalidade dos países da Europa Ocidental e Oriental, da América do Norte e Latina, do Caribe, da África e da Ásia, é signatária da Conferência.

O Oriente Médio é, entretanto, o grande ausente. O Egito, que havia

manifestado seu interesse, apesar de não ter participado dos trabalhos e estudos preparatórios, juntou-se aos membros não signatários muçulmanos da Liga Árabe. Esses países não se engajaram na Conferência, em virtude da presença de Israel no meio deles. Eles estão convencidos de que aqueles que não assinaram o tratado de não proliferação nuclear, possuem arma atômica. Eles não desejam se privar da “arma do pobre”.

Os países do Magreb — Argélia, Marrocos e Tunísia — São signatários, assim como os Estados muçulmanos mais populosos — Indonésia, Paquistão, Bangladesh e Nigéria. O Irã, vítima da arma química durante seu conflito com o Iraque — apesar de não se excluir como usuário — é signatário. Entretanto, como os outros Estados árabes do Oriente Médio, ele chamou atenção, em sua declaração anterior à assinatura, sobre a posse, por Israel, da arma nuclear, e declarou o firme desejo de que a presente Conferência seja a “pedra angular” da eliminação de todas as armas de destruição maciça.

Poderá essa “pedra angular” transformar-se num obstáculo imprevisível e num motivo de recusa de ratificação, se a paz entre Israel e os países árabes do Oriente Médio não se instaurar nos próximos 12 a 15 anos? Só o futuro dirá. De imediato, a assinatura dá ao Irã a aparência de uma posição mais conciliadora aos olhos da opinião internacional.

O representante dos EUA encorajou vivamente, mas em vão, os países da Liga Árabe a se unirem ao consenso geral dos signatários, pleiteando que não convém associar armas químicas às nucleares. "O fato de associar a presente Conferência a outros tratados, não melhora em nada a recusa deles, mas reduz o efeito dessa Convenção numa das regiões mais expostas às armas químicas, que é o Oriente Médio".

O Futuro da CPAQ

Em condições idênticas, os países reunir-se-ão, para colocar em execução a CPAQ, dentro dos 2 anos previstos, ou seja a 13 de janeiro de 1995. Com 130 assinaturas, podendo admitir outras que queiram participar, parece fácil reunir 65 ratificações necessárias para iniciar a aplicação do previsto.

Entretanto, o futuro da Conferência sofre três grandes restrições.

A primeira reside na impossibilidade de realizar, dentro de 12 anos, a destruição do estoque russo. Os EUA podem, sem dúvida alguma, reduzir seu próprio estoque (por volta da metade — 30.000 ton), porque possuem meios de destruição mais desenvolvidos. No entanto, é evidente que regularão esta destruição pelo ritmo da destruição russa. Em vista disso, a CPAQ deverá ser alterada — alteração prevista em seu próprio texto — para aumentar o tempo de destruição, o qual não pode ser infe-

rior a 15 anos, ou seja, até 2010. Naturalmente, os Estados detentores conservarão seus estoques mais eficientes e mais nocivos até a data mais longa.

A segunda e grave restrição é a ausência de uma região do planeta, a mais crítica, que é o Oriente Médio. Durante as discussões preparatórias, depois de 1968, concluiu-se que a eficácia do acordo residia essencialmente na globalidade das partes integrantes. A unanimidade está longe de ser atendida. Ela depende dessa região, onde a pacificação está em curso, depois da reunião em Madri (1992), mas progride de forma desesperadamente lenta. É o grande problema surgido depois de 1947, com a criação do Estado de Israel, no seio do Oriente Médio árabe.

A terceira restrição é o custo da execução da CPAQ. O funcionamento efetivo em 1995 é um pesado negócio, financeiro e tecnicamente custoso, que necessitará, para a sobrevivência e verificações, de transportes rápidos, técnicos, etc... Na cerimônia das assinaturas, alguns países propuseram sua ajuda industrial e financeira. As avaliações concretas da comissão preparatória serão, sem dúvida, de natural espanto para os Estados signatários, com atrasos em seus pagamentos com a ONU.

Somente uma certeza da eficácia convencerá os países pagadores e ela parece difícil de ser assegurada, por duas razões. A primeira reside no fato

de que os dois principais detentores de armas químicas, EUA e Rússia, já estão engajados reciprocamente em reduzir seus estoques e em se inspecionarem mutuamente. É uma fato destacável, mas diminui o interesse apresentado por uma organização internacional custosa e legitimada pelo resto do mundo. A segunda razão é que parte considerável do globo não é signatária da CPAQ. Esses ausentes, de uma área crítica, se estendem desde o Líbano e o Sudão até o centro da África e, eventualmente, ao Irã, na Ásia.

CONCLUSÃO

A eliminação de armas químicas não é para um amanhã próximo. Na melhor das hipóteses, ela será concluída em 2010. De hoje até lá, o mundo continuará vivendo sob a ameaça química. A "Organização para Proibição de Armas Químicas (OPAQ)", nova instituição da ONU, foi criada, em razão de seu custo, para uma eficácia duvidosa e com risco demediocramente motivar seus participantes e financiadores.

A CPAQ, assinada em Paris, no dia 13 de janeiro de 1993, por um destacado e importante consenso de 130 nações, arrisca, como disse o Sr. Alis Mock, ministro de relações internacionais da Áustria, "a ser uma vitória de Pirro". Ao inverso, a arma química reprovada pela maioria das nações e de delicado emprego, pode encontrar cada vez me-

nos motivos para sua utilização no futuro.

Há um outro problema. A eficácia de uma arma é essencialmente função da vulnerabilidade dos eventuais objetivos desse tipo de arma.

Será que a nova ordem mundial — que também pode ser chamado de novo caos mundial — fornecerá numerosos, acrescidos ou diminuídos objetivos valiosos para utilização da arma química?

Será um estudo a ser conduzido constantemente, particularmente no que concerne a áreas específicas, como o Oriente Médio, durante os próximos 15 a 20 anos, durante os quais a arma química sobreviverá.

Anexo

- Estados signatários da CPAQ (15 de janeiro de 1993), membros da ONU:
Afganistão, África do Sul, Albânia, Argélia, Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Azerbaijão, Bangladesh, Bélgica, Benin, Bielo-Rússia, Bolívia, Brasil, Brunei, Bulgária, Burquina, Burundi, Cambodja, Camarões, Canadá, Cabo Verde, Chile, China, Chipre, Colômbia, Comores, Congo, Costa Rica, Costa do Marfim, Croácia, Cuba, Dinamarca, Equador, Espanha, Estônia, EUA, Etiópia, Rússia, Fidji, Finlândia, França, Gabão, Gâmbia, Geórgia, Gana, Grécia, Guatemala, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Haiti, Hon-

duras, Hungria, Ilhas Marshall, India, Indonésia, Irã, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Cazaquistão, Quênia, Libéria, Lituânia, Luxemburgo, Madagascar, Malásia, Malavi, Mali, Malta, Marrocos, Maurício, Mauritânia, México, Micronésia, Mongólia, Myamar, Namíbia, Niger, Nigéria, Noruega, Nova Zelândia, Uganda, Paquistão, Papua-Nova Guiné, Paraguai, Países Baixos, Peru, Filipinas, Polônia, Portugal, República Centro-africana, República da Coréia, República da Moldávia, República Dominicana, República Eslovaca, República Tcheca, Romênia, Reino Unido, São Marinho, Salvador, Samoa, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Singapura, Eslovênia, Sri Lanka, Suécia, Tajikistão, Tailândia, Togo,

Tunísia, Ucrânia, Uruguai, Venezuela, Vietnã, Zaire, Zâmbia, Zimbabwe.

• Estados signatários da CPAQ não membros da ONU:

Mônaco, Nauru, Suiça, Ilhas Cook e Son Siège.

• Após 15 de janeiro, assinaram: Nepal (19 de janeiro) e Arábia Saudita (20 de janeiro) — a última assinatura é destacável

Nota do Editor (de "Defense Nationale" - DN)

Artigos do mesmo autor sobre o assunto: "Onde é Proibido o Uso de Arma Química?" (DN, Dez 92); "As Armas Químicas" (DN, Mar 88) "O Desarmamento Químico" (DN, Dez 89) e as "Armas Químicas - Proibição e Uso" (DN, Mar 91).



Ten Cel Eng QEMA JOAQUIM MAIA BRANDÃO JUNIOR — Aspirante-a-Oficial daturma da AMAM de 1973, possui todos os cursos regulares da carreira do oficial do Exército. Exerceu funções inerentes à sua Arma em BE Comb e BE Cnst. Foi Instrutor do Curso de Engenharia e de História Militar do AMAM, oficial do estado-maior da 1^a e 2^a Bda Inf Mtz. Cursou, com aproveitamento, a Escola de Aplicação de Engenharia (França). Atualmente, é instrutor da ECEME.



INFORMAÇÕES

O MANUSCRITO DE 1869 E O SEU AUTOR

Em 1872, aparecia no Rio de Janeiro, editado pela Typographia e Lithographia Popular de Azeredo Leite, localizada na Rua Nova do Ouvidor nº 6, o "Manuscrito de Mil Oitocentos e Sessenta e Nove ou Resumo Histórico das Operações Militares dirigidas pelo Marechal d'Exército Marquez de Caxias na Campanha do Paraguai".

Obra hoje bastante rara, de conteúdo incisivo e, às vezes, polêmico, o Manuscrito de 1869, como é mais conhecido, saia em defesa da ação de comando do marquês de Caxias em face das críticas que lhe foram feitas no parlamento e na imprensa brasileira e platina.

Suas 174 páginas de texto são de leitura estimulante para quem se interessasse pela História Militar do Brasil, principalmente se acompanhadas de cartas e croquis do teatro-de-operações que, infelizmente, não constam da edição.

Transcendendo a simples descrição do período em que o marquês de Caxias comandou os exércitos aliados (18.11.1866 a 18.01.1869), a obra procura justificar-lhe as ações à luz dos princípios da guerra e das campanhas dos grandes capitães, demonstrando, assim, a fragilidade dos argumentos brandidos por seus críticos, pitorescamente chamados de "mariscales togados" do Rio de Janeiro...

Polemiza, ao ressaltar as qualidades de Caxias como organizador de talento, disciplinador enérgico e estratégista hábil e criativo, em contraste com a falta destas mesmas qualificações em seu antecessor, Bartolomé Mitre, a quem o Tratado da Tríplice Aliança entregara o supremo comando aliado.

Também, ao analisar a concepção e a execução das batalhas da Dezembrada, adentra em terreno polêmico, pois não se furtá em criticar as atuações de Argolo e Osório, em Otororó.

Segundo Paula Cidade, o Manuscrito de 1869 teria sido inspirado pelo próprio Caxias, embora de autor anônimo, além de ser uma reação à edição argentina da "Guerra del Paraguay", de George Thompson.

Quanto à primeira hipótese, não possuímos elementos para confirmá-la ou desmenti-la, mas é sabido que o polêmico "Manuscrito" contou com o importante concurso de oficiais do Exército Brasileiro para a sua edição, conforme relação nominal publicada ao final da obra. Entre eles, está o próprio chefe do estado-maior do marquês de Caxias, brigadeiro João de Souza da Fonseca Costa.

A citada relação compreende 242 oficiais, muitos deles nomes destacados ou que vieram a destacar-se no futuro, 9 membros do corpo de saúde, 8 da secretaria da guerra e apenas um civil, como "cerra-fila"...

No que se refere à obra de Thompson, não há, no Manuscrito de 1869, qualquer referência específica. Há, isto sim, a declarada intenção de resposta às críticas partidas do parlamento e da imprensa, conforme já registrado.

Mas, quem seria o anônimo autor do Manuscrito de 1869?

A introdução, datada do Rio Grande do Sul, em 20 de março de 1869 é assinada apenas por BRASILICUS, e não Brasiliens, como equivocadamente o registrou Paula Cidade em "Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira".

O mesmo Paula Cidade, citando o barão do Rio Branco, diz que é Patrício Augusto Câmara Lima. Outros autores, como Walter Spalding e Rêgo Monteiro, citados pelo general Rinaldo Pereira da Câmara, aventurem os nomes de Casemiro José da Câmara e Sá e de Antônio Manuel Corrêa da Câmara, descartados por haverem falecido em 1848 e 1849, respectivamente.

Recentemente, graças ao trabalho de organização do arquivo do visconde de Pelotas, marechal José Antônio Corrêa da Câmara, pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, a cargo do historiador Sérgio da Costa Franco, pôde-se confirmar que BRASILICUS é realmente Patrício Augusto da Câmara Lima.

Com efeito, duas cartas do duque de Caxias para o visconde de Pelotas são bastante esclarecedoras a esse respeito.

Na primeira, datada, do Rio de Janeiro, em 13 de julho de 1872, Caxias informa que "aproveitando a ida do nosso cam^{da} Bento Martins, lhe envio hum folheto, que hum seo patrício e athé parente me offereceo, no qual reconta nossas operaçõens militares, praticadas no Paraguai, durante o tempo em que commandei o Ex^{to}, e como V. Exa. foi huma das testemunhas prezenciaes dessas operaçõens, he bem competente pa. fazer dellas o juizo q. merecerem".

Na segunda, também do Rio de Janeiro e datada de 21 de agosto de 1872, diz Caxias: "...Não ha duvida q. esse trabalho he do Patrício Camara, e q. não se pode julgar hum trabalho completo, mas nem por isso deixa, em alguma coiza, dizer verdades, ainda q. em outras improwiza hum pouco."

O general Rinaldo Pereira da Câmara, neto e biógrafo do visconde de Pelotas, nas anotações feitas no exemplar oferecido ao seu ilustre avô não registra esse esclarecimento de Caxias, mas sim o do conde de Tocantins, informante de Rio Branco.

Entretanto, a erudição em História Militar demonstrada pelo autor do Manuscrito fê-lo consignar o seguinte comentário: "Será que um simples funcionário da Alfândega de Porto Alegre possuia tamanha cultura militar e geral? Dúvido, entretanto o conde de Tocantins o afirma."

Esclarecida a identidade de BRASILICUS, resta saber quem foi Patrício Augusto da Câmara Lima.

Aurélio Porto, em seu *Os Corrêas da Câmara. Notas Genealógicas, Biográficas e Históricas*, traça-lhe o perfil.

Nascido em Porto Alegre, em 1800, era neto materno do 1º visconde de Pelotas, Patrício José Corrêa da Câmara. Era funcionário da Fazenda e recebera, por doação de seu tio, conselheiro Antônio Manuel Corrêa da Câmara, os serviços por este prestados como cônsul do Brasil em Buenos Aires. Foi agraciado com as insignias da Ordem da Rosa, no grau de Cavaleiro, por decreto de 1845. Era cunhado e sogro do futuro marechal José Bernardino Bormann.

Segundo o conde de Tocantins, em carta dirigida ao barão do Rio Branco, Patrício Augusto da Câmara Lima teria sido assistente de Caxias na campanha do Paraguai e autor do célebre *Manuscrito de 1869*.

A esse respeito, Aurélio Porto registrou: "mau grado a autoridade do informante, que era pessoa muito chegada ao Duque por laços de estreito parentesco, parece-nos não proceder a informação. Não consta das pesquisas que fizemos fosse Câmara Lima, que já beirava os 70 anos nessa época, assistente de Caxias em 1869".

Ao que acrescentaríamos, com base no Manuscrito, ter sido o coronel Fernando Sebastião Dias da Motta o secretário do

marquês de Caxias até às vésperas do seu retorno ao Brasil.

Teria sido Câmara Lima uma real vocação de historiador militar, como deixaram antever os paralelos traçados com tanta erudição entre as grandes campanhas da História e o comando de Caxias no Paraguai? Ou seria ele o escritor por trás do qual estariam amigos e defensores do ilustre soldado?

Afinal de contas, entre os oficiais que apoiaram a edição do Manuscrito de 1869 estavam o próprio chefe do estado-maior de Caxias e os capitães José Bernardino Bormann e Alfredo D'Escragnolle Taunay, futuros consagrados historiadores da Guerra do Paraguai.

*Corálio B.P. Cabeda
Sócio correspondente do IGHMB*

GLOSSÁRIO DE TERMOS ECOLÓGICOS

A DUBO/FERTILIZANTE — Matéria orgânica ou química destinada a recompor e fertilizar o solo.

AGROTÓXICO/DEFENSIVO AGRÍCOLA — Produtos químicos de elevada toxicidade utilizados para combater pragas e doenças agrícolas.

BIODEGRADÁVEL — Tudo que pode ser decomposto por microorganismos.

BIODIVERSIDADE/DIVERSIDADE BIOLÓGICA — Conjunto de seres vivos de um ecossistema. Engloba todas as espécies de plantas, animais e microorganismos e os ecossistemas e processos ecológicos dos quais são componentes.

BIOMASSA — Massa orgânica e energia

obtida por fermentação e/ou combustão dessa massa.

BIOTECNOLOGIA — Ciência que estuda o aproveitamento máximo dos seres vivos, ou seja, procura a otimização dos recursos naturais representados pelos seres vivos — plantas, animais e microorganismos.

CADEIA ALIMENTAR — Relação entre os seres vivos, mediante a qual se transfere energia de um para outro organismo.

BIOCIDA — Termo abrangente que designa os agentes utilizados para matar organismos, tais como os pesticidas, fungicidas, inseticidas, herbicidas. Como exemplos, O DDT, BHC, etc.

CAMADA DE OZÔNIO — Camada com cerca de 20 quilômetros de espessura, distante 25 quilômetros da Terra, que concentra cerca de 90% do ozônio atmosférico e protege o planeta dos efeitos nocivos da radiação ultravioleta.

GLOROFUORCARBONO (CFC) — Gás utilizado em inúmeros produtos, como em geladeiras, aparelhos de ar condicionado, isopor, latas de aerosol, etc. É tido como o maior responsável pela destruição da camada de ozônio.

CHUVA ÁCIDA — Precipitação que carrega para a superfície da Terra agentes químicos nocivos produzidos pelos processos industriais e pela combustão de carvão e derivados de petróleo.

CONSERVAÇÃO/PRESERVAÇÃO AMBIENTAL — Manejo dos recursos naturais do ambiente: ar, água, solo, minerais e espécies vivas, a fim de conseguir boa qualidade de vida sustentada, com o menor impacto ambiental possível.

CONTROLE BIOLÓGICO — Utilização dos inimigos naturais de uma dada praga agrícola para seu controle.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

— Processo de mudança em que o uso de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais concretizam o potencial de atendimento das necessidades humanas do presente e do futuro.

DESERTIFICAÇÃO — Processo, natural ou provocado, que transforma solos férteis em estéreis.

DESMATAMENTO / DESFLORESTAMENTO — Destrução da cobertura vegetal, quer seja através de corte das árvores, quer por queimadas.

DESPERDÍCIO — Não aproveitamento *in totum* dos recursos que determinado bem ou produto apresenta. Significa também perda ou alijamento (voluntária ou involuntariamente) daquilo que ainda pode ser útil. É uma forma de agressão ao meio ambiente.

DIVERSIDADE / VARIABILIDADE GENÉTICA / GEMOPLASMA — Soma total de informações genéticas contidas nos genes de indivíduos, plantas, animais e microorganismos vivos que habitam a Terra.

ECOLOGIA — Disciplina que tem como função estudar as relações entre as espécies e o seu ambiente orgânico e inorgânico.

ECOSSISTEMA — Sistema ecológico, constituído por dois componentes básicos — os seres vivos e o ambiente inanimado — que mantêm interações através da transferência de energia e da circulação de matéria, processos que possibilitam a manutenção de sua estrutura e funcionamento.

EFEITO ESTUFA — Alteração climática provocada pela emissão de gases (gases-estufa) que permitem os raios solares atingirem a Terra, mas impedem a passagem da radiação térmica emitida pela superfície do planeta em direção ao espaço, com consequente aumento da temperatura média.

EFLUENTE — Água servida e impura que, se não tratada, acaba agravando o processo de poluição da natureza.

EQUILÍBRIO ECOLÓGICO — Estabilidade do fluxo de energia de um ecossistema.

EROSÃO — Desgaste da superfície terrestre pela ação da água, vento, gelo e outros agentes físicos.

HABITAT — Local ou meio onde vive determinada espécie.

INVERSÃO TÉRMICA / CLIMÁTICA — Condição climática em que uma camada de ar quente se sobrepõe à outra de ar frio, impedindo o movimento ascendente do ar atmosférico. Em regiões industrializadas, essa retenção provoca o acúmulo de agentes poluentes que afeta gravemente os seres humanos.

LENÇOL FREÁTICO — Águas subterrâneas que alimentam os mananciais.

MANEJO — Utilização econômica e racional dos ecossistemas sem provocar desequilíbrio de suas biodiversidades.

PLÂNCTON — Conjunto de seres vivos diminutos que vivem em suspensão na água. Ele se divide em fitoplâncton (vegetal) e zooplâncton (animal) e se constitui na base da cadeia alimentar dos seres aquáticos.

POLUIÇÃO — Efeito que um agente degradante produz no ecossistema, contaminando e destruindo sua população.

POPULAÇÃO / COMUNIDADE — Grupo de indivíduos ou seres de uma espécie biológica, não necessariamente de seres humanos. O conjunto de populações que ocupa uma determinada área forma uma comunidade.

RECICLAGEM — Reutilização dos recursos através da recuperação e reprocessamento de detritos para uso na indústria ou no âmbito doméstico.

REFLORESTAMENTO — Plantio de árvores com finalidades econômicas ou não. Contribui para evitar a destruição do solo por processos erosivos.

TECNOLOGIA AMBIENTAL — Tecnologia voltada para a solução dos problemas ecológicos.

TECNOLOGIA "SOFT" / ALTERNATIVA — Modelo de desenvolvimento caracterizada pela não-agressão ao meio ambiente e ao conjunto de valores ético-sociais.

Ten Cel Ugo Kawamoto

**A INSTRUÇÃO DAS NORMAS
DO DIREITO INTERNACIONAL
HUMANITÁRIO (DIH) AOS
MILITARES (Seminário para
forças armadas da América do
Sul — Punta del Este,
29.03/02.04.93)**

OBJETIVOS E TEMAS PRINCIPAIS

O seminário de Difusão do DIH para oficiais de alta patente das Forças Armadas dos países da América do Sul foi organizado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, com o apoio e a coordenação logística do Ministério da Defesa Nacional da República Oriental do Uruguai.

Participaram dele oficiais generais e oficiais superiores dos 10 países hispano e luso falantes do continente (ou seja Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela), com cargos diretamente relacionados com a instrução militar e condução de operações, como chefes

nacionais de ensino, chefes de operações, consultores jurídicos, diretores de escolas e outros cargos relacionados com a matéria nos respectivos Ministérios da Defesa Nacional, Estados Maiores Conjuntos e Exércitos, Marinhas de Guerra e Forças Aéreas.

O Brasil foi representado, nesse encontro, pelo general-de-brigada Joélio de Campos Silveira, então chefe de operações do EMFA, e pelo coronel de Infantaria Cândido Nolding Gaffrée, adido militar em Montevidéu.

Os objetivos principais dessa reunião acadêmica, com 5 dias de duração, que seguiu um encontro similar, realizado em Tegucigalpa, Honduras, em janeiro de 1992, para os países da América Central, eram avaliar os sistemas e os programas de instrução das normas do Direito Internacional Humanitário na formação dos militares dos distintos países representados, assim como elaborar pautas para os programas nacionais de instrução, sobre a base de um intercâmbio de informações e de experiências entre os participantes.

O temário em si constou de várias palestras, painéis e debates sobre os seguintes temas:

- A importância do DIH e da sua aplicação para as Forças Armadas.
- A análise dos logros obtidos e das dificuldades encontradas no campo da implementação da normativa do DIH.
- As relações entre o "direito da guerra" e a "eficiência militar".
- A aplicação prática do direito da guerra na condução das operações militares.
- O mandato do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), como agente encarregado da execução e do controle da aplicação dos preceitos humanitários contidos nas Convenções de Genebra e seus Protocolos Adicionais, em situações de conflitos armados.
- As operações de manutenção da paz por forças internacionais, no contexto do DIH.

Numa segunda fase, cada país apresentou um relatório detalhado, relativo ao estado da

instrução da normativa do DIH nas forças armadas do seu país.

O ESTADO DA DIFUSÃO DO DIH NAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL

Tratando-se da situação brasileira, o relatório apresentado destacou os pontos seguintes:

• Exército

No Exército, o ensino da normativa básica do DIH realiza-se, principalmente, em 3 centros de instrução:

— na **Academia Militar de Agulhas Negras** de Rezende/RJ, onde os candidatos a oficiais recebem instruções sobre os principais tópicos das Convenções de Genebra, com ênfase nos temas dos prisioneiros de guerra e do trato com a população civil de um país invadido;

— nas **unidades de Polícia do Exército**, também com ênfase na questão dos procedimentos a serem observados com prisioneiros de guerra;

— na **Escola de Comando e Estado Maior** — ECEME, onde a matéria é mais aprofundada, ditando-se, no âmbito da cátedra de Direito, várias sessões sobre diversos aspectos do DIH (Instrumentos do Direito de Genebra e do Direito da Haia, o âmbito de aplicabilidade desses instrumentos e as medidas preventivas e sanções, entre outras).

Além disso, são distribuídos em vários corpos-de-tropa do Exército, manuais e folhetos para combatentes, editados pela Cruz Vermelha.

• Marinha

Na Marinha, o ensino do DIH realiza-se, basicamente, nas seguintes organizações militares:

— no **Corpo de Fuzileiros Navais**. Seu curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAOFEN) dedica várias sessões à temática do DIH, a que se está implementando, também, a nível de formação de sargentos. No Centro de Recrutas, o Curso de Instrução Elementar para formação de soldados prevê o ensino dos principais deveres e direitos do militar, de acordo às Convenções de Genebra;

— na **Escola Naval**, são dedicadas igualmente, algumas horas de classe sobre as Convenções de Genebra, sobre as categorias de pessoas protegidas, os emblemas e o tratamento dado aos prisioneiros de guerra;

— na **Escola de Guerra Naval**, ditam-se duas sessões de instrução sobre temas relevantes do DIH na cátedra de Direito Internacional Público, do Curso de Comando e Estado-Maior. Os tópicos abordados relacionam-se principalmente com o Direito Naval, como os meios de combate marítimo, com os navios mercantes e a questão da neutralidade também é analisada;

— o **Estado Maior da Armada** prevê, também, no Curso de Atualização para Comandantes, no Centro de Adestramento Alte. Marquês de Leão, a temática do DIH.

• Forças Aéreas

Finalmente, na Força Aérea, a matéria é estudada também nas seguintes Escolas:

— na **Academia da Força Aérea**, dão-se duas classes sobre os direitos e deveres dos prisioneiros de guerra aos futuros oficiais;

— na **Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica** — ECEMAR, três sessões sobre DIH, no âmbito do "Curso de Política e Estratégia Aeroespacial", são ministradas.

Cabe destacar, ainda, que a Cruz Vermelha Brasileira tem colaborado ativamente com as forças armadas brasileiras para reforçar a instrução da matéria do DIH, através de palestras, seminários e distribuição de material didático.

Agora, com a recente instalação de um escritório permanente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha no Brasil, essas relações podem se estruturar ainda mais, já que o Comitê possui, nesse campo, uma responsabilidade, um mandato e uma pericia reconhecidos, em razão dos programas de difusão que realiza, junto às forças armadas do mundo inteiro. Esse reconhecimento é alcançado através da organização de cursos e de seminários internacionais e nacionais sobre a matéria, e por meio da capacitação permanente que os seus instrutores profissionais, a maioria deles militares, oferecem nos cursos do "Instituto Internacional de Direito Humanitário" de San Remo, Itália, e no Curso de Treinamento para Chefes Nacionais de Instrução do DIH, que se realiza, anualmente, em Genebra, Suíça.

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES DO SEMINÁRIO

Podem ser destacadas, a seguir, as principais conclusões gerais do encontro, como também algumas das recomendações que foram formuladas pela delegação brasileira no relatório que elaborou, posteriormente ao Seminário.

• Importância e responsabilidade da difusão

Não se registrou dúvida alguma sobre a importância que reveste a difusão das normas do DIH nas forças armadas, e o conjunto dos países presentes destacou que o esforço empreendido atínta é insuficiente, seja por falta de meios, por falta de instrutores capacitados, ou mesmo por falta de conscientização, nos níveis decisórios da hierarquia militar, da relevância e da utilidade da matéria.

Ressaltou-se, nesse contexto, a obrigação contratada pelos Estados, ao assinarem as 4

Convenções de Genebra de 1949 (aprovados pelo Brasil em 1957), obrigação referendada no artigo 47 da 1ª Convenção, *"de divulgar o mais amplamente possível, em tempo de paz, e tempo de guerra, o texto dessas Convenções e, em especial, a de incluir seu ensino nos programas de instrução militar..."*

Esse dever de *"conhecer e de divulgar"* torna-se ainda, mais imperativo em aplicação dos 2 Protocolos Adicionais de Genebra de 1977 (que o Brasil aprovou em 1992). Efetivamente, o art. 82 do Protocolo I dispõe que *"...as Partes Contratantes devem contar com Consultores Jurídicos especializados em matéria de DIH, para assessorar os comandantes operativos sobre os aspectos derivados da aplicação desses instrumentos, assim como para assistir o planejamento da instrução das normas humanitárias nas Forças Armadas".*

Por outro lado, foi considerado mister que os oficiais convidados a participarem nos cursos e seminários de difusão do DIH, ocupem cargos verdadeiramente relacionados com a matéria ensinada e discutida, para que possam tomar, posteriormente, as iniciativas que estimem necessárias, ao nível adequado. Idealmente, deveria existir em cada exército, um cargo que sirva de *focal point* para todos os assuntos relacionados ao ensino e ao treinamento em matéria de DIH.

Salientou-se, finalmente, que o DIH não é um "direito da Cruz Vermelha", mas um "direito dos Estados". Se bem o Comitê Internacional da Cruz Vermelha tem sido tradicionalmente o impulsor e o inspirador da codificação e da divulgação das suas normas, não deveria ter mais que um papel de assessor e de colaborador externo, através da elaboração de material de referência, da organização de cursos especializados e da realização de aulas ocasionais, em academias ou centros de instrução, permanecendo a responsabilidade principal de divulgação, da instância dos Estados e das suas Forças Armadas.

• **Integração da difusão nas estruturas internacionais de defesa**

Alguns participantes enfatizaram a necessidade de integrar os esforços de difusão nas organizações internacionais de defesa, como a Junta Interamericana de Defesa ou a Conferência Permanente dos comandantes-em-chefe das Forças Armadas das Américas, para coordenar os planos existentes, e impulsionar recomendações na matéria. No plano das Forças de Manutenção da Paz das Nações Unidas, recomendou-se, outrossim, uma participação e um assessoramento maiores de parte do CICV, seja junto aos órgãos centrais de planejamento da instrução, seja junto aos países que mandam tropas para tais operações.

• **Possibilidade de conhecer melhor o papel do Comitê Internacional da Cruz Vermelha no campo da difusão do DIH, e sua atuação humanitária nas situações de conflitos armados**

Concluiu-se que a reunião, cujas direção acadêmica e aulas principais foram da responsabilidade de experts do CICV, entre eles um oficial superior de Exército Suíço especializado na instrução do DIH para forças armadas, permitiu conhecer melhor o mandato dessa organização humanitária.

Destacou-se, entre outros pontos, o mandato confiado ao CICV pela Comunidade Internacional, através de disposições precisas das Convenções de Genebra e por meio dos seus próprios Estatutos (os quais foram aprovados pelos Estados-Partes nesses tratados), no sentido de se constituir como um intermediário neutro nas situações de guerra, com a finalidade de prestar proteção e assistência, imparcial e independente, às vítimas desses conflitos.

Foi, também, possível abordar e debater a questão do papel dessa organização nas

situações crescentemente freqüentes de conflitos internos, nos quais se necessita, igualmente, a atuação de um organismo humanitário independente, sempre que seja com o consentimento dos Estados envolvidos.

Alguns participantes expressaram, outrossim, o seu parecer sobre a desadaptação que pode hoje existir entre os instrumentos humanitários vigentes e a nova tipologia dos conflitos, fato que deveria impulsionar a consideração da revisão dos âmbitos de aplicabilidade das normas do DIH para sua extensão às situações de violência armada que não cabem dentro das definições clássicas do direito da guerra.

• **Conclusões e recomendações da delegação brasileira**

Quanto às recomendações formuladas pelo representante do EMFA, em seu relatório de participação, poderiam ser resumidas da seguinte forma:

— apesar dos esforços já empreendidos nas três Forças, o nível de instrução do DIH deve ser acentuadamente enfatizado, especialmente nas escolas de formação de oficiais e nas escolas de altos estudos;

— a recente aprovação pelo Brasil dos Protocolos Adicionais I e II de Genebra impõe obrigações maiores às forças armadas, as quais deveriam aproveitar da existência, em Brasília, de um escritório permanente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, para incentivar a colaboração com esse organismo, além da própria Cruz Vermelha nacional;

— o envio regular de oficiais, com responsabilidade no campo do ensino e da instrução, aos cursos do Instituto Internacional de Direito Humanitário de San Remo (Itália), nos quais participam anualmente militares do mundo inteiro, é recomendável, assim como fez a Marinha em 1991, indicando seu Adido em Roma para realizar esse curso.

CONCLUSÕES

Os cursos e seminários internacionais têm a principal vantagem de permitir um intercâmbio frutífero entre os participantes de países de uma mesma região, pois ao comparar os programas respectivos, os países cujo nível de instrução do DIH é menos avançado, podem-se ver estimulados a receber informações de grande utilidade sobre as experiências e os logros obtidos pelos seus vizinhos.

Além do próprio conteúdo do curso, foi ressaltado pelo conjunto dos participantes um proveito muito importante: a possibilidade de militares de diferentes países poderem-se congregar em foros totalmente despolitizados, para se conhecerem melhor, estabelecerem contatos e promoverem um espírito de camaradagem e de concórdia, inspirados pelos mais nobres ideais humanitários.

Finalmente, tanto os participantes como os organizadores concordaram sobre a necessidade de se convocar uma nova reunião, a nível de América Latina, para permitir um intercâmbio maior entre as forças armadas do conjunto do continente, assim como dar seguimento às propostas, recomendações e conclusões dos encontros de Tegucigalpa (América Central) e de Punta del Este (América do Sul).

Gerard Peytrignet

Do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (Chefe da Delegação Regional para o Brasil, Guiana e Suriname)

AS ARMAS CONTINUAM

O fim da guerra fria e crise econômica por todos os lados resultaram em boas manequinas pacifistas e anúncios

de cortes militares, festejados como "dividendos da paz". Muita alegria e pouca duração. Países grandes e pequenos, tanto opulentos quanto miseráveis, continuam a produzir, usar, vender e comprar armas. Velhos arsenais vão a leilões a preços de liquidação, e novas encomendas garantem recursos para a sobrevivência e sofisticação das indústrias bélicas.

As lutas pelos mercados se tornam ferozes. Como sempre, o Terceiro Mundo é comprador cobiçado. Não só as monarquias petrolieras, clientes assediados a todo momento com propostas bilionárias. França, Estados Unidos e Inglaterra andaram aos tapas, disputando a venda aos Emirados Árabes de 438 blindados de terceira geração, o que há de mais moderno no gênero. A França acabou ganhando com seus Leclerc, cujo catálogo informa que estão equipados com motor diesel de fabricação alemã e dispõem de alto teor guerreiro e poder de fogo "superior a qualquer outro tanque já construído".

Os formidáveis e mortíferos *Abrahams* americanos e *Challengers* ingleses dessa vez perderam, depois de cancelamentos, desespero dos franceses e animada troca de impropérios. Afinal, são 6 bilhões de dólares e 5 milhões de horas de trabalho. Já segunda exportadora de armas do mundo, a França se declarava "injustiçada" com as pressões de seus concorrentes ocidentais, sobretudo os Estados Unidos, agora mais do que nunca beneficiários, na corrida armamentista regada a petrodólares árabes, da condição de líderes da frente anti-Saddam Hussein.

Franceses chegaram a invocar questão de vida ou morte. Os fabricantes de material de guerra da França demitiram 4 mil empregados, nos últimos tempos. Nem a venda a Formosa de 60 caças-bombardeiros *Mirage-2000* foi elemento suficiente de reanimação. Mas recessão prolongada, com desemprego em alta, é praga geral, e os vendedores de armas, ao mesmo tempo em que tratam de manter

ativos antigos clientes, incluindo o Terceiro Mundo faminto e exaurido, avançam sobre tigres asiáticos (Coréia do Sul, Tailândia etc.), na esperança de abrir e ampliar novos mercados. Os Estados Unidos, menores da nova ordem mundial, vão à frente.

Documento da Congress Library constata que os americanos aumentaram de 48,9 para 56,8 por cento, entre 1991 e 1992, a sua quota nas compras armamentistas do Terceiro Mundo. As exportações bélicas totais dos Estados Unidos saturaram 14 bilhões de dólares em 1992 contra quatro bilhões da França e dois bilhões e meio da Inglaterra. Não se sabe muito bem como anda a Alemanha, empenhada em passar adiante arsenais herdados, de fabricação soviética, e que usaria a "conexão polonesa" para operações clandestinas. Oficialmente a Alemanha conseguiu no ano passado encomendas de 700 mil dólares, importância talvez bem abaixo da real.

Os russos, cujas armas são seu único produto competitivo, se sentem lesados e reclamam De campeã absoluta nos negócios com o Terceiro Mundo, somando 90 bilhões de dólares entre 1985 e 1989, quando os americanos ficaram com 35 bilhões, a Rússia baixou a lanterninha entre os maiores, com um bilhão e 300 milhões no ano passado, quase cinco bilhões a menos do que em 1991. Mesmo assim está sob pressão dos Estados Unidos porque Irã e Índia se voltam para ela em busca de submarinos, tecnologia de foguetes etc. Aceita retrair-se em áreas "sensíveis" desde que o Ocidente abra seus mercados a ela, tornando reais fantasias de Yeltsin.

A grande cobiça vai no momento para as caixas alta dos tigres asiáticos, cada vez mais tementes da China. Desde 1991, quando as vendas de armas à Ásia do leste representaram 35 por cento do total mundial, fala-se em armamentismo "rápido e colossal". Clinton quer que a maior fatia fique com os americanos

e por isso já convocou para novembro, em Seattle, uma cúpula dos países da bacia do Pacífico. Franceses, ingleses, russos e alemães correm atrás. Em junho, pela primeira vez, empresas da Rússia participaram com fuzis e aviões da feira de armas dos Emirados Árabes, antes exclusividade ocidental.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 30.07.93, assinada pelo jornalista Newton Carlos)

O ARMAMENTISMO VAI BEM, OBRIGADO

Pobres e ricos se adaptam para manter poderio

Quarto anos depois do fim da Guerra Fria, simbolizado na queda do Muro de Berlim, a corrida armamentista vai bem, obrigado. Não são poucos os países empenhados em descobrir formas de tornar mais mortíferos os seus arsenais, explorando o excedente do pós-guerra e mascarando despesas militares com truques financeiros. A queda mundial de 15% nos gastos com defesa e de 20% nas vendas de armas ao Terceiro Mundo no ano passado, não ocultam o vastíssimo alcance do preparo militar de vários Estados e a ameaça que isso representa.

Alguns poucos países respondem por 75% das vendas mundiais. "A busca de armas maiores e melhores não terminou", diz Eva Marie Loofe, do Instituto Internacional de Pesquisa da Paz, em Estocolmo. "Por vários motivos, as novas tendências de desarmamento não parecem permanentes. Provavelmente serão revertidas."

A maior causa dos cortes em gastos militares é econômica. Face à dívida externa e à recessão, muitos países do Terceiro Mundo

não têm recursos para renovar seus arsenais. até mesmo alguns países ricos sofrem apertos. E as antigas repúblicas soviéticas não contam mais com as facilidades antes oferecidas por Moscou para terem acesso a armas sofisticadas a preço de banana.

Embora o fim da Guerra Fria tenha tornado mais lentas a produção e a venda de armas novas, não decresceu o fluxo das mais velhas. Podem mesmo ter sido facilitadas as transferências.

Segundo especialistas americanos e europeus, são quatro as tendências que mais preocupam:

- **Cascata** — é o fluxo de armas de potências maiores para as menores, a um custo mínimo ou nulo, em consequência de novos pactos armamentistas ou do fim de certos países.

O tratado de 1990 sobre forças convencionais, assinado por 53 países na Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), limita o número de tanques, aviões e outros materiais bélicos dos signatários. Mas, em vez de destruir os equipamentos — um processo dispendioso —, vários países transferiram parte do seu excedente para aliados menores ou mais pobres. O problema é que as armas muitas vezes são levadas para países ou regiões agitados. Apesar das graves rivalidades entre turcos, gregos e cipriotas, no ano passado a Grécia recebeu 592 tanques e 206 veículos de transporte e a Turquia, respectivamente, 588 e 335, por cortesia da Alemanha, da Holanda e dos Estados Unidos.

- **Excedentes** — Outras armas inundam o mercado porque estão sobrando. Muitas, avaliadas em milhões de dólares na década de 80, transitam agora a preço de sucata.

Em maio, o *Armed Forces Journal* americano informou o preço (US\$ 4 mil) e um tanque Chieftain, que era comercializado a US\$ 1 milhão. O novo preço baseia-se no seu

peso e no preço da tonelada de sucata. Os ingleses têm mais de 800 Chieftains em condições de operação para venda a este preço.

O fim da Guerra Fria também alterou alianças e fez caducar restrições à realização de negócios com a oposição. No ano passado, os Emirados Árabes Unidos quase compraram 400 veículos de transporte Bradley americanos, a US\$ 1 milhão a unidade, mas preferiram adquirir mais de 400 similares na Rússia. Embora novos em folha, foram avaliados como excedentes — cerca de US\$ 20 mil a unidade.

- **Modernização** — Em vez de comprar armas novas, muitos países estão melhorando o que possuem, segundo Steve Irwin, da Defense Forecasts. O custo é geralmente 20% a 70% da aquisição de material novo. Os especialistas prevêem: uma das tendências dominantes nos anos 90 será a modernização de aviões de guerra.

- **Barganha** — Os países do Terceiro Mundo também contornam o aperto econômico barganhando com armas. Os fornecedores, principalmente no antigo bloco soviético, dispõem-se a aceitar o pagamento em mercadorias, dada a diminuição do interesse por seus produtos. A Rússia vende armas ao Irã em troca de petróleo.

- **Produção interna** — Crescente número de países produzem suas próprias armas, segundo Michael Renner, do Worldwatch Institute. Em 1990, o Paquistão iniciou a produção de artilharia pesada, enquanto o Chile lançou aviões a hélice. A África do Sul começou a fabricar helicópteros militares e vai produzir tanques.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 05.09.93, assinada por Robin Wright, do Los Angeles Times)



DESTAQUES DA IMPRENSA

MILITAR NÃO É CIVIL

Há muita desinformação e propaganda negativa em relação às Forças Armadas no Brasil. Há os que condenam as intervenções militares no processo político. Há também aqueles que elogiam as mesmas intervenções. O importante, porém, não é condenar ou elogiar aqueles que levaram Jesus Cristo ao crucifixo há cerca de dois mil anos. Esta já se tornou uma discussão histórica, de fundo acadêmico, em que dificilmente se introduzirão notáveis mudanças de enfoque ou de opinião.

Hoje, o importante é a definição do papel dos militares no Brasil, que é um subcontinente, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Parece indiscutível que a missão de oferecer segurança e garantir a soberania nacional e a integridade territorial cabe — e deve caber — às Forças Armadas. Para tanto, elas devem contar com os meios técnicos indispensáveis e os recursos humanos adestrados, capazes de garantir o cumprimento da missão que lhes cabe.

O quadro de desagregação introduzido na administração da coisa pública é assustador. Parece o fim do mundo, com diferentes grupos, de formas diferentes, procurando — de forma legal ou ilegal — garantir-se vantagens e privilégios. Com a Constituição de outubro de 1988, introduziram-se tantas distorções que é comum encontrar-se pessoas físicas, com seis ou mais aposentadorias, antes de

completarem 60 anos de idade, reunindo, como viúvos, a somatória das próprias vantagens com a do cônjuge falecido.

Se em algum momento da vida nacional os militares foram vistos como privilegiados, tanto pela remuneração como pelos recursos técnicos de que dispunham para executar a sua missão, a vingança está sendo terrível. O mínimo foi permitir-se fossem criadas corporações nas estatais, no Legislativo e no Judiciário, ao mesmo tempo em que se transformava as Forças Armadas de corporação em servidores públicos.

Fechou-se sobre os militares uma verdadeira armadilha constitucional que precisa ser desarmada. Quando um coronel tem salário de secretaria de diretoria de estatal, algo estranho está acontecendo. Qual o critério de seleção de uma secretária? Quais os cursos que a mesma teve de fazer para obter a função e quais os cursos que é obrigada a fazer para obter as promoções? Quem julga o comportamento de um porteiro da casa legislativa e lhe aplica — como estão sujeitos os militares — um regulamento disciplinar que pode levá-lo à cadeia ou a perdas funcionais expressivas? Será que algum funcionário civil aceita que entre as suas possíveis missões esteja a de arriscar a vida em conflitos que não provocou? Onde está regulamentado, na vida civil, o crime de deserção?

São tantas e tão expressivas as diferenças entre direitos e deveres das corporações

militares e aquelas que se foram criando na vida civil, que cumpre ponderar aonde se pretende chegar atando destinos desiguais, com funções diferentes e obrigações totalmente conflitantes. Se persistir alguma dúvida, tente-se transferir um burocrata, com as partes abundantes arreadas numa poltrona em Brasília, para a fronteira do Brasil com a Colômbia ou com as Guianas.

A bem da verdade, as Forças Armadas raramente se vêem envolvidas em escândalos, num país em que eles se tornaram lugar comum. O senso de missão e de disciplina que norteia os militares lhes rendeu as homenagens de toda uma população no Rio de Janeiro, quando da Rio-92. Que saudades daqueles dias... Faça-se justiça então, desvinculando os do quadro de servidores civis, ao qual não estão vinculados os funcionários das estatais, do Legislativo e do Judiciário.

Silenciar, enquanto os militares brasileiros transformam a cultura de cumprimento do dever de que estão impregnados, em um rosário de reivindicações, é não entender o crime que se está cometendo. As consequências que poderão ser colhidas, com a desagregação do espírito de corpo que, sadiamente, é parte da cultura que as diferentes escolas procuram inocular nos que optaram por uma vida de disciplina, de treinamento e de abdicação do conforto da opção individual do próprio destino, podem ser dramáticas. São até fáceis de avaliar para quem examina o assunto sem paixão, à luz da racionalidade.

É preciso que se redefina o tratamento às Forças Armadas para que elas possam manter o respeito próprio e o respeito de todos os brasileiros. De outra forma, ter-se-á conseguido mais um êxito ao contrário: ajudar a implodir o Estado brasileiro, para construir um novo Estado em seguida. Para aqueles que vivem no Brasil seria um desastre. Consertar o carro andando é o segredo da sobrevivência da democracia. E isso implica em dar

tratamento condigno às Forças Armadas.

Têm a palavra aqueles que defendem as corporações civis, bem alimentadas, com numerosos privilégios, enquanto concordam que os militares se engajem, junto com os funcionários civis da União, numa batalha que não lhes cabe travar. Militares desfilam no dia 7 de setembro. Cuidem-se aqueles que querem vê-los fazendo passeatas. Não é, decerto, uma boa política.

(Reprodução de matéria publicada em O Globo, edição de 02.07.93, assinada pelo Engenheiro Jaime Rotstein)

JUSTIÇA IMPONTUAL

"O máximo que podemos fazer é manter a atenção do povo, sem necessariamente ganhar sua afeição."

Presidente Castello Branco

Completam-se hoje 26 anos da morte do presidente Castello Branco. Não encontrou em seus mil dias de governo o bálsamo da popularidade. Hoje é visto com respeito. Por alguns, com saudade. A História é juiza imparcial, mas tem a mania de chegar tarde.

Castello foi um autocrata relutante e um modernizante entusiasta. As autocracias chamadas de direita têm algumas vantagens sobre as ditaduras de esquerda. Em primeiro lugar, são mais rapidamente biodegradáveis. Nenhuma autocracia de direita alcançou a longevidade das ditaduras da União Soviética, da Coréia do Norte ou de Cuba. Em segundo lugar, são mais compatíveis com o desenvolvimento econômico. Espanha, Chile, Coréia e Taiwan foram autocracias modernizantes, hoje em processo de enriquecimento. Nenhuma das ditaduras comunistas, em

nenhum continente e de nenhuma raça, logrou senão empobrecer seus povos. A Rússia passou de grande potência, no século XIX, a superpotência, no século XX, sob o comunismo, mas agora descamba para a impotência. A Europa Oriental toda empobreceu em contraste com o Ocidente. Quando os países são divididos, como no caso da Alemanha e da Coréia, torna-se flagrante a incompatibilidade das ditaduras de esquerda com o processo econômico. Cuba não é exceção. Do terceiro ou quarto padrão de vida na América, antes do comunismo, passou a ser vitrine para estudo da miséria bem distribuída. A China de Deng Xiaoping parece estar enriquecendo. Mas a riqueza começa precisamente nas regiões onde o comunismo foi abandonado. Em terceiro lugar, o grau de violência é incomparavelmente maior nas ditaduras de esquerda. Perto dos expurgos de Stalin, ou do "paredón" de Fidel Castro, os militares brasileiros parecem escoteiros encabulados! As esquerdas são insuperáveis na produção de carneiros...

Será, aliás, justo chamar Castello Branco de autocrata? Não o consideravam assim os militares da "linha dura", que o acusavam de democrátice ingênuas. Líderes que se diziam democratas, como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, contra ele se rebelaram porque Castello insistiu em empossar governadores eleitos pelo voto popular na Guanabara e em Minas Gerais.

As vezes lento na manobra tática, Castello era um soberbo estrategista. Em seu período, a Revolução, que havia começado com um ideário puramente negativo — combate à subversão e à corrupção — desenvolveu três projetos: um *projeto econômico*, um *projeto político* e um *projeto social*. O mais rápido e nítido foi o *projeto econômico* de modernização capitalista. Obrigado a pagar as contas de antecessores perdulários, Castello se resignou a ser um promotor de reformas, ao

invés de empreiteiro de obras. Todo o arcabouço institucional da economia foi modernizado: Código Tributário, Estatuto da Terra, criação do Banco Central, Lei do Mercado de Capitais, Código de Minas, revisão da legislação da eletricidade sucederam-se com velocidade surpreendente. E, para muitos, inquietante.

Seguiu-se-lhe o *projeto político*. Castello insistia em redemocratizar o país e lutou, sem sucesso, por uma sucessão civil. Queria preservar os militares da corrosão do cotidiano e da corrupção do poder. Reformaram-se as leis partidárias e o Código Eleitoral, e o país foi reconstitucionalizado, com o voto do Congresso, em 1967. Houve incidentes de percurso. O Ato Institucional nº 2, imposto pela linha dura, foi um retrocesso político. Interromperam-se as eleições diretas, mas preservou-se o princípio democrático fundamental, que é o rodízio das lideranças. Essa renovação é mais importante que o rito eleitoral. Ao se autocassar, nesse Ato, Castello deu um exemplo definitivo de renúncia ao continuismo.

Que dizer sobre o *projeto social*? Durante um quarto de século, o desporte favorito dos economistas e sociólogos de esquerda foi acusar o governo revolucionário de indiferença social. Alegava-se a crueldade no arrocho salarial e incompetência na invenção de processos indolores para cura da inflação. Hoje, depois de vários planos heterodoxos, congelamentos e confiscos, estamos imersos na mais profunda recessão de nossa História, com queda brutal do salário real e vergonhosa piora na distribuição de renda. Reconhecem muitos, mais humildes, que Castello tinha um projeto social bastante racional e articulado.

O *leit motif* fundamental era a "democratização de oportunidades". Democratização do acesso à habitação, pelo Sistema Financeiro de Habitação; do acesso à terra, pelo Estatuto da Terra. Democratização do acesso à

educação por instrumentos variados, como o salário-educação para o ensino primário e bolsas de estudos administrados pelos sindicatos. Na Constituição de 1967, esboçou-se um esquema racional de educação. O ensino dos 7 aos 14 anos seria obrigatório e gratuito na rede oficial. Nos graus superiores ao primário, substituir-se-ia o sistema de gratuidade pela concessão de bolsas de estudos para os que, demonstrando efetivo aproveitamento, provassem insuficiência de recursos. As bolsas seriam gratuitas no ensino secundário, exigindo-se posterior reembolso no caso do ensino superior (art. 168, parágrafo III). Tudo ficou na intenção, por falta de regulamentação. A Constituição de 1988 passou, demagogicamente, ao extremo apostando gratuidade para todos, em todos os níveis do ensino público. Só que inexistem escolas públicas secundárias e 75% dos universitários têm que cursar faculdades privadas...

Houve um esforço para se criar um "novo trabalhismo". Ao invés da obsessiva reivindicação de salários monetários, buscava-se enfatizar os "salários indiretos", cooperativas de habitação, bolsas de estudos, crédito para bens de consumo durável, reforma agrária. Esses investimentos sociais, não sendo percebidos como custos diretos, não estimulavam a remariação de preços. O *projeto social* contemplava também um outro elenco de medidas. Uma delas foi a política salarial, que beneficiou os assalariados não organizados, que antes perdiam na competição com os sindicatos politizados — ferroviários, marítimos, portuários e petroleiros. Estes privilegiados por Goulart, ao qual davam sustentação política, e apoiados no poder de chantagem de situações monopolísticas, constituíam uma espécie de "aristocracia do proletariado", com reajustes desvinculados da produtividade. A fórmula salarial era de aplicação geral, evitando essas vantagens mono-políticas. Todos os salários seriam

ajustados pela média real (não pelos picos), adicionando-lhes um coeficiente estimado de produtividade e um resíduo inflacionário no período contratual. Houve erros de aplicação, mas é inquestionável a racionalidade da fórmula.

No *projeto social* figurou o FGTS, que aumentou a mobilidade dos trabalhadores, libertando-os da escravidão a uma empresa, na espera frustrada da estabilidade. Unificaram-se os Institutos de Previdência, visando a: 1. diminuir os custos administrativos e operacionais dos múltiplos institutos de pensão e aposentadoria; 2. homogeneizar a assistência, eliminando-se a distinção entre institutos ricos e pobres; 3. evitar a transformação dos institutos em feudos eleitorais de partidos políticos. Há que reconhecer que a intenção foi melhor que os resultados. Hoje, atenta a cruel ineficiência do INSS, eu favoreceria a descentralização e a privatização da Previdência.

O esquema de democratização de oportunidades contemplava também o acesso ao capital. Esse era um dos objetivos da Lei do Mercado de Capitais, visando a incentivar sociedades abertas. Houve o Decreto-Lei nº 157, que permitia descontos do Imposto de Renda para compra de ações. Mais importantes, e pouco conhecida, foi a iniciativa de Castello de enviar ao Congresso, como seu último projeto, uma lei sobre a participação dos empregados nos lucros das empresas. Era uma tentativa sofisticada de conciliar o objetivo "redistributivo", da distribuição de lucros, com o objetivo "reprodutivo" de preservar a capacidade de investimento das empresas. O projeto foi prontamente arquivado no Congresso. Até hoje não se regulamentou o dispositivo constitucional sobre participação nos lucros.

Há uma grande distância entre o sonho e a realidade. O Estatuto da Terra nunca funcionou. Os sucessores de Castello não tinham

a "angústia da terra" do sofrido cearense. O BNH foi desvirtuado por subvenções à classe média; o FGTS foi corruptamente administrado; o esquema da educação arquitetado na Constituição de 1967 ficou no papel. Mas não se pode acusar de incompetência o arquiteto por causa das depredações dos inquilinos...

Houve, sim, incompetência do Governo de Castello na comunicação social. Cabe-me parte da responsabilidade, pois era supostamente o planejador e coordenador. Sempre fui bom na previsão, mediocre na persuasão e péssimo na comunicação.

Com tardia justiça, é tempo de repensar Castello. Há homens que vivem aquém de seu tempo; são agradáveis, pois sua mediocridade não insulta ninguém. Há os que vivem na bitola do seu tempo; são operadores exitosos, mas apenas administraram sementes de safras passadas. Há os que vivem além de seu tempo. Saltam no corcel da História, vê-se o pó da estrada, ouve-se o estalar das patas, mas só a posteridade entende o brilho da mensagem...

(Reprodução de matéria publicada em O Globo, edição de 18.07.93, assinada pelo Deputado Roberto Campos)

CASTELLO BRANCO, 26 ANOS DEPOIS

Difícil, dificílima foi a missão de governar do presidente Castello Branco. Teve que conviver com uma contradição que o persegue durante todo o seu governo. Era o presidente escolhido por uma Revolução (e legitimado pelo Congresso Nacional) e não queria abrir mão de suas convicções liberais.

Aderiu ao Movimento de 31 de Março depois de convencer-se que o governo de João

Goulart marchava a passos rápidos para mergulhar o país numa chamada ditadura sindicalista. O momento decisivo e claro dessa adesão ficou registrado na sua famosa Circular do Chefe do Estado-Maior do Exército, de 20 de março de 1964, quando diz:

"São evidentes duas ameaças: o advento de uma constituinte como caminho para a consecução das reformas de base e o desencadeamento em maior escala de agitações generalizadas do ilegal poder da CGT. As Forças Armadas são invocadas em apoio a tais propostas."

Mais adiante:

"A ambicionada Constituinte é um objetivo revolucionário pela violência com o fechamento do Congresso e a instituição de uma ditadura."

Em seguida:

"Entrarem as Forças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar o poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria antipátria, antinação e antipovo. Não. As Forças Armadas não podem atraíçoe o Brasil. Defender as classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir as ditaduras fascistas ou sindicato-comunistas."

E, fechando com uma diretiva, disse:

"É preciso preservar sempre, dentro dos limites da lei. Estar pronto para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três poderes constitucionais e pela aplicação da lei, inclusive as de assegurar o processo eleitoral, e contra a revolução para a ditadura e a Constituinte, contra a calamidade pública a ser movida pela CGT e contra o desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas."

Esta tomada de posição clara, contra a

onda subversiva comandada pelo palácio presidencial, colocou o general Castello Branco definitivamente na linha do movimento conspiratório que se vinha desenvolvendo em importantes áreas civis e militares do país. Isto aconteceu nas vésperas da *ruptura de 31 de Março*.

Avesso à conspiração, antes desta tomada de posição, procurou algumas vezes o ministro do Exército, o general Jair Dantas, tentando convencê-lo dos perigos que ameaçavam às instituições democráticas, fomentados pelo próprio grupo do presidente João Goulart.

Há uma insistente discussão sobre se o Movimento de 31 de Março, uma vez vitorioso, representou ou não uma revolução.

Os ortodoxos do conceito sociológico não o aceitam como revolução. Não há dúvida, entretanto, de que esse Movimento empolgou a maioria da nação desejosa de ver renovados os costumes e inovados os procedimentos governamentais. Esse sentimento coletivo de mudança representou uma força de pressão, interpretada por grupos, que desafiou permanentemente o presidente Castello Branco. Não resta dúvida de que esse tipo de manifestações são características de revolução. Esses grupos, que pretendiam encarnar o movimento, o acusavam de excessivamente liberal, omisso em seus deveres revolucionários. Conter os grupos exaltados não foi tarefa fácil; só um chefe de governo revestido de autoridade moral de Castello Branco seria capaz de reprimir-lo, sem cisões maiores. Afinal, colocando de lado as teorias, o que é uma revolução senão um movimento incoercível da sociedade no sentido de mudança?

Em suporte à nossa opinião encontramos a companhia do professor e escritor norte-americano Crane Brinton no seu livro *The Anatomy of Revolution*. Depois de repassar exaustivamente todas as teorias sobre o tema, ele escreve o seguinte:

"Revolução é uma das palavras usadas

mais livremente. A grande Revolução Francesa, revolução industrial, revolução no Haiti, revolução social, revolução do negro americano, revolução em nosso pensamento, revolução no comércio de modas femininas ou na indústria automobilística — a lista pode ser infinidade. Realmente, no final dessa variedade de significados, revolução vem a ser, no uso comum, nada mais do que um enfático sinônimo de mudança, com a sugestão de uma mudança brusca ou de ruptura."

O mesmo autor, cujo livro citado foi considerado pela crítica da época "a maior contribuição ao estudo da revolução", não empresta o seu apoio às teses que negam o conceito da revolução aos movimentos que não se enquadram em fórmulas criadas pelos métodos científicos.

Mas, para nós, a principal razão de considerarmos que o ex-presidente Castello Branco, apesar de ter assumido o poder na crista de uma revolução exigente quanto à moralização dos costumes e a inovação dos processos administrativos, foi capaz de preservar a sua imagem de governo democrático, encontramos na opinião de Milton Campos, espírito de irrecusável formação liberal.

Diz o reconhecido jurista liberal Milton Campos:

"Estamos numa fase revolucionária — dizia — e, ao mesmo tempo, instituímos um governo constitucional. A vitória das armas foi fácil, não só pela coesão das Forças Armadas, como pela participação e pelo consentimento das forças políticas e populares. Em correspondência, o poder revolucionário se limitou a si mesmo e promoveu a eleição do governo nos termos da Constituição. V. Ex* ficou sendo um presidente eleito na forma anteriormente prevista, as instituições foram preservadas e as liberdades públicas foram mantidas. Essa irresistível vocação para a lei merece ser assinalada, porque vale como marca de maturidade política e de educação demo-

crática. Mas, cumpre não esquecer que o ponto de partida foi uma revolução, e as revoluções, no seu dinamismo próprio, forçam caminho e impõem soluções que nem sempre são as da normalidade e da expectativa anteriores. Daí a necessidade de se comporem, em meio ao tumulto, os quadros da normalidade renovada e de se abrir o leito por onde deverão correr em curso tranquilo as águas antes revoltas.

Bem se pode imaginar o que essa tarefa exige de ponderação de valores e avaliação de realidades, de senso discriminatório e capacidade de distinção, de paciência e de modéstia. Por esse dom de equilíbrio, que caracteriza os homens de Estado nas horas difíceis e não se confunde com equilíbrio dos detentores de posições, é que se pode transpor a quadra convulsiva para se instaurar a fase da reconstrução. Do caos para a revolução e da revolução para a reconstrução, eis o itinerário pelo qual os povos se salvam de suas crises e lançam as linhas vitoriosas de sua história. Essa é, em nosso país, a pesada e grandiosa tarefa que cabe a V. Ex^a. Da exatidão com que V. Ex^a se vem desincumbindo dela, nós, seus ministros, queremos dar público testemunho."

Estão se completando 26 anos da morte trágica do ex-presidente Castello Branco, em um acidente aéreo. Quanto mais o tempo passa, mais cresce o seu perfil de estadista.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 20.07.93, assinada pelo general Meira Mattos)

VIGIAR E APOIAR

Procedeu acertadamente o Conselho de Defesa Nacional, tanto ao reafirmar que o controle da Amazônia brasileira é da alçada soberana do Brasil, quanto ao aprovar por unanimidade o Sistema de

Vigilância da Amazônia (Sivam), que garante a defesa do espaço aéreo e a proteção dos vôos na região.

A instalação de radares de longo alcance, combinada com a transferência do Centro-Sul para a Amazônia de outros aparelhos de detecção e a posterior aquisição de aviões de patrulhamento, são medidas indispensáveis à guerra ao narcotráfico e ao contrabando, ao controle das áreas indígenas e à preservação ambiental.

Os debates sobre a Amazônia vão do paroxismo nacionalista à intransigência ambientalista. Todo esse emocionalismo deixa de lado o essencial: com cerca de meio bilhão de dólares, é possível começar a tomar posse desse território de 5 milhões de km², com parcos 16,6 milhões de habitantes, sobretudo concentrados em áreas urbanas. Mais: esses equipamentos propiciariam o patrulhamento de todo o tráfego aéreo da região, hoje restrito a Belém e a Manaus.

No plano externo é uma pronta resposta à esdrúxula tese da "autodeterminação dos territórios indígenas", que a partir de janeiro deverá ser tema de debates nas Nações Unidas. O Brasil admite que sua soberania sobre a Amazônia é perfeitamente compatível com a visão da humanidade sobre a região, desde que isenta de exageros, mitos e equívocos. Mas repele vivamente toda e qualquer tese limitadora da soberania nacional sobre as áreas indígenas.

Integrando as Forças Armadas, a Secretaria de Assuntos Estratégicos, a Polícia Federal, a Secretaria do Meio Ambiente, o Ministério do Meio Ambiente e a Funai, o projeto dará atenção especial aos estados do Amazonas, de Roraima, do Acre e de Rondônia, mais vulneráveis ao tráfico de drogas e ao contrabando de minérios.

É sabido que existem centenas de pistas clandestinas pela Amazônia e que o fluxo dos pequenos aviões usados pela máfia do pô e

pelo garimpo predador não é coberto pelos poucos radares existentes. O Sivam fará com que esta imensa região deixe de ser terra de ninguém. No mundo de hoje, tanto a dominação quanto a soberania se exercem pela tecnologia, não por ganhos territoriais ideais.

Além de controlada, a região deveria ser apoiada, com o assentamento racional de colônias, geração de empregos, criação de escolas e programas de saúde. Em vez de se entregarem a argumentos passionais, nutridos no isolamento, na vulnerabilidade, na pobreza e na xenofobia, os amazônicos deveriam mobilizar-se em torno desses programas.

Convém lembrar que a atitude isolacionista na região é antiga. Até 1960, a Amazônia viveu praticamente apartada do país. Na Colônia, os portugueses estenderam seus domínios até os Andes, expulsaram os estrangeiros e defenderam as novas fronteiras, fortificando os rios de penetração. O Império ocupou Caiena entre 1809 e 1817 e manteve a navegação internacional na região proibida até 1867.

Manter a Amazônia fechada, compreensível em face das dificuldades de vigilância da época, alimentou séculos de ufianismo e paranoíá, inércia e nacionalismo sombrio. Sabemos hoje que o desenvolvimento sustentável e a integração dessa enorme e desprotegida área não exigem mais o isolamento, mas radares e programas de apoio às populações.

De qualquer forma, as Forças Armadas reivindicam a ampliação da ocupação militar da Amazônia, que figura no projeto Sipam (Sistema de Proteção da Amazônia), com gastos previstos de US\$ 1,2 bilhão. Tudo bem. Contanto que não se leve a sério a "teoria conspiratória" de que os Estados Unidos estejam se preparando, com suas manobras na Guiana, para uma invasão de nossa rica região.

Lembremos que as manobras americanas foram comunicadas ao Itamaraty e que o Brasil também realiza manobras em outros países. Além do mais, os EUA negam a intenção de abrir bases na América do Sul ou que tenham novas manobras agendadas. Muito ao contrário, os americanos estão fechando bases no exterior e operando cortes significativos em seus contingentes militares. Isso deve preocupar mais a Califórnia do que o Pará.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 12.08.93)

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO

Não será em função de notícias sobre manobras militares americanas na Guiana e na Venezuela, ou sobre a instalação de um radar na Colômbia, que cabe avaliar a relevância da reunião, esta semana, do Conselho de Defesa Nacional.

Não se monta um programa estratégico, como o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sipam) sobre o meramente factual. Nem o exercício da soberania territorial se reduz a medidas de autodefesa. É despropositada a ênfase dada àqueles fatos, além de induzir a amesquinhamento do papel institucional das Forças Armadas.

A decisão política a ser tomada, na verdade, independe da movimentação de tropas americanas em países fronteiriços num dado momento, ou da eventual criação de bases.

Ao recuperar sua soberania na década de 50, a Alemanha não fez objeção à permanência de tropas americanas em seu território; e não se sabe de incidente algum diplomático grave que dai tenha advindo em cerca de 40 anos. Mesmo um Fidel Castro não parece dar maior

importância à presença americana continuada na base de Guantanamo. Enfim, por que ficar em sobressaltos com um radar na Colômbia, se sobre nosso território pode passar diariamente todo tipo de satélites?

É sob outra ótica que se deve considerar a necessidade da presença militar na fronteira Norte. Seja na forma ideal, a do Projeto Calha Norte, seja em seu sucedâneo; o Sivam — um sistema a combinar radares e rede de telecomunicações, ao longo de 6.771 quilômetros de fronteira, entre Tabatinga, no Amazonas, e Oiapoque, no Amapá.

O Projeto Calha Norte previa a instalação de unidades militares ao longo da calha do Amazonas e do Solimões, recorrendo-se, para tanto, à transferência de brigadas e batalhões da fronteira Sul para áreas da fronteira Norte — na qual se enfrenta o problema dos garimpos clandestinos (e sua agressão sobre populações indígenas) e a ação do narcotráfico. Mas o Calha Norte está praticamente desativado, por falta de recursos. Põe-se, então, com mais urgência, a necessidade do Sivam: se ele poderia ter sido complementar ao programa Calha Norte, é o que se pode salvar hoje, em nível de planejamento estratégico, para se ter um sistema de proteção da Amazônia.

O Sivam é empreendimento predominantemente militar. E não poderia deixar de sê-lo. Atendendo a uma necessidade permanente, qual seja a defesa do país, é melhor que fique a cargo das instituições permanentes, que são as Forças Armadas. Depois, pela especialização que a atividade exigirá, objeto de toda a formação nelas recebida.

Empreendimento militar e, no entanto, não militarizado. Dele virá a ocupação pioneira da fronteira; e ocupação humana, com que se torna efetiva a soberania. Dele nascerá, também, a integração daquelas partes remotas do território nacional, até hoje só integradas no contínuo exibido pelos mapas. A presença das Forças Armadas, estabelecida pelo Sivam,

será a presença do Estado brasileiro lá onde sempre deveria ter estado presente.

A experiência brasileira tem mostrado quanto essa presença tem de vetor socioeconômico. Nas unidades militares situadas em regiões remotas, o recrutamento se desdobra em promoção social: o conscrito assimila hábitos de saúde e mesmo de higiene que até então desconhecia; muitas vezes ele se alfabetiza; e volta para a vida civil habilitado profissionalmente. Em regiões sem qualquer tipo de estrutura, os núcleos bem organizados das Forças Armadas são muitas vezes os únicos focos possíveis de desenvolvimento.

Mais do que motivado pelos "exageros, mitos e equívocos" sobre a Amazônia, a que aludi a nota oficial da reunião do Conselho de Defesa Nacional, ou dirigido contra veleidades de interferência externa na região, o Sivam é programa que visa à integração nacional. A unidade real e ativa de um país é a sua melhor defesa.

(Reprodução de editorial de O Globo, edição de 15.08.93)

O ELO MAIS FORTE

Em sessão reservada na Comissão de Defesa Nacional da Câmara, os generais-de-brigada Ciro Imbuzeiro e Carlos Uchôa, subchefes do Estado-Maior do Exército, alertaram os congressistas para a dramática vulnerabilidade da região amazônica e a crescente presença militar americana em países que têm fronteira com o Brasil na Amazônia legal.

Ressalvando que o caso não é para xenofobia nem negligência, os dois oficiais descreveram com detalhes um amplo cinturão militar externo composto de bases tecnologicamente avançadas na Guiana, Venezuela,

Colômbia e Bolívia. Como se isso não bastasse, foram alegadamente instalados dois sofisticados centros de observação por radar perto de nossas fronteiras, na Venezuela e na Colômbia, capazes de fiscalizar todo o espaço da Amazônia legal brasileira.

Por mais que o Departamento de Estado e o embaixador americano no Brasil tenham se esmerado em negar a existência de bases na região e em banalizar as manobras conjuntas com nossos vizinhos, é evidente que o Panamá não satisfaz mais os interesses dos Estados Unidos no hemisfério Sul. Comentários de que tudo se resumiria a um grosseiro expediente dos militares brasileiros para arrancar verbas estão longe de esgotar o assunto.

E isto pelas mais variadas razões. Em primeiro lugar, esta gigantesca região de 6,4 milhões de km², que contém a metade da riqueza biológica mundial e de 15% a 20% da água doce do planeta, é escassamente povoada e geopoliticamente instável. O narcotráfico, a destruição da floresta tropical e o contrabando são algumas de suas endemias. É conhecida a ação dos cartéis colombianos e as pretensões territoriais da Venezuela em relação a Guiana, o elo mais fraco da cadeia.

Ninguém desconhece ainda que existe interesse e preocupação internacional com a Amazônia. A movimentação americana é o mais óbvio indicio do interesse despertado pela luxuriante biodiversidade da floresta tropical úmida, que inclui partes de oito países (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela). Nada impede que determinados setores começem por sustentar que a Amazônia é um patrimônio da humanidade, para, em seguida, pedir sua "internacionalização".

Mas é preciso ir devagar com o andor. Por mais precários que sejam nossos meios de vigilância e domínio sobre a Amazônia, o Brasil é sem sombra de dúvida o elo mais forte da região. O que está faltando é ampliar a

concepção restritiva dos militares sobre sua defesa.

Sem dúvida, um bom sistema de radares (o Sivam), que garanta a defesa do espaço aéreo e a proteção dos vôos, é fundamental. Mas não se deve confundir defesa de fronteiras com controle territorial. Do ponto de vista militar, fortificações tradicionais espalhadas pela selva e armas convencionais nada significam nesse "planeta" criado e impenetrável.

Sua conquista e integração definitivas passam pela adoção de um projeto estratégico. Mao Tsé-Tung, um gênio estratégico, sabia disso. Tanto que conquistou a população chinesa muito antes de controlar por inteiro o território da China.

Mao estava menos interessado em cavar trincheiras e vedar o acesso ao terreno incorporado do que em cultivar os corações e mentes pela confiança. Ganha-se a confiança com projetos pilotos nas áreas da educação, saúde, habitação, e não com fortificações de concepção colonial. Daí a importância de um esforço integrado que compreenda as Forças Armadas, a Sac, a Polícia Federal, a Funai e os Ministérios do Meio Ambiente, Saúde e Educação.

É um erro pensarmos apenas em preservar a inviolabilidade da Amazônia. A Amazônia não é uma cidadela. É um trunfo. O crescente interesse pela região é a melhor prova de que está na hora de começarmos a usar a nosso favor essa fabulosa reserva biológica.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 15.08.93)

CADÊ A NORTE—SUL?

Há poucos dias, o governador de Mato Grosso botou a boca no mundo, via jornais, para um protesto: os produtores agrícolas do seu estado estão gastando 70 dólares por tonelada para levar até os portos de Santos, Vitória ou Paranaguá a soja destinada à exportação, enquanto seus concorrentes norte-americanos não precisam de mais de 10 dólares por tonelada para transportar a soja por ferrovia/hidrovia. Como competir no mercado externo?

Não fosse o fato de que o país todo paga pelos erros de uns poucos, a tentação seria dizer "bem feito". Na hora em que todo mundo confundia o acessório com o principal (as denúncias sobre irregularidades na licitação das obras da ferrovia Norte—Sul com a obra em si), quase todos os que sabiam qual seria o prejuízo real com a inabilitação da ferrovia ficaram calados, temeram enfrentar a fúria e o escárnio sulista. Na hora em que a construção de uma verdadeira ferrovia Leste—Oeste foi preferida em favor da Cuiabá—Santos, da mesma forma quase ninguém piou. Agora, no momento de contabilizar os prejuízos, começa a chiadeira.

Então, talvez valha a pena voltar ao tema.

Quando se decidiu licitar a obra da Norte—Sul, o governo brasileiro já tinha em seu poder um estudo encomendado pela associação norte-americana dos produtores de soja a um grupo de consultores econômicos. Esse estudo analisou algumas variáveis que poderiam influir na competitividade (e no predomínio) dos grãos norte-americanos nos mercados do hemisfério Norte: a entrada de novos produtores em cena, aumentos de tarifas nos sistemas internos de transporte (ferrovia e hidrovia), aumentos de tarifas portuárias e uns poucos mais. Concluíram os consultores que a médio prazo um único fator poderia alterar a correlação de forças e ameaçar os

produtos norte-americanos: a construção de um sistema ferroviário eficiente no centro do Brasil.

A conclusão era perfeita. Se o Brasil conseguisse (ou conseguir) construir esse sistema, ligando os produtores de grãos do Centro-Oeste aos portos de Ponta da Madeira (Maranhão) e Vitória (Espírito Santo), terá várias vantagens: reduzirá em algumas dezenas de dólares o custo médio do transporte, da origem ao porto, hoje feito por caminhões; no caso de Ponta da Madeira, reduzirá também o transporte marítimo em alguns milhares de quilômetros, pois esse porto já está ao Norte da linha do Equador, e, principalmente, permitirá, em Vitória ou Ponta da Madeira, a formação de cargas combinadas de grãos com minério de ferro, que são uma das cargas mais rentáveis (o minério de ferro, pela alta densidade, com pequeno volume ocupa alta tonelagem, enquanto a soja e o milho, pela baixa densidade, com grande volume ocupam pequena tonelagem — um casamento perfeito, que permitam ao Brasil colocar seus grãos no Hemisfério Norte, inclusive Oriente, a preços inferiores aos dos EUA).

Nada disso foi levado em conta. Da mesma forma, ignorou-se a oportunidade de prosseguir no processo de desconcentração econômica e demográfica do país, iniciado com a construção de Brasília. Como se perdeu a oportunidade de reduzir o gasto fantástico que o país suporta hoje com o subsídio ao óleo diesel dos caminhões: as ferrovias seriam eletrificadas.

Nada adiantou. A justa indignação com as denúncias de irregularidades na licitação confundiu estas com a obra. E isso inabilitou a Norte-Sul.

A evidência do erro começa a aparecer: já este ano, as exportações de soja por Ponta da Madeira cresceram 170 por cento e chegaram a 73 mil toneladas, só com o aumento da produção no entorno do pequeno trecho de

400 quilômetros da Norte-Sul no Maranhão meridional que se liga com a ferrovia de Carajás; e os produtores estão conseguindo levar seus grãos ao porto por apenas 18,5 dólares por tonelada. A previsão é a de que se chegue a 1998 com mais de um milhão de toneladas embarcadas, só dessa região.

Não bastasse o desastre da Norte-Sul, o país todo assistiu, impassível, à mágica que transformou o projeto de construir a ferrovia Leste-Oeste na simples implantação da ferrovia Cuiabá-Santos. Que não resolve os problemas do Centro-Oeste (nem mesmo os da parte norte de Mato Grosso e Rondônia). Não permite a formação de cargas combinadas com minério de ferro. Agrava os congestionamentos em Santos. E ainda leva 600 milhões de dólares de incentivos fiscais (dinheiro da sociedade num negócio particular) da Sudam, a pretexto de que "no futuro" a ferrovia chegará à Amazônia, e 300 milhões de dólares do governo de São Paulo, para construir a ponte sobre o Rio Paraná.

Esta já é uma história secular. O primeiro projeto da Norte-Sul — também inviabilizado — é ainda do tempo do Império. O primeiro projeto da ferrovia Leste-Oeste — que sairia de Formiga, MG, por onde passa a Central do Brasil, é de 1917 e foi inviabilizado porque São Paulo temia que retirasse Goiás, Mato Grosso e Pará da sua órbita econômica para colocá-los na esfera de influência de Minas Gerais. No lugar, que se propunha, já em 1917? Ora, a Cuiabá — Santos.

É uma pena. Estudos da Embrapa mostram a possibilidade de quase dobrar a produção de grãos no cerrado com a incorporação de apenas mais 10 por cento de área (permitindo, portanto, a proteção, pelo menos em parte, da área e de sua biodiversidade tão ameaçada pela expansão da fronteira agrícola). A produção pecuária pode ser duplicada apenas com a utilização de biogenética, técnicas corretas de confinamento, desmame precoce e

pouco mais. Num país que está com sua safra de grãos estagnada ou em recuo há anos, que se está esperando — ainda mais quando se lembra que estamos às voltas com programas para matar a fome de 37 milhões de brasileiros?

Está certo que vivemos mergulhados em problemas conjunturais muito graves e que sem resolvê-los qualquer cogitação de futuro é supérflua. Mas isso também não quer dizer que possamos viver apenas da mão para a boca, sem um projeto estratégico, no qual certamente a produção agropecuária do Centro-Oeste e seu escoamento por Ponta da Madeira e Vitória são partes decisivas.

Ainda é tempo.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 16.08.93, assinada por Washington Novaes)

EUA MANTÊM 'STATUS' DE POLÍCIA DO MUNDO

Nova estratégia consagra poder de intervenção militar com menos soldados, maior mobilidade e armas de tecnologia avançada.

A nova estratégia militar americana, divulgada esta semana pelo Departamento de Defesa, consagra o papel dos Estados Unidos com a polícia do mundo. Mesmo reduzido, para se adequar à ausência do perigo soviético, o braço armado do Tio Sam manterá uma capacidade bélica que lhe permitirá intervir em qualquer ponto do planeta com poderosas forças-tarefa concentradas em torno de porta-aviões e de unidades de elite para desembarque anfíbio. Exército e Força Aérea manterão suas forças de apoio, caso seja necessária alguma intervenção mais contundente.

Os militares americanos confiarão cada vez mais na alta tecnologia para maximizar a capacidade de combate de efetivos menores e investirão em equipamento de transporte rápido para compensar a perda crescente de bases em todo o mundo. Os estrategistas do Pentágono identificaram as ameaças prioritárias para nortear o planejamento da nova estrutura militar dos EUA: a proliferação nuclear, conflitos regionais, ameaças internas à democracia na ex-União Soviética e no Terceiro Mundo.

As duas áreas mais prováveis para o estouro de um conflito que exija a intervenção dos EUA são o Oriente Médio e a Ásia. Apesar dos recentes avanços na direção da paz, o Oriente Médio continua a ser o barril de pólvora que sempre esteve presente nos possíveis cenários de uma Terceira Guerra Mundial. Falida a URSS, desapareceu o perigo de um holocausto nuclear, mas ainda existem contradições suficientes naquela área para alimentar conflitos que aguçem os instintos intervencionistas do robocop ianque.

Na Ásia, identifica-se como maior ameaça a Coréia do Norte, uma relíquia da Guerra Fria que está sendo corroída internamente pela crise econômica, mas mostra os dentes afiados para a Coréia do Sul e os EUA. O programa nuclear norte-coreano é a principal preocupação de Washington e a razão primordial para que não haja redução de forças na Ásia, onde os americanos também observam atentamente a China, atualmente passando por um surto de desenvolvimento que lhe fornece os recursos necessários para uma expansão de seu programa militar.

A nova doutrina prevê que as Forças Armadas americanas manterão uma capacidade de enfrentar dois conflitos regionais simultâneos. Se uma guerra estiver em curso no Golfo Pérsico, por exemplo, e uma crise irromper na península coreana, possivelmente aviões seriam deslocados para conter os norte-

coreanos, até as demais forças chegarem à região.

A mobilidade será essencial porque nem sempre se contará com o tempo que o líder iraquiano Saddam Hussein tão gentilmente concedeu para que os aliados agrupassem forças suficientes para tirá-lo do Kuwait. Os recursos antes destinados às armas estratégicas serão dedicados à compra e ao desenvolvimento de meios de transporte eficazes.

Uma geração de aviões de carga desenvolvida a partir do novo modelo C-17 e a construção de 20 grandes navios de carga serão prioridades. O Pentágono calcula que, com isso, será possível diminuir o tempo de concentração de forças na escala da guerra do Iraque de 180 para 52 dias.

Uma outra tática será concentrar equipamentos em grandes navios-cargueiros nas proximidades de um possível ponto crítico para qualquer eventualidade. Os planos prevêem, por exemplo, a estocagem de uma brigada blindada com 100 tanques a bordo de nove navios em algum ponto do Oceano Índico entre Cingapura e a base americana de Diego Garcia. Esses tanques seriam rapidamente colocados na Coréia do Sul, enquanto seu eventual deslocamento desde os EUA levaria duas semanas.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 05.09.93, assinada por Jamari França)

A HERANÇA MALDITA DE COLLOR

Legado maldito do presidente Collor, a errada delimitação da área ianomâmi, pela incompetência com que foi feita, irá atuar como bomba de retardado. Já explodiu.

E explodirá ainda. Tudo devido a ter desrespeitado a "Faixa de Fronteira" com essa delimitação feita em portaria, que misturou Brasil e Venezuela e apagou, na realidade, a linha de separação entre os dois Estados.

A Constituição exige reserva de "Faixa de Fronteira" com 150 quilômetros. Destinou-se à defesa territorial. Mas tal portaria, ao estabelecer a terra ianomâmi, não a preservou. Pelo contrário, até mesmo esta "faixa de fronteira" foi entregue áquelas tribos. Mas o Direito brasileiro sempre a exigiu, desde o Império, na sábia "Lei de Terras", remoto marco da construção do Brasil.

A leviandade agora deste ato delimitatório de terras levou os ianomâmis em direção ao Norte, até botá-los rentes à fronteira com a Venezuela. Ali, na realidade, apagou, extinguiu a fronteira. É que na região, do lado da Venezuela, vivem mais ianomâmis (11.000, na área venezuelana; 8.000, na do Brasil). Ora, um dia talvez não muito longe, estes silvícolas irão evoluir da mera consciência tribal, em que vivem hoje, para o sentimento da comunidade, que já constituem, sem ainda o saber. Por consequência, surgirá a idéia de Nação, véspera da de Estado, nesta área que de tão vasta é pouco menor que Portugal, pois mede 4,9 milhões de hectares.

Esta herança maldita de Collor desde já envolve Brasil e Venezuela. Os dois Estados foram atirados à ação desesperada, que é prenúncio do pior. Hão de agir fraternalmente Venezuela e Brasil se, com descortinio, desde já puderem pressentir a ameaça da desintegração de seus respectivos territórios (talvez já planejada por centros remotos, ambiciosos de uma cunha na Amazônia).

Esta ação preventiva de Brasil e Venezuela irá sofrer dificuldades. Será embarçada por Organizações Não-Governamentais, as faladas ONGs, radicais e sectárias.

As ONGs atuam às cegas. Move-as a convicção de que todos os direitos são

absolutos. Mas na realidade, em sua maioria, os direitos públicos ou privados, hoje, são relativos. Até mesmo é relativo o direito dos índios, pois assim dispõe a Constituição, como se demonstra em seguida.

De fato, a Constituição, no capítulo "Dos Índios", estabelece que o direito do silvícola à terra cessa perante "relevante interesse público da União". Pois tem tal eminência o interesse da União na defesa territorial da fronteira. Parte desta área entregue aos ianomâmis a própria Constituição declara pertencer à União. E mais: diz que ela é "indispensável à defesa das fronteiras". Tudo isso, além de constituir a faixa, que é "fundamental para a defesa do território nacional".

Mas o testamento maldito de Collor, constante desta portaria, levou a tudo de rôldão. E criou o drama atual.

O impacto de tão amaldiçoada portaria até perturbou (se não destruiu) a linha-de-ação política que ali vinha sendo montada. Destinava-se à ocupação e defesa da Amazônia, que representa cinco oitavos do território do Brasil. Tal decisão, de tão imatura e leviana, a tudo prejudicou; até ao ambicioso programa "Calha Norte", surgido quando foi ministro o general Leônidas Pires Gonçalves, um fanático pela defesa da Amazônia.

A tal portaria do governo Collor tem efeitos carbonizantes. Faz arquivar sem exame outra proposta, a do general Bayma Denis. Ela consistia em envolver-se, por grande área demarcada, cada maloca ianomâmi (hoje, elas são apenas 110). Diga-se que este programa procurava de fato preservar aos índios a vida natural que levam. Mas tudo foi arredado pela portaria insensata, que inclusive arredou a Constituição Federal.

Delimitou-se aos ianomâmis área maior que a Holanda. Com invasão da "Faixa de Fronteira", esta Portaria é imprestável. Não pode sobreviver no mundo jurídico. Deve ser expurgada. É nati-morto, porque

desrespeitada a Constituição Federal. Nela se lê: "A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como "Faixa de Fronteira", é considerada fundamental para a defesa do território nacional; e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei". Ora, a lei dispõe que "a alienação e concessão de terras públicas, na Faixa da Fronteira, não poderão exceder de 3.000 hectares". Não obstante, a malsinada portaria outorgou mais de quatro milhões de hectares aos ianomâmis, recobrindo mesmo a "Faixa de Fronteira".

Tem-se então que o ato do governo Collor, em vez de defender a fronteira, extinguiu-a. Juntou terra do Brasil com terra da Venezuela.

Houve reação? Houve. O Cebres (Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos), sob a presidência do brigadeiro Terra de Faria, representou ao procurador geral da República. Reclamou uma ação, no Supremo Tribunal Federal, de constitucionalidade de tal portaria. (Isso foi em março de 1982, mas ainda não produziu efeito.)

Diga-se do Cebres que ele se distingue da Escola Superior de Guerra. Não adota método de análise nem ideologia ortodoxa. Ocupa-se das grandes questões nacionais e das linhas estratégicas de sua solução — a defesa das fronteiras territoriais constitui uma delas.

O Cebres no entanto não pode agir diretamente. Não consta da lista daquelas entidades, que, pela Constituição, propõem ao STF ação de constitucionalidade.

Entretanto mesa de Assembléia Legislati-

va dispõe deste poder e também governador de estado. Daí a esperança que nos resta: que em Roraima ou no Amazonas, que são estados prejudicados pela maldita portaria, ou o governador ou a mesa da Assembléia Legislativa, qualquer um deles, exorcize este fantasma nefasto. Ele se desprendeu do governo Collor, e agora vaga sobre a Amazônia como assombração. Ameaça a integridade e a defesa territorial dos dois Estados, Brasil e Venezuela. Que Roraima ou o Amazonas, ou ambos, dirijam-se ao Supremo Tribunal, e ali impugnem, como constitucional, a tal portaria destruidora de fronteira.

Terá todo cabimento a ação de constitucionalidade contra esta portaria. Ela teve o poder mágico de apagar do mapa uma fronteira internacional.

Este é o caminho certo para liquidar-se tal herança maldita de Collor, que é o problema ianomâmi. Ele se resume apenas à extinção da fronteira na Amazônia. Após sentencial pelo Supremo Tribunal a constitucionalidade da portaria, o atual governo da República procederá a nova delimitação. Mas desta vez corretamente, com a reserva da Faixa de Fronteira, e definirá terra suficiente aos ianomâmis, a eles propiciando área bastante para que ali vivam do modo que sempre viveram.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 18.09.93, assinada por Clovis Ramalhete, Ministro do Supremo Tribunal Federal, aposentado da Corte Permanente de Arbitragem, de Hayal)



Firestone

A VIDA RODA MELHOR NUM FIRESTONE.

Fundo de Apoio à Moradia - FAM



É o único plano de seguro de vida em grupo vinculado a uma caderneta de poupança programada.

Com ele você proporciona segurança e tranquilidade à sua família, ao mesmo tempo em que vai reunindo, mês após mês, o capital que lhe há de assegurar o acesso à casa própria.

O FAM está aberto a militares, pensionistas e servidores civis dos Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica e a funcionários de Banco do Brasil.

**Conheça os diferentes
planos. Contate os nossos
representantes.**

Para maiores informações, procure o FAM nas Representações da FHE ou, então, o Representante do Sistema FHE/POUPEX nas OM/Exército ou pelo DDG (061)800-3131.



EM REVISTAS

ENREVISTAS Produções Gráficas e Publicidade Ltda.

Rua Cachambi, 467 - Conj. 8 - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20780-000
Tels.: (021) 281-5822 - 581-2722 - 581-7869 — Fax: 281-9563



Verolme / Angra dos Reis

**A EMAQ E A VEROLME
SOMAM SEUS ESFORÇOS.**

PARA MULTIPLICAR ÉXITOS.

A união dos estaleiros Emaq e Verolme dá uma nova força à indústria naval brasileira. O complexo Emaq-Verolme Estaleiros S.A. se lança na condição de maior estaleiro privado da América Latina. Afinal, ele responde, sozinho, por cerca de 50% da capacidade instalada do setor no país. Nada mal para uma união que está apenas começando.

Além disso, combinando as instalações das duas empresas, o complexo Emaq-Verolme Estaleiros S.A. pode contar com uma planta industrial muito versátil, capaz de atender a qualquer projeto. Desde navios mercantes de todos os portes até modernas embarcações de guerra, já que o Emaq-Verolme Estaleiros S.A. possui o único estaleiro militar privado da América Latina.

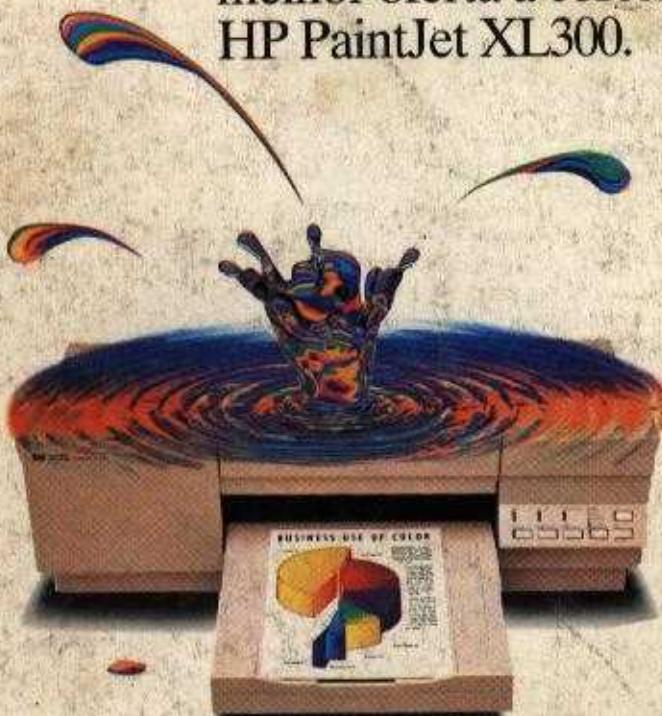
Essa é mais uma grande conquista da indústria naval brasileira. E das empresas Emaq e Verolme, que provam que com uma administração moderna, dividindo os riscos e somando os esforços, é possível multiplicar os resultados.



Emaq / Ilha do Governador

**EMAQ-VEROLME
ESTALEIROS S.A.**

Libere todo o poder de
sua imaginação com a
melhor oferta a cores.
HP PaintJet XL300.



Elabore suas melhores decisões
em cores e em alta resolução,
com a impressora HP PaintJet
XL300.

Se você trabalha na área técnica,
de negócios ou de desenho por
computador, a HP PaintJet
XL300 é a solução para suas
necessidades de impressão em
cores pelo melhor preço do
mercado. Imprime a trezentos
pontos por polegada. Tem ampla
variedade de fontes tipográficas.
É compatível com PC ou Mac e
também pode ser conectada
como nó de rede. Além disso,
conta com 16 milhões de combinações
de cores. HP PaintJet
XL300: velocidade e maior
capacidade de cores com quali-

dade, suporte, assessoria e
serviços que só a HP pode dar.
Visite seu Distribuidor Autorizado
Hewlett Packard.

A mais avançada tecnologia em
cores para combinar com sua
imaginação.



hp HEWLETT
PACKARD